



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

ELIAS OLIVEIRA NORONHA



O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiaí (SP)

Presidente Prudente - Outubro de 2008

ELIAS OLIVEIRA NORONHA

O espaço rural no contexto da urbanização difusa: o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiaí (SP)

Dissertação de Mestrado.

**Programa de Pós-Graduação em
Geografia**

Orientação: Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol

Presidente Prudente – Outubro de 2008

	Noronha, Elias Oliveira.
N767e	O Espaço rural no contexto da urbanização difusa : o estudo da pluriatividade nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiá – SP / Elias Oliveira Noronha : [s.n], 2008 xiv, 252 f.: il.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Orientador: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Banca: Maria Encarnação Beltrão Sposito; Ana Rute do Vale Inclui bibliografia
	1. Urbanização difusa. 2. Bairros rurais. 3. Produção agrícola familiar. I. Autor. II. Título. III. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.
	CDD(18.ed.) 910

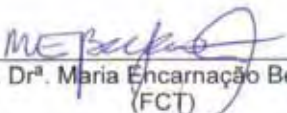
**Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação
– Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA


Profª. Drª. Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol
(Orientadora)


Profª. Drª. Maria Encarnação Beltrão Spósito
(FCT)


Profª. Drª. Ana Rute do Vale
(UNIFAL)


Elias Oliveira Noronha

Presidente Prudente (SP), 02 de outubro de 2008.

Resultado: 

Faculdade de Ciências e Tecnologia
Seção de Pós-Graduação
Rua Roberto Simonsen, 305 CEP 19060-900 Presidente Prudente SP
Tel 18 229-5352 fax 18 223-4519 posgrad@prudente.unesp.br

Aos meus pais: **Álvaro e Clemência**, pela simplicidade de vida e amor pelos seus sete filhos.

AGRADECIMENTOS

Acredito que escrever as notas de agradecimentos seja tão difícil quanto concluir um capítulo da dissertação. Aqui, nos colocamos diante de uma encruzilhada do tempo, lembrando que algumas pessoas tornaram-se especiais pelo fato de conviver e dividir, sobretudo, os anseios e as preocupações que envolvem a construção de um trabalho de três anos (2005 – 2008).

Como não poderia ser diferente, a DEUS, primeiramente, com certeza! Pelas oportunidades. Pela força concedida, seja nos momentos de alegria, seja nos momentos ruins (que também existem e fazem parte da trajetória). Em todos os momentos sempre me aproximando das melhores pessoas desse mundo. Que honra! Quantas coisas boas pra contar hein!

À família! Benção divina ter nascido num lugar em que convivem pessoas tão especiais. Pai e Mãe, muito obrigado. Desculpas pelas ausências, pelas viagens e dias fora de casa. Mas como sempre disse: fiz tudo valer a pena e acredito que não têm dúvidas. Aos meus irmãos e irmãs! Uma família grande com todas as qualidades e defeitos possíveis. Queria ter passado todas as festas com vocês, mas tenho certeza que meu pedaço de bolo sempre foi guardado.

Aos irmãos: Cido, Adim, Val e Miguel. Às irmãs, Janja e Neis (pode ser considerada minha segunda mamãe!). Aos sobrinhos: Belinha (Dati, Dati!), ao Vitinho (O Homem Aranha); Timo (posso te contar uma coisa?); ao Tales (esse vai pro circo); ao Tiago (você está no msn ou no orkut?); ao Jéferson (pensa que sabe!); ao Bruno (O pé de alface). A todos da família, muito obrigado!

À Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, pela orientação, paciência e confiança depositada durante os anos de graduação e pós-graduação. Sem palavras! Muito obrigado!

Ao CNPQ e à FAPESP pelas bolsas concedidas no percurso do trabalho.

Aos funcionários da UNESP de Presidente Prudente, em especial, Lucia e Nair.

Às famílias que participaram da pesquisa de campo nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira em Jundiáí.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação em Geografia.

Aos Professores Marcos Saquet e Maria Encarnação Beltrão Sposito pelas contribuições concedidas no exame de qualificação.

Aos professores do Departamento de Geografia, em especial, ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol; Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes; Prof. Dr. João Lima Neto; Prof. Dr. Artur Magon Whitacker; Prof. Miguel Gimenez. Pelo apoio e amizade construída!

Aos amigos! Que honra ter conhecido pessoas especiais. Alguns, pela proximidade e amizade construída, tornaram-se pessoas inesquecíveis e, com certeza, irmãos da vida, como sempre dizíamos. Eis alguns deles: Vítor (vai ser doutor logo); Aline (desculpas por ter jogado o garfo fora); Solange (*Sorry!* Quando ouço essa música!) e, Leandro (um irmão pra sempre). Pelos corredores da UNESP e barzinhos da vida (quantas pizzas hein!). Feliz por ter compartilhado uma fase da minha vida com todos vocês. Valeu mesmo!

Aos amigos e companheiros do **GEDRA**, em especial, Regiane; Wagner (legítimo camponês); Erika; Evandro; Fernando; Flavio; Celso; Zé Alves; Antonio; Adriano; Profa. Célia; Sampaio.

Aos companheiros de república: Saulo (Chatuba) e Mineiro. Valeu meus queridos. Feira de domingo e comida uruguaia nunca mais. Por falar em comida uruguaia, ao irmão Uru (*el hermano*), pela amizade construída. *Arriba muchacho, la vida puede más! Siempre.*

Aos *hermanos* argentinos: Pablo; Pablo Repetti; Pablo Negro; Darío; La negra; Nathalia; Bahía Blanca; Gerald; Gabriel; Andrés. Gracias muchachos! Dias inesquecíveis em terras argentinas.

Aos amigos da graduação (2001- 2004), pela amizade e convívio. Saudades das viagens de campo; das festas de aniversário; dos torneios de futebol; do basquete de domingo; da piscina no sábado; da manga em novembro; das Semanas de Geografia e eventos que ajudávamos a organizar. Aquele dia no lago é inesquecível.

Aos amigos da pós-graduação (2005-2008), especialmente: Matuzalém, Marcio Freitas; Oscar (Mexicano); Igor (valeu meu amigo! Pela ajuda e paciência); Xisto e Marta (casal que merece ser muito feliz); Carlos Neto e Clayton.

Aos amigos de Jundiaí: Fábio; Daniel; João Paulo; Rodney; Maycon; Fernando; Cleber; Rosangela; Rosana; Márcia; Ronilda; Junio; Endrigo, pessoal do vôlei; Marcio; Aldonei, entre outros, que de certa forma proporcionam momentos alegres, o que ajuda a perceber quanto à felicidade encontra-se perto de nós. Valeu pessoal! Viver sem amigos é complicado e disso estou certo de que não posso me queixar.

Aos professores e alunos (7B; 7C; 8A; 8B; 8C; 1A; 1B; 3B; 3C) da Escola Estadual Benedita Arruda pela amizade e pelo carinho concedido neste tempo de convívio e trabalho conjunto.

Por fim, duas pessoas especiais: Leandro (*el chico*) e Carolina (*la chica*). Leo, muito obrigado meu irmão: pela ajuda no trabalho de campo; pela paciência e amizade construída. Carolina, você é ímpar! Muito obrigado por existir. Tenho certeza que medo de gato e carne com peixe faz parte de um roteiro de filme chamado: A dupla. Vocês são especiais!

Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a - espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

Milton Santos

RESUMO

Objetiva-se, com este trabalho, apresentar uma análise das mudanças e permanências ocorridas no espaço rural do Município de Jundiaí (SP), tendo como ponto de reflexão as distintas estratégias de reprodução social e econômica adotadas pela produção agrícola familiar em dois recortes territoriais, a saber: os Bairros Rurais da Toca e da Roseira. Parte-se da premissa de que os conteúdos e os significados dos espaços rurais têm sofrido alterações em relação aos usos e ocupação do solo, expressando, do ponto de vista da paisagem, a formação de espaços periurbanos decorrentes, sobretudo, dos processos de urbanização difusa. No âmbito das famílias rurais, verifica-se a adoção de distintas estratégias de reprodução social e econômica como forma de se manterem no campo. Tais estratégias compreendem o desenvolvimento de atividades e a obtenção de rendas não necessariamente de base agrícola, o que coloca em evidência a conformação de um espaço rural heterogêneo e complexo, tendo em vista as novas formas de uso do solo e relações com o espaço urbano.

Palavras-chave: urbanização difusa, bairros rurais, produção agrícola familiar, pluriatividade, Município de Jundiaí.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es exponer un análisis de los cambios y permanencias en el espacio rural del Municipio de Jundiaí, teniendo como punto de partida las distintas estrategias de reproducción social y económica adoptadas por la producción agrícola familiar en dos recortes territoriales, tales como: los “Bairros Rurais da Toca e da Roseira”. Los contenidos y los significados de los espacios rurales han sufrido cambios en relación a los usos y ocupaciones del suelo, lo que expone, del punto de vista del paisaje, la conformación de espacios periurbanos complejos, derivados, sobre todo, de los procesos de urbanización reticular o difusa. En el ámbito de las familias rurales se ha verificado la adopción de estrategias de reproducción social y económica. Dichas estrategias comprenden el desarrollo de actividades y la obtención de rentas, no vinculadas

necesariamente a la agricultura, lo que plasma la existencia de un espacio rural heterogéneo y complejo.

Palabras clave: urbanización reticular o difusa, barrios rurales, producción agrícola familiar, pluriactividad, Municipio de Jundiaí.

• **Lista de Tabelas**

Número	Título	Pg.
01	Indústrias implantadas no Município de Jundiaí nos anos 1950 – 1960	64
02	População de Jundiaí e municípios emancipados (1970 – 2000)	65
03	Municípios da Região de Governo de Jundiaí: urbanização e participação no total de valor adicionado (2004)	66
04	Evolução do tamanho das propriedades rurais no Município de Jundiaí (1904/05-1947)	70
05	Viticultores em Jundiaí (1904/05 – 1947)	71
06	Estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares (1950 – 1995/96)	76
07	Área dos estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares (1950 – 1995/96)	76
08	Condição dos Produtores Rurais no Município de Jundiaí (1950 – 1995/96) ..	78
09	Condição dos Produtores Rurais no Município de Jundiaí (1950 - 1995/96 - %)	78
10	Utilização das terras (1950 – 1995/96)	80
11	Lavouras permanentes (área plantada - 1950 – 1995/96)	83
12	Lavouras temporárias (área plantada - 1950 – 1995/96)	83
13	Lavouras permanentes (área plantada – 1990 / 2005)	88
14	Lavouras temporárias (área plantada – 1990 / 2005)	88
15	Uso e ocupação do solo nos Bairros Rurais Roseira e Toca	128
16	Mudanças ocorridas nas propriedades rurais nos Bairros Rurais Roseira e Toca	133
17	Freqüência do deslocamento dos chefes de família ao centro da cidade	139
18	Idade dos produtores rurais (Famílias conjugadas)	158
19	Origem dos produtores rurais	160
20	Situação do entrevistado em relação à propriedade	163
21	Tamanho das propriedades familiares (hectares)	169
22	Número de pessoas por família	173
23	Pessoas da família envolvidas com a atividade agrícola	175

24	Membros das famílias que trabalham na unidade produtiva familiar	176
25	Síntese do quadro familiar	177
26	Sobre o setor de trabalho externo	178
27	Número de famílias agregadas por propriedade	180
28	Tipo de família que segue na propriedade entre as famílias pesquisadas no Bairro Rural Toca	181
29	Tipo de família que segue na propriedade entre as famílias pesquisadas no Bairro Rural Roseira	181
30	Deslocamento geral diário (Famílias entrevistadas e Famílias agregadas)	184
31	Trabalho da mulher	187
32	Mudanças ocorridas no quadro produtivo após a crise da uva	191
33	Principal atividade desenvolvida como forma de gerar renda	193
34	Fruta cultivada que gera a principal renda	195
35	Diversificação produtiva nas propriedades pesquisadas	204
36	Tipos de atividades não-agrícola realizadas pelas famílias pesquisadas	210
37	Outras atividades e rendas	214
38	Combinação de atividades e rendas – Bairro Rural Toca	212
39	Combinação de atividades e rendas – Bairro Rural Roseira	218
40	Pesquisa de campo (amostra de questionários)	237
41	Número de matrículas rurais nos Bairros Rurais Toca e Roseira	239
42	Número de propriedades rurais nos Bairros Rurais Toca e Roseira	239

- **Lista de Gráficos**

Número	Título	Pg.
01	Crescimento da população de Jundiaí no período 1940 – 1967	63
02	População rural e urbana no Município de Jundiaí, 1950 – 2000	67
03	População rural e urbana no Município de Jundiaí, 1950 – 2000 (%)	68
04	Estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total (1950 - 1995/96).....	73
05	Estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total (1950 - 1995/96 - %).....	73
06	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total (1950 - 1995/96)	74
07	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total 1950 - 1995/96 (%)......	74
08	Utilização das terras (1950 – 1996/96) - %	85
09	Área ocupada com as culturas tradicionais (1950 – 1995/96)	87
10	Área ocupada com as lavouras permanentes, lavouras temporárias e com a uva (1990 – 2005)	82
11	Transporte público coletivo (07/03/2007 – quarta-feira)	138

• **Lista de Figuras**

Número	Título	Pg
01	Localização do Município de Jundiaí no Estado de São Paulo	23
02	Localização dos Bairros Rurais da Roseira e Toca no Município de Jundiaí	24
03	Jundiaí e seus arredores (2007)	96
04	Jundiaí e sua proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo .	97
05	Expansão urbana no Município de Jundiaí (1954 – 1983)	103
06	Aglomeração não-metropolitana de Jundiaí (2005)	105
07	Expansão do tecido urbano no Município de Jundiaí, 1983 – 2003	111
08	Município de Jundiaí – distintos usos do solo e as manchas urbanas (2004)	112
09	Loteamentos Irregulares no Município de Jundiaí – SP	116
10	Bairro Rural Roseira, novos espaços de moradia	122
11	Bairro Rural Roseira, origem de um novo loteamento irregular	122
12	Uso e ocupação do solo nos Bairros Rurais Roseira e Toca	129
14	Propriedades rurais familiares visitadas nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca	155
15	Croqui de campo – localização das propriedades rurais familiares	156
16	Organograma das famílias – processo de herança da terra (Família Fontebasso)	165
17	Organograma das famílias – processo de herança da terra (Família Fumachi)	166
18	Representação das propriedades que deram origem ao Bairro Rural Roseira	167
19	Fragmentação da terra herdada no Bairro Rural Roseira	168
20	Deslocamento de pessoas em direção à cidade de Jundiaí – Bairro Rural da Toca	185
21	Deslocamento de pessoas em direção à cidade de Jundiaí – Bairro Rural da Roseira	186
22	Festa no Bairro Rural Roseira	

• **Lista de Fotos**

Número	Título	Pg
01	Ponte Torta sobre o Rio Guapeva, uma expressão de tempos passados	42
02	Casa da Família Fontebasso, anos 1920	50
03	A relação da vinha com o grupo familiar, anos 1940	51
04	Descendentes italianos e a cultura da uva no Bairro Rural Toca, 1940 .	54
05	Procissão de São Roque, anos 1920	55
06	Reprodução de brincadeiras e as festas no domingo	56
07	Trabalho familiar no cultivo da uva no Bairro Rural Toca	57
08	Descendentes italianos na comemoração da Festa da Uva, anos 1980 ..	57
09	Certidão de óbito de Leopoldo Mingotti, patrono da Família Mingotti .	58
10	Registro de estrangeiros no Estado de São Paulo, 1940	58
11	Paisagem rural no Bairro Rural Roseira, 1949	82
12	Festa da Uva: divulgação da colheita e principal festa da cidade	89
13	Colheita da uva em 2007	89
14	Exposição dos produtores rurais premiados	90
15	Rodovia Anhanguera no Município de Jundiá	104
16	Loteamento irregular no Bairro Rural Roseira	110
17	Loteamento fechado no Bairro do Caxambu , área de expansão urbana norte	110
18	Bairros Rurais na Via Anhanguera	113
19	Propaganda sobre loteamentos fechados: a valorização da natureza	115
20	Loteamento irregular no Bairro Rural Roseira	115
21	Presença de mata ciliar no Bairro Rural Roseira	119
22	Rio Jundiá – Mirim no Bairro Rural Roseira	119
23	Bairro Rural Toca – área core	120
24	Bairro Rural Roseira – colinas suaves e dispersas	121
25	Loteamento irregular no Bairro Rural Roseira	123
26	Aspectos da moradia em loteamento irregular	123
27	Coleta de lixo no Bairro Rural Roseira	124
28	Depósito de lixo doméstico no Córrego Toca	124

29	Casa de antiga família de meeiro – aluguel para famílias urbanas	124
30	Casas em propriedade rural destinadas ao aluguel no Bairro da Toca ...	126
31	Bar no Bairro Rural Roseira	131
32	Madeira no Bairro Rural Roseira	131
33	Escola no Bairro Rural Roseira	131
34	Estabelecimento industrial no Bairro Rural Toca	131
35	Sede de empresa de ônibus no Bairro Rural Toca	131
36	Sede de Clube de Campo no Bairro Rural Toca	131
37	Linha de ônibus 555 – Bairro Rural Roseira / Terminal Colônia	137
38	Ponto de ônibus no Bairro Rural Roseira	137
39	Carroça, antigo meio de transporte utilizado	140
40	Placa de carroça antiga	140
41	Tropas a cavalo	143
42	Agricultura: Bairro Rural Toca	143
43	Igreja São Sebastião – Roseira	143
44	Igreja São Roque – Toca	143
45	Entrevista com produtor rural no Bairro Rural Roseira	157
46	Casal de produtores no Bairro Rural Roseira	159
47	Casal de produtores no Bairro Rural Toca	159
48	Casamento entre herdeiros residentes no Bairro Rural Roseira	161
49	Patriarcas da Família Bernardi – Bairro Rural Toca	164
50	Herdeiros da Família Bernardi – Bairro Rural Toca	164
51	Propriedade Rural herdada	167
52	Antigo prédio escolar na Propriedade Mingoti	171
53	Família Mingotti – Bairro Rural Toca	174
54	Casa agregada na Família Donati	189
55	Trabalho da mulher na seleção das frutas	189
56	Produção de chocolates caseiros	189
57	Salão de Cabeleireiro	189
58	Produção de massas caseiras	189
59	Presença de parreiras no Bairro Rural Toca	195
60	Produção de caqui orgânico	197
61	Barraca de frutas no Terminal de Ônibus - Jardim Colônia	198

62	Produção de Hortaliças no Bairro Rural Roseira	199
63	Extração do eucalipto no Bairro Rural Roseira	200
64	Granja no Bairro Rural Roseira	201
65	Produção de rosas no Bairro Rural Roseira	202
66	Diversificação produtiva agrícola no Bairro Rural Toca	205
67	Diversificação de frutas no Bairro Rural Toca	206
68	Diversificação de frutas no Bairro Rural Roseira	206
69	Crescimento das residências destinadas ao aluguel	207
70	Restaurante no Bairro Rural Roseira	211
71	Serviços de terraplenagem no Bairro Rural Roseira	211
72	Aluguel da propriedade para atividade de lazer no Bairro Rural Toca ..	215
73	Criação de avestruz no Bairro Rural Roseira	215
74	Produção de vinho artesanal	215

Lista de Siglas

Sigla	Significado
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LUPA	Levantamento por unidade produtiva agrícola
PAM	Produção Agrícola Municipal
SENAI	Serviço Nacional da Indústria
FUNDAÇÃO SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de dados
APA	Área de Preservação Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
UNESP	Universidade Estadual Paulista
USP	Universidade de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UBA	Universidad de Buenos Aires
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
GEDRA	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITR	Imposto Territorial Rural
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
DAE	Departamento de Água e Esgoto
PAC	Política Agrícola Comum – União Européia
CEASA	Central de Abastecimento
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
AVA	Associação de Vinho artesanal
ZEU	Zona de Expansão Urbana

Sumário

Introdução	21
1 A formação territorial do Município de Jundiá: as territorialidades e o movimento de transformação do espaço	28
1.1 Espaço em movimento: constituição de territórios e de territorialidades múltiplas	30
1.1.1 A opção pelos conceitos de território e territorialidade	31
1.2 O processo de formação do Município de Jundiá: a constituição de múltiplos territórios	36
1.2.1 Formação territorial do Município de Jundiá: três eventos	37
2 Mudanças e permanências nas estruturas populacional e produtiva no Município de Jundiá	62
2.1 Mudanças nas dinâmicas econômica e populacional	63
2.2 Mudanças e permanências na estrutura produtiva agrícola do Município de Jundiá	69
3 O espaço rural no contexto da urbanização difusa: mudanças e permanências nos Bairros Rurais Roseira e Toca no Município de Jundiá	93
3.1 Urbanização difusa: aspectos teóricos	99
3.1.1 Urbanização e cidades: pontos para reflexão	100
3.2 O Município de Jundiá no contexto da urbanização difusa	102
3.3 Mudanças e permanências nos Bairros Rurais Roseira e Toca	117
3.4 Bairros Rurais Roseira e Toca: significados atuais	141
4 As estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelas famílias rurais nos Bairros Rurais Roseira e Toca: uma análise da pluriatividade	146
4.1 Unidade de análise: perfil das famílias e propriedades estudadas	148
4.1.1 Produção agrícola familiar e pluriatividade	149
4.1.2 Perfil das famílias estudadas.....	153
4.1.3 Perfil das famílias estudadas	172
4.2 Atividades e rendas	190
4.2.1 Rendas não-agrícolas	207
4.2.2 Atividades não-agrícolas	208
4.2.3 A presença de unidades produtivas pluriativas	217
Considerações Finais	221
Apêndice	228
Referências Bibliográficas	242
Anexos	253

Introdução

O *mundo rural* tem sofrido significativas alterações em seu conteúdo. Tais mudanças corroboram a conformação de um espaço diferenciado em relação aos usos do solo e, principalmente, no âmbito das relações econômicas e sociais estabelecidas. Tal complexidade revela um devir contínuo, seja pelo grau de adaptações e permanências, seja pelas transformações de espaços rurais tradicionais, como, por exemplo, os bairros rurais situados nas proximidades de grande centros urbanos.

Além das mudanças reveladas no plano territorial, em que o espaço rural tornou-se diferenciado e, sobretudo, heterogêneo, ratificam-se mudanças no plano social, em que famílias rurais passam a modificar sua estrutura de trabalho e, por sua vez, seu modo de vida tradicional, incorporando valores tidos até então como urbanos, assim como também, de diversas estratégias de reprodução social e econômica com o objetivo de sobreviver no campo. Dessa forma, a partir dos anos 1990 sob influência da multifuncionalidade da agricultura, a produção agrícola familiar tornou-se uma temática bastante presente nas reflexões de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Assim, pressupõe-se que o tema da *multifuncionalidade da agricultura* tornou profícuas as análises geográficas, econômicas e sociológicas sobre a produção agrícola familiar a partir de um ‘novo eixo investigativo’, uma vez que parte das famílias passa a desenvolver, a obter e também a combinar atividades e rendas não necessariamente vinculadas à agricultura, o que rompe, por definitivo, com o ‘mito de rural’ como sinônimo de agrícola e de agrário: um espaço em crescente interdependência com o urbano; um devir histórico.

Parte-se da premissa de que a família rural, com o intuito de resistir e permanecer na propriedade, passa a adotar distintas estratégias de reprodução social e econômica que, atualmente, extrapolam as atividades agrícolas, tendo em vista a proliferação de um conjunto de outras atividades e rendas não-agrícolas ligadas especialmente ao trabalho externo – na indústria, no comércio, nos serviços públicos –, ao lazer – turismo rural – e na prestação de serviços.

Do ponto de vista teórico, a noção que vem sendo utilizada para caracterizar as mudanças no espaço rural, assim como no âmbito da estrutura das famílias rurais refere-se ao fenômeno da *pluriatividade*. Salienta-se que o reconhecimento por parte da intelectualidade da noção de pluriatividade é resultado de dois principais fatores: a) que seu desenvolvimento não leva necessariamente ao abandono das atividades agrícolas por

parte das famílias rurais; e, b) corresponde numa estratégia de reprodução social e econômica que, em muitos casos, posterga a saída de filhos e de outros membros da família. Além disso, o fenômeno da pluriatividade tem introduzido ‘novos significados ao espaço rural’, especialmente, em relação ao uso do solo. Acredita-se que apreender as estratégias de reprodução social e econômica das famílias rurais consiste numa reflexão necessária, em especial, no âmbito da Geografia, tendo em vista a importância adquirida pelas especificidades territoriais no estudo da dinâmica da produção agrícola familiar e do fenômeno da pluriatividade no Brasil.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi adotado como recorte espacial de estudo o Município de Jundiaí – SP. O referido município está localizado na porção leste do Estado de São Paulo (**Figura 01**), região em que os territórios rurais têm apresentado conteúdos espaciais que se mesclam com os processos de urbanização difusa e de industrialização, constituindo-se, desse modo, num contexto geográfico amplamente favorável ao estudo da pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar recriada historicamente a partir de um regime de pequena propriedade e vínculos diretos com a cidade.

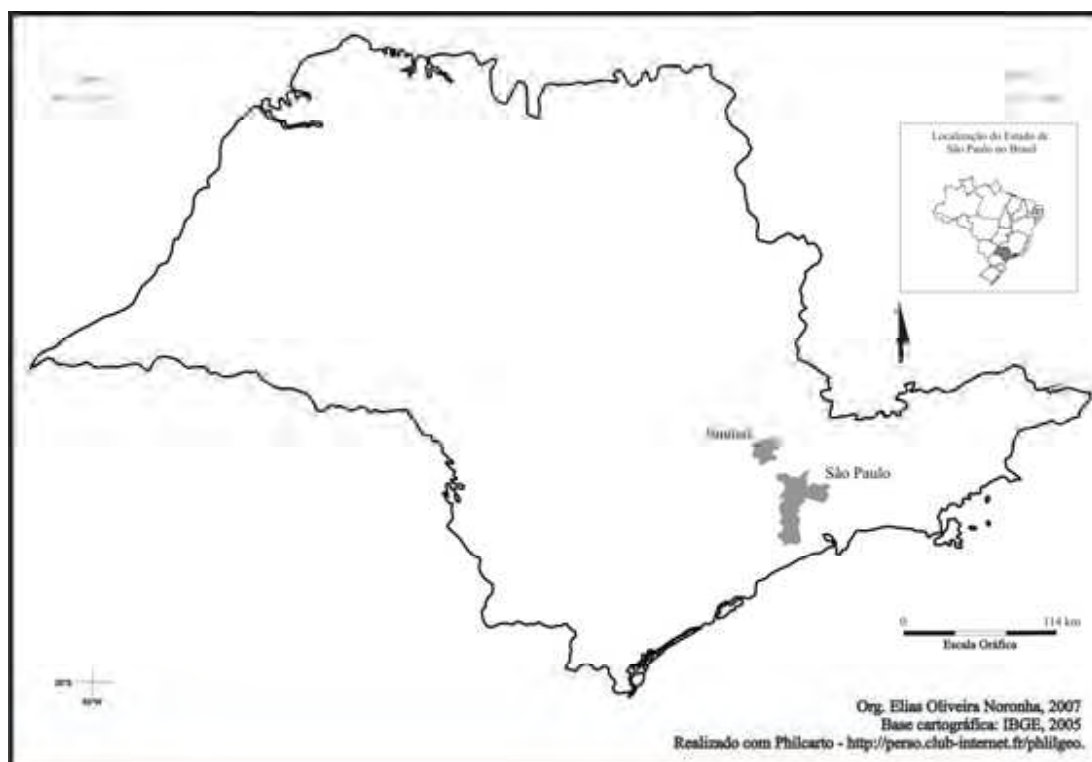


Figura 01: Localização do Município de Jundiaí no Estado de São Paulo

Para contornar o problema da extensão geográfica do referido município e efetuar uma análise pormenorizada da pluriatividade e das estratégias de reprodução social e econômica no âmbito da produção agrícola familiar foram selecionados dois bairros rurais, existindo, portanto, objetivos específicos em relação à dinâmica agrária do município e em relação aos bairros rurais selecionados para a pesquisa de campo, a saber: os **Bairros Rurais da Roseira e da Toca**. Os dois bairros rurais estão situados na porção nordeste do Município de Jundiá (Figura 02) e correspondem a áreas rurais contíguas do ponto de vista territorial e que resultaram do mesmo processo de formação e de efetiva ocupação.

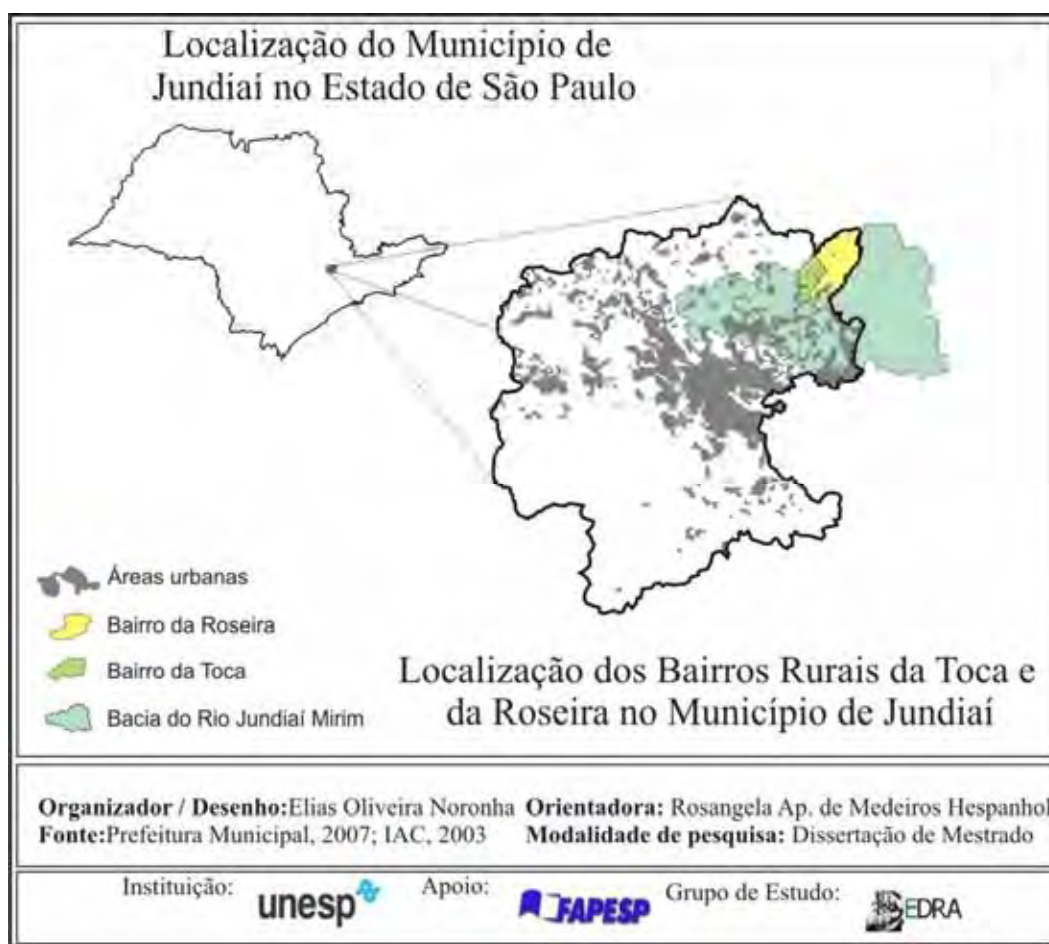


Figura 02: Localização dos Bairros Rurais da Roseira e Toca no Município de Jundiá

Ao considerar as duas escalas de análise, o método de investigação pautar-se-á num **estudo de caso** contemplando, de um lado, as características gerais apresentadas pelo recorte político-administrativo – Município de Jundiá – e, de outro, das unidades territoriais de investigação empírica: os *bairros rurais*. Há, portanto, duas escalas analíticas.

Na escala do município objetivou-se:

- Compreender o processo de ocupação e de formação territorial, em especial da agricultura e suas relações com as dinâmicas de industrialização e de urbanização;
- Caracterizar a estrutura produtiva, considerando as transformações ocorridas na agricultura local no período de 1970 a 2005; e,
- Investigar a atuação dos diferentes agentes e atores sociais e políticos envolvidos com o desenvolvimento da agricultura local.

No que se refere às duas áreas de pesquisa - bairros rurais - selecionadas pretendeu-se:

- Averiguar como está organizado o trabalho dos membros da família, identificando o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas e sua importância econômica e social para a manutenção e/ou reprodução no meio rural;
- Identificar as estratégias utilizadas nas unidades produtivas em nível de comercialização agrícola, bem como analisar os fatores que levaram à implementação dessas estratégias;
- Identificar e analisar os fatores que levaram à implementação das atividades e rendas não agrícolas nas unidades produtivas;
- Averiguar se a especialização produtiva, nesse caso no ramo frutícola, influi no desenvolvimento da pluriatividade, uma vez que há a liberação de mão-de-obra familiar em certos períodos do processo produtivo.

Os procedimentos e etapas de trabalho¹ tiveram como ponto de partida a **formulação de uma hipótese de investigação** sobre as estratégias de reprodução social e econômica da produção agrícola familiar a partir da noção de pluriatividade. Parte-se da premissa de que o desenvolvimento da pluriatividade nos respectivos bairros rurais corresponde numa *estratégia de reprodução social e econômica adotada pela produção agrícola familiar constituída historicamente a partir do regime de pequena propriedade*.

Reforça-se que foram as características territoriais dos Bairros Rurais da Roseira e da Toca que chamaram a atenção e, por conseguinte, resultaram na formulação da hipótese de trabalho: *o desenvolvimento da pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar conformaria do ponto de vista das expressões cotidianas e manifestações culturais uma **nova ruralidade***: novas representações sociais, conquanto não isoladas do conjunto da sociedade que se urbaniza cada vez mais.

Por certo, o procedimento de pesquisa indispensável foi o reconhecimento de campo. Tanto as observações de campo quanto o levantamento de informações complementares suscitaram alguns questionamentos sobre o **significado de rural² na referida área de estudo** e, além disso, uma reflexão sobre a transformação das respectivas áreas levando em conta processos e dinâmicas propriamente urbanas para além das cidades enquanto realidade materializada.

Por um lado, ratifica-se que a construção de uma hipótese de trabalho deve estar amparada, primeiramente, num método de investigação e, secundariamente, num conjunto de construções teóricas capazes de subsidiar as reflexões efetuadas. Por outro lado, também é importante encontrar subsídios nas especificidades territoriais da área de investigação.

Para apresentar os resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa, o relatório científico foi organizado em *quatro capítulos*. No **primeiro capítulo** é apresentada uma análise do processo de formação territorial do Município de Jundiá a partir de três eventos e elementos históricos: o *movimento bandeirante*, que representa a fase de ocupação; a *ferrovia*, a fase de transformação e de consolidação dos processos de

¹ Os procedimentos e etapas da pesquisa são apresentados no Apêndice I.

² O termo **rural** é utilizado para designar tanto o espaço em si quanto o modo de vida predominante no campo.

industrialização e urbanização; e, a *imigração italiana* que, em sua complexidade, representa o processo de constituição e formação das áreas rurais a partir do regime de pequena propriedade familiar.

A análise dos dados de fonte secundária coletados sobre as mudanças nas estruturas populacional e produtiva do Município de Jundiaí no período posterior aos anos 1950 deu origem ao **segundo capítulo**, cujo objetivo principal é apreender as mudanças e permanências ocorridas em relação: a) ao crescimento da população urbana e redução da população vivendo na porção rural; e, b) ao processo de diversificação agrícola a partir dos anos 1990 com a decadência da produção de uva de mesa e aumento, por conseguinte, da área plantada com outras culturas.

No **terceiro capítulo**, por sua vez, é feita uma análise dos significados e conteúdos do espaço rural no contexto da urbanização difusa no Município de Jundiaí. Para tanto, as duas escalas analíticas serão analisadas. Em relação à escala do município é feita uma análise das mudanças ocorridas no plano cartesiano, denotando, por sua vez, novos sentidos às áreas de transição rural-urbana e constituição de **espaços periurbanos complexos**. No que se refere à escala dos *bairros rurais*, a análise encontra-se amparada no quadro de mudanças ocorridas na paisagem rural, o que não foge à regra dos processos e dinâmicas ocorridas no município.

De certa forma, os três primeiros capítulos revelam um esforço de apreensão das especificidades geográficas do recorte espacial de estudo, em especial, aos significados do espaço rural no contexto da urbanização difusa ou reticular. Com base nas reflexões efetuadas foi organizada no **quarto capítulo** uma análise pormenorizada das estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelas famílias rurais estudadas nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca. Tal análise encontra fundamentos teóricos na noção de pluriatividade e, por conseguinte, na confirmação da hipótese norteadora do presente trabalho: a conformação de uma **nova ruralidade**.



Capítulo 1

A formação territorial do Município de Jundiaí: as territorialidades e o movimento de transformação do espaço

Objetiva-se, com a organização deste primeiro capítulo, apresentar uma análise do processo de formação territorial do Município de Jundiá, recorte espacial deste estudo. Para tanto, será dada uma atenção especial ao conjunto de eventos e elementos históricos constituintes de um espaço que, em sua totalidade, encontra-se em constante transformação e adaptação.

Inicialmente, é interessante observar que a opção teórica encontra-se amparada em um método de investigação em que o processo de apropriação do espaço e a transformação deste ratificam a constituição de inúmeros territórios e, por conseguinte, de representações múltiplas, ou seja, territorialidades, as quais não se perdem no espaço e no tempo, conquanto se reproduza na cadência do processo de mudança e no movimento da sociedade que se acelera na contemporaneidade (SANTOS, 1996).

Para melhor ilustrar essa construção teórica tem-se, como ponto de partida, a definição de espaço proposta por Santos (1996)³. Para este autor, o espaço é compreendido como um conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações, pressupondo também a existência de processos externos. Para esse autor, o espaço geográfico, ainda que no plano teórico abstrato, é constituído por um conjunto de categorias analíticas internas, a saber: a paisagem; a configuração territorial; a divisão territorial do trabalho; os espaços produzido e produtivo; as rugosidades; e as formas-conteúdo. Este conjunto de categorias, já no plano concreto, confere ao espaço ser, ao mesmo tempo, o resultado e também a condição dos processos sociais (SAQUET, 2003).

Esses conceitos representam um esforço de abstração da complexa realidade social contemporânea. De acordo com Sposito (2004a), cada conceito possui sua história, sendo elaborado a partir de alguma referência inicial: uma construção científica e, acrescenta-se, uma construção abstrata da realidade posta a constantes modificações. Igualmente, para apreender o processo de transformação do espaço é adotada, como leitura

³ É interessante lembrar que Milton Santos encontrou apoio teórico nos fundamentos da categoria totalidade, o que para Fusco (2005) é sempre uma pretensão inalcançável, uma vez que a realidade é mais complexa do que qualquer construção teórica. Esse é um ponto de partida importante. Entretanto, como bem descreveu Saquet (2003), a totalidade, no sentido que mencionou Milton Santos, não se refere ao todo, mas as relações estabelecidas entre o singular e o universal; uma dialética que une escalas, processos e fenômenos. Para Santos (1996), a categoria totalidade, além de ajudar a construir uma epistemologia do espaço geográfico, expressa, de forma incisiva, a realidade em sua integridade, ou seja, o espaço enquanto devir.

interpretativa⁴, a perspectiva espaço-processo apresentada por Haesbaert (2005) e introduzida por Henri Lefebvre na década de 1970. Essa leitura interpretativa do espaço geográfico e de suas transformações pressupõe a leitura do espaço enquanto devir, evidenciando, portanto, uma trama de relações sociais indutoras desse contínuo processo de produção e de (re) produção.

É nessa perspectiva que o conceito de território torna-se um aspecto teórico balizador desse primeiro capítulo, cujo intuito é compreender o processo de formação do Município de Jundiá. Para Haesbaert (2005), a idéia de espaço-processo, também enfocado por Rua (2005), remete à leitura de um espaço socialmente construído, ou seja, territorializado: repleto de conteúdo social.

Ao correlacionar esse conjunto de acepções teóricas, uma discussão sobressai enquanto possibilidade interpretativa desse espaço em transformação: a relação espaço-tempo. Com efeito, essa relação une, de forma contraditória e combinada, as duas principais dimensões da existência humana, pois permite evidenciar a existência das manifestações múltiplas do espaço geográfico (RUA, 2005).

Com a finalidade de melhor apresentar os aspectos constitutivos do método de investigação e, sobretudo, as opções teórico-conceituais é proposta, inicialmente, uma discussão teórica sobre os conceitos de território e de territorialidade, o que permite, posteriormente, uma análise do processo de formação territorial do Município de Jundiá.

1.1 Espaço em movimento: constituição de territórios e de territorialidades múltiplas

A opção teórico-metodológica pelo conceito de espaço revela a complexidade de um exercício cuja finalidade é identificar eventos e elementos auxiliares na trama histórica do processo de formação do Município de Jundiá a partir da interlocução espaço-tempo, o que implica, antecipadamente, em compreender a

⁴ Para Sposito (2004a), a opção por um método de investigação perpassa fundamentalmente por reflexões acerca dos conceitos e categorias utilizadas, o que permite, de um lado, apreender as especificidades do recorte espacial de estudo e, de outro, compreender como distintos fenômenos são correlatos e coexistem em diferentes lugares.

importância dos conceitos de território e de territorialidade. Esse exercício teórico está amparado, fundamentalmente, nas contribuições de: Raffestin (1993); Machado (1997); Saquet (2003; 2005; 2006); e, Bagli (2005; 2006a; 2005b).

1.1.1 A opção pelos conceitos de território e territorialidade

Nas concepções de Raffestin (1993), espaço e território não são termos que se equivalem, sendo que o primeiro antecede o segundo. O território se forma a partir do espaço num processo de produção, revelando relações circunscritas num campo de poder. Saquet (2005) afirma que, embora distintos, espaço e território encontram-se entrelaçados e, portanto, são complementares. Desse modo, o espaço, enquanto resultado de relações históricas e escalares, é constituído - e também produzido - por movimento, que é histórico, porém não linear. O território, nessa perspectiva, é compreendido como uma construção histórica (SAQUET, 2005).

Saquet (2005), ao desenvolver um denso corpo teórico sobre o conceito de território em suas distintas abordagens, propõe como possibilidade de leitura a noção de movimento. Estando em contínuo movimento, o território é, portanto, processual, sendo constituído por outros três elementos em constante interação: a **identidade**, as **relações de poder** e as **redes de circulação e comunicação**, ou seja, o movimento em si. Explicando:

[...] observando e estudando obras da literatura de diferentes países e momentos, parece-nos claro que alguns elementos e/ou aspectos são centrais ao território. São eles: as **redes** de circulação e comunicação (movimento); as relações de **poder**, que significam resumidamente dominação e subordinação que se cristalizam no âmbito da E-P-C (movimento), e, a formação de **identidades** locais/enraizamento/ligação/lugar (movimento) (SAQUET, 2005, p. 13885) [grifos do autor].

É interessante observar que Saquet (2005) compreende a existência do território a partir de um conjunto de forças econômicas, políticas e culturais (E-P-C), conjugadas no tempo e no espaço. Entretanto, um outro elemento sobressai enquanto perspectiva de análise do território: a natureza externa ao homem (E-P-C-N). Portanto, o território, como uma construção histórica, é constituído por representações, ou seja, territorialidades (SAQUET, 2005). Contudo, antes mesmo de discutir o conceito de

territorialidade, é pertinente salientar a “idéia de movimento”, enfatizado pelo referido autor como possibilidade interpretativa da relação espaço-tempo. Igualmente, a idéia de movimento remete ao acúmulo desigual de tempos que mencionou Santos (1978).

Na perspectiva de Saquet (2005), o movimento é a coexistência de tempos, sejam estes rápidos ou lentos. Nesse movimento dialético, “o velho não é suprimido, eliminado, mas superado, permanecendo, no novo” (SAQUET, 2005, p. 13890). Desse modo, o movimento histórico é carregado de mudanças e permanências. Todavia, deve-se ressaltar a singularidade de cada lugar que tanto chamou a atenção de Milton Santos: as **especificidades territoriais**.

A partir das contribuições de Saquet (2006), é possível observar que a abordagem territorial está centrada na relação espaço-tempo⁵ e na reciprocidade das dimensões sociais que, ao mesmo tempo, são territoriais. Para Saquet (2006), os processos territoriais não ocorrem simultaneamente em todos os lugares, tendo em vista distintas intensidades, formas e velocidades (ritmo).

Isso fica bem claro ao citar essa passagem de Saquet (2003, p. 18) que, ao compreender o processo de construção do espaço⁶, descreve que “nem todos os lugares tiveram, ou têm, o mesmo ritmo de desenvolvimento econômico e territorial, mas eles estão, de uma forma ou de outra, interligados, articulados por forças econômicas, políticas e culturais”.

Para Saquet (2006, p. 182), o território é “fruto e condição desses processos, em que há uma relação de reciprocidade entre as forças políticas, econômicas e culturais, mesmo que, às vezes, não conseguimos identificá-las claramente”. Dessa maneira, o território é relacional e também processual. Do mesmo modo, é a relação

⁵ Entende-se, assim, que a complexidade da relação espaço-tempo decorre, em parte, do conjunto de questionamentos teóricos sobre a subjugação do primeiro pelo segundo. Tais teses defendem a anulação ou a quase eliminação do espaço diante da velocidade dos fenômenos sociais contemporâneos proporcionados, sobretudo, pelo aperfeiçoamento da técnica e da informação. Para Silveira (1997), a sociedade atual vivencia um período de devir acelerado e confuso. Certamente, o desencaixe entre o tempo e o espaço (GIDDENS, 1991) e a aceleração contemporânea (SANTOS, 1996) são as principais contribuições teóricas sobre essa temática. Em comum, apesar de apresentarem enfoques distintos, essas duas construções teóricas corroboram a valorização da dimensão espacial dos fenômenos sociais, mormente, desiguais.

⁶ Saquet (2006) ao refletir sobre a constituição e formação das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense, descreve que as dimensões espaço-tempo são pontos primordiais à reflexão da relação campo-cidade: complementar e dialeticamente definida. De fato, entende-se que tempos e territórios são co-constituídos, seja na cidade, seja no campo.

espaço-tempo que influi incisivamente nos sentidos dos processos territoriais, portanto, tornam-se dimensões interdependentes.

Essa leitura do conceito de território permite analisar a existência do espaço não apenas como palco das múltiplas representações, mas também como resultado da produção e da ação humana. O território constitui-se, portanto, em um elemento teórico essencial para análise das transformações ocorridas no percurso de formação do Município de Jundiaí – SP, ou seja, apropriação, ocupação e formação social, econômica, política e cultural.

Por um lado, a valorização da dimensão espacial está intimamente relacionada ao aprofundamento das relações sociais de produção no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, o que reforça as desigualdades espaciais e, especialmente, a intensificação de distintos interesses e conflitos atuantes no processo de produção e (re) criação do espaço.

Por outro, tendo como pano de fundo a obra de Sposito (2004a), o território não pode ser pensado sem um vínculo direto com a história. Do mesmo modo, nas palavras do autor, sempre que o território é estudado “[...] a categoria tempo comparece de imediato como uma referência necessária” (p. 111). Explicando: **o espaço é construído historicamente**. A partir dessa leitura, o território constitui-se, ao mesmo tempo, em cenário e em produto – resultado – desses distintos interesses e conflitos historicamente constituídos⁷. As relações sociais, não isoladas de um espaço, desenvolvem manifestações múltiplas, ou seja, territorialidades.

Na perspectiva de Raffestin (1993), a territorialidade refere-se às relações mantidas com o território, estabelecidas, portanto, ao ‘viver o território’. Para o autor, a territorialidade é sempre dinâmica e, por sua vez, implica em relações. Nas palavras deste autor, “[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Machado (1997), por sua vez, ao propor um debate epistemológico em Geografia, enfatizando seus principais focos de investigação científica, sanciona a precisão

⁷ Haesbaert (2005) afirma que independente da acepção teórica desenvolvida o conceito de território sempre apresenta um significado de poder, seja na leitura concreta, seja na interpretação do território a partir dos símbolos e identidades.

e importância adquirida pelo conceito de território e da noção de territorialidade frente ao conjunto de transformações em curso na sociedade e, sobretudo, no âmbito da relação sociedade-espço-tempo.

Para esta autora, o território tem adquirido uma significativa importância nos estudos dos fenômenos sociais contemporâneos em decorrência de seu significado concreto, contrapondo, dessa maneira, a noção vaga e imprecisa do conceito de espaço. O espaço, nesta análise, por tratar-se de um conceito plural em relação às suas distintas acepções⁸, nada mais é do que um espaço ocupado e transformado, ou seja, um **território** (MACHADO, 1997).

É nesse contexto que a noção de territorialidade adquire expressividade e, sobretudo, vem a tornar-se um pilar teórico desta investigação. No exercício teórico que vem sendo construído, o território é compreendido como uma realidade espacial socialmente construída, sendo constituído, portanto, de múltiplas dimensões e forças internas e externas. Igualmente, o movimento de constituição do território é contínuo e produz distintas realidades sociais no tempo e no espaço. Tais relações sociais, imbuídas de sentidos e conotações abstratas, correspondem às territorialidades.

Como enfatiza Saquet (2005, p. 13886), o território é substantivado por territorialidades e a definição dessa segunda “extrapola as relações de poder político, os simbolismos de diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. Materialidade e imaterialidade conjugam-se na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s)”.

Machado (1997, p. 29), com base nas contribuições de Raffestin, revela que a territorialidade, enquanto realidade social, “é sempre construída socialmente e seu uso histórico tem sido realizado de forma cumulativa”. Esta autora destaca também que a territorialidade é a íntima aproximação de um conjunto de ações desenvolvidas por um grupo social em um dado recorte espaço-temporal. Desse modo, a territorialidade é passível de ser identificada em distintas escalas. Aqui, privilegiar-se-á a escala do

⁸ Para Machado (1997), o dito “retorno do território” ao conjunto de investigações geográficas pode ser datado a partir dos anos 1960 quando as sucessivas noções de espaço absoluto e espaço relativo foram questionadas pela perspectiva da Geografia Crítica, cuja base teórico-metodológica de investigação está fundamentada no materialismo histórico e dialético.

Município de Jundiaí, por sua vez, encontra-se articulada ao processo de formação territorial do Estado de São Paulo.

Entende-se, portanto, que a territorialidade une dialeticamente as dimensões tempo e espaço, apresentando, como essência de investigação, a construção do espaço que é histórica. Dessa forma, são os eventos que constroem e transformam as territorialidades e estas, neste contexto representativo, dão novos atributos e sentidos aos eventos de forma que, dada essa característica, cada evento materializa-se de forma particular no espaço e, ao mesmo tempo, nos múltiplos territórios produzidos.

Para Haesbaert (2005, p. 6776), a territorialidade “além de incorporar uma dimensão estritamente política diz respeito também às relações econômicas e culturais”. Para tanto, o referido autor apresenta alguns exemplos, a saber: o lidar com a terra; a organização do espaço; e os distintos significados que as pessoas dão ao lugar. Assim, todo território “é ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir significados”⁹ (2005, p. 6776) [grifos do autor].

Bagli (2005) destaca que a territorialidade resulta de relações desenvolvidas cotidianamente entre o sujeito e seu meio de vida, expressando as distintas formas de apropriação do território. Para essa autora, tais relações desenvolvem-se tanto no campo quanto na cidade e que, no âmbito dessa relação contraditória e complementar, existe tanto a destruição de territórios quanto a construção e ou mesmo destruição e reconstrução - embora parcial - de territorialidades.

Com efeito, as territorialidades, como resultado de relações sociais e de intensa aproximação e de identidade com o território, podem ser compreendidas como expressões cotidianas constituídas a partir do movimento de construção e de reconstrução do espaço. Dessa maneira, ao correlacionar as noções de representação e de apropriação do território têm-se a leitura de uma territorialidade mutilada, ou seja, um devir, uma reconstrução (BAGLI, 2005).

⁹ Para Haesbaert (2005), a identificação da noção de territorialidade como dimensão cultural (de identidades e símbolos) é uma leitura ainda que limitada, o que de fato reduz a complexidade desse conceito. De acordo com o referido autor, a leitura desse conceito varia de acordo com a abordagem e a opção teórica.

O discurso geográfico desenvolvido, ainda que dotado de representações e apreensões abstratas, assevera a valorização da **perspectiva espaço-processo**, colocando o conceito de território como opção teórica da presente pesquisa. O intento de compreender o processo de formação territorial do Município de Jundiaí confirma a importância de apreender suas transformações, mas também a constituição de suas múltiplas territorialidades. Esse é o objetivo da próxima seção desse capítulo.

1.2 O processo de formação do Município de Jundiaí: a constituição de múltiplos territórios

Ao levar em conta a complexidade espacial em que está inserido o Município de Jundiaí, como é o caso de uma rede de cidades de diferentes portes, tamanhos e funções, tem-se como ponto de partida de investigação, a **estratégica situação geográfica do município**. Contudo, é pertinente, antes de qualquer reflexão, qualificar esse processo de formação territorial. Por certo, essa característica regional tem recriado um espaço dotado de representações e manifestações múltiplas: a cidade, o campo, o rural e o urbano.

Dessa maneira, para melhor compreender a trama histórica de formação do Município de Jundiaí foram selecionados três eventos e/ou elementos históricos que, em consonância com o processo de formação territorial do Estado de São Paulo, denotam a complexidade espacial em que está situado o referido município, a saber: o bandeirante; a ferrovia; e, o imigrante. Em seu conjunto, tais elementos revelam os processos de ocupação, de apropriação e de formação territorial do Município de Jundiaí.

Para Santos (1996), os eventos são portadores de um acontecer histórico, ou seja, o espaço, enquanto processo e resultado, sempre é refeito, pois está em constante transformação. Segundo o referido autor, os eventos qualificam a dimensão tempo e são constituídos por atores, supondo ação humana e transformação das coisas, dando-lhes novas características.

Portanto, um aspecto de reflexão sobre o processo de ocupação e formação territorial do referido município compreende o movimento de ocupação promovido pelo bandeirantismo em fins do século XVI. É oportuno lembrar que a constituição de algumas características atuais, como é o caso dos processos de

industrialização e urbanização, datam de meados do século XIX, ou seja, dos investimentos efetuados pela economia cafeeira – complexo cafeeiro paulista –.

A escolha desses eventos e/ou elementos históricos se deve, em parte, à revisão bibliográfica realizada sobre o processo de formação social e econômica do município, o que permitiu, também, a adoção do conceito de território como leitura possível dos processos constituintes desse complexo quadro regional. A territorialidade, por sua vez, representa os conteúdos sociais criados com a formação de inúmeros territórios, seja na cidade, seja no campo.

Além disso, é preciso destacar que a opção por tais eventos está intimamente relacionada à necessidade de caracterizar tal processo sem, necessariamente, descrever, a partir de uma periodização, todos os aspectos e elementos constitutivos da sua trama histórica regional. A escolha dos eventos e sua caracterização têm o propósito de apreender as distintas funções desempenhadas pelo Município de Jundiaí desde os primórdios de sua ocupação: uma visão geográfica a partir da dimensão tempo.

1.2.1 Formação territorial do Município de Jundiaí: três eventos

A análise do processo de formação territorial do Município de Jundiaí será iniciada pelo movimento de ocupação das terras, cujo principal personagem histórico foi o bandeirante. Pressupõe-se, assim, que o bandeirantismo, em decorrência de sua complexidade enquanto movimento de expansão das marchas pioneiras pelo interior do Brasil, possa a ser considerado um evento, pois une tempos e lugares distintos a partir de uma mesma lógica político-econômica: *a procura de reservas de metais preciosos*.

A complexidade do movimento bandeirante, na passagem do século XVI ao XVII, deve-se ao fato de que, ao promover a ocupação efetiva das terras paulistas, foi de fundamental importância para a fundação de vilas e freguesias¹⁰, como a de São Paulo de Piratininga em 1554 e da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy em 1615. A formação dessas vilas deu origem a importantes cidades, cujas funções e tamanhos também são distintos.

¹⁰ A principal função das vilas e freguesias oriundas do 'bandeirantismo' em direção ao interior do Brasil era a organização das expedições, assim como o abastecimento das tropas com alimentos e materiais.

Do ponto de vista geográfico, o elemento que chama a atenção é a localização, assim como, o contexto regional em que o município de Jundiáí encontra-se inserido. Por sua situação estratégica, a Freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Jundiáhy logo se tornou o primeiro ponto de parada das expedições que partiam de São Paulo de Piratininga, conformando os primeiros traçados urbanos nas proximidades da capela – Nossa Senhora do Desterro –.

Na segunda metade do século XVII, a freguesia já organizava suas primeiras expedições em direção ao interior do Brasil. Como observa Souza (1956), tanto o crescimento do núcleo urbano quanto o desenvolvimento da agricultura da pequena freguesia apresentou um lento progresso, permanecendo, por muito tempo, uma atividade agrícola calcada na produção de culturas tradicionais, como é o caso do milho, da mandioca, do algodão e do feijão.

Sobre a participação da referida freguesia no contexto da ‘febre aurífera’, é destacável a importância da formação das bandeiras. Todavia, é possível observar que essa função não promoveu o desenvolvimento do núcleo urbano, tendo em vista seu aspecto de parada e de descanso no percurso de uma extensa rota até o interior de Minas Gerais e de Goiás. Por essa posição estratégica, alguns municípios ficaram conhecidos como “Porta do Sertão”.

Como destaca Souza (1956, p. 14), “este fluxo humano para as regiões mineradoras foi a causa do mofino desenvolvimento da nossa agricultura durante os dois primeiros séculos de vida do município”. Para esse autor, até fins do século XVII, a referida vila ainda possuía vínculos diretos com o bandeirantismo, seja com as tropas oriundas do litoral, seja com as expedições ali mesmo organizadas.

Para Langenbuch (1971), essa característica apresentada pela referida freguesia resultou em ligações estreitas com a cidade de São Paulo. Primeiro, pela proximidade e facilidade de circulação de longa distância e, segundo, pelo papel desempenhado pela agricultura local no abastecimento de alimentos às invernadas que ali chegavam e se organizam em direção ao interior do Brasil.

A partir da leitura da obra de Langenbuch (1971) é possível observar que a formação territorial do Município de Jundiáí esteve diretamente ligada à circulação, seja com a prática das invernadas, seja com a prática do comércio oriundo dos roteiros criados pelas tropas de mulas que provinham de São Paulo. Esse fato explica o uso corrente, entre

os habitantes do município, da expressão “todos os caminhos levam a Jundiaí”. Segundo Langenbuch (1971), a circulação repercutiu de maneira intensa sobre a organização espacial. Tal fato é que a Estrada de Goiás foi a principal via de circulação das tropas interioranas.

A elevação da freguesia à categoria de vila e de cidade ocorreu em 1655 e em 1865, respectivamente. O principal aspecto para o desenvolvimento da agricultura nessa porção do Estado de São Paulo foi o esgotamento e a decadência da mineração, o que permitiu o crescimento de núcleos urbanos situados nesse trajeto bandeirante (SOUZA, 1956). A decadência da mineração, portanto, representou uma gradativa libertação de Jundiaí do papel até então desempenhado (SOUZA, 1956). Com o esgotamento da mineração, a agricultura desenvolveu-se, basicamente, com o crescimento das áreas plantadas com a cultura da cana-de-açúcar. Este fato não foi diferente nas áreas rurais do Município de Jundiaí, colocando, pela primeira vez, um papel de destaque à agricultura local.

A partir do exposto, é emblemático destacar que as funções desempenhadas pelo inóspito núcleo urbano foram criadas com o objetivo de atender algumas necessidades externas, inexistindo, propriamente, funções internas ao aglomerado que ainda demonstrava um lento crescimento demográfico e também econômico até fins do século XVIII. Assim, foi com a expansão das áreas cultivadas com a cana-de-açúcar, que o Município de Jundiaí, em princípios do século XIX e outras vilas – Mogi Guaçu, Porto Feliz e Piracicaba – passaram a concentrar atividades ligadas ao comércio, diferenciando-se, nesse momento, do antigo ponto de descanso e partida de caravanas (SOUZA, 1956). Essa é uma primeira mudança.

Do mesmo modo, mais uma vez, a referida freguesia vai acompanhar demandas e funções externas. Contudo, é essa concentração da atividade comercial, mesmo irrisória, que resultará em uma dinamicidade econômica própria ao núcleo urbano. Ao desenvolver esse tipo de atividade comercial, Jundiaí passa a ser conhecida como Porto Seco, ou seja, como ponto de abastecimento do litoral e interior. Segundo Souza (1956, p. 18), Jundiaí “fornecia para São Paulo e para Santos mandioca, farinha, milho e açúcar e para as caravanas que rumavam para o sertão: fazendas, sal, ferro e mantimentos”.

Por meio da bibliografia consultada entende-se que o Município de Jundiaí, em princípios do século XIX, desempenhava as seguintes funções: a) posto de

fornecimento de alimentos para São Paulo; b) ponto de organização de caravanas; e,c) de fornecimento de servidores livres. Além disso, é necessário destacar o papel da agricultura tradicional e de subsistência ao comércio local, inexistindo um crescimento econômico significativo do referido núcleo urbano.

Pressupõe-se que as diferentes funções desempenhadas pelo Município de Jundiaí possuem suas particularidades no tempo e no espaço, estando, em grande parte, articuladas ao conjunto de movimentos e processos constituintes da Província de São Paulo, notadamente, com as mudanças ocorridas no século XIX. Destacam-se, dessa forma, três aspectos: as rotas e os pontos de descansos oriundos do movimento bandeirante e, sobretudo, o desenvolvimento da atividade comercial.

Enquanto as rotas abertas com a mineração resultaram, no período atual, na complexa rede de fixos e estradas pelo território, as paradas de descanso, por sua vez, deram origem a uma complexa rede de cidades, cujos distintos portes em termos de tamanhos variam de acordo com o acúmulo de funções desenvolvidas em cada ciclo econômico, na mineração, por exemplo. A atividade comercial trouxe dinamicidade aos núcleos urbanos que, no entanto, não apresentaram um considerável crescimento demográfico até fins do século XVIII.

Segundo os dados apresentados por Langenbuch (1971), em 1836 a população do Município de Jundiaí correspondia a 5.893 habitantes, passando, em 1874 a 7.805. O referido autor contesta que essa população era notadamente rural e que

[...] parte das casas pertenciam a agricultores residentes em suas terras e que afluíam à vila (ou cidade) apenas nos dias de ofícios e festas religiosas, ou nela residiam temporariamente. Trata-se de um fato comum nas cidades paulistas da época. No tocante aos arredores da Capital encontramos referências expressas ao fato com relação a Jundiaí e Santo Amaro (LANGENBUCH, 1971, p. 45).

O pequeno crescimento demográfico do Município de Jundiaí representa a decadência econômica do núcleo urbano no período posterior ao processo de decadência da cana-de-açúcar. Para Langenbuch (1971), essa situação perdurou até fins dos anos 1860, quando a ferrovia chegou ao município. Com o desígnio de ilustrar esse período, faz-se conveniente ler esta passagem em que o barão Von Tschudi que visitou a localidade em 1860, escreveu:

Tempos atrás, Jundiaí fora uma vila importante e rica, quando nas fazendas dos arredores se plantava muita cana-de-açúcar. Seus habitantes entretenham um animado comércio de mulas, que compravam ainda selvagens em Sorocaba, e as domavam para depois revendê-las, como bestas de carga ou animais de sela. Este comércio proporcionava-lhes bons lucros e além disso fabricavam ótimas selas e arreios. Atualmente, as terras se acham inteiramente depauperadas, o comércio de muares diminui sensivelmente e a indústria de selaria se extinguiu totalmente [...]. (LANGENBUCH, 1971, p. 25).

E, segue o autor afirmando que,

[...] a decadência da cidade se relaciona, por um lado, com a perda de importância de sua função de prestação de serviços a circulação e, por outro lado, à decadência da lavoura canavieira, ainda não substituída suficientemente pela cafeeira. Esta circunstância, por sua vez, deve ter afetado as funções de prestação de serviços à população rural e religiosa, intrinsecamente associadas ao desenvolvimento agropecuário circunvizinho. Note-se ainda que na mesma época Campinas [...] conhecia notável desenvolvimento chegando a rivalizar com São Paulo, fato sobejamente conhecido. Ora, é possível que também isso tenha contribuído para a decadência de Jundiaí, pois esta localidade ficava a meio caminho entre duas maiores, em progresso, com eventual captura de oportunidades comerciais (LANGENBUCH, 1971, p. 62).

Até esse momento é compreensível que o processo de formação territorial do Município de Jundiaí esteve, de forma incisiva, atrelado ao desenvolvimento de ciclos econômicos constituintes da própria história brasileira, como foi o caso das investidas do processo de ocupação das terras interioranas e ao ciclo da mineração. Além disso, a formação do núcleo urbano resultou das necessidades criadas pelo movimento bandeirante.

Essa afirmação corrobora a leitura que vem sendo proposta nesse exercício de reflexão sobre a formação territorial do Município de Jundiaí: o território, como uma realidade histórica e socialmente construída, constitui-se a partir de forças internas e externas. No entanto, a formação de um território, cujo conteúdo social esteja fortemente relacionado às características de um povoamento precedente e de relações, somente veio a ocorrer a partir do século XIX, com a ocupação efetiva das terras e o estabelecimento das primeiras correntes imigratórias em áreas do referido município.

É compreensível que até fins do século XVIII seja impossível - ou uma tarefa difícil - caracterizar a formação de representações desse espaço ou mesmo identificá-

las. Entretanto, são as marcas do tempo (**Foto 01**), materializadas no espaço, que permitem a compreensão da importância desse período anterior ao processo de formação territorial do Município de Jundiáí.



Foto 01:

Ponte Torta sobre o Rio Guapeva, uma expressão de tempos passados

Situada sobre o **Rio Guapeva**, Bairro do Vianelo, a **Ponte Torta** é um importante símbolo da história de Jundiáí. Foi construída com o objetivo de ligar o centro da cidade e a estação ferroviária, sendo, antes disso, o principal eixo de passagem de bondes movidos a burros.

Foto: Elias Oliveira Noronha **Data:** 01 de março de 2007

No século XIX, o Município de Jundiáí será mais uma vez beneficiado por sua situação estratégica. Já em fins do século XVIII, a cultura cafeeira expandia-se em direção ao interior da Província de São Paulo, dinamizando algumas vilas e expandindo-se, sobretudo, no Vale do Paraíba. Essa incorporação horizontal acompanhou de certa forma o esgotamento dos solos e permitiu a constituição de pequenas redes de cidades por onde avançava.

Como lembra Souza (1956, p. 21),

A lavoura cafeeira só toma grande incremento na segunda metade do século XIX. O cultivo da cana entrara, então, em declínio, não só pela baixa mundial dos preços, como porque terras mais produtivas foram conquistadas em outras regiões da província pela lavoura açucareira. Como consequência, o algodão juntamente com o café entra a sobressair na agricultura de Jundiáí.

Com o advento do complexo cafeeiro¹¹ na Província de São Paulo e, sobretudo de seus investimentos, como foi o caso da rede ferroviária, a função histórica desempenhada por Jundiáí desapareceu, dando início a novas funções: urbana, agrícola e industrial. Explicando: novas representações espaciais. Como são perceptíveis, as características anteriores não se perdem no tempo, coexistindo, portanto, velhas e novas

¹¹ Sobre o complexo cafeeiro ver Graziano da Silva (1996).

funções. A articulação entre as funções industrial e agrícola é um exemplo. Além disso, o uso das velhas rotas de ligação com a cidade de São Paulo para a construção das estradas e rodovias é um exemplo da importância desse período que antecede o surto urbano-industrial.

Com efeito, a combinação dessas três funções possui suas particularidades no tempo e no espaço. Porém, é difícil compreender a passagem do século XIX ao XX sem considerar a articulação entre o desenvolvimento de uma agricultura local e o conseqüente investimento na indústria beneficiadora e, em especial, as repercussões na cidade a partir do crescimento demográfico.

O perfil de cidade industrial que hoje marca o município está, sem dúvida, atrelado ao ciclo de café, à expansão da ferrovia e à urbanização, processos que são simultâneos e se relacionam entre si. A marcha do café para o oeste paulista promoveu o crescimento da cidade; junto com ela, vieram os trilhos e as indústrias. Ao mesmo tempo, naquela segunda metade do século XIX, começaram a chegar os primeiros imigrantes europeus (JUNDIAÍ, 2003).

Conforme destaca Langenbuch (1971), a decadência econômica, no período que antecede os anos 1860, explica-se, fundamentalmente, pelo declínio da atividade canavieira. Nas palavras desse autor, dois foram os fatores condutores de uma nova fase de crescimento: primeiro, a chegada da ferrovia e, segundo, a expansão da cafeicultura. Logicamente, esses dois fatores se complementam, tendo em vista os interesses por parte da burguesia cafeeira no transporte do produto que avançava em direção ao interior da Província de São Paulo.

Dessa forma, ao considerar a complexidade criada por esse segundo elemento histórico, ou seja, a ferrovia e sua associação direta com a expansão da cultura cafeeira se tem a constituição de um segundo evento. Igualmente, é válido observar que o desenvolvimento da economia cafeeira encontrou subsídios na economia criada pela cultura canavieira.

Matos (1990) ao analisar a íntima relação existente entre a economia cafeeira e a evolução da malha ferroviária em São Paulo, afirma que até fins do século XVIII todo o planalto ocidental paulista encontrava-se em uma situação de isolamento geográfico em relação ao litoral. Tal fato apresentou modificações em fins do mesmo

século a partir da dinâmica econômica estabelecida pela cultura da cana-de-açúcar¹² e posterior entrada do café.

Com o advento da economia cafeeira, um novo alento será dado à economia da Província de São Paulo no percurso do século XIX (MATOS, 1990). A complexidade da economia proporcionada pelo café está diretamente associada a dois aspectos: primeiro, com a grande imigração e, segundo, com os investimentos na malha ferroviária em caminhos pelos quais até fins do século XVIII se exportava açúcar. No Município de Jundiaí, tal fato não foi diferente, sendo possível analisar esses dois elementos históricos em consonância com a história da Província de São Paulo.

Matos (1990) destaca que seis são os aspectos intimamente relacionados ao processo de formação econômica e social de São Paulo quando o assunto é a expansão da malha ferroviária: a) a marcha de povoamento; b) a cultura do café; c) a abertura de diversas frentes pioneiras; d) a captura de outras regiões; e) as migrações internas; e f) a criação de uma consciência ferroviária.

Foi na economia cafeeira, em conformidade com o surgimento e expansão da rede de trilhos, que houve a consolidação de territórios complexos, seja com o crescimento e o aumento do número de cidades, seja com os novos atores sociais trazidos para o trabalho a ser realizado nas fazendas de café. No Município de Jundiaí, em particular, o surgimento da ferrovia em 1867 resultou, a partir da segunda metade do século XIX, na consolidação de processos e dinâmicas territoriais complexas. A ferrovia, como resultado dos investimentos ingleses, favoreceu, de maneira intensa, o crescimento do núcleo urbano, que entre 1874 e 1900, dobrou a população total. Nos anos de 1874 e 1900 a população do Município de Jundiaí correspondia a 7.805 e 14.990 habitantes, respectivamente (LANGENBUCH, 1971).

Para Monbeig (1984), o período compreendido entre 1860 e 1880 foi decisivo na história do café na Província de São Paulo. Dentre as transformações técnicas, sociais e econômicas ocorridas, o autor chama a atenção para a construção da Ferrovia

¹² De acordo com Matos (1990), o ciclo da cana-de-açúcar foi um pilar essencial para algumas mudanças na fisionomia e, sobretudo, no sistema de transportes e comunicações na Província de São Paulo sendo, posteriormente, ocupado pela economia cafeeira mais complexa e dinâmica. Por um lado, o ciclo da cana resultou de maneira efetiva na conquista das terras e, principalmente, na derrubada da mata. Por outro, com perspectivas de atender ao mercado mundial, favoreceu o surgimento e/ou crescimento de uma rede de cidades e a formação de capitais necessários aos primeiros investimentos no plantio do café.

Santos-Jundiaí como um elemento chave da economia paulista e o avanço em direção às áreas externas, denominadas pelo autor de sertão ocidental.

Sobre o “complexo cafeeiro” no contexto da Província de São Paulo, salienta-se o favorável intercâmbio proporcionado com a cidade de São Paulo. Esse intercâmbio, acrescido por sua situação estratégica, permitiu ao Município de Jundiaí, desenvolver outras funções, como foi o caso da distribuição e conservação da produção de café destinada à exportação via férrea até o porto da cidade de Santos. O processo de formação da Província de São Paulo apresentou dois elementos significativos que, simultaneamente, resultaram na estruturação de uma rede de cidades mais complexa, assim como, dos eixos de transportes e comunicações, portanto, o desenvolvimento dos primeiros capitais industriais. Igualmente um outro elemento histórico vem a complementar tal complexo processo de formação territorial: a **imigração estrangeira**.

A imigração estrangeira na Província de São Paulo pode ser compreendida a partir da segunda metade do século XIX no âmbito das mudanças políticas, sociais e econômicas, dando destaque à Lei Eusébio de Queiroz (1850) e a abolição da escravatura (1888). O resultado foi a necessária utilização do trabalho de colonos, sobretudo de imigrantes europeus, nomeadamente, italianos, portugueses e espanhóis.

Para Tavares dos Santos (1984), o processo de introdução de imigrantes deve ser compreendido no contexto de crise do sistema escravista e em relação às pressões externas à formação de um mercado consumidor interno com base no trabalho livre. Certamente, deve-se considerar que a implantação de núcleos de colonização desenvolvia-se desde o início do século XIX com preponderante atuação da Coroa Imperial¹³.

Martins (1973) destaca que o processo de colonização estrangeira não apenas representou uma complexa reformulação do regime de trabalho - livre e assalariado -, mas, de forma processual, a reformulação do regime de propriedade. Isso porque, a imigração resultou na consolidação do regime de pequena propriedade, o que de fato não chegou a eliminar o latifúndio.

Tavares dos Santos (1984, p. 15), por sua vez, enfatiza que a colonização “deveria ser feita por homens livres, proprietários e brancos”, o que representava, em seu

¹³ Segundo os dados apresentados por Monbeig (1984), foram criados 14 núcleos de povoamento na Província de São Paulo ainda no período do Império.

conjunto, os princípios ideológicos difundidos pelo movimento em favor da imigração. Do mesmo modo, a imigração somente foi concretizada por meio da formação dos núcleos de colonização.

A partir das contribuições de Beiguelman(1981) sobre a crise do escravismo e o auge da imigração estrangeira, é possível destacar os distintos conflitos surgidos entre colonos e fazendeiros, assim como o interesse por parte destes pelos imigrantes, decorrente dos estímulos governamentais. Para a referida autora:

Embora, em tese se pudesse considerar vantajosa a introdução de trabalho livre em quaisquer condições, dado o alto preço do escravo, contudo só a garantia de uma relativa estabilidade, que não obrigasse a renovar continuamente essas despesas (proibindo-se, na verdade, a mobilidade do colono entre as fazendas e na direção dos núcleos urbanos), é que permitiria ao lavrador (que podia apelar para a alternativa do braço escravo) encarar o trabalho imigrante como comparativamente interessante, na competição entre ambos os tipos (BELGUELMAN, 1981, p. 33).

Para Martins (1973), os fazendeiros necessitavam de trabalhadores que atendessem às crescentes demandas por falta de mão-de-obra e que a solução foi encontrada em países europeus que apresentavam um excesso relativo de mão-de-obra rural. No caso do Município de Jundiá, a principal corrente imigratória, em fins do século XIX, foi a de italianos.

Saquet (2003) ao descrever o processo de colonização italiana na Colônia Silveira Martins no Rio de Grande do Sul, observa que a emigração italiana está intimamente associada às transformações econômicas, políticas e culturais ocorridas na Itália e em todo continente europeu em fins do século XIX. Para o autor, o processo de expansão das relações capitalistas de produção resultou na expropriação de agricultores e artesãos, principalmente na região do Vêneto. Nas palavras do autor,

No Vêneto, era comum as mulheres cuidarem da produção agrícola enquanto os homens migravam em busca de trabalho temporário. Muitos eram camponeses operários que vendiam esporadicamente sua força de trabalho, tanto para latifundiários como para industriais, para garantir a sobrevivência familiar. Por isso, tinham experiência e habilidades artesanais e/ou industriais. E são esses, os chamados colonos, que formam a grande massa de emigrantes italianos, mais pobres, oprimidos,

expropriados e sem qualificação para serem absorvidos nas indústrias da época (SAQUET, 2003, p. 59).

Essas afirmações, em seu conjunto, corroboram o fato de que tanto a imigração quanto o surgimento da pequena propriedade rural atenderam objetivos distintos na Província de São Paulo em relação ao sul do Brasil, em que a imigração subvencionada atendeu, principalmente, desígnios geopolíticos. Por um lado, a imigração surgiu como grande provedora de braços para o trabalho nas fazendas de café (MONBEIG, 1984), por outro, a pequena propriedade desenvolveu-se em complementação à grande, mormente como isca atrativa de colonos e formação de um mercado consumidor interno (PETRONE, 1985).

Para Filippini (1990), serão os núcleos de povoamento os pontos chave na consolidação da imigração na Província de São Paulo. Para esta autora, o processo de formação desses núcleos deve ser compreendido no contexto de estruturação do trabalho livre, assim como também, no desenvolvimento da cafeicultura, constituindo-se um capítulo da imigração, principalmente de italianos, no Brasil.

Um elemento importante em relação ao processo de formação dos núcleos de povoamento e, por sua vez, da imigração estrangeira, foi o sistema de colonato. Para Filippini (1990), o sistema de colonato favoreceu a cooperação familiar dos colonos por meio de um contrato de trabalho centrado na família, sendo entendido no contexto de formação de uma força de trabalho livre.

Em fins do século XIX, o Município de Jundiaí passou a ser um pólo atrativo de imigrantes, o que resultou na conformação dos primeiros núcleos baseados no regime de colonato, como foi o caso do **Núcleo Barão de Jundiaí** criado em 1887. Esse é o terceiro elemento histórico, cujo contexto político, social e econômico vivido o faz ser compreendido como um evento, pois une, simultaneamente, tempos e espaços em distintas escalas.

O **imigrante**, como um personagem da história paulista e brasileira, pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas. Seus desdobramentos denotam a complexidade desse fenômeno, seja no campo, com a introdução do regime de colonato e conseqüentes modificações da estrutura fundiária, seja na cidade, com o desenvolvimento do comércio e a consolidação das classes sociais urbanas.

A importância dos imigrantes na formação econômica e social do Município de Jundiaí, nomeadamente de italianos, é pertinente na medida em que estes introduziram outras lavouras, com realce à produção de frutas. Do mesmo modo, outra característica herdada do processo de ocupação foi, sem dúvida, a estrutura fundiária, caracterizada pela presença de pequenas propriedades rurais, em que a força de trabalho é centrada na família (JUNDIAÍ, 2003).

Assim, de forma paralela ao crescimento do núcleo urbano, em virtude do prematuro ciclo industrial – impulsionado pelo complexo cafeeiro –, a agricultura desenvolveu-se a partir de pequenos núcleos rurais, originando os primeiros bairros rurais do município: os bairros rurais do Traviú; do Caxambú e da Colônia¹⁴. Segundo Mattos (1951), a formação desses bairros, como foi o caso do Traviú, seguiu uma mesma lógica, ou seja, o fracionamento das grandes propriedades rurais produtoras de café.

Em fins do século XIX, seguindo essa mesma lógica, ou seja, a partir do fracionamento constante das fazendas situadas nos bairros rurais da Colônia e do Caxambu, originaram-se outros bairros rurais, como é o caso da Roseira, da Toca, do Ivoituruaia. Pode-se dizer, portanto, que a formação desses últimos caracteriza uma segunda etapa de ocupação das áreas rurais no Município de Jundiaí, mormente com os colonos-imigrantes e suas respectivas famílias.

Dessa maneira, é íntima a relação entre o trabalho do colono-imigrante e a formação dos principais núcleos de povoamento no processo de formação social das áreas rurais do referido município. Com efeito, a constituição desses bairros possui diferenças, seja pelo número de famílias instaladas, seja em decorrência da origem das mesmas.

No caso específico dos imigrantes que se estabeleceram no Município de Jundiaí, destacam-se como províncias de origem: Trento, Treviso, Rovigo e Mântua. Todas as províncias citadas situam-se no norte da Itália, região em que as transformações sociais e econômicas em fins do século XIX resultaram na expropriação e emigração de agricultores e artesãos, como bem lembra Saquet (2003).

Os bairros rurais surgiram da combinação entre diferentes aspectos e ordens: social, econômica e política. Logicamente tal processo não se desenvolveu de

¹⁴ Esses núcleos foram criados no último quartel do século XIX.

maneira harmoniosa, coexistindo conflitos no processo de compra da terra e estabelecimento dos limites fundiários das propriedades rurais. Portanto, a formação dos territórios rurais no Município de Jundiá teve origem a partir de um correlato campo de forças, diretamente associado a um conjunto de processos que se complementam.

Em relação aos Bairros Rurais da Roseira e da Toca destacam-se o estabelecimento das seguintes famílias: Leonardi; Spiandorrelo; Guilhen; Mingoti; Fontebasso; Fonte Basso; Fumachi; Mingoti; Marquesin; Bernardi; Galvão; e, Donati. Com exceção da família Guilhen, cuja origem é espanhola, todas as demais famílias são de origem italiana e estabeleceram-se na passagem dos séculos XIX e XX por meio da compra de pequenas parcelas de terra na porção norte do município.

É importante observar que o estabelecimento dos colonos-imigrantes em terras do Município de Jundiá representa um segundo momento na vida dessas famílias, uma vez que a primeira etapa foi realizada junto às fazendas de café situadas em distintas localidades no Estado de São Paulo. A título de exemplo, destacam-se as famílias Marquesin e Donati que inicialmente foram estabelecidas na Fazenda Nossa Senhora da Conceição e em fazendas pelo interior de São Paulo, respectivamente e, posteriormente compraram terras nas áreas rurais do Bairro da Toca.

No processo de compra da terra, o interesse dos fazendeiros atendia aos do colono-imigrante que, em finais do século XIX e início do século XX, passou a comprar pequenas glebas terras nessas áreas rurais. Como afirma Antonio Mingotti¹⁵ (2007), as famílias, a princípio, realizavam de maneira conjunta a derrubada da mata e, logo, construíam suas casas que, em algumas propriedades rurais, seguem sendo a residência das famílias herdeiras (**Foto 02**).

¹⁵ Produtor rural entrevistado no Bairro Rural da Toca.



Foto 02:

Casa da Família Fontebasso, anos 1920

A construção das casas era feita nas proximidades dos cursos d'água e contava com a ajuda do grupo de famílias ali estabelecidas. O grau de declividade do relevo complicava a derrubada total da mata, o que explica a presença de matas nas galerias e encostas, cujos declives não permitiram o desenvolvimento da agricultura.

Foto: autor desconhecido; **Fonte:** Ivanir Fontebasso (2007).

Ao correlacionar o desenvolvimento da agricultura com o período da colonização estrangeira, que originou os primeiros territórios rurais no Município de Jundiaí, é destacável o papel da **uva**. Vale dizer que antes mesmo da chegada dos primeiros imigrantes, a cultura da uva já era cultivada - variedade Isabel -. Entretanto, é evidente a associação entre o crescimento das áreas plantadas em pequenas propriedades com o trabalho da família dos colonos (**Foto 03**).

Para Souza (1956, p. 25):

Tais núcleos inicialmente se dedicaram à cultura do café. Pouco a pouco, porém, a colonada italiana entrou a cultivar a Isabel, a princípio com meras intenções domésticas, nas horas de folga da lavoura cafeeira, e logo se tornando a viticultura uma das riquezas do Núcleo Barão de Jundiaí, nascendo dele o primeiro bairro vitivinícola jundiaieense.

A principal referência sobre o desenvolvimento da viticultura no Município de Jundiaí é o trabalho de Mattos (1951), em que foi descrito, do ponto de vista histórico-geográfico, o processo de formação dos primeiros vinhedos¹⁶, assim como também, o consórcio entre o colono-imigrante, a uva e o café. Esse trabalho merece uma atenção especial em decorrência dos aspectos analisados.

¹⁶ Mattos (1951) observa que, apesar de o desenvolvimento da viticultura em bases econômicas no Estado de São Paulo datar dos anos 1930, a introdução das primeiras vinhas remonta aos primeiros tempos da colonização e ocupação da região.



Foto 03:

A relação da vinha com o grupo familiar, anos 1940

O crescimento das áreas com a vinha deu-se de maneira paulatina e logo, já nos anos 1940, era considerada a principal cultura agrícola no Bairro Rural da Toca. A produção da uva envolvia todos os membros da família. **Foto:** autor desconhecido;

Fonte: Antonio Mingotti (2007).

Para Mattos (1951), dois foram os fatos que colaboraram, simultaneamente, para o desenvolvimento da viticultura no Estado de São Paulo: a) a introdução de outras variedades de uvas – principalmente norte-americanas –; e b) a colonização estrangeira, notadamente de italianos. Isso não foi diferente no Município de Jundiaí. Igualmente, a história não se desenvolveu de forma linear, sendo possível encontrar algumas particularidades.

De acordo com Mattos (1951), tanto a uva quanto o colono imigrante percorreram caminhos distintos, encontrando-se em terras da região em fins do século XIX. O referido autor denomina esse encontro de ‘consórcio’, não ocorrendo de forma imediata:

O imigrante peninsular veio ao Brasil não para cultivar o seu pedaço de terra, mas para trabalhar como colono nas prósperas fazendas de café de então. Saindo de sua terra natal na direção das fazendas paulistas, com encargos e obrigações já definidas, ele não trouxe consigo nem a vinha nem o pensamento de cultivá-la.

Mattos (1951) afirma que o crescente desenvolvimento da cidade de São Paulo também pode ser considerado um fenômeno desencadeante do processo de formação dos vinhedos nas regiões de Jundiaí e de São Roque. Essa conjugação de fenômenos históricos, aliadas à crise da economia cafeeira, impulsionou a formação dos vinhedos nas regiões analisadas.

Entretanto, como bem descreveu o autor, a viticultura somente apresentou sintomas de renda econômica a partir dos anos 1930, quando, por meio da substituição dos cafezais, tornou-se uma alternativa econômica aos colonos que,

gradativamente, transformavam-se em pequenos proprietários de terras. Do mesmo modo, a cultura da uva desenvolveu-se nessas áreas a partir da decadência das antigas áreas de produção de uva: Cunha, Sorocaba e São Paulo¹⁷.

Mattos (1951, p. 14), ao narrar o tardio desenvolvimento da vinha nas referidas regiões de Jundiaí e de São Roque, chama a atenção para o que considera um verdadeiro ‘capricho da história’. Isso porque, essas duas regiões foram as que melhor apresentaram condições naturais ao crescimento da vinha, contudo, não foram as pioneiras em relação ao cultivo da planta. Em relação à formação dos primeiros vinhedos em Jundiaí, o autor descreve que:

A crise do café favoreceu, em Jundiaí, o surto vitícola. Os antigos colonos, muitos dos quais já vinham cultivando a vinha em caráter doméstico, passaram a cultivá-la em escala comercial. Esses colonos, que tinham acumulado algumas economias, adquiriram parte das antigas fazendas de café e nelas começaram a cultivar a videira.

A partir desse conjunto de afirmações apresentadas por Mattos (1951) é possível identificar três pontos: **a)** o consórcio entre o colono e a uva ocorreu como um ‘equivoco’ da história, uma vez que esses imigrantes, num primeiro momento, estiveram envolvidos com a produção de café em fazendas sob o regime do colonato; **b)** a introdução da uva em base comercial somente passou a ser desenvolvida a partir do lento processo de transformação dos colonos em proprietários de terras; e, **c)** a proximidade com a cidade de São Paulo e as condições naturais favoráveis do Município de Jundiaí.

Ainda com base em Mattos (1951), é pertinente destacar alguns desdobramentos desse ‘acidental consórcio imigrante-videira’ em terras do município, a saber: a formação dos primeiros núcleos de povoamento oriundos do fracionamento das fazendas originou, por sua vez, os primeiros bairros rurais no Município de Jundiaí e a consolidação de uma estrutura fundiária marcada pelo predomínio de pequenas propriedades.

¹⁷ Como afirma Mattos (1951), as regiões de formação das primeiras vinhas correspondem a Cunha, Sorocaba e São Paulo. Contudo, segundo o referido autor, no início do século XX, tais áreas entram em decadência e a cultura da uva começou a deslocar-se para as regiões de Jundiaí e São Roque, que apresentaram as melhores condições de desenvolvimento da vinha (solo, clima e mercado consumidor).

Em princípios do século XX, em virtude da acentuada diminuição das áreas plantadas com o café, a uva tornou-se a principal cultura agrícola desenvolvida em terras rurais do município. Para Mattos (1951, p. 78-79), “ao lento declínio do café correspondia o lento despertar da vinha”, em áreas em que a “vinha deu-se bem, a propriedade foi intensamente fracionada”.

De acordo com os dados apresentados por Mattos (1951), de um total de 69 vinhedos existentes no Município de Jundiaí em 1904: 50,7% (35) estavam associados aos trabalhos dos colonos nas fazendas de café e 49,3% (34) já estavam estabelecidos em pequenas propriedades. Em relação ao tamanho das propriedades que cultivavam uva: 49,3% (34) possuíam área entre 1 e 3 ha; 30,4% (21) entre 3 e 6 ha; e, 20,3% (9) apresentavam mais que 6 ha de área plantada com a uva.

A participação de ex-colonos de café no cultivo da vinha¹⁸ fica evidente ao considerar que de um total de 34 vinhedos regidos pelo trabalho do colono: 64,7% (21) eram constituídos por imigrantes ou descendentes de italianos. Para Mattos (1951), esse fato demonstra a libertação do imigrante de sua condição de colono, para se tornar proprietário de um pequeno lote de terra quando, assim, permanecia no campo. Quando sua direção era a cidade, os colonos dedicavam-se à prática do comércio.

A cultura da uva, como uma alternativa econômica aos colonos-imigrantes, possui técnicas e condições de trabalho específicas. Igualmente, o colono e a vinha se encontraram, formando, portanto, novas relações com a terra e um novo cotidiano de trabalho. Esse encontro casual resultou numa expressão territorial que não anulou a anterior. Em sua nova relação com o território, o colono não se despregou de suas raízes e expressões pretéritas. Entretanto, entende-se que a maior expressão desse novo cotidiano de trabalho e de relação com a terra foi a cultura da uva.

Segundo Mattos (1951, p. 91):

O trabalho vitícola oferece momentos de maior ou menor intensidade, mas nunca de descanso completo. Nem bem uma tarefa chegou ao seu

¹⁸ O impulso da cultura da uva em terras do município está diretamente atrelado às pesquisas e investimentos econômicos realizados no setor, com destaque ao Instituto Agronômico de Campinas (IAC) e a partir de 1934, com a realização da Primeira Exposição Vitivinícola e de Frutas do Estado de São Paulo, o que colocou o Município de Jundiaí em destaque na produção estadual de frutas de mesa.

fim é preciso ir pensando na execução da seguinte. Enxertia, desbrota, poda, sulfatagem, amarração dos sarmentos, replantio, vindima, etc., são algumas das formas de trabalho que o viticultor não pode descuidar-se por um momento. A vinha, de outro lado, submetida às vicissitudes climáticas, precisa ser defendida por medidas adequadas. Daí o aparecimento de técnicas especiais na luta contra as chuvas, a erosão, o granizo, as geadas tardias, a insolação excessiva, etc.

Pressupõe-se, assim, que foi o processo de trabalho diferenciado em relação ao exercido nas regiões de origem das famílias dos colonos-imigrantes que resultou na conformação de uma nova relação cotidiana com o território e também de identidade e apego, confirmando também a constituição de lugares. Primeiro, com o trabalho de colonos nas fazendas de café e, posteriormente, já na condição de pequeno proprietário, com a cultura da vinha (**Foto 04**).



Foto 04:

Descendentes italianos e a cultura da uva no Bairro Rural da Toca, 1940

A cultura da vinha foi uma alternativa econômica encontrada pelas famílias de colonos, constituindo-se no principal elemento da paisagem rural no Município de Jundiá, em especial, nos Bairros da Roseira, da Toca e da Traviú. O trabalho era regido pela família e o principal ponto de comercialização era a cidade de São Paulo.

Foto: autor desconhecido; **Fonte:** Antonio Mingotti (2007).

Caniato (1993, p. 06) ao descrever de forma romântica o processo de formação do Bairro do Traviú (1893) destaca que tais famílias, oriundas de duas porções rurais do norte da Itália, conservaram “certas peculiaridades resultantes de uma perfeita fusão de costumes e tradições”. Esse é um aspecto a ser considerado: a identidade cultural re-criada nos núcleos de povoamento e, posteriormente, nos bairros rurais.

Para Caniato (1993), essas famílias, inicialmente instaladas na Fazenda Sete Quedas no Município de Campinas, constituíam dois grupos principais: um primeiro de Vêneto e, um segundo, de Treviso. O grau de parentesco permitiu o aprofundamento

das relações sociais, seja com a realização de atividades religiosas com a promoção de festas, seja com as músicas e respectivos dialetos.

Tavares dos Santos (1984), em sua importante obra sobre o processo de trabalho camponês na Colônia de São Pedro, Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, descreve muito bem o aspecto de fusão cultural. Segundo o autor, a mistura de dialetos, como é caso do vêneto, com a língua portuguesa decorreu, especialmente, da sobrevivência desse segundo pelo grau de isolamento dos primeiros grupos imigrantes e pela herança cultural adquirida pelas gerações.

Como explicou o Sr. Antonio Mingotti, as famílias de colonos seguiram reproduzindo festas e traços típicos das regiões de que provinham. No caso específico das famílias estabelecidas nos núcleos de povoamento pesquisados, é interessante destacar o papel da religião católica. As famílias tão cedo se organizavam para efetivar a construção de suas respectivas capelas. A título de exemplo, destaca-se a construção da Capela São Roque, no Bairro Rural da Toca (**Foto 05**).



Foto 05:

Procissão de São Roque, anos 1920

A construção da **Capela São Roque** no Bairro Rural da Toca ocorreu em 1910 e a reforma nos anos 1940. Na **foto 05** se observa a procissão de São Roque que ocorre anualmente no dia 16 de agosto. A religião e, portanto, as festas e as tradições religiosas foi uma forma de congregar os moradores do referido bairro. Até hoje a festa ocorre e ganhou *status* comercial.

Foto: autor desconhecido; **Fonte:** Antonio Mingotti (2007).

Há dois processos simultâneos e complementares: um primeiro, de desterritorialização e, um segundo, de reterritorialização. A combinação desses dois processos conforma a constituição de novas territorialidades, ou seja, novas manifestações e relações com o novo território. Partindo desse enfoque, é possível compreender que essas manifestações, imbuídas de valores – sociais e culturais – forma, do ponto de vista histórico, uma construção social cumulativa, unindo tempos e espaços distintos.

Para Saquet (2005), os processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização são complementares. Para o autor, esses processos são historicamente determinados pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais. Além disso, todo processo de produção do espaço envolve, simultaneamente, a desterritorialização e a reterritorialização.

Saquet (2005) adverte que no processo de reterritorialização há, ao mesmo tempo, a reprodução de aspectos da vida anterior. Essa reprodução, por sua vez, pode ser de elementos e aspectos culturais, assim como de aspectos materiais e também ideológicos. Dito isso, a imigração torna-se um exemplo didático de formação de novas territorialidades. Essa constatação confirma a declaração de Saquet (2003) ao enfatizar que o processo de produção e de apropriação do território não é meramente econômico, mas também por razões políticas e culturais (**Foto 06**).



Foto 06:

Reprodução de brincadeiras e as festas no domingo

De acordo com o Sr. Antonio Mingotti (2007) as famílias se reuniam aos domingos. Na ocasião, além de típicos almoços, eram feitas festas e brincadeiras. Boa parte das famílias possuía grau de parentesco muito próximo e tudo sempre era motivo de festa: produção agrícola; capina; limpeza da propriedade; batizado; datas religiosas. **Foto:** autor desconhecido; **Fonte:** Antonio Mingotti (2007).

Com efeito, há a formação de territórios mais complexos e, sobretudo, a sobreposição de territorialidades. Isso porque, uma territorialidade não se evacua temporal e espacialmente, ocorrendo a sobreposição de múltiplas manifestações. Como exemplo, é destacável o dialeto falado entre pessoas dos bairros rurais constituídos a partir da imigração italiana. Esse exemplo corrobora a existência de uma territorialidade mutilada¹⁹ (BAGLI, 2005).

O colono-imigrante ao incorporar costumes da forma de lidar com a terra, as tradições, os valores e expressões lingüísticas do Brasil e, logicamente, da região

¹⁹ Para Bagli (2006b), a territorialidade mutilada refere-se às territorialidades reconstruídas parcialmente a partir de um conjunto de referências passadas, contendo, portanto, limitações no plano da reconstrução.

de Jundiaí, construiu uma nova relação de identidade com o seu meio e, portanto, um novo território da vida, ou seja, um lugar. A cultura da vinha é o exemplo mais didático dessa reconstrução cotidiana (**Fotos 07 e 08**).



Foto 07: Trabalho familiar no cultivo da uva no Bairro Rural da Toca

As famílias estabelecidas nas áreas rurais construíram novas relações com a terra e, por conseguinte, novas relações de trabalho. A cultura da vinha é o exemplo mais didático dessa territorialidade mutilada.

Foto: autor desconhecido; **Fonte:** Antonio Mingotti (2007).



Foto 08: Descendentes italianos na comemoração da Festa da Uva, anos 1980

Desfile comemorativo da Festa da Uva em princípios dos anos 1980. As famílias de origem italiana ainda preservam as práticas culturais herdadas, como é o caso da culinária, da vestimenta, do vocabulário e do cultivo da uva, iniciado pelos ascendentes.

Foto: autor desconhecido; **Fonte:** Antonio Mingotti (2007).

Assim, constata-se que o último quartel do século XIX resultou na conformação de territórios complexos – campo e cidade –, de territorialidades e também na sobreposição de velhas e novas relações cotidianas com a terra. Por certo, seja no campo, seja na cidade, a constituição desses territórios tem particularidades, influenciando de forma contundente no grau de manifestação dessas representações. A formação dos bairros rurais e também urbanos a partir da colonização italiana corrobora a complexidade territorial do Município de Jundiaí já na transição dos séculos XIX e XX.

De acordo com os dados apresentados por Langenbuch (1971), no ano de 1920, de um total de 44.437 habitantes, 79,2% (35.206) correspondiam a brasileiros e 20,8% (9.231) a estrangeiros. Do total da população estrangeira, 68,4% eram descendentes de italianos. Essa constatação ratifica a importância da imigração de italianos no Município de Jundiaí no último quartel do século XIX (**Fotos 09 e 10**).

Foto 09:
Certidão de óbito de Leopoldo Mingotti, patrono da Família Mingotti



Foto 10:
Registro de estrangeiros no Estado de São Paulo, 1940



As duas fotos expressam a importância adquirida pela colonização italiana no Município de Jundiá e, de maneira geral, duas situações dos patronos da Família Mingotti estabelecida no Bairro Rural da Toca em princípios do século XX.

Foto: autor desconhecido; **Fonte:** Antonio Mingotti (2007).

Por um lado, é importante destacar o processo de passagem de uma economia notadamente agrária para uma economia em que as atividades secundárias e terciárias passam a ser predominantes, conquanto não exclusivas. A partir dos dados apresentados por Langenbuch (1971), fica evidente o período de transição. Nos anos 1920, a população economicamente ativa no setor primário representava 52,8% e as dos setores secundário e terciário correspondiam a 47,2%. Nos anos 1940, a inversão se efetiva e o primeiro grupo passou a representar 42,2% e o segundo, por sua vez, a 57,8% do total.

Por outro lado, a mudança verificada no âmbito da economia do Município de Jundiá está intimamente associada a uma série de alterações ocorridas no Estado de São Paulo em princípios do século XX, dentre as quais destacam-se: primeiro, o intenso processo de industrialização e, segundo, os fatores de circulação - abertura de

estradas, por exemplo -, promovendo, mais uma vez, repercussões sobre a organização espacial.

Portanto, ressalta-se que a complexidade espacial em que está situado o Município de Jundiá pode ser compreendida a partir de diversos recortes temporais e, por conseguinte, pela escolha e opção dos aspectos e elementos constituintes que aqui foram interpretados como eventos geográficos que unem tempos, espaços, atores e ações distintas.

O intento de caracterizar tal complexidade espacial decorre, fundamentalmente, de uma pergunta inicialmente formulada, a saber: como compreender a dinâmica agropecuária no Município de Jundiá em um contexto regional em que as atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços são predominantes? A pergunta ainda fica mais complexa, quando se decide acrescentar a dinâmica econômica e social dos bairros rurais situados nesse contexto regional, como é o caso dos Bairros Rurais da Toca e da Roseira.

A opção por esse viés analítico se deve ao fato de melhor caracterizar o processo de transição desse quadro econômico regional, ou seja, de consolidação dos fenômenos urbano e industrial. Do mesmo modo, a atividade agropecuária também foi beneficiada, tendo em vista a proximidade com os principais centros consumidores e de pesquisa, como a importância adquirida pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC).

No âmbito espacial, que mais interessa, têm-se a constituição de territórios mais complexos e, sobretudo, interligados sob a mesma lógica produtiva. O campo e a cidade, assim compreendidos, são duas construções sociais que se complementam numa dialética de reprodução do capitalismo. A constituição de inúmeros territórios (campo e cidade) e de representações múltiplas é, assim, um ponto de partida para a compreensão da atual configuração territorial do Município de Jundiá.

Pressupõe-se, portanto, que o campo e a cidade se encontram em constante transformação: num ininterrupto movimento de negação e de afirmação. Com base nessa afirmação, é plausível lançar dois pontos para reflexão. O **primeiro** ponto está associado à perspectiva espaço-processo e o **segundo**, por sua vez, na constituição de inúmeros territórios: o campo e a cidade. Todavia, essa leitura somente é possível quando tais elementos e seus respectivos desdobramentos são compreendidos de forma articulada e interdependente. Logo, com o desígnio de compreender esse contínuo movimento de

construção do espaço será dado, no **próximo capítulo**, um enfoque especial às mudanças ocorridas na dinâmica populacional, assim como também na estrutura produtiva agropecuária.



Capítulo 2

**Mudanças e permanências nas estruturas populacional e produtiva no
Município de Jundiaí**

Tendo como pano de fundo a constituição de inúmeros territórios e, por sua vez, de suas múltiplas manifestações, o objetivo deste capítulo é apresentar uma análise que permita compreender a perspectiva espaço-processo enquanto leitura interpretativa. Para tanto, dois aspectos serão analisados: a) as mudanças ocorridas na estrutura populacional; e, b) as modificações na estrutura produtiva agropecuária no período pós 1950, principalmente, no âmbito da produção de uva de mesa e consolidação do regime de pequena propriedade.

Ressalta-se que para um município cuja formação data de princípios do século XVII, o recorte temporal adotado não seja o mais apropriado. Entretanto, como já é de conhecimento, o período posterior aos anos 1950 é marcado, especialmente, por profundas transformações ocorridas na dinâmica da agricultura brasileira, seja com o desenvolvimento industrial – formação dos complexos agroindustriais²⁰ –, seja com o acelerado processo de urbanização, sobretudo nas regiões metropolitanas e arredores²¹.

As transformações ocorridas na base técnica da agricultura brasileira provocaram importantes alterações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1981). Na perspectiva de Marques (2002), tais mudanças resultaram em expressivos impactos sobre as funções e o conteúdo social do espaço rural. Por outro lado, faz-se necessária essa análise, tendo em vista que a Geografia procura apreender o conjunto das mudanças ocorridas no espaço e sua transformação em território (ANDRADE, 1995), colocando o tempo como dimensão da realidade materializada no espaço – enquanto totalidade – e que desmancha as coerências da história – tempo linear –. Essa é uma opção de investigação, existindo, portanto, outros caminhos interpretativos.

Assim, tempo e espaço encontram-se em constante interação, confirmando que processos e dinâmicas externas ao território influem decisivamente no conjunto das mudanças ocorridas do ponto de vista espacial. Além disso, é interessante observar que tais mudanças materializam-se de forma particular em cada lugar. Com efeito, esses territórios tornam-se mais complexos e, ao mesmo tempo, resguardam aspectos notadamente singulares – econômicos, políticos, culturais, entre outros –.

²⁰ José Graziano da Silva: **A nova dinâmica da agricultura brasileira** (1996);

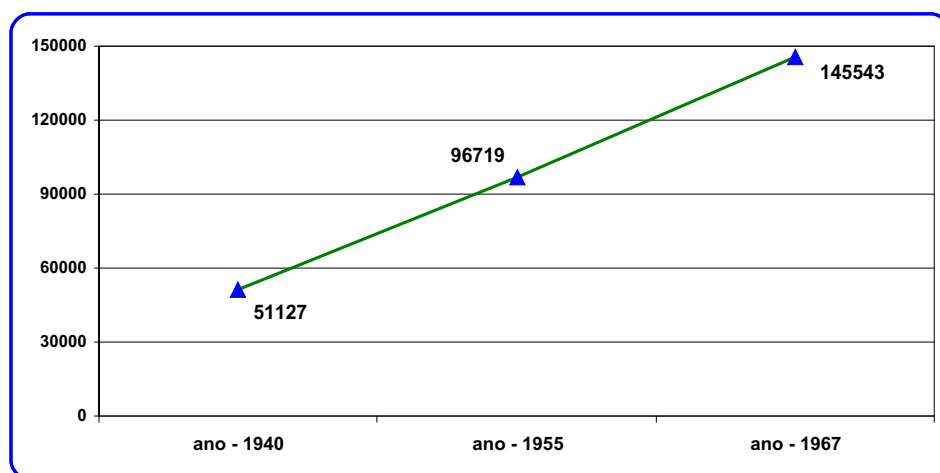
²¹ Milton Santos: **A urbanização brasileira** (2005);

O capítulo encontra-se organizado em duas partes. Na primeira é realizada uma discussão sobre as mudanças ocorridas na estrutura da população que, por sua vez, tem se mostrado cada vez mais urbana numa dinâmica econômica diversificada, especialmente nos setores industrial e de prestação de serviços. Na segunda parte são analisados alguns aspectos da estrutura produtiva agropecuária, tais como: estrutura fundiária, utilização das terras, condição dos produtores rurais e área das principais culturas agrícolas.

2.1 Mudanças nas dinâmicas econômica e populacional

Ao considerar o contexto regional em que está situado o Município de Jundiaí, percebe-se que as mudanças ocorridas no âmbito da dinâmica populacional, sobretudo no período posterior aos anos 1950, estão intimamente ligadas às transformações ocorridas na estrutura econômica, em especial, em virtude do acentuado processo de industrialização. No **gráfico 01** são apresentados os dados referentes ao crescimento da população total do Município de Jundiaí entre 1940 e 1967, período auge de implantação das principais indústrias e do processo de expansão das áreas periféricas da cidade.

Gráfico 01: Crescimento da população de Jundiaí no período 1940 - 1967



Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1940, 1955, 1967²²; Org: Elias Oliveira Noronha

²² São Paulo. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (vários anos – 1940, 1955, 1967). Secretaria de Economia e Planejamento.

Pelo **gráfico 01** fica evidente o crescimento da população do Município de Jundiaí no período 1940-1967. Em 1940, havia um total de 51.127 habitantes. Esse total apresentou um contínuo movimento de crescimento, chegando, em 1955, a 96.719 habitantes e, em 1967 a 145.543. Dessa forma, pergunta-se: qual é a correlação entre o crescimento da população e a implantação de um parque industrial diversificado? Para melhor responder essa questão foram coletados dados junto ao Registro Industrial do Estado de São Paulo.

De acordo com o Registro Industrial do Estado de São Paulo, no ano de 1951 o Município de Jundiaí possuía um total de 115 estabelecimentos industriais. Nos anos 1960 esse número chegou a 199. Com relação ao estabelecimento de um parque industrial, nos anos 1960 é interessante destacar a diversidade de setores instalados, por exemplo, o de metalurgia, o de transformação e o de alimentos. Esses dados foram organizados na **tabela 01**.

Tabela 01: Indústrias implantadas no Município de Jundiaí nos anos 1950 - 1960

Setor	Número	%	Setor	Número	%
Abatedouro	4	4,7	Gráfica	4	4,7
Mecânica	8	9,5	Têxtil	7	8,3
Alimentos	6	7,1	Química	3	3,6
Madeira	5	5,9	Elétrica	4	4,7
Cerâmica	11	13,1	Plásticos	5	5,9
Metalúrgica	11	13,1	Calçados	2	2,4
Bebidas	5	5,9	Outros setores	9	10,7
Total de indústrias instaladas no período					84

Fonte: Revista, "Jundiaí 350 anos"; Org: Elias Oliveira Noronha (2006).

Com base nos dados apresentados na **tabela 01**, é possível verificar que os principais setores instalados nos anos 1950 e 1960 referem-se aos de metalurgia e de cerâmica que representavam 13,1% (11) do total. Outros setores importantes são: têxtil, com 8,3% (7) e o de alimentação, cujo percentual é de 7,1% (6). O equilíbrio percentual entre os distintos setores da indústria instalada nos anos 1950/60 ratifica a existência de um parque industrial diversificado.

Ao considerar os dados disponíveis na Prefeitura Municipal²³, o setor industrial, no ano de 2005, representou em 11,15% (830) do total de estabelecimentos cadastrados junto ao Ministério do Trabalho, ocupando, por sua vez, 29,3% (32.831) do total de empregos formais. Os setores de serviços, comércio, construção civil e agropecuária corresponderam, respectivamente em 38,0% (2.835), 45,2% (3.366), 3,4% (250), 2,2% (160), do total de estabelecimentos; e, 40,1% (44.923), 26,4% (29.563), 3,7% (4.225) e 0,5% (607) do total de empregos formais.

Além da instalação de um parque industrial diversificado, um outro processo pode ser destacado: o de emancipação política em relação à Jundiaí nos anos 1960, o que de fato, não retirou o papel de centralidade desempenhado pelo referido município no âmbito regional. Nos anos 1960, movimentos de emancipação política foram concretizados e alguns municípios surgiram, a saber: Jarinu, Várzea Paulista, Itupeva, e Campo Limpo Paulista.

Por um lado, tal fato não reduziu o papel atrativo da população migrante desempenhado pelo Município de Jundiaí. Por outro, a partir dos anos 1970, o crescimento demográfico – em números relativos – nesses municípios vai ser maior do que no próprio Município de Jundiaí. Essa evidência, ainda que parcial, confere a centralidade dos serviços e atividades comerciais desenvolvidas no município, uma vez que os municípios emancipados cresceram na condição de ‘cidades dormitórios’. Na **tabela 02** são apresentados os dados referentes ao crescimento populacional do Município de Jundiaí e dos municípios emancipados nos anos 1960.

Tabela 02: População de Jundiaí e municípios emancipados (1970 – 2000)

Anos	Jundiaí	Várzea Paulista	Campo Limpo Paulista	Jarinu	Itupeva
	N.	N.	N.	N.	N.
1970	169076	9894	9156	5143	7095
1980	258808	33818	21891	6238	10189
1991	289269	68921	45387	10878	18142
2000	323397	92800	63724	17041	26166
Crescimento demográfico apresentado entre 1970 e 2000 (em número de vezes)	1,9	9,3	6,9	3,3	3,6

Fonte: Censos Demográficos 1970 – 2000; **Org:** Elias Oliveira Noronha (março de 2007).

²³ <http://www.jundiai.sp.gov.br>

Pela **tabela 02** é possível destacar que o crescimento demográfico no Município de Jundiá foi de apenas 1,9 vezes o total da população que possuía em 1970. No mesmo período, os municípios de Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista apresentaram, respectivamente, um crescimento de 9,3 vezes e de 6,9 vezes. Os dois municípios, pela maior proximidade com o Município de Jundiá, estabelecem relações mais estreitas, seja com a migração pendular, seja em decorrência da aglomeração urbana constituída em fins dos anos 1980.

Segundo os dados apresentados na **tabela 03**, os municípios pertencentes à **Região de Governo de Jundiá** possuem, com exceção de Jarinu e Itupeva, um grau de urbanização acima dos 80,0%. Em todos os municípios, com exceção de Morungaba, a atividade agropecuária em comparação com os demais setores, apresenta um valor muito baixo, sobressaindo os dados relativos às atividades industriais e de serviços.

Tabela 03: Municípios da Região de Governo de Jundiá: urbanização e participação no total de valor adicionado (2004)

Municípios	Grau de urbanização	Participação no total de valor adicionado			
		Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB
Jundiá	93,96	0,54	54,72	44,74	6.862,87
Várzea Paulista	100	0,12	59,84	40,05	853,91
Campo Limpo Paulista	98,17	0,08	63,82	36,10	732,92
Jarinu	73,69	11,24	27,98	60,78	176,23
Louveira	93,62	2,76	49,48	47,76	1248,49
Cabreúva	83,55	2,52	65,61	31,87	588,77
Itupeva	79,74	4,23	68,86	26,91	839,29
Morungaba	82,32	15,10	54,63	30,27	155,12
Índice regional	91,42	1,75	56,57	41,68	12.844,91

Fonte: Fundação SEADE²⁴ (2004); **Org:** Elias Oliveira Noronha

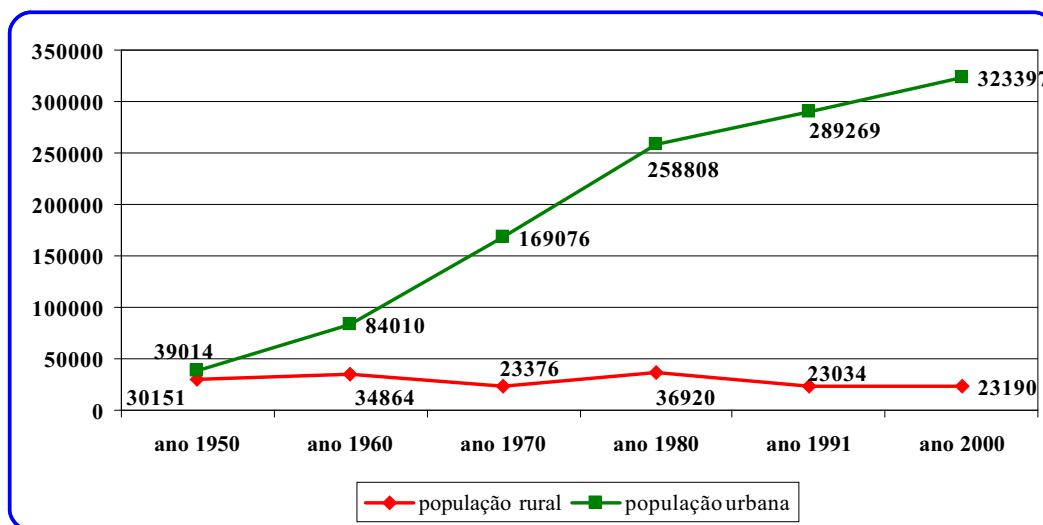
O Município de Jundiá, como se observa na **tabela 03**, possui um **PIB** equivalente a 50% da soma de todos os municípios de sua Região de Governo (SEADE,

²⁴ Esses dados foram coletados junto às publicações da Fundação SEADE no site <http://www.seade.gov.br>

2004). Essa constatação revela a centralidade estabelecida pelo Município de Jundiá no âmbito regional, seja com a prestação de serviços, seja com as atividades industriais e também comerciais. Tal fato é que além de ser o principal centro econômico, possui de forma diversificada um importante setor de prestação de serviços – saúde, educação, agências bancárias, comércio, lazer –.

Além das mudanças ocorridas no âmbito da estrutura populacional em decorrência das modificações no quadro econômico, é possível, na escala do município, perceber modificações no quadro da população rural e urbana no período de análise. Os **gráficos 02 e 03** apresentam os dados referentes à evolução da população no Município de Jundiá entre 1950 e 2000. A partir dos dados apresentados é possível chamar a atenção para dois aspectos: **primeiro**, o declínio em números absolutos da população rural entre 1950 e 2000; e, **segundo**, o vertiginoso crescimento da população urbana.

Gráfico 02: População rural e urbana no Município de Jundiá, 1950 - 2000

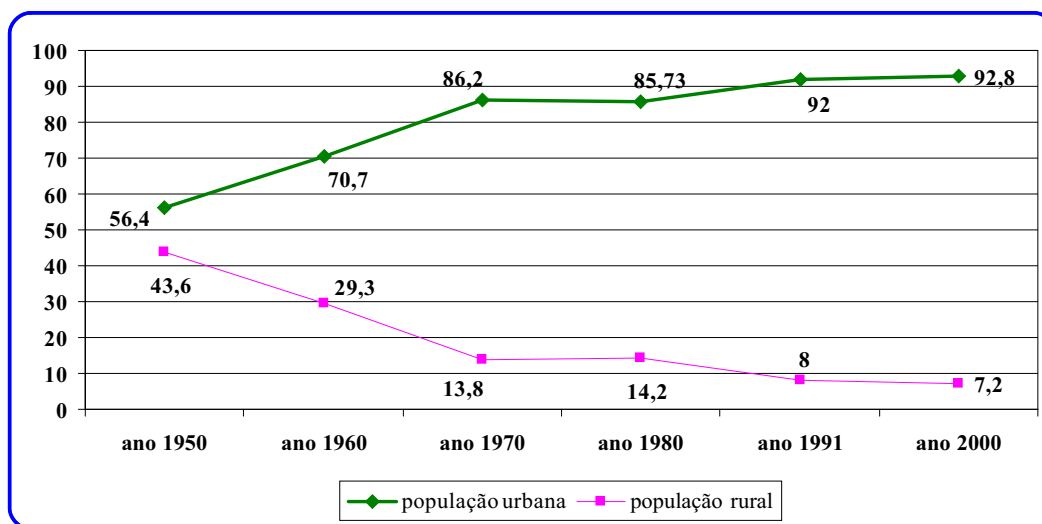


Fonte: Censos Demográficos 1950 – 2000 (IBGE); **Org:** Elias Oliveira Noronha (março de 2007).

Ao considerar os dados apresentados nos **gráficos 02 e 03** é interessante revelar o movimento contínuo de pessoas vivendo na cidade de Jundiá, no período posterior aos anos 1970. Em 1950, o percentual de pessoas vivendo na área urbana correspondia a 56,4% com tendência crescente em relação aos anos seguintes. Em 1960, por exemplo, esse percentual atingiu 70,7%, evidenciando, portanto, uma tendência de

expansão quando comparado com os dados de 2000, em que a porcentagem corresponde um total de 92,8%.

Gráfico 03: População rural e urbana no Município de Jundiá, 1950 – 2000 (%)



Fonte: Censos Demográficos 1950 – 2000 (IBGE); **Org:** Elias Oliveira Noronha (março de 2007).

Ao analisar os dados absolutos e relativos observa-se um movimento inverso com relação à população rural. Em 1950, a população residente na área rural do Município de Jundiá representava 43,6% do total da população, passando em 1960, a equivaler a 29,3%, em 1970 a 13,8%, em 1980 a 14,2%, em 1991 a 8,0% e, em 2000, a 7,2%. Dessa forma, salienta-se que o crescimento da população urbana se deve, em parte, não somente ao processo de esvaziamento do campo, mas também ao papel de pólo de atração populacional desempenhado pelo município nos anos 1950 e 1960, com o advento da indústria, principalmente dos setores alimentício e de metalurgia. Pressupõe-se que tais processos são complementares e possuem outros reflexos, como foi o caso do crescimento desordenado do sítio urbano, criando, por sua vez, as primeiras evidências do processo de urbanização acelerado.

Dando continuidade a essa leitura de construção e de transformação do espaço dar-se-á, na próxima seção, uma atenção especial ao conjunto de transformações no quadro da estrutura produtiva agropecuária do Município de Jundiá, o que revela a coexistência de mudanças e permanências.

2.2 Mudanças e permanências na estrutura produtiva agrícola do Município de Jundiáí

Inicialmente, é interessante observar que nesse período de aceleração das mudanças – na forma e intensidade – ocorre, ao mesmo tempo, a transformação de espaços e de espaços que se transformam (BAGLI, 2006a). A mudança é, assim, um processo multifacetado e, por isso, contraditório. Isso porque, “se há uma realidade que muda, há também uma outra que, sob a lógica da mudança e no jogo de sua contradição, permanece mudando ou muda permanecendo” (BAGLI, 2006a, p. 81).

Para Bagli (2006a), esse movimento de construção da realidade somente é possível de apreensão a partir de uma análise daquilo que se encontra no plano da aparência – no plano do sensível – e, principalmente, no plano da essência – abstração –. Para a referida autora, as duas noções são partes complementares não podendo, do mesmo modo, serem analisadas de forma isolada. Assim, entende-se que o processo de constituição do espaço e sua transformação em território é um aspecto convidativo para análise desse par indissociável: *essência e aparência*. Logicamente se permite a identificação de distintos olhares sobre o mesmo objeto de estudo, o que confere um grau de autenticidade em relação às escolhas e aos caminhos investigativos.

O caminho aqui percorrido terá como base fundamental as mudanças ocorridas no âmbito da estrutura produtiva agropecuária, uma vez que o processo de formação territorial do Município de Jundiáí está diretamente relacionado com a dinâmica agropecuária, em especial com o cultivo de frutas em pequenas propriedades rurais de base familiar em fins do século XIX, por sua vez, favoreceu a constituição de espaços tradicionais, como é o caso dos *bairros rurais*.

Do ponto de vista histórico, uma das características herdadas do processo de formação territorial, cujo personagem principal foi o colono-imigrante, referiu-se à constituição de uma estrutura fundiária notadamente fracionada em pequenas propriedades rurais em que o processo de trabalho está centrado na família. De modo a ilustrar tal constatação é conveniente chamar a atenção para o processo de constituição do regime de pequena propriedade, iniciado com a decadência da grande propriedade de café. Na **tabela 04** foram organizados os dados referentes à estrutura fundiária no período entre 1904/05 e 1947.

Tabela 04: Evolução do tamanho das propriedades rurais no Município de Jundiá (1904/05-1947)

Área em há.	1904/05	1947
-1	0	915
1 a 5	44	582
5 a 10	39	427
10 a 15	21	280
15 a 25	45	302
25 a 50	80	282
50 a 100	48	150
100 a 200	57	79
200 a 500	60	41
500 a 1000	15	20
+ de 1000	16	6
Total	425	3023

Fonte: Mattos (1951); **Org:** Elias Oliveira Noronha (março de 2007).

Pelos dados apresentados na **tabela 04** destacam-se dois aspectos: o *primeiro* está relacionado ao processo de expansão do regime de pequena propriedade e, o *segundo*, na manutenção de um regime de grande propriedade. Essas duas realidades, no plano da aparência, são dois lados de uma mesma moeda, característicos da estrutura fundiária paulista e, por conseguinte, brasileira. No entanto, é no plano da essência que é possível encontrar argumentos que desmistificam tal constatação. Nessa perspectiva, é importante lembrar que foi a decadência da grande propriedade cafeeira – principalmente depois da crise de 1929 – que se originou a pequena propriedade rural a partir do fracionamento da terra e mediante compra por parte dos colonos-imigrantes.

De fato, não há como compreender o surgimento e expansão do regime de pequena propriedade sem fazer menção ao paralelo crescimento do número de viticultores e, sobretudo, da área plantada com a uva. Isso porque foi a junção desses dois aspectos que fortaleceu o pequeno produtor rural, ou seja, o ex-colono, agora pequeno proprietário de terra. Para tanto, foram utilizados os dados apresentados por Mattos (1951). Esses dados foram organizados na **tabela 05**.

Tabela 05: Viticultores em Jundiá (1904/05 – 1947)

Nacionalidade	1904-1905		1947	
	n.	%	n.	%
Brasileiros	37	53,6	484	36,3
Italianos e descendentes	27	39,1	765	57,4
Portugueses	3	4,4	13	1,0
Espanhóis	-	-	17	1,3
Diversas nacionalidades	2	2,9	53	4,0
Total	69	100	1332	100

Fonte: Mattos (1951); **Org:** Elias Oliveira Noronha (março de 2007)

Na **tabela 05** observa-se que no ano de 1947, em que havia um total de 1.332 viticultores, 57,4% eram italianos ou descendentes. Todavia, tal fato ainda não era consolidado no período de 1904-1905, uma vez que estes representavam 39,1% do total de viticultores. Essa análise assevera a associação direta entre ex-colono/imigrante-cultura da vinha - pequena propriedade.

Em relação ao crescimento do cultivo com a uva, Mattos (1951) afirma que entre 1904-1905 havia um total de 400.000 pés da fruta em terras rurais do município – plantadas pelos colonos nas fazendas de café –. Em 1928, 1939 e 1949 o cultivo da uva atingiu 885.000, 2.800.000, 8.500.000 em número de pés, respectivamente. Notadamente, a expansão do cultivo com a vinha ocorreu em pequenas propriedades rurais, cujo regime de trabalho refere-se ao do colono e de sua família.

Dessa forma, o regime de pequena propriedade originou-se com o fracionamento e a decadência da grande propriedade cafeeira e, sobretudo, encontra-se relacionada ao processo de transformação do colono em pequeno proprietário. Essa reunião de elementos evidencia a *complexa realidade agrária* do Município de Jundiá já em fins da segunda metade do século XX. Essa complexidade deriva, fundamentalmente, do convívio de distintas realidades em um recorte espacial tênue. Isso porque, em consonância com as transformações ocorridas no campo, duas outras dinâmicas caracterizam o Município de Jundiá no percurso do século XX: a **industrialização** e a **urbanização**. De fato, tais realidades complementam-se e articulam-se temporal-espacialmente.

Constata-se que no período pós 1960 mudanças se aceleram em decorrência do processo de modernização e, posteriormente, de industrialização da

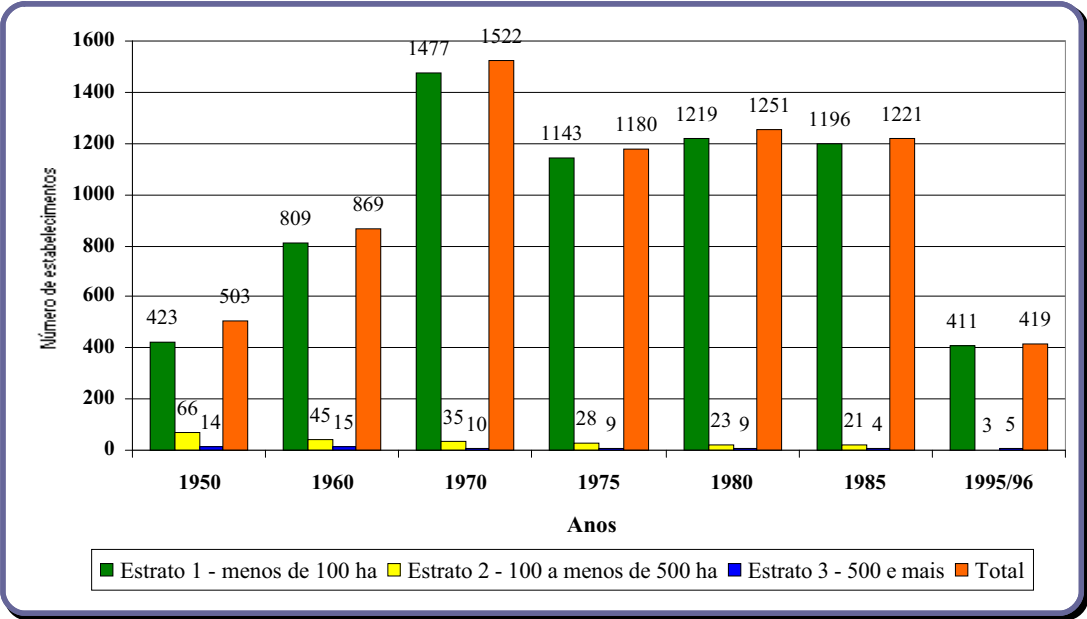
agricultura. Não obstante, são as permanências que denotam a contradição do movimento de transformação do espaço, ou seja, de um devir, permitindo afirmar que a cadência da mudança não é linear, uma vez que nem todos os espaços se transformam, havendo, portanto, permanências.

No Município de Jundiaí, as mudanças estão intimamente relacionadas ao acelerado processo de urbanização verificado a partir dos anos 1950 e também a dinâmica industrial consolidada a partir dos anos 1940 com a implantação de uma importante rede de comunicações ligando os principais centros urbanos regionais. Somam-se também: sua proximidade com São Paulo e a criação do distrito industrial nos anos 1960, o que atraiu empresas de capital nacional e também internacional.

No espaço rural, por sua vez, a primeira mudança aparente é a saída da população envolvida com a prática agrícola. Entretanto, é a partir de uma série de dados que é possível observar a complexidade de tal processo. Isso porque o esvaziamento do campo é apenas uma realidade simplificadora do contexto geral da dinâmica agrária do Município de Jundiaí no período pós 1950, existindo, desse modo, permanências. A título de exemplo, ressalta-se a consolidação de uma permanente estrutura fundiária dual. Os dados da estrutura fundiária no período de 1950 a 1995/96 são apresentados nos **Gráficos 04, 05, 06 e 07²⁵**.

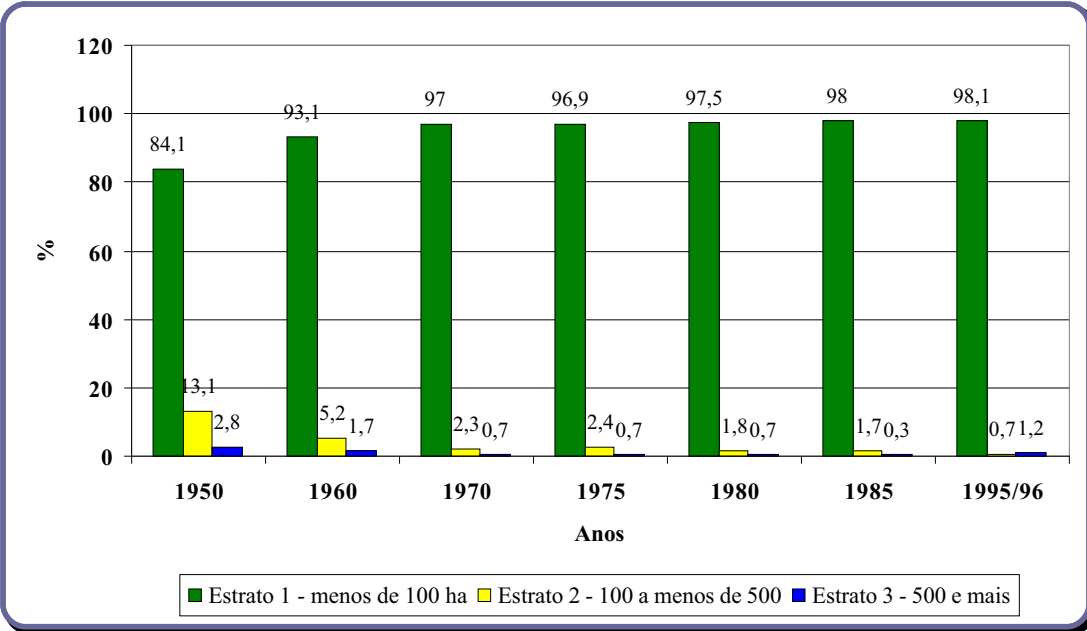
²⁵ Os dados da estrutura fundiária do Município de Jundiaí no período de 1950 a 1995/96 foram inicialmente tabulados e, posteriormente organizados em forma de gráfico. Para melhor análise, os dados foram agrupados em dois eixos: um primeiro focalizando o número de estabelecimentos agropecuários e, no segundo, em que se observa o total de área ocupada pelos referidos estabelecimentos.

Gráfico 04: Número de estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total (1950 - 1995/96)



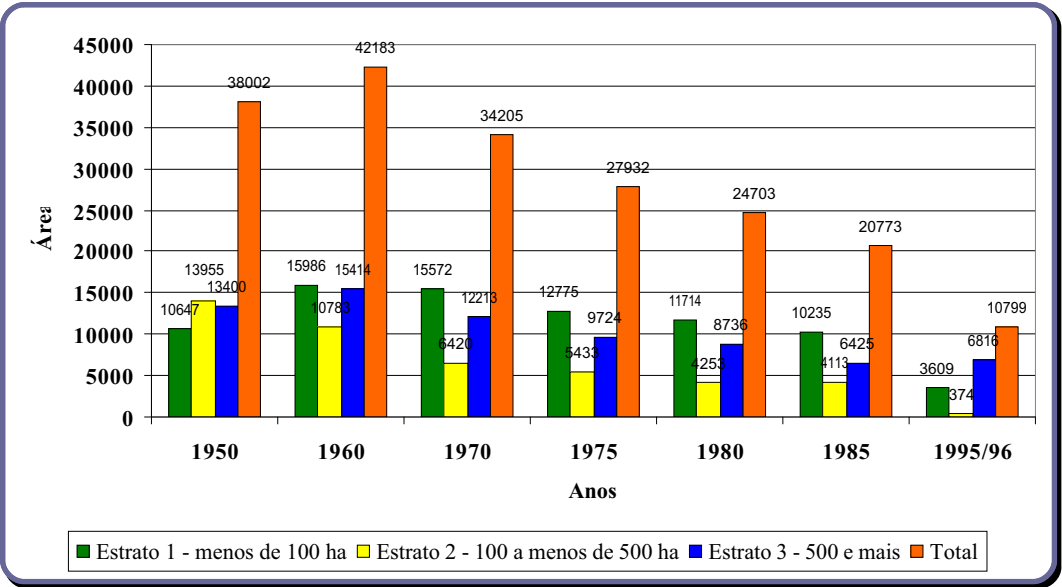
Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96). **Org:** Elias Oliveira Noronha (2006)

Gráfico 05: Número de estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total (1950 - 1995/96 - %)



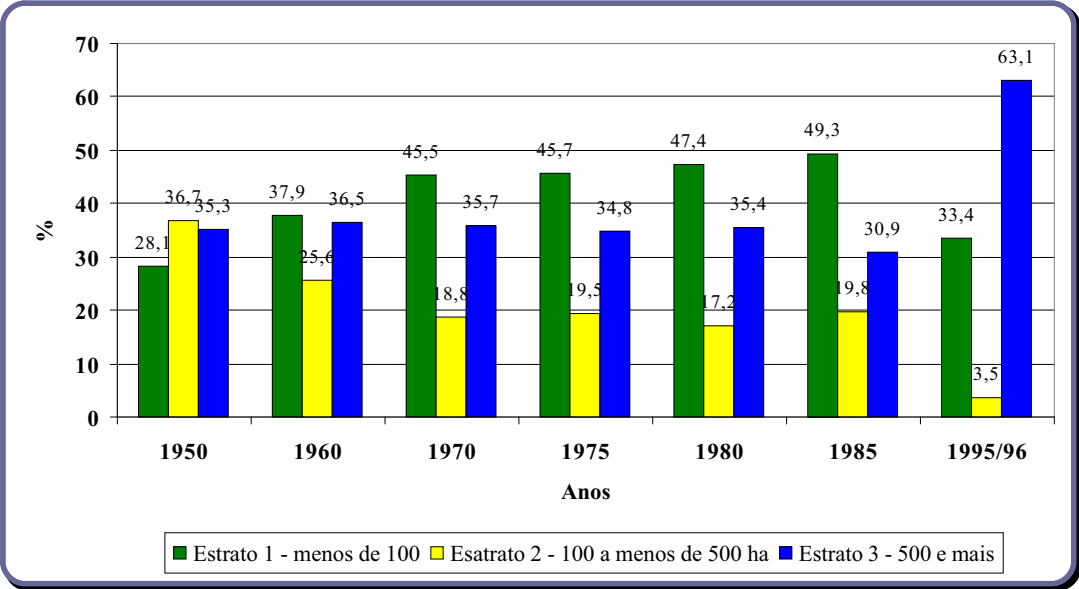
Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96). **Org:** Elias Oliveira Noronha (2006)

Gráfico 06: Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total (1950 - 1995/96)



Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96). **Org:** Elias Oliveira Noronha (2006)

Gráfico 07: Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, segundo grupos de área total 1950 - 1995/96 (%)



Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96). **Org:** Elias Oliveira Noronha (2006)

Ao correlacionar os dados apresentados nos **gráficos 04, 05, 06 e 07** é importante considerar quatro principais aspectos em relação à estrutura fundiária do Município de Jundiaí, a saber: 1) a diminuição do número total de estabelecimentos; 2) a redução da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários; 3) a coexistência do processo de concentração fundiária e de minifundiarização; e 4) o predomínio, em termos numéricos, de pequenos estabelecimentos rurais com área inferior a 100 hectares.

No que se refere ao primeiro aspecto, denota-se, a partir de uma perspectiva histórica, o desaparecimento de 84 estabelecimentos. Em 1950 havia um total de 503 estabelecimentos e em 1995/95 um total de 419. Entretanto, essa leitura comparativa entre 1950 e 1995/96 não permite constatar o mais importante processo ocorrido na dinâmica da estrutura agrária do Município de Jundiaí: o processo de **minifundiarização**.

Dessa maneira, entende-se que um caminho interpretativo é a identificação de dois ritmos distintos: um **primeiro** até 1970, em que há o aumento considerável do número de estabelecimentos agropecuários e, um **segundo**, pós 1970, quando se nota um processo contrário, ou seja, de arrefecimento do número de estabelecimentos. Entre 1970 e 1995/96 houve uma diminuição de 1103 estabelecimentos agropecuários.

O aparente movimento de redução do número de estabelecimentos agropecuários pode ser compreendido como principal marca da estrutura fundiária do Município de Jundiaí no referido período de análise. Contudo, tal movimento foi acompanhado por um processo de (des)concentração fundiária que não chegou a eliminar os grandes estabelecimentos.

De maneira geral, o processo de (des)concentração da terra expressa, de um lado, a perda de área dos grandes estabelecimentos e, de outro, o fracionamento contínuo, gerando um processo de minifundiarização, notadamente entre os estabelecimentos com área até 10 hectares. As **tabelas 06 e 07** apresentam os dados da estrutura fundiária dos estabelecimentos de até 100 hectares.

Tabela 06: Estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares (1950 – 1995/96)

Anos	Menos 10		10 a menos de 20		20 a menos de 50		50 a menos de 100		Total	
	estab.	%	estab.	%	estab.	%	estab.	%	estab.	%
1950	112	26,5	122	28,8	128	30,3	61	14,4	423	
1960	356	44	176	21,8	203	25,1	74	9,1	809	
1970	1016	68,8	244	16,5	177	12	40	2,7	1477	
1975	756	66,1	211	18,5	148	12,9	28	2,5	1143	100
1980	907	74,4	150	12,3	132	10,8	30	2,5	1219	
1985	920	76,92	156	13,1	97	8,1	23	1,9	1196	
1995/96	299	72,7	74	18	31	7,6	7	1,7	411	

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96).
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

Tabela 07: Área dos estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 hectares (1950 – 1995/96)

Anos	Menos 10		10 a menos de 20		20 a menos de 50		50 a menos de 100		Total	
	Área	%	área	%	área	%	Área	%	área	%
1950	683	6,4	1787	16,8	3957	37,2	4220	39,6	10647	
1960	1972	12,3	2622	16,4	6235	39	5157	32,3	15986	
1970	4044	26	3483	22,4	5241	33,6	2804	18	15572	
1975	3142	24,5	3012	23,7	4665	36,5	1956	15,3	12775	100
1980	3405	29,1	2109	18	4058	34,6	2142	18,3	11714	
1985	3413	33,3	2178	21,3	3036	29,6	1608	15,7	10235	
1995/96	1214	33,6	999	27,7	902	25	494	13,7	3609	

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96).
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

Pelos dados apresentados nas **tabelas 06 e 07** é conveniente observar que os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares não somente apresentaram crescimento do número total, como também um aumento em termos relativos da área ocupada. Em 1950 esse grupo de estabelecimento representava 26,5% (112) do total de estabelecimentos agropecuários e, em 1995/96, esse percentual elevou-se para 72,7% (299). Em relação à área ocupada, ressalta-se um crescimento em termos relativos. Isso porque, em 1950 os estabelecimentos com área inferior a 10 hectares ocupavam 6,4% (683 hectares) do total de terras, passando, em 1995/96, a ocupar 33,6% (1214 hectares).

Com relação à área total ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, denota-se, no mesmo período de análise, um processo de diminuição. Em 1950, o total de

terras ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários correspondia a 35.505 hectares. Nos anos seguintes, com exceção dos anos 1960, ocorreu uma significativa redução da área total ocupada. Em 1960, a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Município de Jundiá era de 37.643; em 1970 de 31.436; em 1980 de 22.715; em 1985 de 19.295; e, em 1995/96, de 10.799.

Esse fato está intimamente relacionado ao processo de redução do número de estabelecimentos rurais, assim como também à incorporação de terras rurais pela expansão urbana. Esse processo foi intensificado a partir dos anos 1970 por meio da implantação de loteamentos irregulares e do crescimento desordenado do espaço urbano. Esses loteamentos, cujo objetivo foi atender à demanda por moradia popular, surgiram nas periferias da cidade e, especialmente, em virtude do fracionamento contínuo de terras rurais situadas nas proximidades da mancha urbana.

Como apresentado, o processo de urbanização no Município de Jundiá acelerou-se, principalmente, com a implantação de um parque industrial diversificado, somando-se a isso, sua proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo, tornando o município um foco atrativo de pessoas de diferentes regiões do estado e, possivelmente, do Brasil. O crescimento rápido da população vivendo na cidade no período pós-1960 corrobora essa assertiva.

Enquanto o processo de minifundiarização caracterizou as mudanças processadas a partir dos anos 1950, a concentração de terras, por sua vez, representou a permanência, ou seja, o que sempre existiu na estrutura produtiva do referido município: a grande propriedade. Em 1995/96, os estabelecimentos com área superior a 100 hectares ocupavam 66,6% (7.192 hectares) do total de terras ocupadas e apenas 1,9% (8) do total de estabelecimentos.

Portanto, entende-se que o conjunto de transformações na estrutura fundiária do Município de Jundiá teve como principal característica a minifundiarização, o que não possibilitou a eliminação do processo de concentração da terra. Além disso, esse processo está intimamente relacionado à redução das terras utilizadas pelas atividades agropecuárias.

Antes de enfocar as mudanças ocorridas no âmbito da **utilização das terras**, é pertinente analisar as modificações ocorridas no âmbito da **condição do pessoal ocupado** com as atividades agropecuárias, o que evidencia, portanto, a importância do

regime de propriedade da terra desde o período de ocupação das áreas rurais sob liderança do colono-imigrante.

Com o regime de colonato dois movimentos se processaram: um **primeiro** relacionado à estrutura fundiária, o qual expressa o predomínio em termos numéricos de pequenas propriedades rurais e, um **segundo**, resultado da compra direta de terras pelos imigrantes e formação de núcleos coloniais que originaram os primeiros Bairros Rurais no Município de Jundiá. Os dados referentes à condição dos produtores no período de 1950 a 1995/96 foram organizados nas **tabelas 08 e 09**.

Tabela 08: Condição dos Produtores Rurais no Município de Jundiá (1950 – 1995/96)

Anos	Proprietários		Arrendatários		Ocupantes		Parceiros		Total	
	Esta b.	Área	Estab.	área	Estab.	Área	Estab.	área	Estab.	área
1950	389	20853	24	1057	1	6	89*	16086	503	38002
1960	613	19692	90	2537	8	164	158*	19790	869	42183
1970	1030	32106	64	253	39	229	389	1614	1522	34205
1975	805	25319	75	626	32	454	268	1532	1180	27932
1980	884	22807	186	919	45	443	136	536	1251	24703
1985	801	16806	59	2249	50	534	314	1186	1224**	20775***
1995/96	381	10638	24	102	6	29	8	30	419	10799

* variável (1950): administrador (gerente que dirige a exploração em nome do proprietário); ** soma-se três (03) estabelecimentos sem declaração; *** somam-se dois (02) hectares a mais.

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96).
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

Tabela 09: Condição dos Produtores Rurais no Município de Jundiá (1950 - 1995/96 - %)

Anos	Proprietários		Arrendatários		Ocupantes		Parceiros		Total	
	Estab.	Área	Estab.	área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	área
1950	77,3	54,9	4,8	2,8	0,2	*	17,7	42,3	503	38002
1960	70,5	46,7	10,4	6,0	0,9	0,3	18,2	47,0	869	42183
1970	67,7	93,9	4,2	0,7	2,5	0,7	25,6	4,7	1522	34205
1975	68,2	90,7	6,4	2,2	2,7	1,6	22,7	5,5	1180	27932
1980	70,6	92,3	14,9	3,7	3,6	1,8	10,9	2,2	1251	24703
1985	65,4	80,9	4,8	10,8	4,1	2,6	25,7	5,7	1224	20775
1995/96	91,0	98,5	5,7	0,9	1,4	0,3	1,9	0,3	419	10799

* variável (1950): administrador (gerente que dirige a exploração em nome do proprietário).

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96).
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

A partir das **tabelas 08 e 09** é possível verificar a predominância, em termos de número e de área ocupada, da condição de proprietário. Em 1950, os produtores

que possuíam a propriedade da terra correspondiam a 77,3% (389) do número total de estabelecimentos, ocupando 54,9% (20853) do total de terras. Nos anos 1970, período marcado pelos processos de (des)concentração fundiária e de crescimento do número de estabelecimentos com área inferior a 10 hectares, observa-se, de maneira especial, o aumento do número de estabelecimentos em que os produtores rurais possuem a propriedade da terra. No ano de 1995/96, essa categoria passa a representar 91,0% (381) do total de estabelecimentos, ocupando 98,5% (10.638 hectares) do total de terras.

Ao analisar de forma pormenorizada os dados apresentados nas **tabelas 08 e 09**, nota-se um descompasso muito significativo em relação às categorias de arrendatário, de parceiro e de ocupante. Entretanto, o mais importante é chamar a atenção para o fato de que a redução da área e do número de estabelecimentos agropecuários resultou no predomínio da categoria de proprietários em comparação com outras condições existentes em 1950 – parceiros, arrendatários e ocupantes –.

Com exceção da categoria de proprietário, todas as outras condições apresentaram um decréscimo em termos do número e da área dos estabelecimentos. Tal decréscimo é mais evidente quando se analisam os dados da condição de parceiros que, nos anos 1950, representava 17,7% (89) do total de estabelecimentos e, em 1995/96, esse percentual decaiu para 1,9% (6).

As mudanças ocorridas no âmbito da estrutura fundiária e da condição dos produtores rurais não foram diferentes em relação ao uso da terra. Além disso, como já foi dito, a redução das áreas utilizadas no Município de Jundiáí refere-se num dos principais aspectos, estando, por sua vez, relacionadas às mudanças na economia municipal no período posterior aos anos 1950.

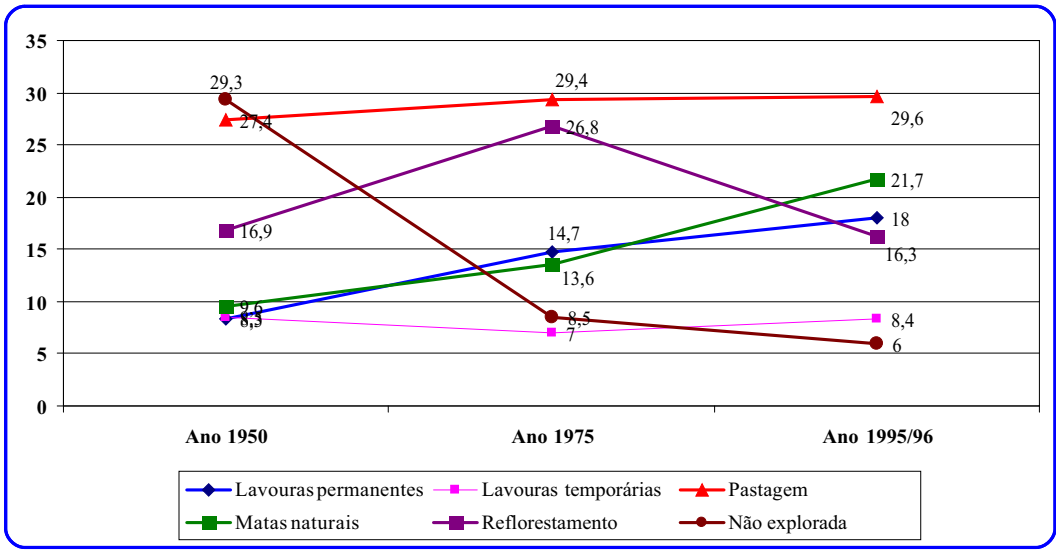
Na **tabela 10** foram organizados os dados referentes às áreas ocupadas com lavouras permanentes, lavouras temporárias, pastagens, matas naturais, reflorestamento e terras não exploradas, considerando os anos 1950, 1975 e 1995/95. O **gráfico 08**, por sua vez, apresenta os dados relativos dos respectivos usos da terra no Município de Jundiáí.

Tabela 10: Utilização das terras (1950 – 1995/96)

Tipos de uso	1950		1975		1995/96	
	Área	%	Área	%	Área	%
Lavouras permanentes	2935	8,3	3716	14,7	1876	18,0
Lavouras Temporárias	3021	8,5	1774	7,0	877	8,4
Pastagem	9760	27,4	7458	29,4	3084	29,6
Matas naturais	3373	9,6	3460	13,6	2260	21,7
Reflorestamento	6014	16,9	6780	26,8	1700	16,3
Não explorada	10402	29,3	2139	8,5	628	6,0
Total	35505	100,0	25327	100,0	10425	100,00

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1975; 1995/96);
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

Gráfico 08: Utilização das terras (1950 – 1996/96) - %



Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1975; 1995/96);
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

Com base na **tabela 10** observa-se que: **primeiro**, houve uma redução significativa da área total ocupada com as lavouras no município; **segundo**, algumas lavouras, como é o caso das permanentes, apresentaram uma redução em termos absolutos da área total ocupada. Entretanto, como revela o **gráfico 08**, a participação das lavouras permanentes em termos relativos entre 1950 e 1995/96 é relativamente maior,

confirmando, assim, a importância desse tipo de lavoura, mesmo considerando a redução significativa das terras ocupadas com agropecuária no município.

O mesmo não ocorreu com as lavouras temporárias. Com o arrefecimento das áreas ocupadas com a agricultura, as lavouras temporárias seguem possuindo a mesma participação, em termos relativos, no total de terras ocupadas. Em 1950, as áreas ocupadas com as lavouras temporárias representavam 8,5 % do total de terras ocupadas. Em 1995/96 essa participação segue muito próxima, o que corresponde a 8,4 %. Como fica evidente, em termos absolutos, a redução das áreas ocupadas com as lavouras temporárias foi de 2.044 hectares entre 1950 e 1995/96.

A mesma tendência apresentada com as áreas de lavouras temporárias ocorreu com as áreas ocupadas com as pastagens. Isso porque, embora se tenha processado uma diminuição das terras ocupadas com a agricultura (1950 – 1995/96) denota-se a continuidade em termos relativos das áreas de pastagens, uma vez que em 1950 esse percentual correspondia a 27,4%, passando a 29,4% e 29,6% em 1975 e 1995/96, respectivamente.

Ao correlacionar os dados absolutos e relativos apresentados se observam que os maiores índices de retração das áreas ocupadas encontram-se nas pastagens, terras não exploradas e áreas de reflorestamento: enquanto a diminuição das terras foi de 6.676 ha. nas áreas de pastagens, as áreas de terras não exploradas, por sua vez, apresentaram uma redução de 9.774 ha e, em relação às áreas de reflorestamento, a redução total foi de 4.314 ha.

No que se refere às áreas de matas e florestas, observou-se um aumento em termos relativos da área total ocupada. Em 1950, tais áreas representavam 29,2% do total de terras. Em 1995/96, por sua vez, essas áreas correspondiam a 36,7% das terras utilizadas. Se, por um lado, o arrefecimento das áreas não aproveitadas permite observar que houve um aumento do uso intensivo do solo, por outro, pode-se avaliar, em consonância com a pastagem, a perda progressiva das áreas destinadas às práticas agrícolas no Município de Jundiá no período 1950 – 1995/96. A redução foi de três vezes o total de área ocupada em 1950.

De acordo com o responsável pela Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento, as áreas de pastagens encontram-se nas proximidades do perímetro urbano, o que confirma a ideia de que tais áreas estão à espera de valorização fundiária. Segundo

os dados coletados junto à Casa da Agricultura, no ano de 2007, as áreas ocupadas com o cultivo de lavouras representavam 62,8% do total de terras do município. Por certo, as áreas ocupadas com as atividades agrícolas somam-se às áreas de preservação permanente que, nesse caso, compreende 21,1% do total de terras do Município de Jundiáí²⁶.

Segundo o responsável pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Município de Jundiáí, as principais áreas agrícolas encontram-se, principalmente, na porção norte do perímetro urbano: nos denominados *bairros rurais*. Os Bairros Rurais, originados a partir do processo de fracionamento das grandes fazendas, localizam-se nas encostas de pequenas bacias hidrográficas e, por isso, são reconhecidos a partir do codinome geográfico. A título de exemplo tem-se: Bairro do Caxambú em virtude da presença do Córrego do Caxambú; Bairro da Roseira em virtude da presença do Córrego da Roseira, dentre outros.

O uso do solo, nessa perspectiva, é um elemento convidativo, pois permite compreender as mudanças ocorridas no espaço rural do ponto de vista paisagístico (**Foto 11**). Assim sendo, torna-se pertinente analisar quais as mudanças e quais as permanências no quadro produtivo agrícola do Município de Jundiáí no período de 1950 a 2005.



Foto 11:

Paisagem rural no Bairro da Roseira

Nos anos 1940 e 1950, além do cultivo da uva de mesa a paisagem rural no Bairro da Roseira poderia ser considerada diversa, pois ali conviviam distintas lavouras tradicionais no Município de Jundiáí, como é o caso do café e do algodão. Atualmente essa paisagem encontra-se tomada pela uva e produtos hortifrutícolas.

Autor: desconhecido; **Fonte:** Ivanir Fontebasso (2007)

Para tanto, inicialmente será apresentada uma análise a partir dos Censos Agrícolas e Agropecuários referentes ao período de 1950 a 1995/96, o que corrobora a importância da cultura da uva e a diminuição de culturas tradicionais, como é o caso do

²⁶ Na parte sul do perímetro urbano está localizada uma das principais áreas de proteção da Mata Atlântica no Estado de São Paulo: a Serra do Japi. Por Lei Estadual (4095) a referida área foi transformada, em 1984, numa Área de Proteção Ambiental (APA)

café, do algodão, do milho e do feijão. Posteriormente serão analisados os dados da Produção Agrícola Municipal do período de 1990 a 2005, tendo em vista as mudanças ocorridas no quadro produtivo a partir do ‘declínio da videira’ e, conseqüente introdução de novas culturas, com destaque ao caqui e ao pêssgo.

Para analisar as mudanças e permanências no quadro produtivo agrícola no Município de Jundiá procedeu-se, primeiramente, a um exercício comparativo entre o que se produzia nos anos 1950 e 1995/96. A partir desse exercício foi constatado que o quadro produtivo agrícola do Município de Jundiá sempre esteve calcado em algumas culturas, não apresentando, dessa forma, uma diversificação produtiva, seja em relação às lavouras permanentes ou temporárias. Os dados das principais culturas permanentes e temporárias são apresentados nas **tabelas 11 e 12**, respectivamente.

Tabela 11: Lavouras permanentes (área plantada - 1950 – 1995/96, hectares)

Tipo de lavouras permanentes	Censos						
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
Café	1286	909	258	67	39	10	-
Laranja	8	60	130	59	86	74	21
Uva	1286	2695	2071	2567	2017	1813	1299
Banana	74	64	-	23	25	18	3

Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96).
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

Tabela 12: Lavouras temporárias (área plantada - 1950 – 1995/96, hectares)

Tipo de lavouras temporárias	Censos						
	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
Cana-de-açúcar	71	27	56	13	20	316	4
Feijão	117	152	210	205	460	292	1
Milho	1809	953	821	662	891	591	390
Algodão	512	0	0	0	0	0	0
Arroz	225	63	21	44	103	41	0

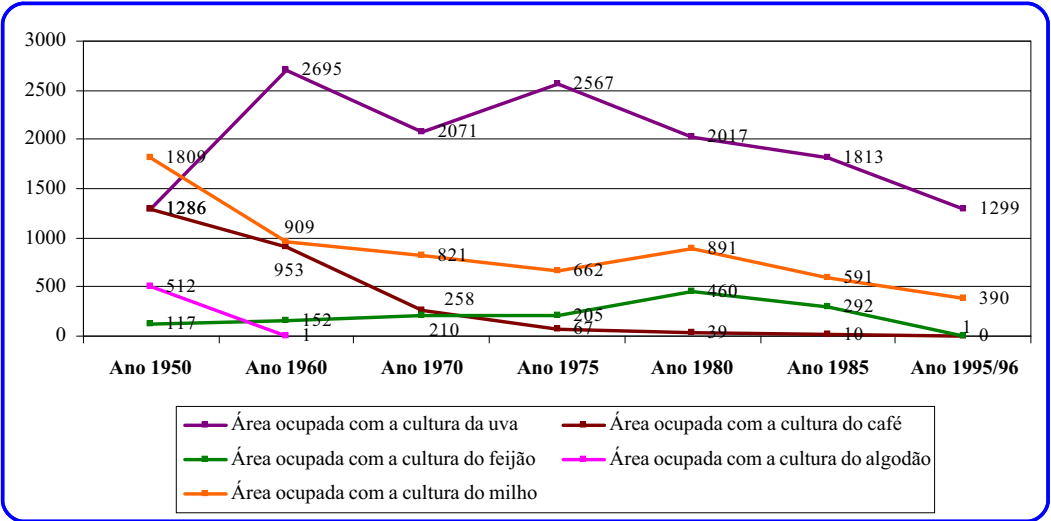
Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96).
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

A partir das **tabelas 11 e 12** é interessante ater-se ao conjunto de mudanças e permanências no quadro produtivo agrícola em relação à área plantada. Assim sendo, no que se refere às mudanças ocorridas no quadro produtivo, destacam-se três aspectos principais: **a)** a oscilação de algumas culturas como banana, laranja, feijão, arroz e cana-de-açúcar; **b)** o arrefecimento ininterrupto das áreas ocupadas com a cultura do café, do algodão e do milho; e, **c)** a importância adquirida pela cultura da uva no período posterior aos anos 1950 e, conseqüente declínio entre 1985 e meados dos anos 1990.

Com relação ao primeiro aspecto, destaca-se o papel dessas culturas em tempos de crise da agricultura. No caso da banana, do arroz, do feijão e da laranja ressalta-se que a área plantada não é significativa em termos totais. Todavia, estas culturas apresentam-se como importantes fontes de renda para pequenos produtores rurais familiares, especialmente, com o declínio das culturas tradicionais. No caso da cana-de-açúcar, vale destacar seu crescimento nos anos 1980. Contudo, em decorrência dos altos índices de declividade dos terrenos cultivados no município, essa cultura nunca apresentou uma participação significativa no quadro produtivo.

No que se refere ao segundo aspecto, ou seja, a redução gradativa das áreas ocupadas com as culturais tradicionais, com destaque ao café e ao milho, constatou-se que o total de área diminuída apresentou-se significativo. No caso específico do algodão, o desaparecimento ocorreu num curto período de dez anos, entre 1950 e 1960. Com a redução das áreas ocupadas por essas culturas, tidas como tradicionais, no período de 1950 e 1960 ocorreu, simultaneamente, o crescimento das áreas ocupadas com a cultura da uva. Para melhor demonstrar o desempenho dessas lavouras foi organizado o **Gráfico 09**.

Gráfico 09: Área ocupada com as culturas tradicionais (1950 – 1995/96, hectares)



Fonte: IBGE (Censos Agrícolas e Agropecuários: 1950; 1960; 1970; 1975; 1980; 1985; 1995/96).
Org: Elias Oliveira Noronha (2006)

Pelo **gráfico 09** é possível observar a redução das áreas plantadas com as culturas do café, do milho e do algodão. O feijão, apesar de ter apresentado crescimento nos anos 1980, também apresentou diminuição da área plantada. Além disso, não há como negar a importância adquirida pela cultura da uva. No ano de 1950, essa lavoura representava 43,8% do total de terras ocupadas com as lavouras permanentes; já no ano de 1995/96, mesmo com a redução significativa das áreas ocupadas com a agricultura, a vinha ocupava 69,2% do total de terras. Assim, tem-se o terceiro aspecto apontado.

Como se pode constatar, a cultura da uva tem importância histórica no processo de formação dos primeiros bairros rurais no Município de Jundiaí. Notadamente, essa importância está intimamente relacionada à presença de uma produção agrícola familiar realizada em pequenas propriedades. Outros fatores essenciais ao desenvolvimento das videiras referem-se às condições do solo, predomínio de latossolos – vermelho/amarelo – e do clima – tropical de altitude –.

Assim, se os terrenos acidentados constituíram-se num obstáculo ao desenvolvimento das culturas tradicionais, o mesmo não se pode dizer da uva e das outras frutas. A cultura da uva está muito associada ao trabalho da família e, por conseguinte, ao regime de pequena propriedade rural. No Município de Jundiaí, como bem descreveu

Mattos (1951), o consórcio entre pequeno produtor, *ex-colono*, e a cultura da uva encontrou condições favoráveis, sobretudo em relação às proximidades de centros consumidores da fruta.

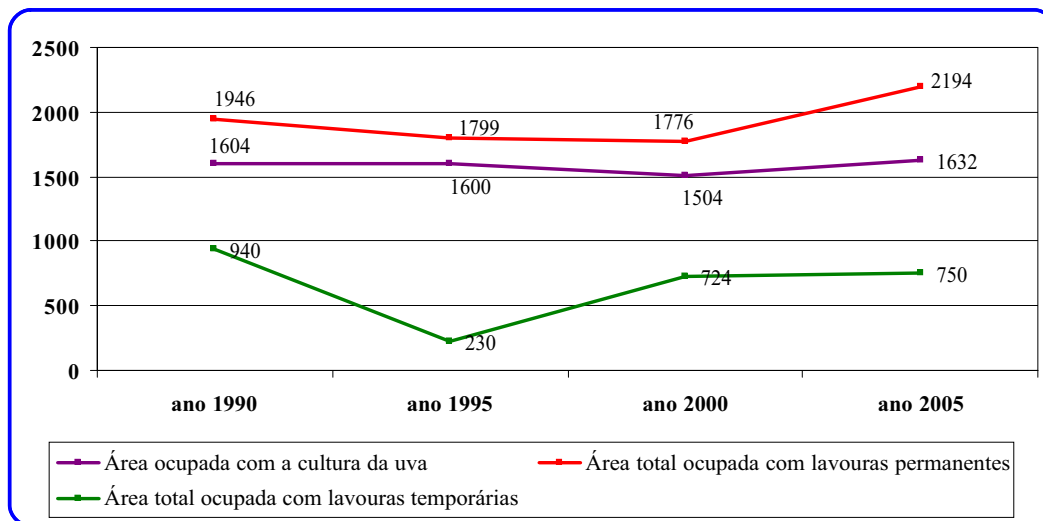
O crescimento da área plantada com a cultura da uva no Município de Jundiaí também resultou no aumento considerável do número de pés plantados e da produção. Em 1950 havia um total de 3.053.128 pés. Em 1960, por exemplo, esse número chegou a 6.745.585. Nos anos 1970, 1975, 1980, 1985 o número de pés plantados chegou a 3.053.128, 8.544.005, 6.870.198, 7.966.190, respectivamente. O processo de redução da produção de uva não está associado à diminuição do número de pés, uma vez que isso somente ocorreu nos anos 1970, com a ocorrência de geadas e a destruição massiva de pés de uva, como bem lembrou o Secretário de Agricultura e Abastecimento do Município de Jundiaí.

A redução na produção da uva está associada ao período cíclico da videira. Isso fica muito evidente ao correlacionar os dados da produção e área plantada com a cultura da uva nos anos 1990, em que houve diminuição da área plantada, resultando numa diversificação produtiva calcada no cultivo de outras frutas – caqui, pêssego, tangerina –.

Assim, o processo de diversificação produtiva ocorrida nos anos 1990 decorreu, principalmente, da busca de estratégias de reprodução social e econômica da produção agrícola familiar a partir da redução na produção da uva. Entretanto, tal processo foi gradativo. Por meio dos dados da Produção Agrícola Municipal fica evidente tal constatação. Os dados das lavouras permanentes e temporárias foram organizados no **gráfico 10**, por sua vez, revela também a importância, em termos de área ocupada, da cultura de uva no período 1990 – 2005.

Segundo o secretário da Casa de Agricultura (2007), o processo de diversificação produtiva teve início a partir de 1995 com a introdução do cultivo do pêssego, do caqui e da tangerina. Outras culturas também podem ser mencionadas, como é o caso da laranja - que até esse período não apresentava significativa importância - da banana, do abacate, da mandioca e do tomate.

Gráfico 10: Área ocupada com as lavouras permanentes, lavouras temporárias e com a uva (1990 – 2005)



Fonte: PAM (1990; 1995; 2000; 2005); **Org:** Elias Oliveira Noronha (2006)

Por meio da análise do **gráfico 10**, entende-se que o quadro produtivo no período de análise (1990 – 2005) tornou-se mais diversificado, seja pela permanência – em menor escala – de culturas tradicionais como é o caso do feijão, da laranja, da uva e do milho, seja pelo início do cultivo de outras lavouras, com destaque à produção de frutas. Nas **tabelas 13 e 14** foram sistematizados os dados da área ocupada pelas lavouras permanentes e temporárias no período 1990 – 2005.

Assim, ao levar em conta o exercício teórico construído, as mudanças referem-se à diversificação produtiva, especialmente, devido à estagnação das culturas tradicionais e a introdução do cultivo de outros produtos, notadamente de frutas. As permanências, por sua vez, correspondem à continuidade das lavouras tradicionais, com destaque a cultura da uva que desde os primórdios de ocupação tem se apresentado como a principal atividade agrícola desenvolvida pelos pequenos produtores rurais familiares. Outras lavouras tradicionais, como é o caso do café e do algodão atualmente não são cultivados com fins comerciais, sendo desenvolvida em pequenas áreas.

Tabela 13: Lavouras permanentes (área plantada – 1990 / 2005, hectares)

Tipo de lavouras permanentes	Censos			
	1990	1995	2000	2005
Abacate	15	12	3	3
Banana	2	-	2	58
Café	-	19	14	17
Caqui	5	-	-	101
Laranja	140	108	172	275
Pêssego	60	60	58	64

Fonte: PAM (1990; 1995; 2000; 2005); **Org:** Elias Oliveira Noronha (2006)

Tabela 14: Lavouras temporárias (área plantada – 1990 / 2005, hectares)

Tipo de lavouras permanentes	Censos			
	1990	1995	2000	2005
Arroz	40	20	10	10
Cana-de-açúcar	350	-	-	42
Feijão	150	80	114	124
Mandioca	10	-	48	34
Milho	350	100	500	500
Tomate	40	30	50	40

Fonte: PAM (1990; 1995; 2000; 2005); **Org:** Elias Oliveira Noronha (2006)

A partir dos dados apresentados nas **tabelas 13 e 14** verifica-se que o quadro produtivo da atividade agrícola no período compreendido entre o início dos anos 1990 e 2005 se apresenta mais complexo e heterogêneo do que no início dos anos 1950. O arrefecimento das áreas das culturas tradicionais em consonância com a redução do total de terras ocupadas com a agricultura, culminou num quadro produtivo em que a uva passou a ser o principal elemento da paisagem rural – em termos de lavouras –.

De fato, somente a partir dos anos 1990 que o quadro produtivo tornou-se heterogêneo, decorrente, principalmente, do declínio da área plantada com a uva. Todavia, foi a partir do final dos anos 1990, que as tidas culturas ‘novas’ começaram a apresentar um crescimento das áreas plantadas, a saber: o limão, a tangerina, o maracujá e o caqui. Todas essas culturas não ultrapassam de 20 ha. de área cultivada no Município, conquanto,

de acordo com o Secretário de Agricultura e Abastecimento, apresentam indícios de crescimento, tendo em vista os bons resultados obtidos junto às famílias rurais.

Portanto, entende-se que a diversificação de cultivos tem sido importante para reprodução social das famílias rurais, revelando que, mesmo em processos de adaptações, a produção agrícola familiar busca inserção econômica, o que ratifica a idéia de serem sujeitos dinâmicos e que também se transformam em períodos de crises de produção, notadamente, nesse caso, da uva de mesa.

Entretanto, mesmo com o processo de diversificação de cultivos, a uva tem permanecido como principal produto agrícola no município dado seu caráter familiar e cultural. A organização da Festa de Uva (**Fotos 12 e 13**) é um indício importante, pois ao mesmo tempo em que reúne os produtores rurais para exporem a produção da vinha a cada dois anos, realiza a divulgação comercial da cultura, o que contribui para a manutenção do título de “terra da uva de mesa” no Estado de São Paulo.

Foto 12: Festa da Uva: divulgação da colheita e principal festa da cidade **Foto 13:** Colheita da uva em 2007.



A **Festa da Uva** congrega distintas instituições ligadas ao desenvolvimento da agropecuária no Município de Jundiaí. A festa, que já se encontra em sua 28ª edição (2008), além de proporcionar um momento festivo pelos resultados da colheita da uva, expõe os melhores frutos dos produtores rurais. Na **foto 12** observa-se a exposição da produção de uva dos **Bairros Rurais da Roseira e da Toca** em que atualmente há o predomínio da cultura nas propriedades rurais. Na **foto 13**, por sua vez, é observado o encaixamento da fruta ainda na propriedade. **Foto 12:** autor desconhecido **Fonte:** Sidnéia Fontebasso Guillen (2007); **Foto 13:** <http://www.portaljj.com.br/interna.asp> (acesso 15/01/2008).

Outra cultura tradicional, mas que atualmente não ocupa destaque nos dados estatísticos é o morango. Além de capital da uva de mesa, a cidade de Jundiaí também já foi conhecida como a ‘capital do morango’. Atualmente, segundo os dados adquiridos junto à Casa da Agricultura, existe no Município de Jundiaí apenas 600 mil pés

e que a redução da área plantada com a fruta foi repentina. A área total com o morango correspondia no ano de 2007 em 10 ha.

De acordo com as informações fornecidas pelo técnico responsável pela Casa da Agricultura destacam-se como aspectos relacionados à crise do morango: a necessária rotação de terras; e, os altos custos com os defensivos agrícolas. O cultivo do morango é realizado em pequenas áreas e os principais bairros rurais produtores são o da Toca, da Roseira, do Engordadouro, do Traviú, do Poste, do Bom Jardim e, sobretudo, do Champirra e do Rio Acima. Todos esses bairros são ocupados por famílias pioneiras e, por certo, originaram-se a partir de grandes propriedades rurais.

A introdução do cultivo do morango ocorreu ainda nos anos 1960 e, por meio de uma iniciativa de produtores rurais, a fruta adquiriu expressividade regional ao realizar a festa da colheita no Bairro do Poste. No período atual, a festa (**Foto 14**) adquiriu caráter comercial e integra junto com a Festa da Uva o calendário de eventos da cidade, ocorrendo a cada dois anos – nos anos ímpares –.



Foto 14: Exposição dos produtores rurais premiados

Atualmente a **Festa do Morango** integra o calendário oficial de eventos no Município de Jundiá. Durante a festa são feitas premiações aos produtores rurais, assim como a comercialização direta da fruta. Em sua 14ª edição (2007) mais de 150 mil pessoas participaram da festa e 19 toneladas de morango foram vendidas (Jornal de Jundiá, 20 de agosto de 2007).²⁷

Assim, o espaço rural no Município de Jundiá, do ponto de vista paisagístico, tem apresentado mudanças significativas, em especial a partir dos anos 1990 com a introdução de outras culturas. Por um lado, os produtores rurais têm reduzido as áreas de plantio com atividades agrícolas, evidenciando, portanto, uma mudança no setor produtivo. Por outro lado, como fica evidente nas áreas rurais próximas ao perímetro urbano, está havendo o arrefecimento gradativo das áreas plantadas, o que permite afirmar que tanto a produção quanto a área tem apresentado significativas modificações.

²⁷ Fonte: www.portaljj.com.br (acesso em 12 de fevereiro de 2008).

No âmbito da produção agrícola, salienta-se que os produtores rurais familiares têm procurado diversificar, não estando, notadamente, vinculados somente à produção de uva de mesa. Tais mudanças, num largo período de análise, tem posto em realce discussões acerca das distintas estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelas famílias rurais.

Por sua vez, como será mais bem apresentado no capítulo seguinte, o processo de redução das áreas produtivas agrícolas tem sido gradativamente percebido no município, principalmente em áreas de predomínio da agricultura tradicional, como é o caso da área do morango e da uva. A redução das áreas de cultivo está associada a distintos fatores, dentre os quais se destacam: a falta de incentivo e continuidade no setor por parte dos produtores rurais e, sobretudo, a pressão urbana. Isso fica evidente ao analisar os dados preliminares do Censo Agropecuário do IBGE de 2007.

De acordo com Leite (2007)²⁸, os dados divulgados pela Prefeitura Municipal corroboram tal processo de redução das áreas de cultivo agrícola. Segundo os dados apresentados, algumas áreas rurais tradicionais, como é o caso dos bairros rurais do Castanho e do Igoturucaia, têm sofrido uma redução de até 60% do total de área cultivada. O Bairro do Castanho, por exemplo, apresentou no período entre 1990 e 2006 uma redução de 53%. No Bairro do Igoturucaia, por sua vez, o arrefecimento das áreas de cultivo agrícola sofreu uma redução de 32% entre 1996 e 2006.

Os dois referidos bairros compreendem os setores já finalizados com a pesquisa da Prefeitura Municipal. No entanto, os dados revelados são suficientes para mostrar que algo está ocorrendo no espaço rural do Município de Jundiá, tornando imprescindível qualificar as mudanças ocorridas nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira – dados que ainda não foram publicados pela imprensa do poder público municipal –.

Para Fonseca (2007)²⁹, é preciso conter as ações exercidas pela pressão urbana, com destaque às áreas: de interesse de preservação; de produção agrícola; e, de mananciais. O Bairro do Castanho é uma evidência empírica das modificações na paisagem agrícola, mostrando-se um território cujos conteúdos têm se revelado distintos em relação a tempos passados, especialmente, com a expansão urbana. Para Fonseca

²⁸ Notícia publicada no dia 04/03/2007: www.portaljj.com.br (acesso em 13 de dezembro de 2007).

²⁹ Notícia publicada no dia 17/04/2007: www.portaljj.com.br (acesso em 12 de janeiro de 2008).

(2007), estas áreas são locais de forte especulação imobiliária e o resultado é a criação de empreendimentos que surgem na cidade: loteamentos, condomínios, dentre outros.

O espaço rural no Município de Jundiaí tem apresentado características distintas e que se mesclam com conteúdos urbanos. No âmbito das famílias rurais verifica-se a adoção de distintas estratégias de reprodução, como foi o caso da diversificação produtiva já analisada. Além disso, entende-se que apreender as estratégias de reprodução dos produtores rurais familiares exige, do ponto de vista da Geografia, analisar a **situação geográfica de seu entorno**, ou seja, as especificidades territoriais do recorte geográfico ao qual esse segmento produtivo está inserido.

Apreender as especificidades da produção agrícola familiar no Município de Jundiaí exige esse exercício geográfico propondo, no **próximo capítulo**, uma reflexão sobre os conteúdos e significados do espaço rural no Município de Jundiaí, tendo em vista os processos de urbanização difusa. Parte-se da idéia de que num recorte espacial tênue, em que a dinâmica urbana tem-se materializado de maneira intensa, os espaços rurais têm apresentado outras características espaciais, conformando novas relações com o urbano: um rural para além da agricultura e do agrário: um híbrido espacial.



Capítulo 3

O espaço rural no contexto da urbanização difusa: mudanças e permanências nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira no Município de Jundiaí

No capítulo anterior ficou evidente que o espaço rural em Jundiaí tem apresentado distintas características espaciais que se mesclam com conteúdos urbanos e, sobretudo, em modificações no setor agrícola tendo em vista a redução das áreas de cultivo e o declínio de lavouras tradicionais. Dessa forma, é interessante caracterizar o espaço rural do Município de Jundiaí, mostrando seus conteúdos atuais, assim como suas relações com a cidade.

Do ponto de vista teórico, as duas noções balizadoras são: a) urbanização difusa e, b) espaço periurbano. Esses dois conceitos estão sendo discutidos em escala internacional e revelam a idéia de complexidade espacial das regiões metropolitanas e de suas proximidades, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo. É interessante observar que tanto o conceito de urbanização difusa quanto de espaço periurbano refere-se ao crescimento e expansão das manchas urbanas e o surgimento de novos conteúdos às periferias da cidade e áreas rurais situadas nos limites de transição rural-urbana.

Dessa forma, ao caracterizar os significados dos espaços rurais no Município de Jundiaí é importante contextualizar o processo de produção do espaço urbano e, por conseguinte, sua expansão para além da cidade. De um lado, salienta-se que os novos conteúdos das áreas de transição rural-urbana ratificam as discussões teóricas sobre as mudanças nas relações centro-periferia. De outro, é cada vez mais emblemático apreender os significados dos espaços rurais, tendo em vista a conformação de um rural que transcende o agrícola.

Para melhor compreender as especificidades das áreas rurais, a análise estará amparada na idéia de complementaridade entre o campo e a cidade³⁰. Assim, indaga-se: quais os conteúdos e significados dos espaços rurais no período atual? De início, como foi possível observar nos **capítulos 1 e 2**, a estratégica situação geográfica do Município de Jundiaí resultou na permanência de um espaço rural, porém em constante transformação e adaptação.

Parte-se da hipótese de que os territórios rurais constituídos em fins do século XIX, a partir da fragmentação da terra e estabelecimento de uma produção agrícola

³⁰ Pressupõe-se que essa perspectiva analítica representa um avanço teórico em relação aos princípios do pensamento moderno, os quais motivaram pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento, a conceberem o campo e a cidade como realidades territoriais distintas em que havia, principalmente, a valorização das diferenças.

familiar em regime de pequena propriedade, apresentam, na contemporaneidade, novos conteúdos espaciais resultantes³¹, especialmente, de uma dinâmica urbana quase que predominante. Portanto, entende-se que os bairros rurais, em sua conformação espacial atual, compreendem um *mix* principalmente em relação aos usos do solo.

Pressupõe-se que a dinâmica dos respectivos bairros rurais deve ser apreendida a partir de suas relações com o processo de urbanização que se materializa para além dos limites geográficos das cidades e, sobretudo, pela expansão de uma cultura urbana que se difunde de maneira acelerada, conformando, no sentido lefebvriano³², novas relações e novos processos no campo.

Assim, com o intuito de fomentar reflexões acerca dessa problemática é que foi organizado o presente capítulo, cujo ponto de reflexão consiste no processo de constituição de uma complexa rede de cidades (**Figura 03**) no percurso do século XIX a partir do dinamismo econômico proporcionado, especialmente, pelo complexo cafeeiro paulista (CAIADO; SANTOS, 2003).

³¹ Para Souza (2004), os bairros rurais atuais apresentam características distintas em decorrência dos processos de urbanização e industrialização. Essas novas características correspondem na incorporação de novas relações.

³² Lefebvre (1999) ao desenvolver a hipótese da urbanização completa da sociedade procurou chamar a atenção para o processo que culminaria na urbanização da sociedade em todos os sentidos (tempo/espço). Entretanto, algumas especificidades devem ser esclarecidas, tendo em vista o movimento contraditório da própria sociedade. Isso porque, no âmbito dessa relação dialética, campo e cidade encontram-se, porém não se tornam similares. Aqui, é importante diferenciar o sentido da urbanização a que se referiu Lefebvre. A urbanização completa da sociedade não resulta no fim do rural. Na verdade, com a aceleração do tempo, a urbanização, enquanto movimento e processo, tende a ser predominante e não exclusiva. A sociedade caminha para ser urbana. Explicando: **para um modo de vida cada vez mais urbano**. Para Sobarzo (2006), o sentido em que trata Lefebvre sobre a urbanização não consiste na edificação completa do mundo ou no desaparecimento do campo, ou seja, “(...) a superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão – um tanto apocalíptica – do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido estrito) total do planeta” (p. 55).

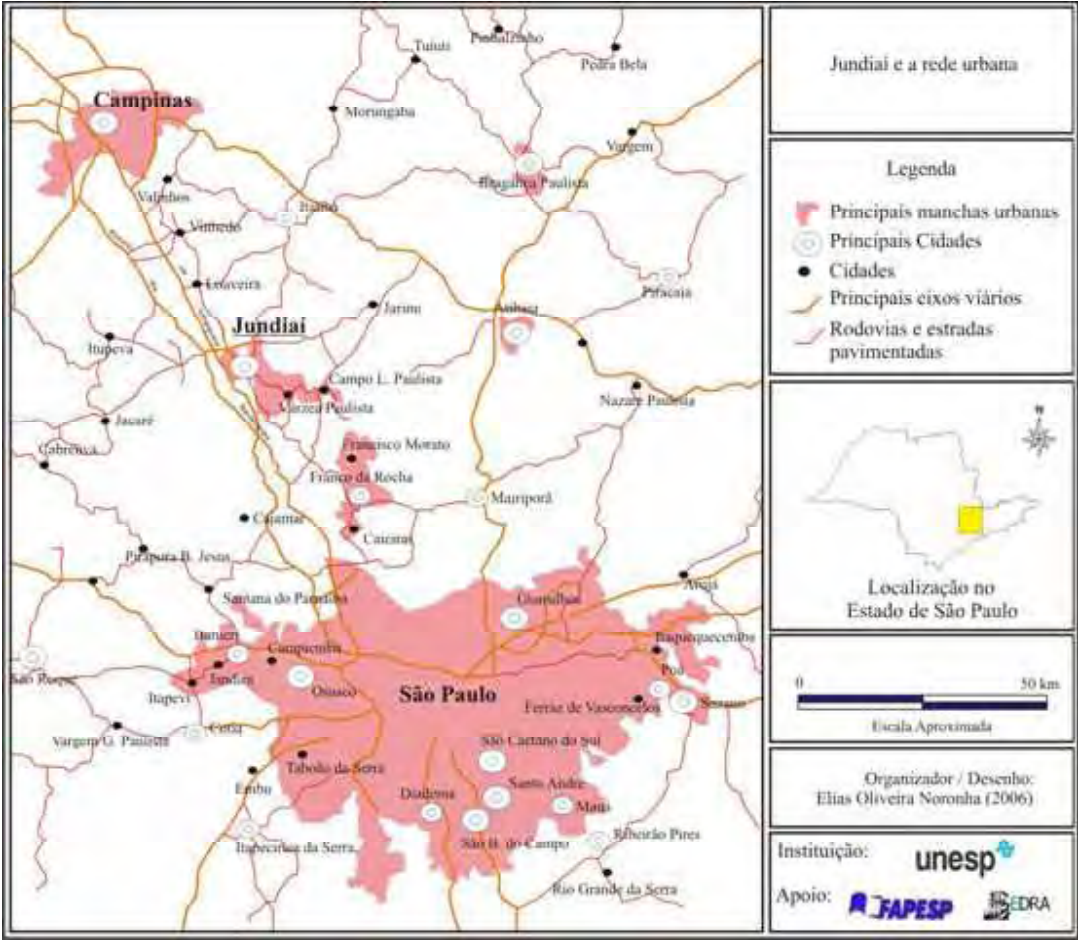


Figura 03: Jundiaí e seus arredores (2007)

A **figura 03** revela que um aspecto importante é sua situação próxima à Região Metropolitana de São Paulo (**Figura 04**), bem como o acesso privilegiado às principais vias de circulação: Via Anhanguera – construída em 1940 – e a Rodovia dos Bandeirantes – construída em 1978 –. Além disso, verifica-se também que o Município de Jundiaí está situado nas proximidades de dois importantes aglomerados urbanos e consumidores: Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas.

Igualmente, é conveniente destacar que o **rural** é composto de permanências, mudanças e também adaptações. Suas ruralidades mantêm-se vivas e se reproduzem embora de forma modificada: novas representações sociais que não encontram-se isoladas do conjunto da sociedade que se urbaniza cada vez mais. Um olhar sobre o campo a partir da ‘realidade urbana’ é encarado de forma insolente, pois assevera a

percepção de uma ruralidade modificada pelo fenômeno urbano e não pelo movimento da sociedade.

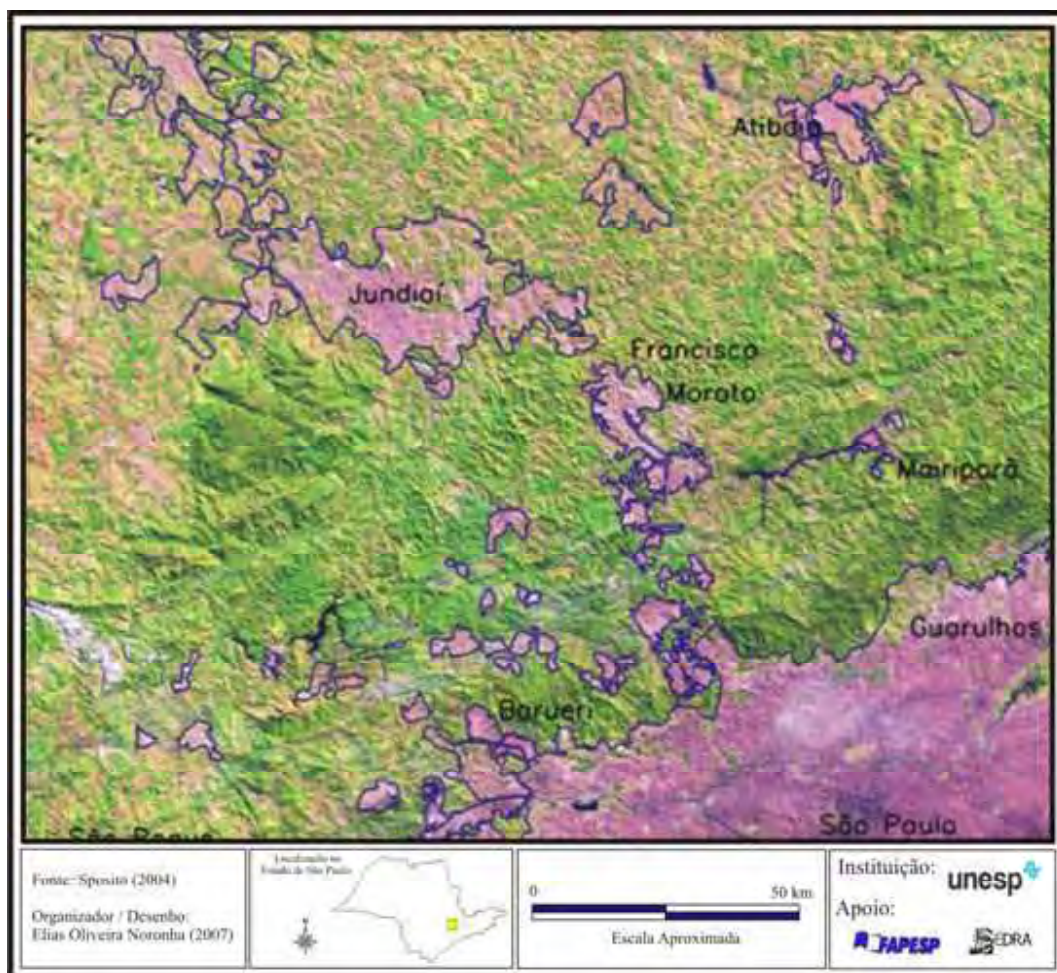


Figura 04: Jundiaí e sua proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo

Portanto, entende-se que as transformações em curso no conjunto da sociedade não provocam e nem tem como tendência o desaparecimento do *rural* enquanto realidade espacial, categoria do pensamento e ‘modo de vida’. O próprio movimento contraditório da sociedade o reproduz. O fim do rural e a ‘urbanização de tudo’ é um grande equívoco construído por compreensões que associam, de maneira incorreta, o rural, o agrícola e o agrário como sinônimos.

É por esse viés analítico que se entendem os bairros rurais como **unidades territoriais** criadas a partir de uma identidade territorial (BOMBARDI, 2004) e,

acrescenta-se, não isolados dos processos e dinâmicas atuais como preconizavam os estudos e análises sociológicas sobre a formação e constituição dos bairros rurais no Estado de São Paulo (QUEIROZ, 1973; CANDIDO, 2003).

Certamente, o ponto de partida consiste na *resistência* dessas áreas num recorte espacial diminuto em que a dinâmica urbana tem se apresentado de maneira mais intensa desde os anos 1950. As mudanças, as permanências e as adaptações ocorridas nos bairros rurais no Município de Jundiaí corroboram essa opção teórica, conquanto, também compreendam um **lugar**, onde há a reprodução da vida.

Dessa maneira, apreender a dinâmica atual dos bairros rurais e sua relação com o processo de urbanização é considerar que a *noção de pertencimento* é o elemento que dá origem ao bairro rural (BOMBARDI, 2004). Entende-se que os bairros rurais também são unidades sociológicas de investigação, uma vez que compreendem um *lugar* onde se estabelecem relações de identidade, de sentimento de localidade e de relações de vizinhança, mas que igualmente sofreram mudanças, permanências e adaptações no tempo e no espaço: por isso, um objeto de investigação geográfica.

Os traços geográficos dos Bairros Rurais da Roseira e da Toca que ratificam a opção teórica pelo conceito de território são:

- a) compreendem unidades territoriais passíveis de delimitação cartográfica, tendo em vista que os limites são traçados a partir de elementos essencialmente geográficos;
- b) unidades territoriais em que as relações sociais estabelecidas historicamente são intensas, resultando, por sua vez, em relações de **pertencimento e de identidade com o lugar**;
- c) são unidades territoriais em que processos e dinâmicas atuais os diferenciam das características passadas em que havia o predomínio das atividades agropecuárias e as relações com a cidade eram menos complexas; e,
- d) são unidades territoriais em que coexistem relações conflituosas e tensas decorrentes de uma diversidade de usos do solo e há o surgimento

de problemas propriamente relacionados à expansão da ‘lógica urbana’ – especulação imobiliária –;

Feito a caracterização das opções teóricas que norteiam o desenvolvimento do trabalho, ressalta-se que o capítulo está organizado em três partes. Na **primeira parte** é apresentada uma análise teórica do processo de urbanização contemporânea. Na **segunda parte** é feita uma análise dos processos de urbanização difusa e a constituição de **espaços periurbanos complexos** no Município de Jundiaí. Na **terceira parte**, por sua vez, são analisados os processos e dinâmicas atuais nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca tendo em vista a expansão de conteúdos urbanos para além da cidade.

3.1 Urbanização difusa: aspectos teóricos

O objetivo dessa seção é analisar alguns aspectos do processo de urbanização contemporânea no Município de Jundiaí. Parte-se da premissa de que o processo atual de urbanização tem conformado uma realidade espacial mais complexa. Além disso, pressupõe-se que a **realidade espacial** na qual o Município de Jundiaí está situada – contexto regional altamente urbanizado e industrializado – encontra-se muito próxima aos processos ocorridos no âmbito da urbanização difusa ou reticular tomada como referência por Dematteis (1998) e difundido por Sposito (2004b) em pesquisa realizada sobre os centros urbanos paulistas.

Entende-se que a **urbanização difusa** ou **reticular**, marcada especialmente pela dispersão das manchas urbanas, não se homogeneíza pelo território, sendo possível situá-la em contextos espaciais em que a dinâmica urbana tem se apresentado de forma predominante, mesmo que não de maneira exclusiva. Em resumo, o processo de urbanização difusa pode ser compreendido a partir da dispersão das formas urbanas e, de acordo com Whitacker (2006), a partir da fragmentação territorial da cidade. Para este autor, o processo de urbanização deve ser apreendido a partir de uma perspectiva histórica, uma vez que a cidade é resultado de uma sociedade que, de forma contraditória e desigual, a reproduz e dela se apropria.

Tais aspectos, característicos da cidade atual, cada vez mais diversa e dispersa, estão intimamente associados ao surgimento de novas centralidades decorrentes dos novos equipamentos de consumo e dos novos espaços de habitação e também das novas práticas socioespaciais de segmentação (WHITACKER, 2006). Para o autor, a criação dessa ‘nova cidade’ pode ser associada às distintas conformações assumidas pelo capitalismo, resultando na combinação e sobreposição de lógicas pretéritas e atuais.

Para analisar a relação rural/urbano a partir das formas espaciais no contexto de urbanização difusa será feita, inicialmente, uma discussão teórica sobre a relação cidades/urbanização e, posteriormente, uma análise do processo de produção do espaço urbano e suas implicações aos espaços rurais: um confronto entre duas lógicas. De um lado, a lógica urbana, cada vez mais intensa e, de outro, a lógica rural, cada vez mais diversa e, portanto, complexa (SOUZA, 2005).

3.1.1 Urbanização e cidades: pontos para reflexão

Para Sposito (2004b; 2006a), a urbanização pode ser analisada como um processo multifacetado no qual denota-se uma pluralidade de acepções e leituras, a saber: a) transformação material de espaços não-urbanos em urbanos; b) aumento relativo da população vivendo nas cidades; e, c) análise e apreensão paisagística das formas e funções urbanas³³. Para a referida autora: a urbanização somente pode ser compreendida tendo como pano de fundo uma dimensão histórica, constituindo-se num processo complexo. Assim sendo, a urbanização une, de forma dialética, o tempo e o espaço em suas diferentes escalas (SPOSITO, 2004b; 2006b).

Para Whitacker (2006), a cidade deve ser entendida como o processo de cristalização da urbanização. Já para Sposito (2004b) a cidade é entendida, ao mesmo tempo, como um conceito e uma realidade material expressa na forma urbana e carregada de um conteúdo singular, desempenhando, por sua vez, múltiplos papéis e funções na história. Souza (2005), por sua vez, compreende a cidade como uma entidade sócio-espacial complexa.

³³ Para Sposito (2004b), a urbanização pode ser considerada como uma das principais marcas do século XX, sendo possível, de um lado, perceber a intensidade deste processo em decorrência da proporção de pessoas vivendo nos espaços urbanos e, de outro, do aumento do número e tamanho das cidades.

Dessa forma, a cidade, como uma dimensão geográfica da realidade – visível e materializada – somente pode ser entendida a partir de sua complexidade, exigindo, portanto, a compreensão e articulação ao contexto geográfico no qual está inserida e, com a organização do campo. Pela mesma lógica, entende-se que o campo, como uma realidade materializada e socialmente construída, deve ser compreendido a partir de suas relações com a cidade e, portanto, no âmbito de seu recorte espacial de estudo.

Outro aspecto fundamental para tal análise encontra-se no processo de produção do espaço urbano. Mas afinal, se a cidade é a materialização do processo de urbanização, o que seria o urbano? Ao buscar refletir sobre essa indagação, é pertinente, antes de tudo, dizer que o urbano somente pode ser compreendido em sua articulação com o rural: duas faces de uma mesma moeda; dois pares dialéticos.

Para Whitacker (2006), o urbano é o resultado da articulação dialética de formas e funções: um ‘modo de vida’, uma expressão dotada de historicidade. Nessa perspectiva, poder-se-ia afirmar que, na atualidade, o urbano desenvolve-se no rural e o rural no urbano. Em parte, essa problemática decorre das novas formas assumidas pela cidade – descontinuidade territorial –, criando, assim, o urbano muito além das cidades – cultura urbana, num sentido lefebvriano –, mesmo que não corresponda num processo de urbanização do rural no sentido preconizado por Graziano da Silva (1999).

Tem-se, portanto, uma difícil empreitada. Isso porque, falar em rural e em urbano e, especialmente, das relações cada vez mais intensas entre o campo e a cidade na contemporaneidade, é tecer análises, cujo ponto de partida seja o uso corrente de expressões complexas, que podem assumir distintos olhares, mas também julgamentos equivocados.

Longe de apresentar argumentos sobre a complexidade que envolve o uso dos conceitos de campo, cidade, rural e de urbano, entende-se que, hoje, além de serem conceitos e realidades, expressam relações interdependentes. Não há como fazer uma análise comparando as divergências e similaridades entre campo e cidade sem mencionar os elementos que os relacionam. O deslocamento a trabalho de pessoas que residem no campo em direção à cidade é um exemplo didático. O encurtamento das distâncias percorridas e a acessibilidade permitem o deslocamento com mais intensidade.

Assim, descrever o processo de produção do espaço urbano é, nessa perspectiva, apreender suas implicações aos espaços rurais. Do mesmo modo, torna-se imprescindível, ao realizar uma análise da expansão territorial urbana, considerar o processo a partir de uma perspectiva histórica e não apenas no âmbito das formas, uma vez que tal fenômeno redefine o espaço geográfico, tendo como pano de fundo: a atuação de diferentes práticas e representações; a mediação das relações de produção (confrontos de classes sociais); e, a instituição da propriedade privada da terra (SPOSITO, 2006b).

3.2 O Município de Jundiaí no contexto da urbanização difusa

Em pesquisa realizada nas vinte e duas principais áreas urbanas³⁴ do Estado de São Paulo, Sposito (2004b) observou que no período de 1970 – 1980 houve significativas mudanças na morfologia urbana, decorrente, em parte, dos processos de aglomeração urbana e da formação de tecidos urbanos descontínuos. Em relação ao Município de Jundiaí tal processo não foi diferente. A **figura 05** revela o aumento significativo do tecido urbano deste município no período de 1954 a 1983.

³⁴ As áreas urbanas pesquisadas foram: São Paulo, Campinas, **Jundiaí**, Bragança Paulista, Sorocaba, Guaratinguetá/Aparecida, São José dos Campos, Santos, Mogi Guaçu/Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Botucatu, Franca, Marília, Bauru, Presidente Prudente, Araçatuba, Jaú, Araraquara/São Carlos, Ribeirão Preto, Catanduva e São José do Rio Preto.

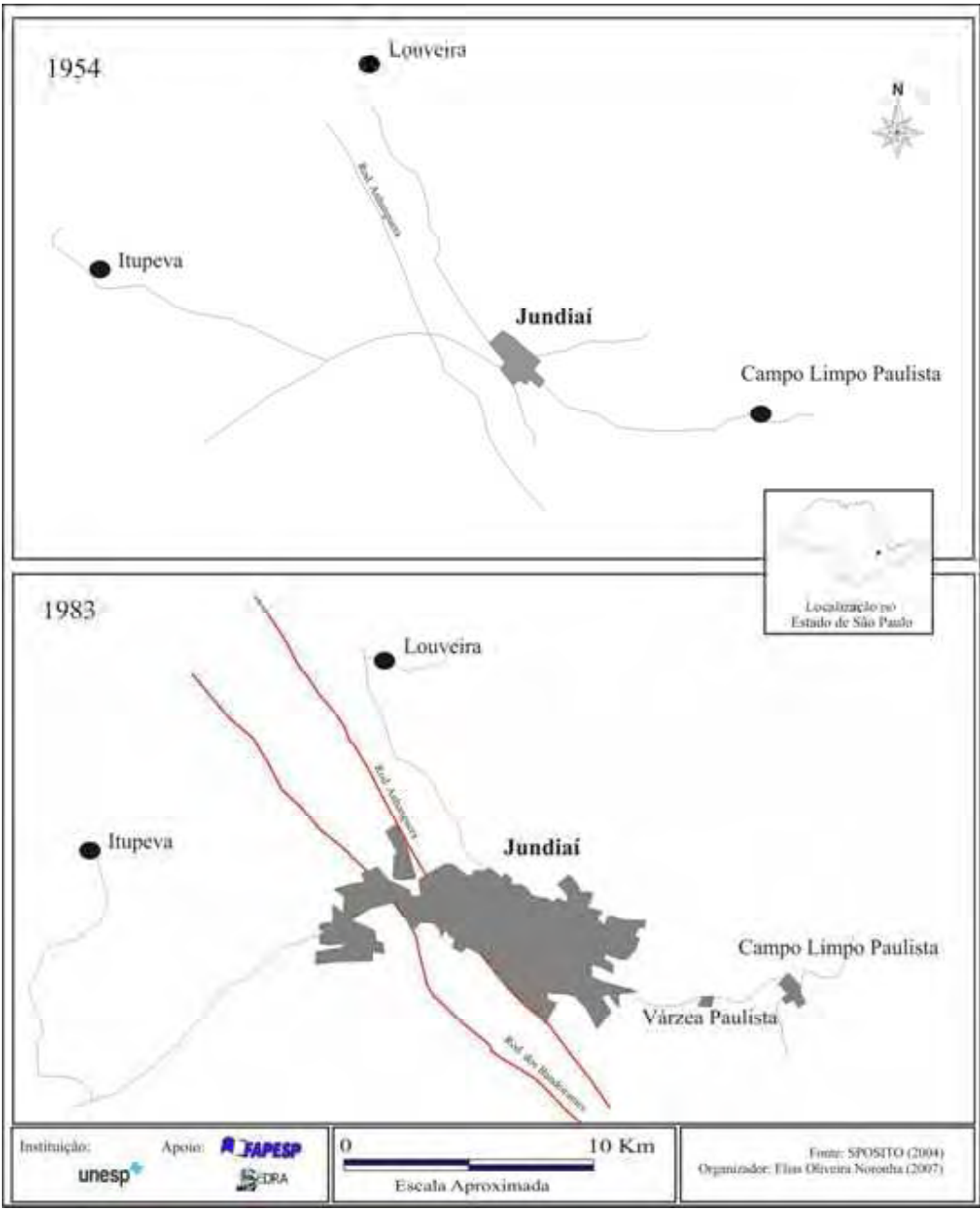


Figura 05: Expansão urbana no Município de Jundiaí (1954 – 1983)

Com base na **figura 05**, dois aspectos devem ser considerados: a) a proximidade do Município de Jundiaí em relação aos principais eixos viários do Estado de São Paulo (Rodovia dos Bandeirantes e Via Anhanguera, **Foto 15**); e, b) os sentidos dessa aglomeração. O primeiro aspecto, numa perspectiva histórica, expressa os sentidos de

ocupação, de apropriação e de transformação desse espaço a partir das distintas funções exercidas pela cidade.



Foto 15:

Rodovia Anhanguera no Município de Jundiaí

A **Rodovia Anhanguera** é um dos principais eixos viários do Estado de São Paulo. Liga a cidade de São Paulo ao interior, passando por Jundiaí e Campinas. Sua construção foi finalizada nos anos 1940 e hoje se constitui num importante eixo logístico (circulação, distribuição). Em suas proximidades foi instituído o Distrito Industrial ainda nos anos 1960.

Foto: Elias Oliveira Noronha. **Data:** 01 de março de 2007

Em relação ao segundo aspecto é destacável o processo de aglomeração entre a cidade principal – **Jundiaí** – e as que se encontram no seu entorno. Sposito (2004b), ao propor uma classificação das distintas formas espaciais que configuram a rede urbana no Estado de São Paulo, concebe o Município de Jundiaí como uma **forma de aglomeração não-metropolitana**³⁵, cuja característica, no período de análise (1950 – 1980), foi a conformação de uma aglomeração dispersa territorialmente (**Figura 06**).

De fato, como será percebida na **figura 06**, uma das características presentes nesse processo, particular ao contexto regional em que está inserido o Município de Jundiaí, é a **descontinuidade territorial das cidades**. Essa característica, atual do processo de produção do espaço urbano, conforma uma cidade cada vez mais dispersa, assim como também, a produção de uma morfologia caracterizada pelo redesenho da espacialidade urbana: extensão do tecido urbano; fragmentação da cidade; e, intensificação da circulação.

Segundo Whitacker (2006), tais aspectos configuram o rompimento do clássico modelo de cidade contínua ou concentrada. A partir do processo de produção do espaço urbano – constituição de novas morfologias – e tendências da urbanização

³⁵ Municípios que fazem parte da aglomeração não-metropolitana de Jundiaí: **Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Louveira e Jarinu**. Sposito (2004b), para realização desse estudo, baseou-se no trabalho desenvolvido pelo IBGE, IPEA e UNICAMP.

contemporânea – descontinuidade territorial –, é que se pretende compreender o contexto da **urbanização difusa ou reticular** tomada como referência por Dematteis (1998).

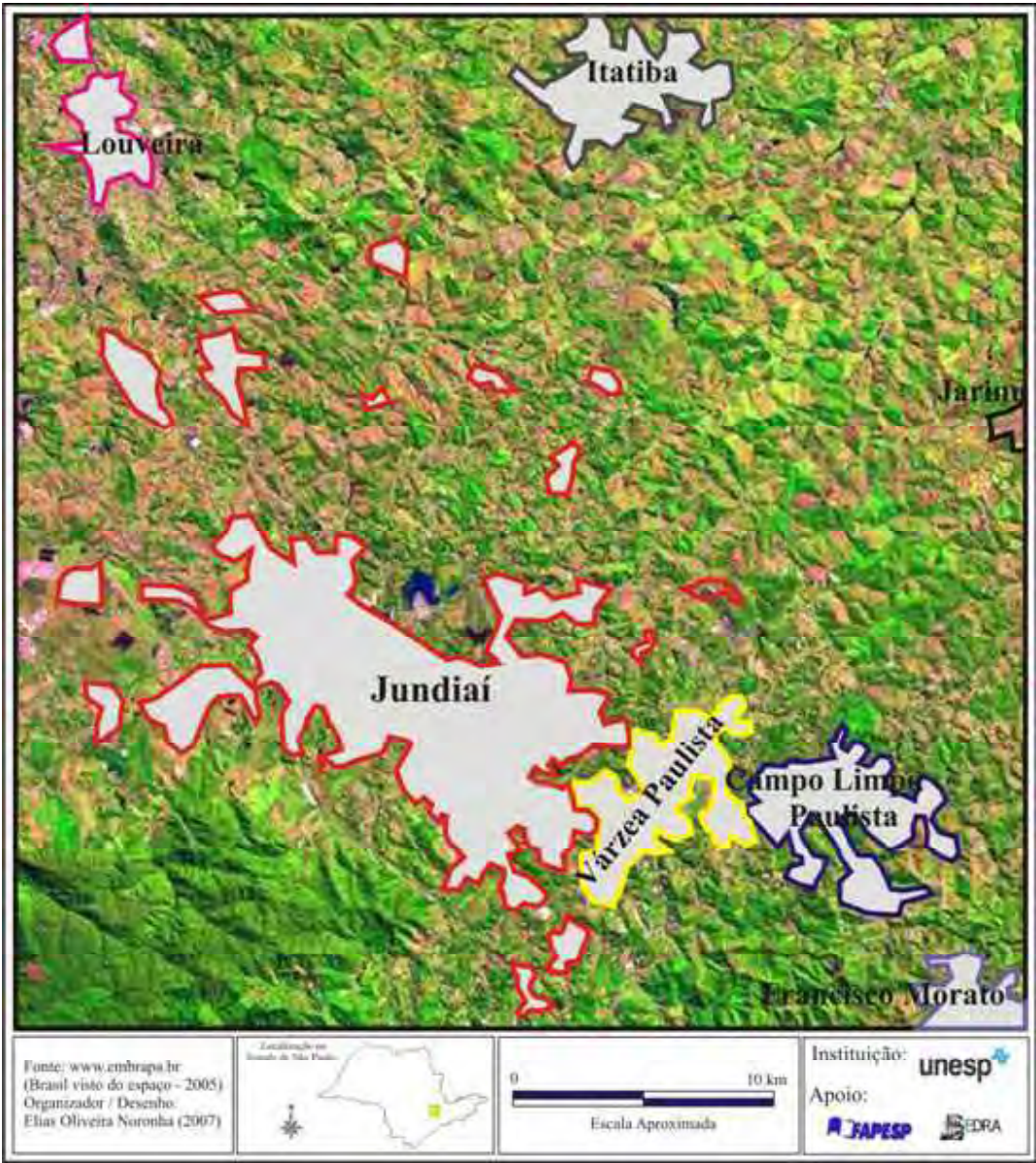


Figura 06: Aglomeração não-metropolitana de Jundiaí (2005)

A expansão urbana e a descontinuidade territorial da cidade ao longo das vias de circulação conformam uma nova morfologia urbana, próxima ao que Dematteis (1998) chamou de ‘mancha de azeite’. Além disso, tanto o crescimento demográfico

quanto a extensão das manchas urbanas correspondem a dois aspectos característicos da urbanização contemporânea.

A análise proposta por Dematteis (1998) refere-se às dinâmicas desenvolvidas em áreas urbanas do continente europeu, em que há, desde os anos 1960, um redesenho da espacialidade urbana e de processos que originam novos sentidos e conteúdos às periferias. Para esse autor, tal processo decorre das mudanças nas estruturas territoriais urbanas³⁶.

De acordo com Dematteis (1998) é possível destacar duas principais dinâmicas em relação aos processos em curso no continente europeu: a) a **periurbanização**, cuja característica está na expansão progressiva das áreas externas – coroas urbanas – a partir dos sistemas radiais urbanos, resultando, por sua vez, na formação de um *continuum*; e, b) a **cidade e/ou urbanização difusa**, em que o processo de expansão urbana torna-se independente dos campos de polarização dos grandes centros urbanos.

Na perspectiva de Dematteis (1998), a combinação das duas dinâmicas dá origem a três morfologias: a) a **periurbanização**; b) a **difusão reticular** – característica dos tecidos mistos –; e, c) a **superposição ou combinação das duas primeiras**. Para o referido autor, nas áreas em que há a combinação do processo de periurbanização e de urbanização difusa - **cidade difusa** - aparecem as regiões metropolitanas.

Dematteis (1998) compreende que a desconcentração urbana deve ser entendida como um fenômeno estrutural e que o reconhecimento desses processos no período atual perpassa pela compreensão das diferenças existentes em relação às periferias desenvolvidas no período que antecede os anos 1950. As periferias não podem ser diretamente associadas a um espaço desprovido e carente dos valores contidos na centralidade, possuindo qualidades ambientais e constituindo-se em laboratórios sociais, tendo em vista a inovada forma de habitar criada pelo mercado imobiliário.

³⁶ Ao analisar os dois modelos de expansão suburbana (anglo-saxão e mediterrâneo), o autor chama a atenção para os processos de suburbanização e desurbanização. Além disso, Dematteis (1998) ressalta o processo de recuperação demográfica de centros urbanos menores e rurais. Segundo ele, o processo de desconcentração urbana nos Estados Unidos passa a ser compreendido como contraurbanização, cujo elemento novo é sua irradiação para além das áreas de influência dos centros urbanos maiores.

Para Otani; Arraes; Verdi (2007), enquanto na Europa a situação das áreas periféricas ou de transição rural-urbana encontra-se mais equilibrada em virtude dos processos de inversão demográfica, no Brasil, por sua vez, a expansão das áreas urbanas sobre as áreas rurais é um fenômeno relativamente recente, notadamente, tem sido mais bem visualizada nas proximidades de grandes centros urbanos, como as regiões metropolitanas.

Dessa maneira, tendo como base os trabalhos de Dematteis (1998), Entrena Durán (2003), Gualdani; Braga; Oliveira (2005), Souza (2005), Vale (2006), e Otani; Arraes; Verdi (2007), é que o conceito de **espaço periurbano** foi tomado como referência para compreender os processos e dinâmicas atuais nas áreas de transição rural-urbana no Município de Jundiaí. De fato, muito próximo ao que definiu esses autores, as áreas de transição rural-urbana correspondem em *complexos laboratórios sociais* resultantes dos processos urbanos cada vez mais intensos.

Para Souza (2005), os espaços periurbanos são espaços preteritamente rurais tomados por uma lógica urbana de uso da terra. Vale (2006), por sua vez, observa que não há consenso em torno de uma definição sobre as áreas de transição rural-urbana, existindo uma diversidade de conceitos e noções explicativas, dentre os quais se destacam: *rural-urban fringe; banlileue; franja urbana ou rurbana; sombra urbana; e, espaço periurbano*³⁷.

Com base no trabalho de Otani; Arraes; Verdi (2007) é que tal opção teórica parece corresponder aos objetivos desse trabalho. Para os referidos autores, os espaços periurbanos caracterizam-se por uma crescente complexidade e interdependência e que o Município de Jundiaí tem apresentado uma situação emblemática em relação ao crescimento das áreas periurbanas, decorrente, sobretudo, por sua localização nas proximidades de eixos viários que ligam duas regiões metropolitanas. De acordo com esses autores,

As áreas entre a RM de São Paulo e de Campinas estão ligadas por excelentes vias de transporte e infra-estrutura, facilitando a locomoção da população nessas regiões. Em alguns dos municípios da RMSP ainda resistem áreas de parques e de atividade agrícola que compõem uma paisagem bucólica e rural, atrativos que aliados à infra-estrutura

³⁷ Para Vale (2006), a periurbanização na França é entendida a partir do crescimento demográfico das comunidades rurais localizadas ao redor das cidades.

estimulam a demanda por moradia nas vizinhanças e aquece o mercado de construção, principalmente de grandes condomínios (OTANI; ARRAES; VERDI, 2007, p. 08).

Seguindo a análise proposta por Dematteis (1998), pressupõe-se que os processos de periurbanização associados ao contexto da urbanização difusa no Município de Jundiaí estão diretamente ligados à proximidade geográfica desse espaço urbano com centros urbanos mais complexos, cujo fator elementar compreende as vias de acesso facilitando o deslocamento de pessoas a trabalho e o uso do automóvel (ENTRENA DURÁN, 2003).

No caso específico da cidade de São Paulo é destacável o crescimento das áreas de segunda residência no percurso dos principais eixos viários. Para Souza (2005), alguns municípios, como é o caso de Jundiaí, situam-se numa área de espraiamento da metrópole. Somam-se, assim, alguns temas como é caso da intensa especulação imobiliária, o surgimento de condomínios irregulares e de alto padrão e a mercantilização da paisagem rural ainda predominante em algumas áreas³⁸.

Em relação aos loteamentos fechados, ou bairros fechados, pode-se perceber, por meio da realização de entrevista junto ao responsável pela **Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento**, que o principal fator impulsionador é a proximidade do referido município com as áreas metropolitanas, assim como também, sua situação num dos principais entroncamentos viários do Estado de São Paulo. Para o secretário, o processo de desconcentração da cidade de São Paulo, iniciado no decorrer da década de 1980, tem impulsionado de maneira significativa a expansão desse tipo de assentamento e/ou habitat, cujo fator explicativo para tal fenômeno espacial é a pressão criada pelo mercado de imóveis.

Como destacou o secretário, as primeiras iniciativas de loteamentos fechados no Município de Jundiaí datam de meados dos anos 1960, bem antes da

³⁸ O exemplo mais enfático dessa apropriação capitalista das áreas rurais em consonância com a natureza é a instituição do **Circuito das Frutas**, em 2002, pelo Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria Executiva de Turismo. O objetivo de tal programa é fomentar a atividade turística em áreas rurais, gerando, por sua vez, a agregação de valor aos produtos cultivados e novas opções de trabalho aos produtores rurais. Os municípios pertencentes ao programa são: Jundiaí, Jarinu, Itatiba, Morungaba, Valinhos, Vinhedo, Louveira, Itupeva e Indaiatuba (www.circuitodasfrutas.org.br).

promulgação da Lei de Parcelamento do Solo Urbano - Lei 6.766³⁹ - e que atualmente todos situam-se nos limites do perímetro urbano do referido município. Para o secretário, tais iniciativas devem ser consideradas como um problema para a cidade, posto que além de segmentá-la, cria uma cidade em que acessos são particulares e exclusivos.

Portanto, entende-se que os **espaços periurbanos** no Município de Jundiaí compreendem áreas de transição rural-urbana complexas em que coexistem processos ligados à:

- a) expansão de loteamentos fechados destinados às classes média e alta;
- b) proliferação de loteamentos destinados à moradia popular que, em grande parte, são implementados, por políticas públicas de habitação;
- c) conflitos e tensões em relação ao uso do solo entre as tidas 'novas atividades', como é o caso dos estabelecimentos industriais e comerciais e as lavouras agrícolas;
- d) demanda por novos serviços urbanos, como é o caso do transporte público e saneamento básico; e,
- e) ampliação dos problemas ambientais.

A proximidade com o núcleo urbano principal e a facilidade de locomoção são os dois fatores que explicam a formação e a expansão dos espaços periurbanos. Por certo, os processos especulativos, a demanda por moradia popular e a busca por tranquilidade, associada ao encontro com a natureza, compreendem outros elementos fundamentais. Essa afirmação corrobora a conformação e/ou justaposição de três espaços interdependentes, a saber: o *rural*, o *natural* e o *urbano* (ENTRENA DURÁN, 2003, GUALDANI; BRAGA; OLIVEIRA, 2005 e VALE 2006).

Pressupõe-se, assim, que as áreas de transição rural-urbana compreendem um *mix*, ou seja, um verdadeiro espaço social diferenciado entre aquilo que comumente denominavam-se espaços rural e urbano. Tal complexidade dos espaços periurbanos decorre das relações interdependentes entre o campo e a cidade. Se no passado tal distinção

³⁹ A Lei 6766, mais conhecida como Lei do Parcelamento do Solo, foi criada em 1979 com o objetivo de ordenar e estabelecer normas em termos do planejamento urbano (parcelamento do solo urbano).

se fazia prevalentemente a partir do uso do solo, no período atual, esse recorte analítico não é mais suficiente.

Para Entrena Durán (2003, p. 57), as áreas periurbanas

[...] são caracterizadas por formas de urbanização dispersa em que, em geral, é altamente complicada distinção clara entre campo e cidade. Isso acontece em um contexto em que as periferias citadinas ou áreas periurbanas tendem a aumentar sua extensão e, sobretudo, ter limites cada vez mais indefinidos com respeito à área rural.

Sposito (2004b; 2004c), por sua vez, destaca que o resultado desses processos é o surgimento de estruturas urbanas mais complexas, o que revela novos conteúdos às periferias urbanas e áreas rurais situadas nas proximidades do perímetro urbano. Tal fato já está acontecendo nos Bairros Rurais do Castanho, do Igoturucaia, da Toca e da Roseira, além do Caxambu, a mais evidente transformação de um bairro rural tradicional em bairro urbano (**Foto 16 e Foto 17**).

Foto 16: Loteamento irregular no **Bairro Rural da Roseira**



Foto 17: Loteamento fechado no **Bairro do Caxambu**, área de expansão urbana norte



As duas realidades mostram que os conteúdos das áreas rurais e da periferia mudaram. De um lado, na **foto 16**, a proliferação de loteamentos irregulares nas áreas rurais por meio da comercialização ilegal de lotes. De outro, na **foto 17**, um loteamento fechado no Bairro do Caxambu, zona de expansão urbana norte.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 01 de março de 2007.

Antes de esmiuçar alguns aspectos da urbanização dispersa no Município de Jundiá, torna-se plausível esquadrihar as implicações do processo de produção urbano. O ponto de partida para tal análise é a constituição de um tecido urbano

descontínuo para além do núcleo urbano compacto até os anos 1980 (**Figura 07**). A formação de um desenho urbano descontínuo é que o ratifica a opção teórica pelo conceito de urbanização difusa.

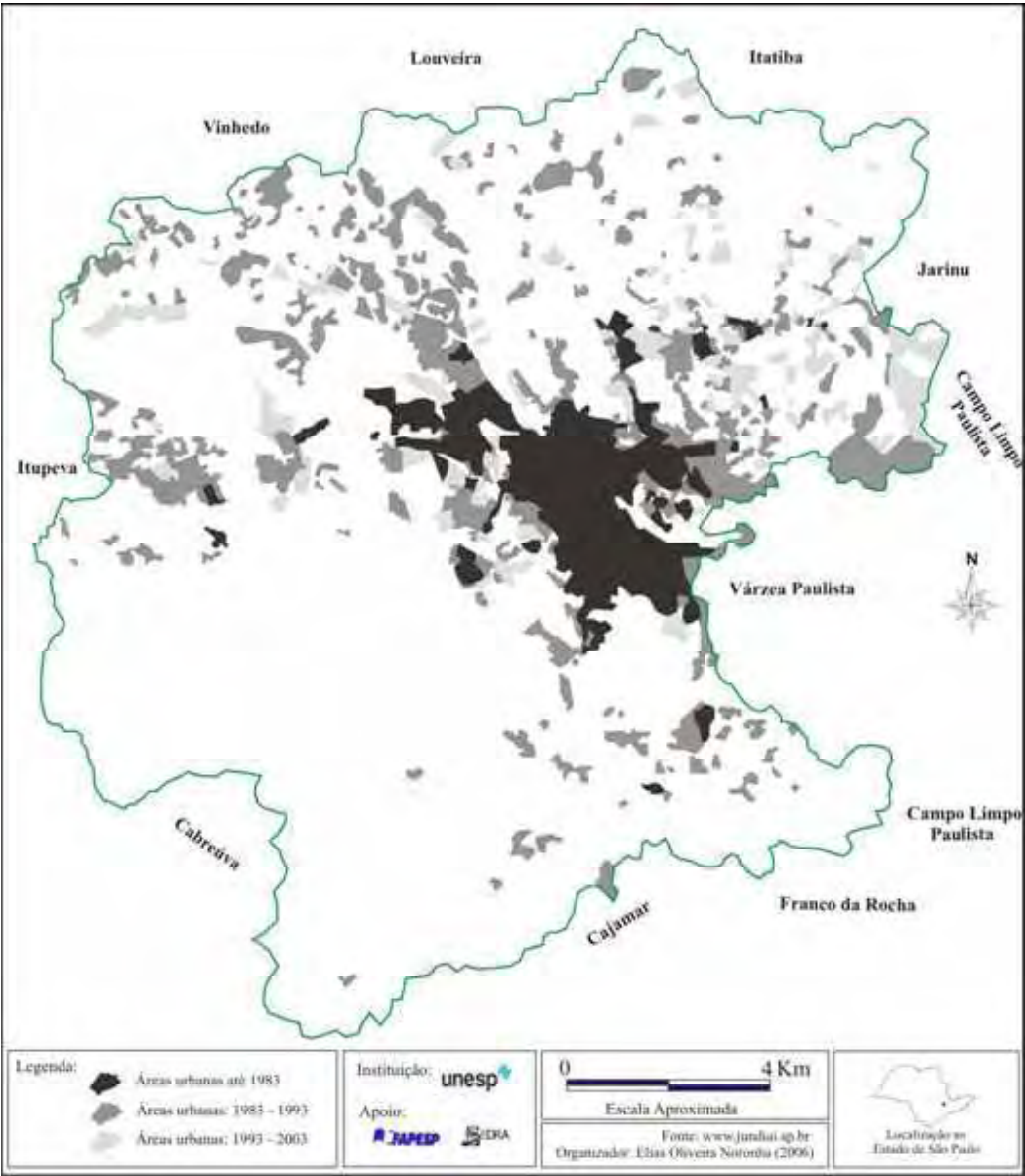


Figura 07: Expansão do tecido urbano no Município de Jundiaí, 1983 – 2003

A **figura 07** revela que o tecido urbano compacto, característico até o início da década de 1980, foi amplamente expandido de maneira descontínua. Além disso, o período de maior crescimento das manchas urbanas corresponde ao início dos anos 1980 e meados da década de 1990 (1983 – 1993). Todavia, como já enfocado anteriormente, a

forma pela forma não qualifica os processos e conteúdos dessa realidade espacial, sendo necessário, correlacionar os aspectos no âmbito dos distintos usos do solo no Município de Jundiaí. Essa correlação deu origem à **figura 08**.

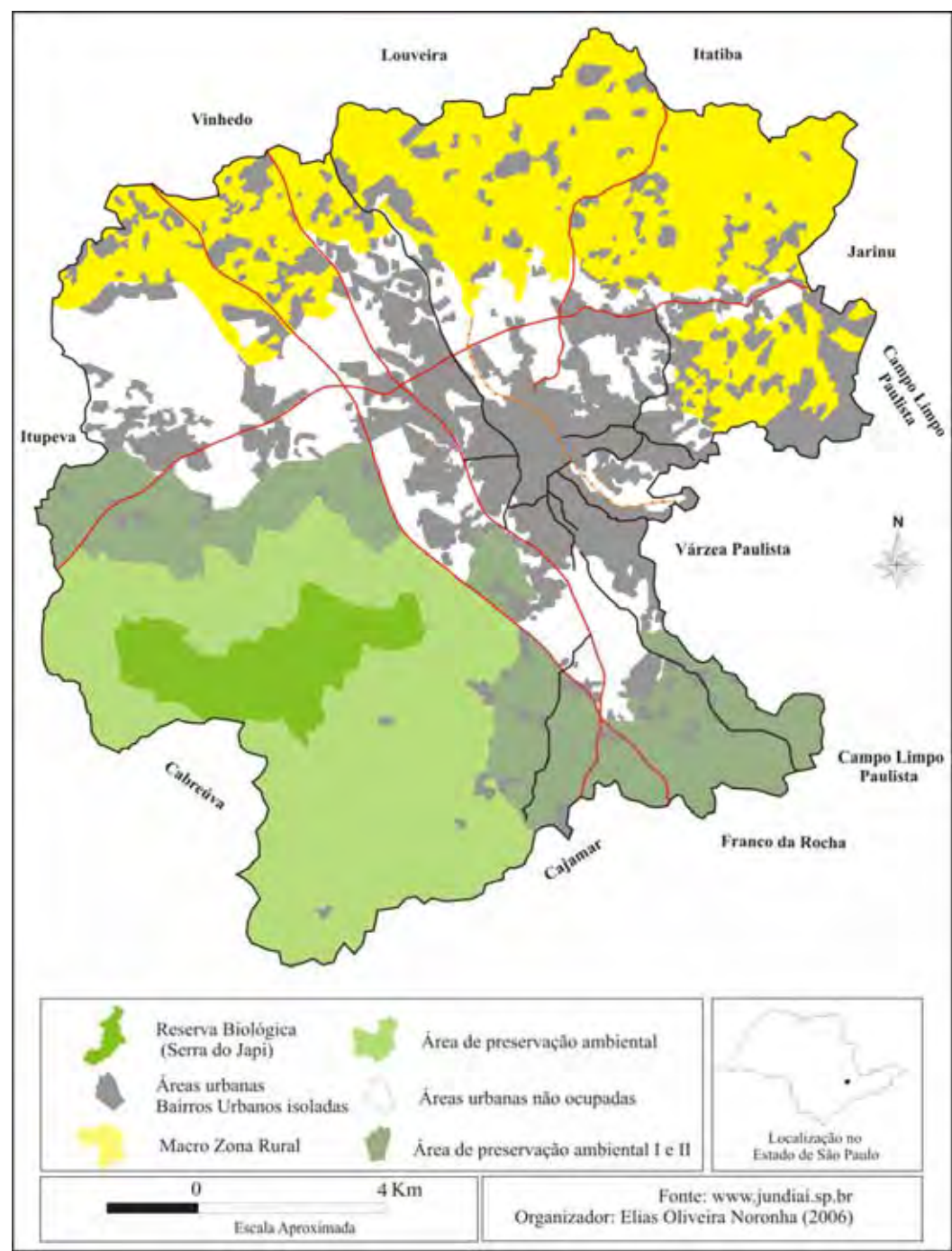


Figura 08: Município de Jundiaí – distintos usos do solo e as manchas urbanas (2004)

A **figura 08** representa uma síntese do processo de urbanização no Município de Jundiá até o ano de 2004 e revela que o município está dividido geograficamente em três principais áreas, a saber: a macrozona rural; a área urbana; e, as áreas de preservação ambiental – Serra do Japi –. A partir de uma correlação entre as figuras **08 e 09**, é oportuno analisar dois pontos: a) os reflexos dessa expansão das manchas urbanas aos espaços rurais; e, b) os conteúdos dessas novas formas.

Em relação aos **reflexos no espaço rural** denota-se que a expansão do tecido urbano foi incisiva nesse período de análise, apresentando como principal tendência o crescimento a partir das estradas e rodovias de acesso (**Foto 18**). Tais áreas, ao se valorizarem com a criação de infra-estrutura básica, impulsionam a especulação imobiliária. O resultado desse tipo de ação é a pressão exercida por distintos agentes de produção da cidade frente ao governo público municipal que, em tese, deveria fiscalizar e organizar as políticas de planejamento urbano em consonância com o espaço rural e os recursos naturais.



Foto 18: Bairros Rurais na Via Anhanguera

O fracionamento das terras rurais no percurso de eixos viários, como é o caso da **Rodovia Anhanguera**, tem se constituído numa prática ininterrupta no Município de Jundiá. Na **foto 18**, o **Bairro do Poste** revela a mistura de usos do solo: moradia para fins urbanos e solo ocupado com agricultura.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 10 de maio de 2007.

Na **figura 08** verifica-se que a porção norte, denominada de macrozona rural, segundo o Plano Diretor Municipal de 2004, corresponde à principal área de expansão das manchas urbanas. Como se pode notar, algumas manchas urbanas passam a ser denominadas de bairros urbanos isolados, não sendo incorporadas ao perímetro urbano do município.

Já no que diz respeito ao conteúdo das formas urbanas atuais no Município de Jundiaí, este não foge à regra das cidades situadas nas proximidades das Regiões Metropolitanas de São Paulo e de Campinas. Por certo, os conteúdos tidos como novos aparecem, de maneira mais intensa, nas periferias da cidade, criando um *mix* de usos do solo urbano em interação - não harmônica - com a paisagem rural. Os conteúdos referem-se às novas formas de habitação que se reproduzem para além da cidade e das áreas que o poder público define como zona de expansão urbana (ZEU).

Otani; Arraes; Verdi (2007, p. 08) destacam que,

Os grandes empreendimentos de condomínios aproveitam-se da usual omissão e/ou fragilidade da máquina do poder local, para construir em locais não permitidos, onde ainda há extensas áreas abertas e baratas - as áreas rurais. E se aproveitam em geral, da fraca articulação coletiva dos produtores agrícolas e do fato de a renda obtida da atividade ser, com frequência, insuficiente para fazer frente à intensa pressão para a realização da venda do imóvel rural.

O resultado é a composição de uma estrutura urbana mais complexa, o que exige a compreensão de outros parâmetros analíticos, dentre os quais, a pressão do mercado imobiliário, que ao apropriar-se desse 'novo estilo de viver e habitar', reforça a confusão entre desejo e necessidade. Ao desenvolver esse tipo de estratégia, o mercado imobiliário cria uma 'nova cidade': dispersa, pela possibilidade de locomoção e acessibilidade; e, sobretudo, fragmentada.

Para Roitman (2004), o novo conteúdo das periferias urbanas corresponde ao surgimento das 'urbanizaciones cerradas', ou seja, os condomínios fechados. Para ela, esse tipo de habitação tem se apresentado como um novo fenômeno urbano e decorre de distintos fatores econômicos, sociais e também, pode-se assim dizer, culturais. Segundo Roitman (2004) o surgimento desse tipo de 'habitar', na maioria dos países, constitui-se, ainda, em um fenômeno recente (década de 1980). Nessa perspectiva, a autora apresenta um conjunto de causas estruturais e de ação social que impulsionam o surgimento desse tipo de forma urbana de morar.

Em relação às causas estruturais, Roitman (2004) evidencia o aumento da insegurança, o fracasso do Estado e o aumento da 'brecha' existente entre ricos e pobres. A expansão dos bairros e loteamentos fechados favorece, de forma ampla, a expansão de outros serviços, dando destaque à segurança particular realizada por empresas privadas. No

que se refere às causas de ação social, Roitman (2004) enfatiza a busca por um estilo de vida. Isso porque, para não enfrentar certos problemas sociais, algumas famílias buscam a homogeneidade social, *status* e exclusividade.

Assim sendo, se por um lado a criação de postos de trabalhos é considerada um impacto positivo decorrente da implantação dos ‘Bairros Fechados’; por outro, destaca-se, como um impacto negativo, o aumento da segregação social urbana. Para Roitman (2004), esse tipo de segregação social apresenta diferenças em relação ao tipo de segregação desenvolvida anteriormente, uma vez que é avaliada por legislação e aceita socialmente.

No caso específico do Município de Jundiaí, a relação centro-periferia pode ser apreendida a partir de duas dinâmicas inseridas no mesmo contexto econômico e social: a) o surgimento desses novos ‘bairros fechados urbanos’ (**Foto 19**), carregados de exclusividade social em que a natureza é vista como uma mercadoria; e, b) a proliferação de loteamentos irregulares que extrapolam os limites do perímetro urbano, chegando ao campo (**Foto 20 e Figura 09**).

Foto 19:

Propaganda sobre loteamentos fechados: a valorização da natureza



Foto 20:

Loteamento irregular no Bairro Rural da Roseira



Duas realidades que se complementam. A **foto 19** revela que o elemento natureza associado ao aspecto circulação é de suma importância para atrair pessoas interessadas nessas novas formas de viver, os loteamentos fechados. Na **foto 20**, por sua vez, uma placa da Prefeitura mostrando que a referida área, localizada no Bairro Rural da Roseira, é uma área irregular para a construção de loteamentos.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 01 de março de 2007.

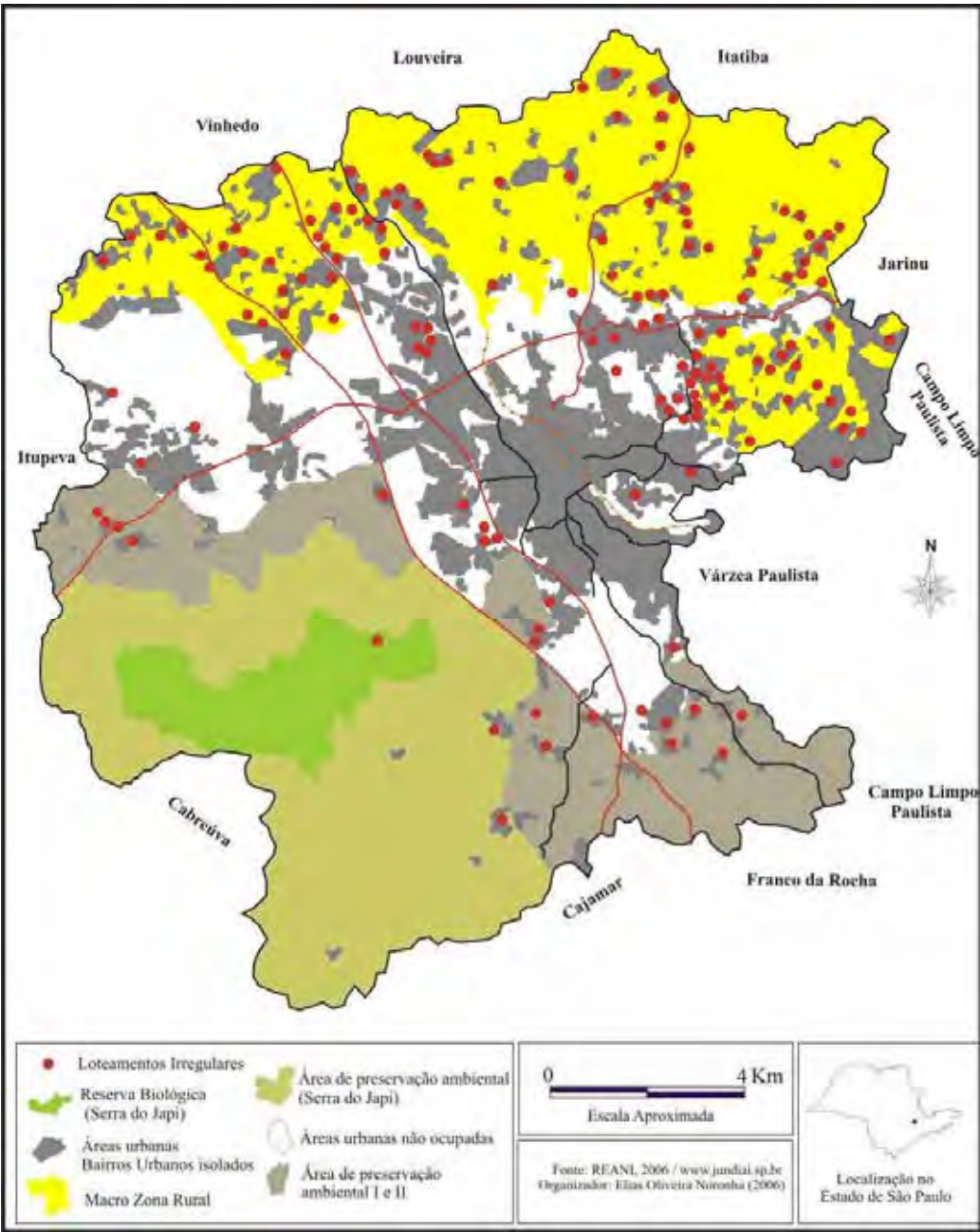


Figura 09: Loteamentos Irregulares no Município de Jundiaí – SP

A **figura 09** revela que a principal área de expansão de loteamentos irregulares corresponde à porção norte do perímetro urbano que, segundo o Plano Diretor do Município, compreende a macrozona rural. A partir de entrevista realizada junto ao **Secretário de Planejamento do Município de Jundiaí**, constatou-se que tais loteamentos irregulares surgiram a partir de iniciativas particulares, ou seja, por meio do parcelamento

do solo e venda de fração ideal⁴⁰ da propriedade rural. Na perspectiva do secretário, além de ser uma forma de burlar a legislação existente, tal iniciativa resulta na irregularidade dos lotes.

A formação de **bairros urbanos isolados**, como mostrou a **figura 08**, condiz com o surgimento e amplitude de tal processo de venda indiscriminada de lotes rurais. Segundo informações adquiridas junto à Secretaria de Assuntos Fundiários, os bairros urbanos isolados têm origem na decomposição de antigas sedes de fazendas, resultando, inicialmente, na junção e crescimento do número de residências e, posteriormente, na expansão de serviços urbanos: iluminação pública, saneamento básico, asfaltamento, transporte público e rede de saúde e escolar.

As implicações dos processos de urbanização difusa conformam, cada vez mais, o surgimento de espaços periurbanos, revelando que tanto a periferia quanto as áreas de transição rural-urbana são espaços **complexos de diferenciação social em que coexistem tensões, conflitos e também exclusividade**. A formação desses espaços no Município de Jundiá tem apresentado conteúdos e significados distintos do passado em que havia o predomínio da atividade agropecuária.

Dessa forma, pergunta-se: quais as mudanças processadas nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca? Por certo, ao compreender os bairros rurais como recortes territoriais não isolados de processos e dinâmicas atuais, essa reflexão é precisa, uma vez que os conteúdos desse tido ‘espaço rural tradicional’ têm sofrido adaptações e constantes mudanças, conquanto também existam permanências. Esse tema será discutido na próxima seção.

3.3 Mudanças e permanências nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca

Ao definir os **bairros rurais** como unidades territoriais criadas a partir de uma identidade territorial e, sobretudo, não isolados dos processos e dinâmicas atuais, como é o caso da urbanização difusa, parte-se da premissa que os conteúdos espaciais desses espaços são distintos de tempos passados, surgindo, portanto, uma complexidade territorial marcada pela diversidade e diferenciação social.

⁴⁰ Refere-se à prática de comercialização indiscriminada de pequenos lotes por parte dos produtores rurais.

Nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca tal situação não é diferente e não foge às regras das demais áreas rurais situadas nas proximidades dos eixos de circulação viária no Município de Jundiáí, em especial, na porção norte do perímetro urbano em que, atualmente, proliferam-se novas formas de habitação, como é o caso dos loteamentos irregulares.

A partir de entrevista realizada junto ao responsável pela **Secretaria de Assuntos Fundiários** tomou-se conhecimento de que nas áreas rurais não há a expansão de loteamentos fechados, uma vez que somente proliferam-se loteamentos irregulares. Segundo o secretário, desde o ano de 2005, a Prefeitura de Jundiáí, por meio de ações da secretaria, tem se preocupado em regularizar tais áreas para então estabilizar tal processo, que desencadeia a formação de bairros precários e sem infra-estrutura urbana (água, energia elétrica e saneamento básico).

Com base nas informações adquiridas, ficou evidente que nas áreas de transição rural-urbana há, simultaneamente, a proliferação de loteamentos fechados de alto padrão e de loteamentos destinados à moradia popular. Nas áreas rurais, por sua vez, há a expansão indiscriminada de loteamentos irregulares resultantes de iniciativas dos produtores rurais, uma vez que não é permitido o fracionamento da terra inferior a 2.000m², o que impede a criação de um loteamento fechado de alto padrão.

De fato, nas áreas rurais do Município de Jundiáí não existem loteamentos fechados que, na perspectiva do secretário, ainda é um elemento aos limites do perímetro urbano estabelecido pelo último Plano Diretor Municipal em 2004. Como lembrou o secretário, os loteamentos irregulares originam-se em áreas rurais e desencadeiam dois processos complementares: a) pela venda indiscriminada dos lotes rurais, o que resulta na diminuição das áreas ocupadas com lavouras; e, b) pela construção de casas, acarretando expressivos problemas ambientais, uma vez que os dois bairros são reconhecidos, perante lei municipal, como Área de Preservação Permanente (APP) da Bacia do Rio Jundiáí – Mirim (**Foto 21 e Foto 22**).

Foto 21: Presença de mata ciliar no Bairro Rural da Roseira



Foto 22: Rio Jundiaí – Mirim no Bairro Rural da Roseira



Na **foto 21** observa-se a presença de mata ciliar no Bairro Rural da Roseira. A **foto 22** mostra o curso meândrico do Rio Jundiaí – Mirim no fundo de uma das propriedades rurais visitadas. Em 93,5% das propriedades visitadas no Bairro Rural da Roseira, as famílias disseram que a propriedade faz divisa com o Córrego e que a mata ciliar encontra-se preservada. Outros 6,6% das famílias disseram que a mata ciliar encontra-se em fase de formação. No **Bairro Rural da Toca** todas as famílias disseram que a propriedade faz divisa com o Córrego da Toca e que mata ciliar encontra-se preservada. Em alguns casos, o percentual da área de mata corresponde em 35% do total de área da propriedade. O mínimo exigido por lei é 20%.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 18 de abril de 2007.

Segundo o Relatório do IAC (2003), as sub-bacias hidrográficas da Toca e Roseira vem apresentando padrões distintos de ocupação atual, conquanto apresentem semelhanças quanto aos processos e dinâmicas. A partir do trabalho de campo, ficou evidente que o **Bairro Rural da Roseira** possui uma situação mais diversa em relação ao uso do solo. Entretanto, mesmo que na intensidade tais processos apresentam-se de maneira distinta, é no conteúdo que se encontram as semelhanças.

No âmbito da intensidade há um destaque principalmente para os loteamentos irregulares que no Bairro Rural da Roseira é mais perceptível. Ao analisar os elementos aparentes nota-se que as condições geomorfológicas podem ser uma aparente explicação para tal diferenciação entre os dois bairros. O **Bairro Rural da Toca** apresenta um conjunto de colinas suaves que se cruza com o leito principal - Córrego da Toca - de forma mais achatada, dando sentido ao codinome '*toca*' (**Foto 23**).



Foto 23: Bairro Rural da Toca – área core

O Bairro Rural da Toca foi ocupado em fins do século XIX e seu codinome advém de sua própria geomorfologia. Segundo um dos produtores rurais, a porção alta do bairro consistia em área de refúgio para animais e, por isso, representava uma *toca*, uma vez que eram ali capturados: uma prisão.

Autor: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 16 de abril de 2007.

Como se observa na **foto 23**, no alto das colinas há o predomínio de matas galerias e em alguns pontos a mata ciliar combina-se com a cultura do eucalipto. O codinome '*toca*' representa bem essa situação, uma vez que ao adentrar pela Avenida Maria Negrini Negro – principal via de acesso ao bairro – tem-se a impressão de percorrer um labirinto estreito. Entre as colinas suavemente arredondadas estão situadas as propriedades rurais em que há o predomínio de lavouras agrícolas.

O **Bairro Rural da Roseira**⁴¹, por sua vez, apresenta características geomorfológicas diferenciadas, conquanto a presença de matas galerias seja um aspecto notável na paisagem de ambos os bairros rurais pesquisados. As colinas suaves apresentam-se mais dispersas (**Foto 24**) e ao longo do leito principal – Córrego Roseira – e existe a formação de planícies aluviais extensas que atualmente estão sendo ocupadas por moradias populares.

O elemento aparente condiz com as mudanças processadas no **Bairro Rural da Roseira** por apresentar formas de relevo mais dispersas. Entretanto, é no plano da essência que se encontra o principal fator que diferencia o surgimento dos loteamentos irregulares nos respectivos bairros: o fracionamento da propriedade rural entre os herdeiros.

⁴¹ O codinome Roseira também está associado ao processo de ocupação. Segundo um dos produtores rurais, durante a fase de ocupação da Fazenda Caxambu era comum a presença de um tipo de rosa branca entre as planícies de um córrego e local que atualmente está localizada a Igreja São Sebastião. Logo, o local ficou conhecido como áreas das rosas e, finalmente, Bairro Rural da Roseira, já no início do século XX.



Foto 24:

Bairro Rural da Roseira – colinas suaves e dispersas

Um dos aspectos ainda preservado nos bairros rurais pesquisados refere-se à permanência de matas ciliares nos topos das colinas suaves. Para um produtor, essa prática é cultural e decorre do processo de ocupação dos referidos bairros que se efetivou nas partes baixas das colinas.

Autor: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 16 de abril de 2007.

A fragmentação do solo rural, principalmente por parte dos herdeiros que não desenvolvem nenhum tipo de atividade agrícola, tem resultado na proliferação de duas principais formas de moradia: as casas oriundas do parcelamento ideal da propriedade rural e as chácaras de lazer. Segundo um dos produtores rurais entrevistados, os dois tipos de moradia não são registrados na prefeitura e, de acordo com o Relatório do IAC (2003), não seguem a legislação rural em termos do tamanho do lote.

De acordo com o IAC (2003, p. 108),

Todas essas formas de residência, incluindo sítios de lazer e moradia, carecem de um planejamento que adeqüe a disposição e a ocupação das construções visando a preservação das áreas ocupadas, a segurança de seus moradores e a disponibilização dos serviços públicos. Dada as características de interesse ambiental da área, a prestação destes serviços tem que estar associada a um contrato social em que se estabeleçam as regras para orientar a expansão da urbanização e a perda das características rurais da área de abastecimento de água da cidade.

Os dois aspectos mencionados pelo Relatório do IAC (2003) e, detectados a partir das entrevistas realizados juntos aos produtores rurais e pelo reconhecimento de campo, traduzem os processos e dinâmicas atuais que ocorrem nos **Bairros Rurais da Roseira** e da **Toca** notadamente, relacionados a fatores de origem interna, como é o caso da crise da videira e das áreas ocupadas com a agricultura tradicional, e também externos, com destaque à demanda por moradia popular decorrente de uma urbanização acelerada mal planejada.

O loteamento irregular resulta em aglomerados de casas e é destinado às famílias que procuram terrenos mais baratos ou mesmo aluguel. A chácara de lazer destina-se principalmente aos próprios herdeiros das famílias rurais que a utilizam como segunda residência ou mesmo como local de residência principal pela facilidade de locomoção entre a casa e o local de trabalho, geralmente situado na área urbana. Para ilustrar essa situação foram organizadas as **figuras 10 e 11** que, respectivamente, expressam o resultado do processo de fragmentação do solo no Bairro Rural da Roseira.



Figura 10: Bairro Rural da Roseira, novos espaços de moradia



Figura 11: Bairro Rural da Roseira, origem de um novo loteamento irregular

Pelas **figuras 10 e 11** fica evidente que além das casas das famílias rurais, há outras duas formas de habitação: a casa que surge a partir do loteamento e a chácara de lazer. As duas formas são tidas como ‘novas formas de habitar’, uma vez que em tempos passados não havia esse tipo de construção. O loteamento irregular ilustrado na **figura 12**, por exemplo, é resultado do parcelamento da terra rural efetuado por um dos herdeiros de uma das famílias tradicionais do Bairro Rural da Roseira. As **fotos 25 e 26** ilustram algumas características desse tipo de moradia.

Foto 25: Loteamento irregular no Bairro Rural da Roseira



Foto 26: Aspectos da moradia em loteamento irregular



Os tipos de moradia que surgem a partir do fracionamento da terra também são diversos, conformando, uma diferenciação social entre os ‘novos habitantes’ do **Bairro Rural da Roseira**. Nas **fotos 25 e 26** evidenciam-se algumas dessas diferenças: enquanto a **foto 25** revela a construção de casas amplas e em fase de acabamento, a **foto 26**, por sua vez, expressa uma moradia precária de tipo geminada, comuns nas áreas de favelas das grandes cidades.

Fotos: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 16 de abril de 2007.

Como revelam as **figuras 10 e 11** o parcelamento da terra rural resulta, inicialmente, na concentração de residências cujos destinos também se apresentam diversos, uma vez que as famílias estabelecidas representam classes sociais diferenciadas. Posteriormente, por meio de uma análise empírica, fica evidente o surgimento de problemas, especialmente ambientais, como é o caso do destino do lixo doméstico (**Fotos 27 e 28**) e a precariedade dos serviços públicos (asfaltamento e rede de esgotos).

Foto 27: Coleta de lixo no Bairro Rural da Roseira



Foto 28: Depósito de lixo doméstico no Córrego Toca



O crescimento desordenado das áreas de moradia tem acarretado o aumento dos problemas ambientais numa área que em 2004 passou a ser reconhecida, perante lei municipal, como APP (Área de Preservação Permanente). Na **foto 27** verifica-se o depósito de resíduos sólidos que ainda não possui coleta seletiva. A **foto 28** revela um depósito de material doméstico nas proximidades do Córrego da Toca. Em 93,4% do total de famílias rurais estudadas no Bairro Rural da Roseira o lixo é coletado três vezes por semana; em 3,3% das famílias o lixo é enterrado; e, em outros 3,3%, o lixo é queimado. No Bairro Rural da Toca, o percentual de famílias em que o lixo é coletado corresponde em 100% e a coleta é feita duas vezes por semana.

Fotos: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 24 de abril de 2007.

Outro aspecto condizente às novas formas de habitar nos bairros rurais pesquisados refere-se ao pagamento de aluguel em casas antigamente ocupadas por famílias de meeiros. Segundo um dos produtores entrevistados, a prática tem sido comum entre os produtores rurais que possuem alguma casa na propriedade. De acordo com o produtor, como a situação econômica não apresenta condições atuais favoráveis, as casas não podem ficar desocupadas e uma forma encontrada para garantir uma renda extra é alugá-la (**Foto 29**).



Foto 29: Casa de antiga família de meeiro – aluguel para famílias urbanas

No Bairro Rural da Toca o processo de fragmentação da terra é menos intenso do que verificado no Bairro Rural da Roseira. Contudo, nos dois recortes territoriais coexiste uma mesma estratégia de obtenção de renda por parte dos produtores rurais: o aluguel de casas que antigamente eram ocupadas por famílias de meeiros.

Autor: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 10 de maio de 2007.

Os interessados que buscam esse tipo de moradia consistem em grupos familiares urbanos que geralmente ocupam-se em atividades de baixo poder aquisitivo. De acordo com um dos produtores rurais, três são os motivos que levam as famílias a se interessarem por esse tipo de moradia: **a)** o pagamento do aluguel é mais baixo em relação ao que pagariam se morassem na cidade; **b)** os bairros são atendidos com serviços públicos essenciais, como transporte e educação às crianças; **c)** podem envolver-se com outros tipos de empregos temporários, como é o caso da construção civil e, sobretudo, na lavoura da uva em tempos de safra e desbroto.

Em entrevista realizada junto a uma dessas famílias residentes ficou evidente que o elemento *custo* foi essencial na escolha do Bairro Rural da Roseira. Enquanto a mulher trabalha como doméstica na casa de produtores rurais, o marido trabalha por conta própria numa cocheira. Em relação à cocheira, é cobrada uma mensalidade de R\$ 70,00 por animal criado e geralmente seus donos residem na cidade, somente vindo ao bairro em fins de semana para *galopar*.

De acordo com a moradora, o que atrai as famílias às áreas rurais, como é o caso do Bairro da Roseira, é o custo baixo do aluguel que, ao combinar com o acesso e locomoção, torna vantajoso residir no bairro. A moradora vive com seu marido e um filho numa casa de quatro cômodos, cujo aluguel é de R\$ 200,00. Segundo a moradora, no período de safra da uva trabalha como diarista em propriedades rurais. Outro aspecto enfatizado pela moradora é a tranquilidade do bairro e a satisfação de criar um filho e educá-lo distante dos ‘males da cidade’.

Com base nessa entrevista fica evidente que é a combinação entre distintos elementos – sociais, econômicos – que torna o Bairro Rural da Roseira atrativo do ponto de vista da moradia popular. No Bairro Rural da Toca tal situação é menos complexa tendo em vista que a fragmentação da terra e a venda de lotes rurais têm se mostrado menos intensa. Entretanto, nos dois bairros as casas de antigas famílias de meeiros são alugadas, constituindo, segundo os produtores rurais entrevistados, numa estratégia de obtenção de renda mensal.

Ao considerar o total de famílias rurais pesquisadas, verificou-se que no Bairro Rural da Roseira 25,8% (8) alugam casas de antigas famílias de meeiros. No Bairro Rural da Toca, esse percentual compreende 25,0% (5) do total de famílias estudadas. Em relação ao total de famílias que alugam casas no Bairro Rural da Roseira: cinco famílias

possuem duas casas; duas famílias possuem apenas uma casa; e, outra família possui três casas. No que se refere ao Bairro Rural da Toca: três famílias possuem duas casas de aluguel; duas outras famílias possuem três e doze casas, respectivamente (**Foto 30**). No Bairro Rural da Roseira, uma produtora rural chegou a dizer que vai investir em outras casas para aluguel, tendo em vista a renda proporcionada.



Foto 30:

Casas em propriedade rural destinadas ao aluguel no Bairro da Toca

No Bairro Rural da Toca, em frente à Igreja São Roque, existe uma propriedade que, em decorrência da crise da uva, as casas antigamente ocupadas por famílias de meeiros estão sendo alugadas. Atualmente, há um total de doze casas alugadas e as famílias são de origem urbana e trabalham em atividades nos setores industriais e prestação de serviços.

Autor: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 10 de maio de 2007.

A partir desse conjunto de informações é possível compreender que os bairros rurais pesquisados possuem características atuais que os distinguem de tempos passados: **a)** diferenciação social em relação aos tipos de moradia, uma vez que havia o predomínio de famílias rurais e, portanto, mudanças no uso e ocupação do solo; **b)** mudanças nas propriedades rurais, resultando, por sua vez, em modificações na paisagem; e, **c)** aumento da circulação: pessoas, carros e ônibus, conformando relações mais complexas entre os respectivos recortes territoriais e a cidade.

a) Mudanças no uso e ocupação do solo

As diferenças em relação ao uso do solo não apenas se circunscrevem em relação aos tipos de moradia, mas também no surgimento de outras atividades como é o caso de indústrias e estabelecimentos comerciais e da introdução de novos cultivos, como é o caso do eucalipto. Antes de analisar as distintas ocupações do solo, é pertinente se utilizar de algumas observações de campo.

Numa caminhada pela Avenida João Batista Spiandorello – principal via de acesso ao Bairro Rural da Roseira – tem-se a impressão de percorrer um bairro urbano que, em suas proximidades, localizam-se propriedades rurais em que a atividade agropecuária é ainda um elemento paisagístico predominante. De fato, essa impressão é totalmente equivocada, pois se trata de um bairro rural que atualmente tem adquirido novos conteúdos em relação às formas de habitação.

Tal sensação decorre da intensidade que o fenômeno da moradia popular tem adquirido no referido bairro. Essa é a impressão que se tem quando adentra o Bairro Rural da Roseira. Desde seu início, no entroncamento com a Rodovia Humberto Cereser – via de acesso entre Jundiá e Jarinu – há a combinação da atividade agropecuária com novas formas de ocupação do solo, como as chácaras de lazer.

De acordo com uma das pessoas pesquisadas, as chácaras de lazer situadas no início do Bairro Rural da Roseira – Avenida João Batista Spiandorello – resultaram do fracionamento contínuo entre herdeiros de uma das famílias tradicionais do referido bairro e foram criadas no início dos anos 1990. Atualmente, cada lote de chacara possui uma área mínima de 1,5 ha., o que perante a legislação não é permitido em áreas rurais. Segundo a moradora, o pagamento de impostos (ITR - Imposto Territorial Rural -ou IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano) constitui num dos problemas e conflitos entre produtores rurais, Prefeitura Municipal e DAE (Departamento de Águas e Esgotos de Jundiá). Dentre outros problemas surgidos dessa relação conflituosa destacam-se a construção de casas e as indefinições do perímetro urbano.

Para a entrevistada, tais conflitos datam de 2004 quando as sub-bacias dos Córregos Roseira e Toca foram reconhecidas como Área de Preservação Permanente, o que impede o fracionamento da terra, a construção de qualquer tipo de construção sem aviso e autorização da Prefeitura Municipal e DAE. A moradora diz acompanhar os processos na Câmara Municipal e o principal problema consiste no impedimento legal em relação às edificações. Na perspectiva da produtora, isso é contraditório, pois como querem que os herdeiros permaneçam na área rural sem ter condições legais de construção de uma casa.

De acordo com o responsável pela **Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento** tal situação ainda está sendo estudada, pois há o reconhecimento da existência de uma diferença entre os produtores que parcelam sua terra em pequenos lotes

com o objetivo de constituir um pequeno loteamento irregular e os produtores que querem construir uma casa para que seus filhos permaneçam na propriedade.

Como lembrou outro produtor rural entrevistado, essa situação é relativamente recente e vem transformando a paisagem de maneira acelerada e contínua. Se há cinco anos não existiam os loteamentos, hoje, compreendem um elemento paisagístico impactante no Bairro Rural da Roseira, completou o produtor. Nas palavras de um produtor rural, o Bairro Rural da Roseira vem, aos poucos, se transformando em cidade. Essa é uma impressão de quem vive o *lugar*.

Durante as percorridas de campo foram realizadas diversas conversas com pessoas que caminhavam pelas vias de acesso. As informações adquiridas diziam respeito aos problemas atuais do bairro e certamente o que para elas se distingue em relação a outros tempos. Para um dos entrevistados, a chegada do asfalto (2000) e do transporte público mudou a dinâmica do Bairro Rural da Roseira. Embora o entrevistado tenha demonstrado satisfação pela chegada dos dois serviços públicos, ele comentou que viver sem ‘isso também era possível e se vivia melhor, sem problemas’ (R. S., 54 anos).

Do ponto de vista da forma, salienta-se a conformação de um híbrido espacial, marcado, principalmente pela diversificação produtiva e usos do solo. Por meio de análise do Relatório do IAC (2003) foram organizadas a **tabela 15** e a **figura 12** que apresentam os dados sobre a distribuição dos tipos de usos do solo nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca.

Tabela 15: Uso e ocupação do solo nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca

Uso e ocupação do solo	Bairro Rural da Roseira		Bairro Rural da Toca	
	hectares	%	hectares	%
Mata ciliar	235,8	29,1	90,7	27,8
Reflorestamento	144,5	17,9	65,4	20,0
Agricultura	128,5	15,9	81,0	24,8
Pastagem	290,9	36,0	80,7	24,7
Área urbana	-	-	5,0	1,5
Loteamento	9,3	1,1	4,0	1,2
Total	809,0	100,0	326,8	100,0

Organizador: Elias Oliveira Noronha (2007); Fonte: IAC (2003)

Levando em conta os dados apresentados na **tabela 15** é possível verificar que no Bairro Rural da Roseira há o predomínio da pastagem e de matas que representam, 36,0% e 29,1% do total de área do bairro, respectivamente. Os cultivos de lavouras no Bairro Rural da Roseira compreendem 15,9% do total da área. Nota-se que a área urbana decorrente dos loteamentos irregulares não aparece, uma vez que perante a lei municipal compreendem a zona rural e encontram-se fora dos limites do perímetro urbano, o que é um equívoco.

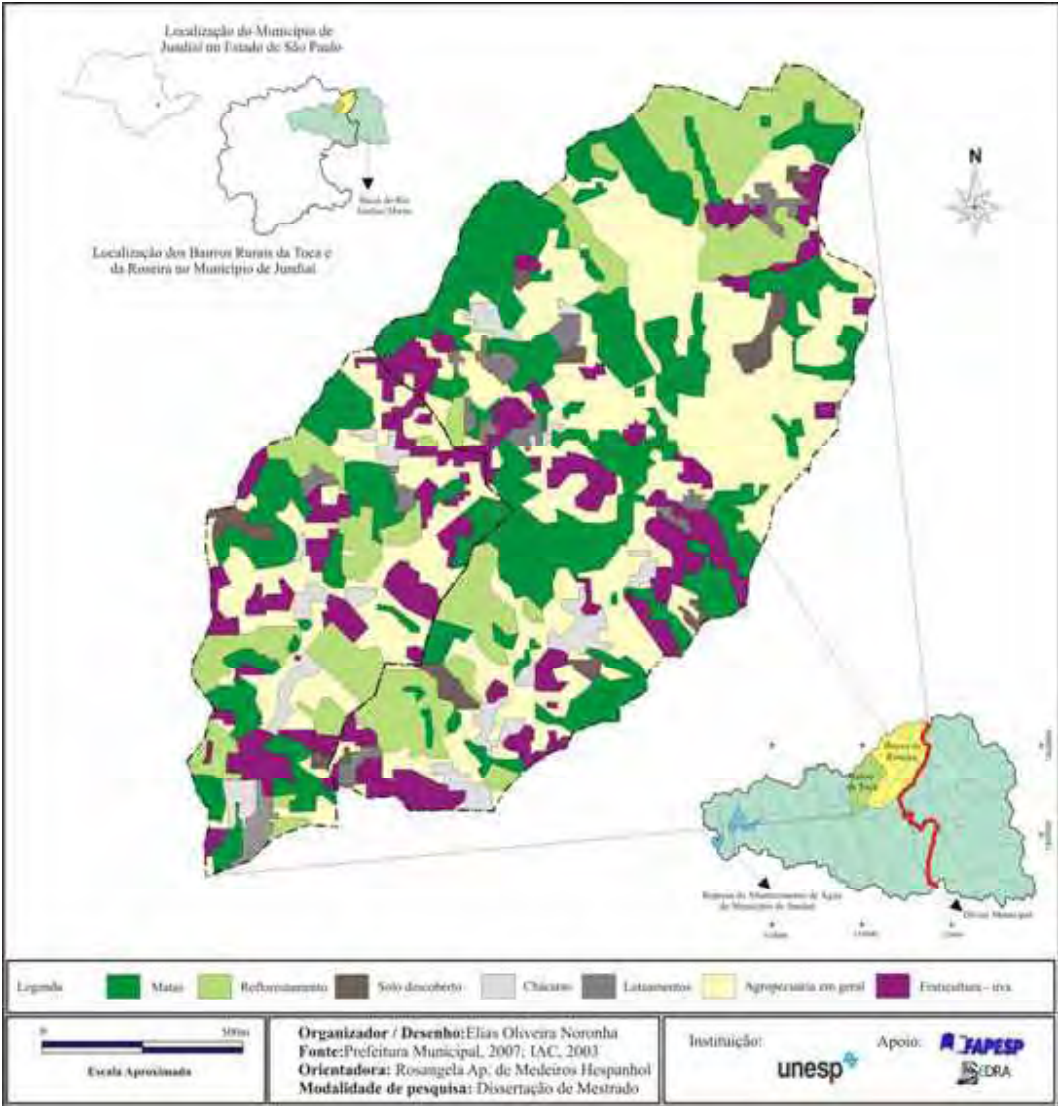


Figura 12: Uso e ocupação do solo nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca

No Bairro Rural da Toca, a área urbana compreende 1,5% da área total. Tal fato decorre da situação geográfica do referido bairro, ou seja, nas proximidades do perímetro urbano. A porção sul do referido bairro está dentro do perímetro urbano e, por isso, aparece esse percentual de área considerada urbana. Dentre outros usos, destacam-se: as áreas de mata com 27,8%; a agricultura com 24,8%; a pastagem com 24,7%; e, o reflorestamento, que em relação ao Bairro Rural da Roseira também ocupa uma área maior. No Bairro Rural da Toca, o reflorestamento ocupa 20,0% da área total. No Bairro Rural da Roseira esse percentual é de 17,9%.

Com base na **figura 12** é possível se verificar a importância das áreas utilizadas com pastagem e matas. Além disso, mesmo que a área do Bairro Rural da Toca seja menor em relação à ocupada pelo Bairro Rural da Roseira, é possível constatar que o mesmo apresenta áreas com lavouras mais significativas. Ao considerar esse elemento comparativo, fica evidente que as mudanças no Bairro Rural da Roseira têm ocorrido de forma mais intensa, visto que as áreas ocupadas com os loteamentos ocupam área de 9,3 ha., o que representa 1,1% do total de área. No Bairro Rural da Toca, os loteamentos representam 1,2% do total e ocupam uma área de 4,0ha.

Assim, dada à proximidade com a área urbana e às facilidades de acesso e locomoção, outros usos têm adquirido expressão nos bairros rurais pesquisados. No percurso da Avenida João Batista Spiandorello, no Bairro Rural da Roseira, pode-se encontrar estabelecimentos comerciais como: restaurantes, bares (**Foto 31**), serviços de restauração de móveis, fábrica de distribuição de gelo, padarias, mercearias e uma indústria madeireira (**Foto 32**).

Certamente, alguns desses serviços, como é o caso da padaria, surgiram pela demanda de pessoas que passaram a viver no bairro. Outros, como é o caso dos restaurantes, estão diretamente associados às facilidades de acesso e convívio com a natureza, tendo em vista que aos domingos e feriados pessoas da cidade se deslocam até o bairro para desfrutar de comida caseira. Ainda no Bairro Rural da Roseira encontram-se: a sede do Clube de Campo do Senai (Serviço Nacional da Indústria); a sede do Clube de Campo dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários; e, dois prédios escolares (**Foto 33**). No Bairro Rural da Toca tal situação não é distinta. Ao longo da Avenida Maria Negrini Negro, principalmente no seu início, encontram-se pequenos estabelecimentos industriais (**Fotos 34 e 35**), os quais fazem parte da área que corresponde ao perímetro

urbano. Dando continuidade pela via de acesso situam-se uma sede de clube de campo do Grêmio (**Foto 36**) e a sede de um terreiro de umbanda.

Foto 31: Bar no Bairro Rural da Roseira



Foto 32: Madeireira no Bairro Rural da Roseira



Foto 33: Escola no Bairro Rural da Roseira



Foto 34: Estabelecimento industrial no Bairro Rural da Toca



Foto 35: Sede de empresa de ônibus no Bairro Rural da Toca



Foto 36: Sede de Clube de Campo no Bairro Rural da Toca



Pela proximidade com a cidade e as possibilidades de locomoção, o uso e a ocupação do solo nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca vêm apresentando mudanças. A diversidade é a característica principal dos dois recortes territoriais, apesar de possuírem diferenças.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 18 de abril de 2007.

Feito essa caracterização dos novos usos e ocupação do solo nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca, torna-se interessante qualificar as mudanças ocorridas no âmbito das propriedades rurais situadas nos dois recortes territoriais. Essa análise permitirá, por conseguinte, uma apreensão de suas especificidades, notadamente, suas características que ainda os definem como bairros rurais.

b) Mudanças nas propriedades rurais: repercussões na paisagem

O procedimento adotado nessa parte do trabalho teve como base a realização de entrevistas junto aos produtores rurais que vivem nos bairros rurais há mais tempo. Com base nas informações adquiridas, foi organizada a **tabela 16**, na qual são apresentados os dados referentes às mudanças nas propriedades rurais, o que reitera as transformações ocorridas na paisagem.

Tabela 16: Mudanças ocorridas nas propriedades rurais dos Bairros Rurais da Roseira e da Toca

Situação	Bairro Rural da Roseira		Bairro Rural da Toca	
	N.	%	N.	%
Não tem mais agricultura, mas o proprietário segue morando na propriedade	4	5,4	7	17,9
Não tem mais agricultura e o proprietário mora na cidade	6	8,1	5	12,8
Não tem mais agricultura e os herdeiros seguem morando na propriedade	6	8,1	4	10,3
A propriedade foi transformada em chácara de lazer	12	16,2	4	10,3
Vendeu a propriedade	6	8,1	1	2,6
A propriedade foi loteada em pequenos terrenos para moradias	4	5,4	-	-
Não tem mais agricultura e a propriedade encontra-se abandonada	1	1,4	-	-
Não tem mais agricultura e o proprietário vive em outro sítio	2	2,7	-	-
Sem informação	4	5,4	-	-
Segue com atividade agropecuária	29	39,2	18	46,1
Total	74	100	39	100

Organizador: Elias Oliveira Noronha (2007); **Fonte:** Pesquisa de campo (Abril de 2007)

A partir da **tabela 16** é pertinente compreender que os dois recortes territoriais apresentam diferenças e semelhanças quanto às mudanças ocorridas ao nível das propriedades rurais. Como já constatado é o grau de intensidade que os diferencia, conquanto os processos e dinâmicas sejam identificados nos dois bairros rurais. Isso fica evidente ao se verificar que no **Bairro Rural da Roseira** a principal mudança compreende a transformação da propriedade em chácara de lazer (16,2%). No **Bairro Rural da Toca**, esse tipo de mudança ocorreu em 10,3% do total de propriedades pesquisadas.

Um aspecto que chama a atenção refere-se ao abandono da atividade e a continuidade da propriedade como local de moradia. Nota-se que no **Bairro Rural da Toca**, o abandono da atividade agrícola e a permanência tanto do proprietário quanto dos herdeiros são mais expressivos do que em relação ao **Bairro Rural da Roseira**. Tal constatação permite avaliar que, em consonância com as informações adquiridas, o abandono da atividade agrícola não consiste na venda e ou o fracionamento da propriedade no Bairro Rural da Toca, o que de fato não ocorreu no Bairro Rural da Roseira. Outro registro importante compreende a venda de lotes da propriedade para moradia popular, o que não foi constatado no Bairro Rural da Toca, embora represente 5,4% do total de propriedades pesquisadas no Bairro Rural da Roseira.

Em relação às propriedades rurais em que as famílias não possuem mais atividades ligadas à agricultura e apenas residem na propriedade, constatou-se que correspondem aos produtores que atualmente vivem de recursos previdenciários, como a aposentadoria rural e pensão por morte do cônjuge. Para uma moradora entrevistada, a sua propriedade no Bairro Rural da Toca possui cinco hectares e, há que tornou-se pensionista, deixou de produzir uva em fins dos anos 1990. Segundo a moradora, a propriedade, herança de seu marido, era totalmente tomada pela uva e a falta de mão-de-obra também foi um fator determinante para o abandono da lavoura. A moradora vive no Bairro Rural da Toca desde os anos 1950 e reconhece que a paisagem vem sofrendo mudanças aceleradas, sobretudo em relação às culturas tradicionais, como a uva, por exemplo. Os filhos ainda vivem na propriedade, mas trabalham na cidade.

As propriedades rurais que deram origem tanto às chácaras de lazer quanto aos loteamentos populares foram identificadas nos dois recortes territoriais. No Bairro Rural da Roseira, o mais expressivo loteamento de chácaras de lazer corresponde no **Loteamento Fazendinha**. Segundo um dos produtores rurais, o referido loteamento foi resultado do parcelamento da terra no início dos anos 1990 e o antigo herdeiro reside na cidade. De acordo com o Relatório do IAC (2003, p. 107),

A rua da Fazendinha, que os próprios moradores asfaltaram, e o Nossa Senhora Aparecida observam as disposições para as áreas urbanas e têm, em geral, 1000m². Não possuem sistema de esgoto e água encanada, e são habitados majoritariamente por trabalhadores urbanos ou por pessoas que vivem de trabalho autônomo e eventual, como ajudantes da construção civil.

No Bairro Rural da Toca há destaque para o **Loteamento Recanto da Toca**. De acordo com um dos produtores rurais entrevistados, o loteamento surgiu do fracionamento da Fazenda Maziero, sendo que uma porção foi dividida em pequenas chácaras de lazer. Observa-se que as famílias do referido loteamento atualmente vivem nas propriedades e trabalham na cidade, não desenvolvendo, portanto, atividade agrícola no interior da propriedade.

Quando perguntado às famílias rurais estudadas na pesquisa de campo sobre os problemas e mudanças ocorridas na paisagem dos bairros rurais: 61,3% (19) do total de famílias disseram reconhecer algum tipo de transformação no Bairro Rural da Roseira. No Bairro Rural da Toca o percentual foi menos expressivo e somente 45,0% (9) das famílias argumentaram sobre as mudanças ocorridas no referido bairro. As famílias que optaram em não responder tal pergunta correspondem, respectivamente, em 38,7% (12) no Bairro Rural da Roseira e 55% (11) no Bairro Rural da Toca.

No Bairro Rural da Roseira, 89,5% (17) do total de famílias que comentaram as mudanças ocorridas na paisagem chamaram a atenção para os problemas surgidos com os loteamentos irregulares, dentre os quais se destacam: o aumento de circulação de pessoas no bairro; a falta de legislação e punição aos produtores rurais que praticaram esse ato; a falta de consciência ambiental das famílias que vêm morar no bairro; e, a diversidade social de famílias que atualmente vivem no bairro.

Segundo uma produtora entrevistada, “*o bairro vem perdendo suas características rurais [...] passando a ter pessoas de diferentes níveis de educação e falta consciência política para alguns*” (S. G., 65 anos). Para outro produtor, “*aqui era rural mesmo e agora tem a diminuição dos produtores, mas ainda não tem problemas de roubo*” (N. F., 66 anos). Por certo, as duas afirmações ratificam alguns tipos de conflitos e tensões que surgem a partir da criação dos loteamentos.

Ainda no Bairro Rural da Roseira, pode-se encontrar duas situações favoráveis aos loteamentos. Para um produtor, cuja propriedade foi fracionada em pequenos lotes de 200m² e 300m², a comercialização da terra foi feita em fins dos anos 1990 e os lotes já se encontram ocupados por novas famílias. Segundo o produtor, a forma de divulgação da comercialização dos lotes é a mesma praticada por todos os produtores, seja pela informalidade, seja por meio de anúncios em jornais impressos de intensa

circulação na cidade. Em decorrência da Lei do Manancial de 2004, os lotes estão em vias de regularização fundiária e o produtor ainda não foi autuado.

Em outra família entrevistada foi constatado que a propriedade vai ser gradativamente fracionada em pequenas chácaras de lazer. Segundo o produtor, a opção pela venda de frações da terra advém dos problemas atuais do bairro, como a estagnação da lavoura de uva e a falta de tranquilidade. O produtor chegou a comentar que o loteamento é a salvação econômica para os produtores rurais que permanecem na agricultura.

No Bairro Rural da Toca foram identificados apenas os problemas associados ao aumento da circulação de pessoas que vem reduzindo o grau de tranquilidade do bairro e as repercussões da Lei do Manancial de 2004. Para um produtor, o constrangimento por parte dos produtores rurais decorre do fato de não poder construir nenhum tipo de casa e que a punição, por parte do DAE e da Prefeitura Municipal, somente ocorre quando a construção já está concluída.

Para um produtor rural, o que falta é a ação prática da lei e *“que não vai virar cidade por causa da lei de manancial aprovado lá na prefeitura[...] o que está construído já está construído”* (M. S., 74 anos). A opinião do produtor rural representa uma visão política quase predominante entre as famílias rurais estudadas. Os produtores reconhecem o que vem acontecendo no bairro e, sobretudo, sabem identificar quais os autores, sujeitos e instituições públicas envolvidos no processo.

Dessa forma, entre outros aspectos destacados pelos produtores rurais refere-se ao aumento da circulação de pessoas pelos referidos bairros. Para um outro produtor entrevistado no Bairro Rural da Toca, atualmente *“ninguém se conhece no bairro”* (A.D., 69 anos). O aumento de pessoas vivendo no bairro decorre: das famílias que ocupam as casas de aluguel; das famílias que residem em casas que surgem dos loteamentos; das famílias residentes nas chácaras de lazer.

c) aumento da circulação

O aumento da circulação é, portanto, um reflexo da diferenciação social nos referidos bairros. O aumento da circulação do transporte público coletivo (**Fotos 37 e 38**) é um dos aspectos que reiteram o grau de mudanças ocorridas no bairro. Isso porque,

atualmente, segundo observações empíricas, o Bairro Rural da Roseira é também um bairro destinado à moradia, notadamente, popular. Outras formas de circulação referem-se ao automóvel particular, o transporte escolar e o uso de caminhões.

Foto 37: Linha de ônibus 555 – Bairro Rural da Roseira / Terminal Colônia



Foto 38: Ponto de ônibus no Bairro Rural da Roseira



O aumento de pessoas vivendo no Bairro Rural da Roseira resultou na intensificação da circulação. O transporte público coletivo atende o referido bairro desde os anos 1980 e atualmente é servida pela **Linha 555** até o Terminal Colônia. Os intervalos entre os ônibus é de 20 a 30 minutos e a mesma linha que atende o Bairro Rural da Roseira também serve o Bairro Rural da Toca.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 16 de abril de 2007.

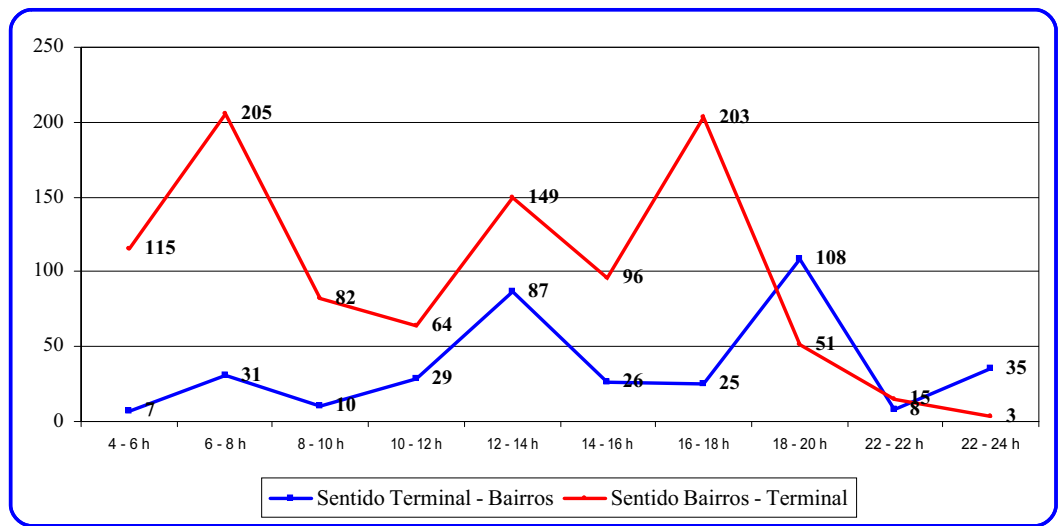
Pelas observações de campo, pode-se constatar que no percurso das principais vias de acesso, os pontos de ônibus de transporte coletivo situam-se nas proximidades dos aglomerados de moradias populares surgidas com os loteamentos. Como a pesquisa de campo foi realizada a pé e o deslocamento até a área de pesquisa foi em ônibus, verificou-se que uso do transporte coletivo é feito, principalmente, pelas famílias que apenas residem no bairro.

Como se observa no **gráfico 11**, na parte da manhã o deslocamento de pessoas é realizado, principalmente, no sentido bairro – terminal urbano, localizado na parte central da cidade. Já na parte da tarde, o sentido majoritário é terminal urbano – bairro, havendo picos durante os horários de entrada e saída escolar. Nota-se que há um desequilíbrio entre o número de pessoas que vai no sentido terminal e no sentido bairro. Em entrevista realizada junto à Viação Leme⁴², foi constatado que essa diferença decorre

⁴² A Viação Leme é a empresa responsável pelo transporte público coletivo da linha 555 (Terminal Colônia / Bairro da Roseira, via Bairro da Toca).

do fato de que as linhas bairro-terminal também servem outros bairros, como é o caso do Caxambu, situado na área urbana.

Gráfico 11: Transporte público coletivo (07/03/2007 – quarta-feira)



Fonte: Viação Leme (2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha (2007).

Diante desse fato, o entrevistado chamou a atenção para os horários entre 6 – 8 horas e 18 – 20 horas, que representa bem a saída e o retorno das pessoas do bairro, uma vez que o número de coletivos de outras linhas sofre um aumento e, portanto, a Linha 555 somente é utilizada por pessoas que moram nos Bairros da Roseira e da Toca. Entretanto, o pico de 203 pessoas que vão no sentido bairro – terminal urbano entre 16 – 18 h também se refere à saída de estudantes que utilizam a referida linha para chegarem às escolas.

Ao se levar em conta somente o deslocamento dos chefes das famílias estudadas, pode-se constatar que no Bairro Rural da Roseira: 61,4% (19) do total deslocam-se em carro; 19,3% (6) em ônibus; e, 19,3% (6) combinam o deslocamento ao utilizar tanto o carro particular quanto o transporte público coletivo. No Bairro Rural da Toca, o deslocamento dos chefes de família até o centro de cidade se faz prevalentemente por meio de carro próprio, uma vez que 65% (13) se utilizam desse meio de transporte. Outros 25% (5) e 10% (2) se utilizam somente do transporte público coletivo ou combinam este último com o uso do carro, respectivamente. Quando foi perguntada a frequência com

que ocorre o deslocamento até o centro da cidade, as respostas foram diversas. Tais informações são apresentadas na **tabela 17**.

Tabela 17: Frequência do deslocamento dos chefes de família ao centro da cidade

Frequência	Bairro Rural da Roseira		Bairro Rural da Toca	
	n.	%	n.	%
Todos os dias	5	16,1	1	5,0
1 x semana	9	29,0	5	25,0
2 x semana	2	6,4	8	40,0
3 x semana	1	3,3	-	-
1 x mês	5	16,1	2	10,0
2 x mês	7	22,6	4	20,0
3 x mês	2	6,5	-	-
Total	31	100,0	20	100,0

Organizador: Elias Oliveira Noronha (2007); **Fonte:** Pesquisa de campo (Abril de 2007)

Por meio da **tabela 17** é possível observar que: a) no Bairro Rural da Roseira há o predomínio de uma frequência semanal entre os chefes de família que se deslocam até o centro da cidade com 29,0% (9); b) no Bairro Rural da Toca, o deslocamento principal ocorre duas vezes por semana; c) nos dois recortes territoriais há uma diferença em relação ao deslocamento diário e uma semelhança, em termos relativos, do total de chefes de famílias que se deslocam duas vezes por mês ao centro da cidade.

A partir das observações de campo foi possível detectar que os chefes de família que se deslocam duas vezes por mês referem-se aos produtores rurais aposentados e que aproveitam a ida à cidade para realizar outros serviços como, por exemplo, a compra mensal e o pagamento de contas em bancos e estabelecimentos comerciais. Os chefes de famílias que frequentemente se deslocam ao centro da cidade se utilizam do carro.

Esse tipo de observação se torna interessante na medida em que representa uma mudança no comportamento das pessoas. No período atual, os produtores rurais circulam mais e os motivos também são diversos. Para um produtor, em tempos

passados não havia necessidade de deslocar-se tanto da propriedade, além das condições de locomoção não propiciarem isso de forma freqüente.

De acordo com um chefe de família entrevistado, o deslocamento até o centro da cidade ocorria de maneira irregular e não havia as facilidades que se têm hoje, como é o caso do transporte público coletivo e as vias asfaltadas. O meio de transporte mais utilizado ainda nos anos 1940 e 1950 era a carroça (**Fotos 39 e 40**) e o produtor tinha que ter uma carteira pessoal para transitar livremente pela cidade. No geral, os produtores se deslocavam à cidade para a realização de compras em casas agropecuárias e também em agências bancárias, cujo objetivo era realização de transações financeiras. As compras mensais se faziam principalmente na mercearia Nova Odessa situada no início do Bairro Rural da Toca.

Foto 39: Carroça, antigo meio de transporte utilizado.



Foto 40: Placa de carroça antiga



Os tempos mudaram e as estradas foram asfaltadas. A carroça, típico meio de transporte utilizado por produtores rurais nos anos 1940, foi abandonada e o uso atual restringe-se a pequenos deslocamentos no próprio bairro. O carro particular e o transporte público coletivo constituem-se nos principais meios de deslocamento até o centro da cidade.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 18 de abril de 2007.

Atualmente, segundo esse mesmo produtor, os motivos de ir à cidade são diversos. Assim, quando perguntado os motivos que os levam a deslocar-se até o centro da cidade as respostas foram múltiplas. No Bairro Rural da Roseira: 43,8% das respostas apresentaram motivos comerciais; 39,0% realização de serviços bancários e pagamento de contas; e, 17,2% para assistência médica e hospitalar. No Bairro Rural da Toca, por sua

vez, as respostas foram: 44,7% para serviços bancários; 36,9% para atividades comerciais; e, 18,4% para assistência médica e hospitalar.

Em relação aos serviços bancários salientam-se: o saque em agências bancárias dos recursos da previdência social rural e pensões; pagamento de contas; obtenção de créditos agropecuários; e, negociação de dívidas. No que se refere aos serviços comerciais, destacam-se: pagamentos de contas em estabelecimentos comerciais; compras de produtos elétricos e vestuário em geral; compras mensais em hipermercados; e, passeios no shopping. Por sua vez, os serviços de saúde são prestados em hospitais públicos e particulares.

3.4 Bairros Rurais da Roseira e da Toca: significados atuais

Ao considerar as mudanças processadas nos referidos bairros pesquisados salienta-se a diferenciação social existente do ponto de vista interno de cada unidade territorial, o que os tornam mais complexos que em tempos passados. Tal diferenciação social os distingue de tempos em que os ‘bairros rurais paulistas’ foram considerados unidades de povoamento isolados que se encontravam em decadência e em vias de degradação social (CANDIDO, 2003). Dessa forma, por um lado, é o conjunto de relações sociais que os definem como unidades territoriais e, por outro, as especificidades territoriais de seu entorno que ratificam suas características, processos e dinâmicas atuais. Essa análise preconiza a idéia de Queiroz (1973) ao argumentar que a distância geográfica não é sinônimo de isolamento geográfico.

Segundo Bombardi (2004), a teia de relações estabelecidas ocorre num limite espacial e, portanto, um bairro rural compreende um território. Assim, tanto os conflitos quanto as tensões são caminhos investigativos pertinentes e corroboram a opção pelo conceito de território, conquanto salienta-se a existência de um lugar. Sendo assim, os Bairros Rurais Roseira e Toca constituem-se, do ponto de vista geográfico, tanto num território quanto num lugar.

O conceito de território permite analisar as mudanças ocorridas nos dois recortes tendo em vista as transformações no âmbito das propriedades rurais, originando conflitos entre os distintos usos e ocupação do solo. É a combinação de elementos internos e externos que resultam em mudanças e, certamente, em significados que os tornam

específicos num recorte espacial marcado pelos processos de urbanização difusa. A resistência, portanto, é o elemento geográfico que aufere tal especificidade aos bairros rurais na atualidade.

O conceito de lugar, por sua vez, permite analisá-los como unidades de povoamento em que coexiste um sentimento de pertencimento e de localidade. Para Bombardi (2004), a identidade territorial se faz presente por meio das relações sociais entre pessoas com o meio natural. Parafraseando Wanderley (2001), um lugar da vida onde se vive e lê o mundo. As relações sociais, os usos do solo, as especificidades territoriais, a base física e o meio natural, são elementos que definem os recortes territoriais pesquisados como bairros rurais. Além disso, ressalta-se que o elemento ‘relações sociais’ é mais complexo, uma vez que há a combinação de lógicas e culturas: um encontro, portanto, de unidades territoriais rurais complexas.

Ressalta-se que a agricultura é ainda um aspecto que os definem como espaços rurais, conquanto limitado, uma vez que *rural* e *agricultura* não são sinônimos. Por um lado, entende-se que a agricultura ainda seja a atividade predominante. Por outro lado, a agricultura não é exclusiva, coexistindo, assim, justaposição de lógicas, de vínculos e relações com a terra, de usos e ocupação do solo, de relações sociais. Tal análise permite entender o espaço rural para além da agricultura: um espaço não isolado de processos e dinâmicas atuais, como os da urbanização difusa. Para Bagli (2006b), “os espaços rurais são heterogêneos e comportam uma série de atividades que ultrapassam a lógica agrícola”. Fazendo um paralelo com a obra de Alentejano (1999 e 2000), o **espaço rural não desapareceu, tendo apenas seu significado alterado.**

A identificação dos tipos ‘novos elementos paisagísticos’ dos Bairros Rurais da Roseira e da Toca ratificam essa análise. Desse modo, é a intensidade de tais processos e dinâmicas que os tornam unidades territoriais específicas no âmbito de uma sociedade que se urbaniza cada vez mais. Os elementos paisagísticos atuais misturam-se com as permanências que os formaram e marcam, por conseguinte, as relações de pertencimento, como é o caso das capelas, das tradições e da agricultura (**Fotos 41, 42, 43, 44**). É o grau de ruralidade que ainda os qualificam como espaços rurais.

Foto 41: Tropas a cavalo



Foto 42: Agricultura: Bairro Rural da Toca



Foto 43: Igreja São Sebastião – Roseira



Foto 44: Igreja São Roque - Toca



Ao caminhar pelas estradas de acesso aos bairros e ao dialogar com as pessoas tem-se a impressão corriqueira de adentrar um tempo ‘mais lento’ em que aquela velocidade da cidade encontra-se próxima, contudo, ali é local de silêncio, que às vezes se perde com o canto de um pássaro ou pela passagem de um automóvel. Essa impressão bucólica do campo é inevitável e se torna mais evidente a partir de uma análise daquilo que se encontra na essência da paisagem: as relações que as pessoas têm com o lugar. “*Eu sou da Roseira e minha cunhada mora no Toca*”. Essa fala de uma das produtoras explica o sentimento de localidade e de identidade territorial. As tradições que ainda se mantêm, como é o caso da tropa a cavalo, a festa na igreja, a missa do domingo e a agricultura são alguns dos aspectos presentes. Por certo, os significados mudaram e coexistem permanências. No **Bairro Rural da Toca**, a Capela de São Roque foi construída nos anos 1910. Segundo um produtor, a igreja é um ponto de encontro entre as famílias e amigos. A Igreja de São Sebastião, no **Bairro Rural da Roseira**, foi construída nos anos 1940. As duas construções foram feitas pelos próprios produtores e os terrenos foram doados por famílias rurais tradicionais. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 16 de abril de 2007.

Com base nos trabalhos de Wanderley (2001), Tavares (2003), Moreira (2005), Karam (2006) e Bagli (2006b), o conceito de ruralidade é compreendido como as expressões e manifestações realizadas num determinado espaço dotado de relações sociais criadas - práticas sociais cotidianas - a partir de um sentimento de identidade territorial e pertencimento. Tal opção teórica refuta a idéia de ruralidade enquanto sinônimo de rural e, portanto, não compreende um conceito territorial tomado como referência por Saraceno (1996), Abramovay (2000) e Veiga (2004)⁴³.

A ruralidade, enquanto manifestação cultural carregada de sentidos e de valores específicos ao espaço rural, combina-se na atualidade com outras manifestações não específicas ao rural: valores e expressões urbanas. Portanto, há uma difusão de valores e, além disso, a combinação de costumes e lógicas que extrapolam os limites geográficos intensificando, assim, as interdependências entre o campo e a cidade enquanto realidades dinâmicas. Dessa forma, a dinâmica da sociedade que torna o conceito de ruralidade pertinente, todavia é insuficiente e limitado para a compreensão das mudanças ocorridas nos espaços rurais pesquisados.

Para alguns autores, essa nova realidade coloca em evidência não somente a crise das noções de rural e de ruralidade como instrumentos de análise territorial, mas a emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2001; KARAM, 2006). Para Karam (2006), as novas ruralidades devem ser compreendidas no contexto das recentes transformações ocorridas no meio rural a partir dos anos 1980 e na sua relação com os espaços urbanos.

De fato, algumas mudanças tornaram-se evidentes e o espaço rural vem sofrendo significativas transformações, mormente em relação ao uso do solo, uma vez que o rural não pode ser mais entendido como sinônimo de agrícola em decorrência de outros serviços e funções que no recorte espacial de estudo está associado aos processos de

⁴³ Como sinônimo de rural, a noção de ruralidade, já há muito tempo, vem sendo trabalhada de maneira marginal, ou seja, aquilo que está fora dos limites da cidade e que tende ao desaparecimento em decorrência do fenômeno urbano que é cada vez mais intenso. Para Saraceno (1996), a ruralidade, como um conceito territorial, vem perdendo progressivamente seu caráter explicativo em virtude da recuperação de algumas áreas rurais e o declínio de algumas áreas urbanas no continente europeu. Para essa autora, o processo de dinamização de áreas rurais está relacionado a dois problemas: a) a oposição entre os espaços rural e urbano; e, b) o desenvolvimento de atividades não agrícolas e da pluriatividade.

urbanização difusa (moradia de segunda residência, lazer periurbano, indústria, consumo da natureza e turismo rural).

Para Moreira (2005), a emergência de uma nova ruralidade revela não somente a criação de novas identidades, mas um conjunto de novas relações com o espaço urbano. Esse pensamento em construção contrapõe-se as teses do fim do rural, propondo novos desafios aos pesquisadores da relação campo-cidade que, em decorrência desse conjunto de mudanças, se apresenta mais complexa do que no passado. O vai-e-vem de pessoas do campo para a cidade a trabalho é um indício de que as urbanidades espraiam-se pelo campo e conteúdos rurais desenvolvem-se nas áreas urbanas: o encontro de tempos, processos, dinâmicas e lógicas diferenciadas.

Por certo, até o momento privilegiou-se uma análise considerando as escalas do município e do bairro rural. Tais mudanças revelam que processos e dinâmicas se territorializam de maneira particular em cada lugar e, por sua vez, revela a importância de compreendê-las a partir de uma análise escalar. Dessa forma, as mudanças efetivadas na escala da microanálise, ou seja, no âmbito da produção agrícola familiar, será o objetivo do próximo capítulo. Parte-se da premissa de que a família rural desenvolve um conjunto de atividades que atualmente extrapolam às agrícolas, conformando, assim, novas relações das pessoas com o lugar em que vivem, pois passam a combinar lógicas cotidianas não específicas do espaço rural. Para tanto, tal análise estará amparada na noção de **pluriatividade**.



Capítulo 4

A produção agrícola familiar nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira: estratégias de reprodução social e econômica

O ponto de partida para o estudo da pluriatividade é o conjunto de transformações sociais e econômicas ocorridas no espaço rural europeu⁴⁴. Parte-se da premissa de que o tema da pluriatividade problematiza questões referentes às relações campo-cidade na contemporaneidade tendo, como pano de fundo, as recentes transformações em curso no campo e sua emergência como noções explicativas de um *mundo rural* cujos conteúdos e significados mudaram, ou mesmo, apresentaram adaptações⁴⁵. As mudanças ocorridas nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca pesquisados reiteram tal constatação.

Dessa forma, é possível reconhecer que as mudanças ocorridas nos espaços rurais do Município de Jundiá no contexto da urbanização difusa e, em especial, no universo das propriedades rurais familiares localizadas nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca ratificam a escolha e a opção teórica pela noção de pluriatividade. De fato, as transformações ocorreram tanto na escala dos bairros rurais, quanto na escala de investigação, ou seja, na unidade produtiva familiar.

A crise explicativa do conceito de ruralidade evidencia que, no período atual, um conjunto de elementos teóricos, como é o caso da pluriatividade e das novas atividades que se desenvolvem no campo, como por exemplo, corroboram a conformação de uma nova ruralidade. Assim, a pluriatividade antecede à nova ruralidade, constituindo-se num fenômeno distinto que se desenvolve nos espaços rurais atuais.

Por um lado, entende-se que a pluriatividade, como um elemento atual de investigação do mundo rural, tem o objetivo de manter, a partir de distintas estratégias de

⁴⁴ As transformações em curso no continente europeu têm suscitado emergentes análises sobre a relação campo-cidade, favorecendo amplamente a promoção de debates em relação ao uso corrente das categorias espaciais tradicionais (rural e urbano) e, sobretudo, na crise explicativa do conceito de ruralidade e na identificação de uma nova ruralidade. Essas mudanças, em seu conjunto, com destaque à valorização da natureza e sua associação ao rural enquanto paisagem a ser consumida, deve ser compreendida no contexto das reformas da Política Agrícola Comum (PAC), iniciadas nos anos 1990 (CONTINI, 2004). Para Contini (2004), as reformas da PAC tiveram como principal objetivo assegurar que os produtores permanecessem nas áreas rurais. Segundo o autor, desde os anos 1950 as áreas rurais européias vêm apresentando um processo de redução da população, sendo preciso posturas políticas mais eficazes em relação aos subsídios e proteção desse segmento produtivo.

⁴⁵ A nova realidade do espaço rural, não somente em decorrência da pluriatividade, tem suscitado debates entorno de seu atual significado e é na escala internacional, sobretudo européia, que tais questionamentos foram, inicialmente, construídos. A nova ruralidade, nessa perspectiva analítica, é uma criação teórica cuja base interpretativa foi estruturada a partir das mudanças ocorridas no espaço rural europeu e sua relação estreita com os espaços urbanos. Esse é ponto de partida posto para reflexão.

reprodução social e econômica, as famílias rurais no campo por meio da combinação de rendas e atividades agrícolas e não-agrícolas. Por certo, o elemento novo consiste nas atividades e rendas não-agrícolas⁴⁶ desenvolvidas e realizadas no espaço rural. Tais atividades se desenvolveram de maneira intensa no continente europeu e, por isso, a pluriatividade tem origem com base na realidade européia.

Por outro lado, entende-se também que as estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelas famílias rurais consistem num processo multifacetado, pois são inúmeros os fatores condutores. A combinação de atividades e rendas não-agrícolas dentro ou fora da unidade produtiva familiar favorece a idéia de um ‘novo significado de rural’, uma vez que suas atividades extrapolam a agricultura, chegando, por sua vez, a exercerem atividades industriais, urbanas e outras específicas para nichos de mercados consolidados.

Dessa maneira, o objetivo do capítulo é apresentar uma análise pormenorizada das estratégias de reprodução social e econômica adotadas pelas famílias rurais estudadas nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca. O capítulo foi organizado em duas partes. Na **primeira parte** é feita uma apresentação do grupo familiar entrevistado, considerando aspectos como: perfil dos produtores rurais; perfil da propriedade; membros familiares residentes e tipo de ocupação laboral. Na **segunda parte** é realizada uma análise das atividades e rendas, por sua vez, revelando a diversificação produtiva e a combinação de atividades e rendas agrícolas com as atividades e as rendas não-agrícolas.

4.1 Unidade de análise: perfil das famílias e propriedades estudadas

A unidade de análise consiste na família rural. Assim, para melhor compreender o fenômeno da pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar, essa parte foi organizada em duas seções. Na **primeira seção** é realizada uma análise da importância adquirida pela unidade familiar nos estudos sobre a pluriatividade, em especial no Brasil, em que há a coexistência de uma diversidade de situações da produção agrícola

⁴⁶ Para Graziano da Silva (1999), a utilização do termo ‘novas’ em relação ao desenvolvimento das atividades não-agrícolas deve-se ao fato de que em tempos passados também eram desenvolvidas e que, no entanto, é no período atual que tais atividades ganharam maior expressão e se tornaram formas de aquisição de renda por parte das famílias rurais.

familiar e, portanto, de múltiplas pluriatividades. Na **segunda seção** é feita uma apresentação do perfil das famílias estudadas.

4.1.1 Produção agrícola familiar e pluriatividade

Um dos primeiros trabalhos que enfatizou a importância da pluriatividade no Brasil foi o de Graziano da Silva (1999). Nesse trabalho, o referido autor chama a atenção para o de que, frente às mudanças em curso no campo brasileiro, o espaço rural ganhou outras funções e características e, que um novo ator social se configurava: as **famílias pluriativas**. Pela análise do autor, essas famílias se caracterizariam pela diversificação e combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora de sua unidade produtiva familiar.

É interessante observar que embora a obra de Graziano da Silva (1999) seja um marco em relação ao desenvolvimento da pluriatividade no Brasil, foram os trabalhos de Alentejano (1999; 2000) e de Schneider (1999; 2003) que apresentaram reflexões teóricas precisas sobre o referido tema. Os dois autores, a partir de enfoques distintos, problematizaram a questão da pluriatividade e, por conseguinte, demonstraram suas especificidades geográficas (ALENTEJANO, 1999; 2000) e sociológicas (SCHNEIDER, 1999).

Para Alentejano (1999, p. 147), as mudanças

[...] em curso na sociedade brasileira têm colocado novos desafios para os estudiosos das relações sociais no campo, fazendo com que esses criem novos termos, noções e conceitos na tentativa de melhor explicar os novos processos e atores que se configuram.

Ao referir-se à noção de pluriatividade, o referido autor chama a atenção para sua diferença em relação ao termo ‘agricultura em tempo parcial’, expressões tidas comumente como sinônimos⁴⁷.

⁴⁷ Observa-se que as duas noções buscam dar conta do processo de diversificação e combinação de atividades e rendas agrícolas com não-agrícolas, estando, a principal diferença, na unidade de análise. Enquanto a agricultura em tempo parcial tem o chefe de família como unidade de análise, a pluriatividade considera a família como um todo. Apesar de ser simples a diferença, as duas noções não expressam o mesmo contexto e também não são sinônimos.

Ainda para Alentejano (1999), um dos fatores que impediriam o uso da noção de pluriatividade no Brasil corresponde na ausência de uma agricultura familiar moderna que, na realidade europeia, consiste numa preocupação histórica, como bem lembrou Nascimento (2004; 2005). Segundo Alentejano (1999), o desenvolvimento da pluriatividade na Europa está intimamente relacionada aos processos de urbanização e industrialização. Soma-se, na perspectiva de Nascimento (2004), a forte presença do Estado⁴⁸.

Ao considerar, primeiro, a realidade europeia e, segundo, a comparação como procedimento analítico insuficiente, é possível, a partir das contribuições de Alentejano (1999; 2003), compreender que a pluriatividade no Brasil não apenas está associada aos processos de industrialização, de urbanização e de uma estrutura agrária que, no caso brasileiro, são altamente concentrados do ponto de vista territorial. Isso por que: a) há no Brasil, um processo de desconcentração espacial da indústria, como o que ocorre no Estado de São Paulo e da urbanização, especialmente no contexto da urbanização difusa nas proximidades dos grandes centros urbanos; b) a pluriatividade também está associada a outras atividades, como é o caso do turismo e do lazer.

Por isso, entende-se que a pluriatividade seja um elemento teórico importante à compreensão das relações campo-cidade. De fato, não é porque o Brasil possui dinâmicas espaciais altamente concentradas, como a urbanização, por exemplo, que o uso da noção de pluriatividade vai ser ignorado. É pertinente dizer que o procedimento comparativo nunca pode ser entendido como um ponto de chegada das análises, posto que seja a diversidade regional, em consonância com o elemento político e outros aspectos específicos, que dão sentido teórico e empírico ao uso corrente da pluriatividade como elemento de investigação científica no âmbito da produção agrícola familiar no Brasil.

O interesse em aprofundar a discussão sobre a pluriatividade advém, mormente, da importância da agricultura familiar (ALENTEJANO, 1999). A unidade de análise da pluriatividade é, assim, a unidade produtiva familiar. O elemento sociológico -

⁴⁸ Nascimento (2004) reconhece que o tema da **pluriatividade** tem ganhado peso nas discussões sobre o futuro do mundo rural, especialmente no Brasil. O autor lança críticas ao uso corrente da noção de pluriatividade. Segundo o autor, existem diferenças em relação ao seu uso no Brasil e na Europa. Para Nascimento (2004; 2005), o que difere o uso corrente da pluriatividade no Brasil em relação aos países europeus é o **conteúdo político**. Para o autor, a pluriatividade não está apenas associada aos aspectos econômicos e concepções sociológicas, pois, depende, fundamentalmente, de concepções e ações políticas, como foi o caso da PAC no contexto europeu.

produção agrícola familiar -, somado ao aspecto geográfico, permite compreender a pluriatividade como uma noção complexa em que dinâmicas internas e externas devem ser colocadas em discussão.

Desse modo, é no âmbito das famílias rurais que a pluriatividade tem sido encarada como um elemento estratégico de reprodução social e econômica. De fato, essa vertente leva em conta o nível micro, ou mesmo, a unidade produtiva familiar. Para Schneider (1999), o surgimento das famílias pluriativas é o exemplo mais enfático da dissociação entre o rural e a agricultura: uma nova realidade social; um novo significado de rural. Acrescenta-se: um novo ator social.

Assim, entende-se que a pluriatividade, além de ser um tema novo no campo de discussões do mundo rural brasileiro, é também um tema complexo e multifacetado. Suas análises podem partir de uma análise macro, em que a problemática da reestruturação do trabalho - modelo flexível - seja o ponto central de discussão, ou mesmo das análises cujo ponto de reflexão seja a unidade produtiva familiar, no nível micro de investigação (KAGEYMA, 1998b).

A partir das contribuições de Kageyama (1998a; 1998b), é pertinente destacar o consenso sobre a unidade de análise da pluriatividade: **a unidade produtiva familiar**. Para Schneider (2001, p. 05, **grifo nosso**), a pluriatividade está associada às situações em que “os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural *passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra*”.

Schneider (2001) enfatiza que a família como um *grupo social* permite compreender as estratégias de reprodução social em uma propriedade rural. Assim, é no âmbito da família que se discute e também se organiza a inserção produtiva, de trabalho e moral de seus membros (SCHNEIDER, 2001). Segundo o referido autor, “a pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural” (SCHNEIDER, 2001, p. 12).

Para Graziano da Silva (1999), dentre os principais meios em que a pluriatividade pode se configurar, destacam-se: a prestação de serviços e a combinação de atividades que tradicionalmente são consideradas urbanas com atividades agropecuárias. Para o autor, a inserção de novas atividades e rendas não agrícolas no meio rural constitui-

se numa das “*novidades*” no processo de redefinições e mudanças do espaço rural, o que não ocorria anteriormente com os camponeses que se dedicavam exclusivamente às atividades agropecuárias.

Sacco dos Anjos (2003a), por sua vez, compreende a pluriatividade como um fenômeno social e econômico. Para esse autor, embora não sejam expressões similares, a pluriatividade e a agricultura em tempo parcial são fenômenos que estão intimamente ligados à agricultura familiar. As famílias, assim, desenvolvem estratégias de resistência, cujo objetivo é a reprodução social de seus membros. Para o referido autor, as “estratégias usualmente desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-agrícolas, através das atividades realizadas dentro e fora das próprias explorações” (p. 14).

Na perspectiva de Sacco dos Anjos (2003a), a pluriatividade pode ser ‘encarada’ como um ‘giro’ intelectual e político. De um lado, pressupõe uma nova concepção de rural e, de outro, um fator positivo ao desenvolvimento e viabilidade de áreas rurais em que há problemas com a decadência da agricultura e, conseqüente saída de pessoas do meio rural.

Além disso, deve-se ressaltar que a pluriatividade deve ser contextualizada. É a partir da formação histórica que o fenômeno da pluriatividade pode ser compreendido como um conjunto de estratégias adotadas pelas famílias rurais com o intuito de promover, ao mesmo tempo, a reprodução social dos seus membros e da propriedade fundiária. Somado ao **elemento político** encontra-se a **diversidade regional**, muito associada ao **processo de formação** das áreas e regiões em que há o desenvolvimento da pluriatividade.

É a partir do processo de formação – ocupação e transformação dos territórios – que se situam os elementos explicativos da pluriatividade: estrutura fundiária fracionada; processos de industrialização e urbanização difusa; relação com o espaço urbano mais próximo; transformações na agricultura familiar; crise da agricultura; e, as emergentes estratégias de reprodução social. Isso fica evidente quando são analisados dois casos distintos: região sul (SACCO DOS ANJOS, 2003a) e nordeste brasileiro (NASCIMENTO, 2004).

Nas palavras de Nascimento (2004, p. 03),

O conceito de *pluriatividade* adota a família como unidade de análise introduzindo no centro das atenções as atividades não-agrícolas exercidas

pelos membros da família – independente de serem desempenhadas dentro ou fora da exploração agrícola. O termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *strictu sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Enfim, trata-se, *grosso modo*, da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas no interior da unidade familiar – dentro ou fora do estabelecimento.

De acordo com Sacco dos Anjos (2003a, p. 38),

[...] a pluriatividade não pode ser tomada como panacéia capaz de resolver os grandes problemas que atravessa o meio rural brasileiro. Mas face às enormes e diversificadas demandas da população, haveria que ter em mente todas as vantagens e possibilidades que essa modalidade de organização familiar é capaz de propiciar.

A partir dessa relação interdependente entende-se que a pluriatividade somente pode ser compreendida enquanto fenômeno social quando alguns aspectos são levados a *priori*, tais como: perfil dos produtores familiares entrevistados; das propriedades; e, das famílias. Tais especificidades serão mais bem analisadas na próxima seção.

4.1.2 Perfil das unidades produtivas visitadas

Ao desenvolver uma pesquisa empírica, alguns elementos devem ser traçados como critérios, uma vez que contemplar tudo e todos é uma tarefa impossível. Foram estabelecidos dois principais critérios: a) o trabalho deveria ser efetuado em grande parte por membros da família; e, b) uma das atividades desenvolvidas na propriedade deveria ser vinculada à agropecuária. Isso porque, a análise da pluriatividade requer, necessariamente, a combinação de atividades e rendas dentro ou fora da unidade produtiva, sendo uma delas a agropecuária.

Ao levar em conta os dois critérios estabelecidos, o reconhecimento de campo foi de fundamental importância para estabelecer o primeiro contato com as famílias rurais. No caso do Bairro Rural da Toca foi visitado um total de 18 propriedades rurais e como em duas delas haviam duas famílias desenvolvendo atividades agropecuárias, foram

aplicados 20 questionários. No Bairro Rural da Roseira foram visitadas 29 propriedades rurais e também constatou-se a presença de duas propriedades rurais com duas famílias envolvidas com as atividades agropecuárias, totalizando 31 questionários. Na **Figura 14** é apresentado o recorte espacial de estudo, assim como, a localização das propriedades rurais visitadas durante a pesquisa de campo.

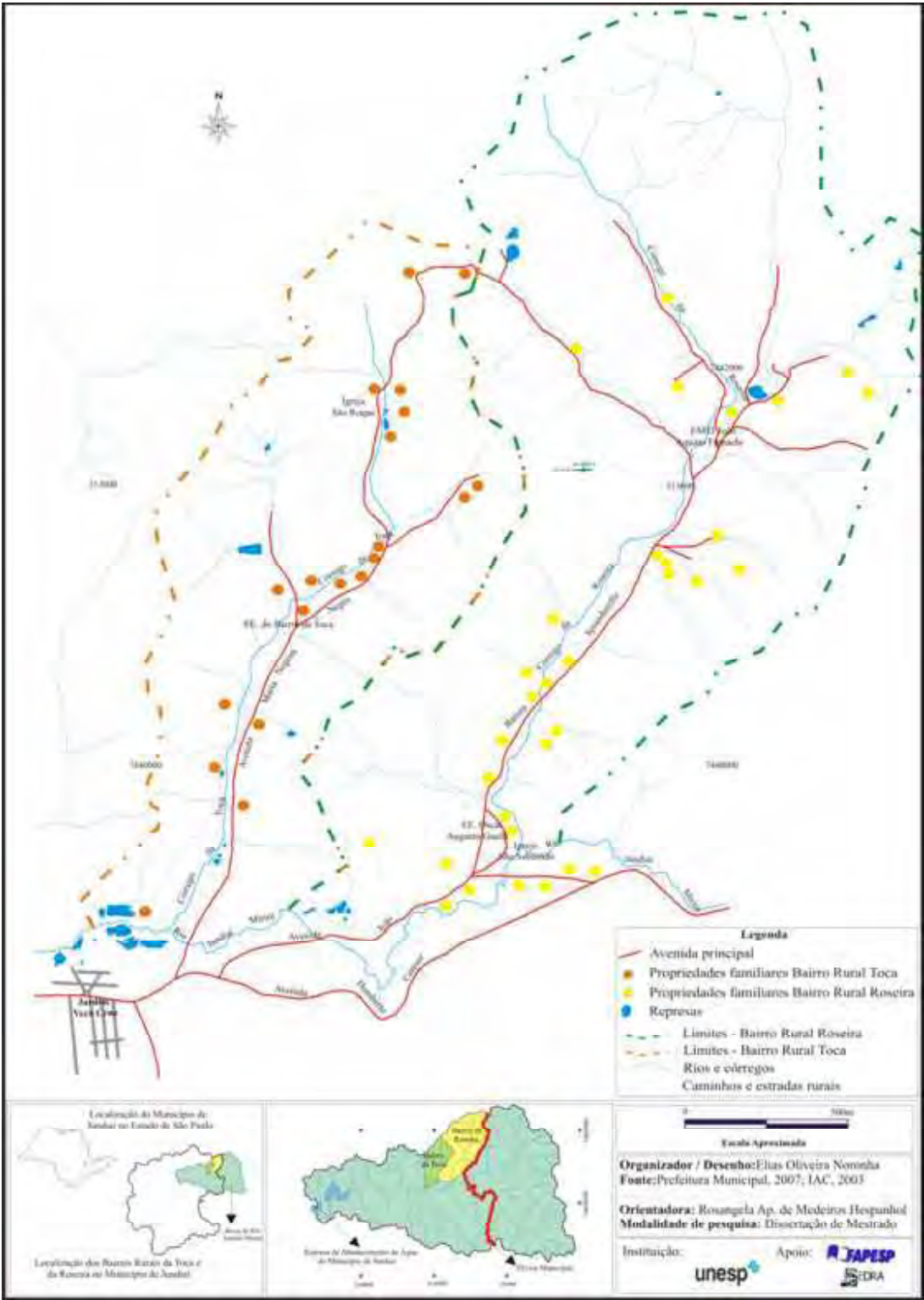
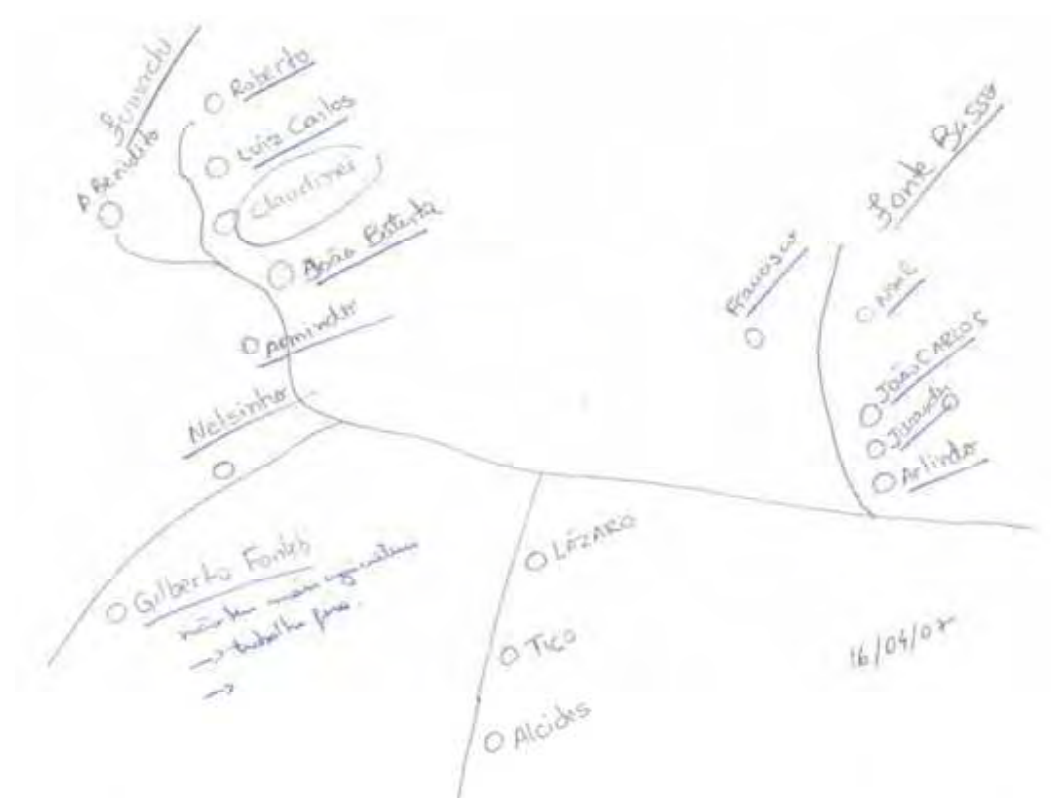


Figura 14: Propriedades rurais familiares visitadas nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca

Com o objetivo de identificar e localizar as propriedades rurais foram confeccionados, com base nas informações adquiridas junto aos produtores rurais entrevistados, croquis de campo (**Figura 15**), o que facilitou no deslocamento pelos referidos bairros. A confecção dos croquis foi acompanhada de perto pelos produtores rurais e resultou no reconhecimento ‘mental’ da disposição geográfica das propriedades rurais, assim como, a organização agrária e produtiva.



Fonte: Trabalho de campo (Abril/2007); **Desenho:** Elias Oliveira Noronha

Figura 15: Croqui de campo – localização das propriedades rurais familiares

Para melhor organização e coleta das informações procurou-se realizar a entrevista com o chefe de família ou cônjuge. Em 75,0% (15) do total de famílias estudadas no Bairro Rural da Toca, a aplicação do questionário foi feita diretamente com o chefe de família; em 10,0% (2) a entrevista foi realizada somente com a presença da mulher; em 10,0% (2) a entrevista ocorreu com a presença do casal; e, em apenas 5,0% (1) não se pode realizar a entrevista com o patrono, sendo feita com o filho que atualmente

administra a propriedade rural. Em relação às entrevistas realizadas juntas às famílias no Bairro Rural da Roseira: 51,6% (16) foram realizadas com a presença do chefe de família; 16,1% (5) somente com a presença da mulher; 19,4% (6) com a presença de ambos; e, 12,9% (4) com filhos.

Um elemento curioso observado durante a aplicação dos questionários foi à sujeição do trabalho da mulher. Por razões culturais, a mulher demonstrava-se insegura com relação às informações e, por muitas vezes, foi preciso iniciar toda a entrevista e, por conseguinte, a reformulação das perguntas. Em alguns casos, quando o chefe de família não se encontrava na casa, foi necessário esperar um tempo até o mesmo chegar e se iniciar toda a ‘conversa’.

Ao refletir sobre o comportamento das mulheres em relação à aplicação do questionário pode-se perceber que o elemento *herança* é um aspecto pertinente, uma vez que os chefes de família são, em sua maioria, os herdeiros diretos da terra. Em alguns casos foi preciso retornar duas vezes à mesma propriedade para que o questionário fosse preenchido diretamente com o chefe de família, tendo em vista a recusa por parte da mulher em fazê-lo (**Foto 45**).



Foto 45: Entrevista com produtor rural no Bairro Rural da Roseira

Por razões culturais e, sobretudo, pela herança da terra estar diretamente associada ao chefe de família, a mulher (esposa), em alguns casos, se negava ao fornecimento de informações sobre a propriedade. Nessas propriedades, a visita foi remarcada e o contato seguinte foi feito diretamente com o chefe de família. A **foto 45** mostra a aplicação de questionário junto ao proprietário Spiandorello, em que há atualmente um restaurante.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 13 de abril de 2007.

Em relação ao estado civil dos entrevistados é pertinente observar a significativa presença de casais. As famílias conjugadas comparecem em 90,0% (18) do total de famílias visitadas no Bairro Rural da Toca. Outros 10,0% (2) compreendem, respectivamente, uma família de viúvo e uma família de irmãos que herdaram a terra do

pai e seguem vivendo na propriedade. No Bairro Rural da Roseira tal situação não é distinta, visto que em 87,1% (27) do total de famílias estudadas existem casais (marido e mulher), portanto, famílias conjugadas. Em 12,9% (4) do total das famílias estudadas apenas foi constatado a presença de viúvos.

Para melhor analisar o perfil do tipo de família torna-se interessante, inicialmente, apresentar um perfil dos casais entrevistados, contemplando aspectos relacionados à idade, à origem e ao grau de instrução. Posteriormente, serão analisados os grupos familiares não conjugados como é o caso das famílias de viúvos e de irmãos. A **tabela 18** apresenta os dados relacionados à idade dos casais entrevistados.

Tabela 18: Idade dos produtores rurais (Famílias conjugadas)

Idade	Bairro da Toca				Bairro da Roseira			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Menos de 40 anos	1	5,5	1	5,5	-	-	1	3,7
41 – 50	2	11,1	3	16,7	3	11,1	3	11,1
51 – 60	5	27,8	4	22,2	7	25,9	11	40,8
61 – 70	5	27,8	6	33,4	12	44,5	9	33,3
Mais de 70 anos	5	27,8	4	22,2	5	18,5	3	11,1
Total	18	100,0	18	100,0	27	100,0	27	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Pela **tabela 18** é possível observar que existe o predomínio de produtores rurais com idade superior a cinquenta anos, o que revela um problema em relação à continuidade com a atividade agropecuária nos dois recortes territoriais pesquisados. Para um produtor rural entrevistado, o futuro da agricultura no Bairro Rural da Toca depende do envolvimento da quarta geração com a prática agrícola, dada à saída gradativa de membros das famílias para trabalhar fora da propriedade.

No Bairro Rural da Toca existe um equilíbrio entre os chefes de família que possuem entre cinquenta, sessenta e mais de setenta anos de idade. No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, há uma concentração entre produtores que possuem idade entre sessenta e setenta anos. Tal fato não é diferente em relação à idade da mulher. Enquanto no Bairro Rural da Toca percebe-se um equilíbrio entre as distintas faixas de idade; no Bairro Rural da Roseira há uma concentração de mulheres que possuem idade entre cinquenta e sessenta anos (**Fotos 46 e 47**).

Foto 46: Casal de produtores no Bairro Rural da Roseira



Foto 47: Casal de produtores no Bairro Rural da Toca



Uma característica dos bairros rurais pesquisados é a presença de famílias conjugadas. Entretanto, um aspecto que chama a atenção em relação ao perfil dos casais entrevistados é a idade dos produtores rurais e respectivos cônjuges. Nos dois recortes territoriais estudados há o predomínio de famílias herdeiras das famílias tradicionais que se estabeleceram em fins do século XIX e início do século XX. São famílias que estão na **terceira geração** desde os primeiros patriarcas

Fotos: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 03 de abril de 2007.

A partir das informações adquiridas junto às famílias rurais estudadas pode-se perceber que a presença de produtores rurais com idade superior aos cinquenta anos de idade está intimamente associada ao fator herança, uma vez que compreendem a terceira ou quarta geração familiar em relação ao primeiro patriarca da família. De acordo com os dados adquiridos, as primeiras famílias a ocuparem as referidas áreas rurais foram: Fontebasso, Mingotti e Maziero.

Antes de analisar a questão da herança da terra como um fator essencial à constituição de pequenas propriedades rurais é pertinente apresentar a origem dos produtores rurais entrevistados, o que vem a ratificar o contínuo processo de fragmentação da terra e o predomínio de uma produção agrícola familiar em regime de pequena propriedade.

A **tabela 19** apresenta os dados sobre a origem dos produtores rurais entrevistados.

Tabela 19: Origem dos produtores rurais

Origem	Bairro da Toca				Bairro da Roseira			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Bairro Toca	10	55,5	4	22,2	1	3,7	2	7,4
Bairro Roseira	-	-	-	-	20	74,1	8	29,6
Jundiá	4	22,2	8	44,5	-	-	6	22,3
São Paulo	3	16,7	-	-	1	3,7	-	-
Interior de São Paulo	1	5,6	4	22,2	1	3,7	5	18,5
Outros Estados	-	-	2	11,2	-	-	2	7,4
Itatiba	-	-	-	-	4	14,8	4	14,8
Total	18	100,0	18	100,0	27	100,0	27	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Ao analisar os dados apresentados na **tabela 19** é possível observar que nos dois recortes territoriais há o predomínio de chefes de família nascidos no próprio bairro. No Bairro Rural da Toca, o percentual de homens que nasceram no bairro compreende 55,5% (10) do total de famílias conjugadas. No Bairro Rural da Roseira, o percentual equivale a 74,1% (20). Tal fato revela que a questão da herança da terra está intimamente associada ao chefe de família. Segundo uma produtora entrevistada, as mulheres, por questões culturais, não tinham o acesso direto à terra e, quando havia a partilha entre os filhos, a mulher recebia sua parte da herança em dinheiro ou por meio da compra de uma casa na cidade. Tem-se, portanto, um elemento cultural.

Como também revela a **tabela 19**, no Bairro Rural da Toca há o predomínio de mulheres originárias de áreas rurais do próprio Município de Jundiá, o que representa 44,5% (8) do total. No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, apesar das mulheres provindas de outras áreas rurais do município também ser significativa (22,3%), comparece o predomínio de mulheres nascidas no próprio bairro (29,6%).

Pela **tabela 19** verifica-se também que existem duas mulheres que nasceram no Bairro Rural da Toca e que, no entanto, vivem atualmente no Bairro Rural da Roseira. Segundo uma produtora rural entrevistada era comum o matrimônio entre pessoas dos dois bairros: primeiro, pela proximidade geográfica; segundo, pelo grau de parentesco entre as famílias; e, terceiro, pela realização de festas nas respectivas paróquias. As festas religiosas, nos dois bairros, representam um importante elemento de congregação das famílias.

A partir dos dados sobre a origem dos casais é interessante destacar dois elementos: **a)** a junção de casais que residiam no mesmo bairro e áreas adjacentes; e, **b)** a herança da terra, em sua maioria, vinculada ao chefe de família. Em relação ao primeiro aspecto: no Bairro Rural da Toca, o percentual de famílias que se formaram a partir da junção de membros do próprio bairro comparece em 61,1% (11) do total das famílias conjugadas, o que explica o matrimônio (**Foto 48**) entre filhos de famílias tradicionais. No Bairro Rural da Roseira tal situação não foi diferente, uma vez que 48,1% (13) das famílias foram formadas a partir da junção de pessoas residentes no bairro. Ainda no Bairro Rural da Toca duas famílias afirmaram terem sido formadas a partir da junção entre o marido, herdeiro da terra de família tradicional, e a mulher, originária de famílias de meeiros que trabalhavam nas plantações da uva.



Foto 48: Casamento entre herdeiros residentes no Bairro Rural da Roseira

De acordo com as informações de campo era comum a junção matrimonial entre filhos de famílias tradicionais. Os locais mencionados pelos produtores referem-se às festas paroquiais, como é o caso da Festa da Toca, muito comentada pelos produtores rurais entrevistados. Segundo um produtor rural, as festas realizadas na igreja congregavam as famílias tanto do Bairro Rural da Toca quanto do Bairro Rural da Roseira para festejar. Outro local mencionado pelas famílias refere-se à Praça Central do Município de Jarinu. No caso específico da praça há que se destacar a formação dos grupos familiares Fumachi, por sua vez, originários de Itatiba e Jarinu. Na **foto 48** é apresentada a junção matrimonial de filho da Família Fontebasso no Bairro Rural da Roseira. As festas eram realizadas no próprio bairro e como 'todos se conheciam' as festas de casamentos também se constituíam numa forma de congregar amigos e parentes.

Foto: autor desconhecido; **Fonte:** Ivanir Fontebasso (2007).

Em relação às famílias não conjugadas, destaca-se a presença de famílias de viúvos e de irmãos que seguem administrando a propriedade com a morte dos patriarcas. No Bairro Rural da Toca foram encontradas duas famílias não conjugadas. A primeira refere-se a família de uma viúva que atualmente vive na propriedade juntamente

com os filhos casados. Essa família também é herdeira direta da terra e a mulher possui idade superior a cinquenta anos. De acordo com a produtora rural, a continuidade da produção de frutas depende dos filhos, tendo em vista que tudo foi feito quando seu marido ainda administrava a propriedade. A família é de origem do Bairro Rural da Toca e atualmente administra e organiza as festas paroquiais.

Sobre a família de irmãos é pertinente destacar que também compreende uma propriedade herdada, conquanto ainda não tenha sido fragmentada. De acordo com o produtor rural entrevistado, a família é de origem do próprio bairro e desde os anos 1950 tem se especializado no cultivo da uva de mesa. Com a morte dos patriarcas, os irmãos seguem administrando a propriedade e, atualmente, investem somente no cultivo de hortaliças.

No Bairro Rural da Roseira, os grupos familiares não conjugados correspondem, em sua totalidade, em famílias de viúvos. Em duas das propriedades familiares visitadas existe a presença da mulher que herdou a terra após a morte do marido e atualmente administra a propriedade. Em outras duas propriedades, os viúvos seguem com a propriedade após a morte da mulher. No geral são viúvos que possuem entre cinquenta e setenta anos e também são herdeiros diretos de famílias tradicionais, portanto, originários do próprio bairro.

Pela análise apresentada, entende-se que a herança da terra foi um fator primordial à continuidade do patrimônio familiar: a propriedade da terra. Segundo um dos produtores, quando a propriedade era herdada pelo chefe de família havia, segundo uma percepção cultural, a possibilidade de manter o patrimônio familiar. De acordo com o produtor, quando a terra era repassada diretamente à mulher o risco era maior, pois não se sabia ao certo o destino da propriedade devido à possibilidade desta se casar com algum aventureiro. Por isso, a propriedade da terra sempre esteve associada ao homem.

A partir do comentário desse produtor rural é pertinente avaliar que esse elemento cultural não condiz com a realidade atual de ambos os recortes territoriais pesquisados, uma vez que os destinos das propriedades rurais foram diversos, o que refuta a idéia de que o homem, por questões culturais, mantém o patrimônio da família. De acordo com uma produtora rural, o 'filho homem' tinha uma visão comercial e por isso muitas propriedades se transformaram de forma acelerada, como é o caso dos loteamentos e chácaras de lazer.

Antes de apresentar os dados sobre a herança da terra é conveniente analisar a situação dos entrevistados, o que corrobora a importância adquirida pela herança da terra entre os produtores rurais abordados na pesquisa de campo. Para tanto, foi organizada a **tabela 20**.

Tabela 20: Situação do entrevistado em relação à propriedade

Situação do entrevistado		Bairro da Toca		Bairro da Roseira	
		Número de produtores	%	Número de produtores	%
Proprietário	Herança	16	80,0	29	93,5
	Compra	1	5,0	2	6,5
Meeiro		2	10,0	-	-
Caseiro		1	5,0	-	-
Total		20	100,0	31	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Os dados apresentados na **tabela 20** mostram a evidente associação entre a situação de proprietário e a questão da herança da terra. No Bairro Rural da Toca, além de encontrar esse tipo de associação, constatou-se a presença de duas famílias de meeiros e uma de caseiro. Em relação à família de caseiro, vale destacar que se trata de pessoas que atualmente administram a propriedade, tendo em vista que o proprietário encontrava-se no momento da pesquisa de campo hospitalizado. No Bairro Rural da Roseira, em que a presença da situação de proprietários é mais expressiva, a questão da herança aparece em 93,5% (29) do total de famílias visitadas. Em outros 6,5% (2) a aquisição da terra ocorreu mediante compra.

Ao considerar o processo de formação territorial dos bairros rurais pesquisados e a importância adquirida pelas famílias de colonos que deram origem às propriedades rurais tornou-se interessante perguntar se as famílias estudadas eram descendentes diretos das famílias tradicionais, o que revelaria, portanto, o acesso direto à terra via herança.

No Bairro Rural da Toca, 90,0% (18) do total de pesquisados afirmaram serem herdeiros diretos de famílias tradicionais (**Fotos 49 e 50**). Outros 10,0% (2) do total de famílias disseram não apresentar nenhum tipo de parentesco, referindo-se, portanto, às famílias de meeiros. A família de caseiro foi classificada como herdeira, uma vez que administra a propriedade rural de uma família tradicional que herdou a propriedade. No

Bairro Rural da Roseira, 93,5% (29) das famílias disseram possuir laços diretos com as famílias de colonos. Outros 6,5% (2) afirmaram não apresentar nenhum tipo de parentesco com as famílias tradicionais.

Foto 49: Patriarcas da Família Bernardi – Bairro Rural da Toca



Foto 50: Herdeiros da Família Bernardi - Bairro Rural da Toca



Os patriarcas das famílias tradicionais, como é o caso da **Família Bernardi**, dividiram suas terras em pequenas frações entre os herdeiros, notadamente, entre os homens. No **Bairro Rural da Toca**, o processo de divisão das terras entre os herdeiros ocorreu de maneira menos intensa em relação ao **Bairro Rural da Roseira** em que, simultaneamente, houve a divisão das terras e as transformações nas respectivas propriedades rurais ocorreram de forma mais acelerada.

Fotos: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 18 de abril de 2007.

Do total de famílias estudadas no Bairro Rural da Toca que possuem laços diretos com as famílias tradicionais: 33,3% (6) são herdeiros da Família Marquesin; 16,76% (3) da Família Donati; 11,1% (2) da Família Mingoti; 11,1% (2) da Família Almeida; 11,1% (2) da Família Galvão; 11,1% (2) da Família Bernardi; e, 5,5% (1) da Família Maziero. No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, os grupos familiares entrevistados que possuem parentesco direto com as famílias tradicionais correspondem: 24,1% (7) da Família Fontebasso; 13,8 % (4) da Família Fonte Baso; 17,2% (5) da Família Guilhen; 24,1% (7) da Família Mingoti; 13,8% (4) da Família Fumachi; 3,5% (1) da Família Spiandorello; e, 3,5% da Família Galvão.

Para ilustrar o processo de herança entre os filhos das famílias tradicionais foram organizados dois organogramas (**Figuras 16 e 17**), tornando evidente que desde a primeira geração a propriedade foi sendo fracionada entre os herdeiros das respectivas famílias. Dessa forma, ao propor uma análise do fracionamento das terras a partir das informações de campo pode-se compreender que as propriedades rurais atuais

equivalem à terceira divisão direta da porção de terra original, portanto, compreendem a terceira geração de filhos. Os nomes grifados em cor azul compreendem os produtores rurais entrevistados durante pesquisa de campo.

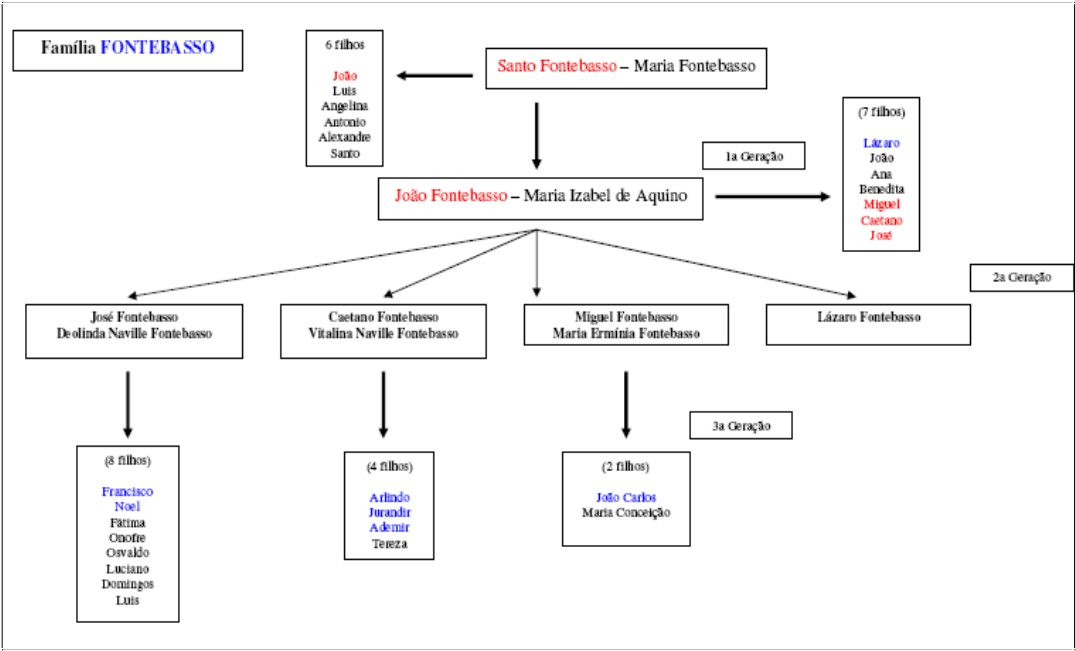


Figura 16: Organograma das famílias – processo de herança da terra (**Família Fontebasso**)

O que de fato explicaria a associação direta entre o aspecto da herança da terra e o papel do ‘homem’ era saber quem herdou a propriedade rural. Do total de grupos familiares que afirmaram serem herdeiros de famílias tradicionais no Bairro Rural da Toca: 88,9% (16) disseram ter sido o homem e apenas 11,1% (2) a mulher. No Bairro Rural da Roseira tal situação não foi diferente, pois em 89,7% (26) do total de famílias herdeiras a terra foi adquirida pelo homem; em 6,9% (2) pela mulher; e, em 3,4% (1) por ambos. Segundo um produtor rural entrevistado, desde o período de ocupação, a herança da terra tem sido um elemento cultural destinado, exclusivamente, aos filhos do sexo masculino.

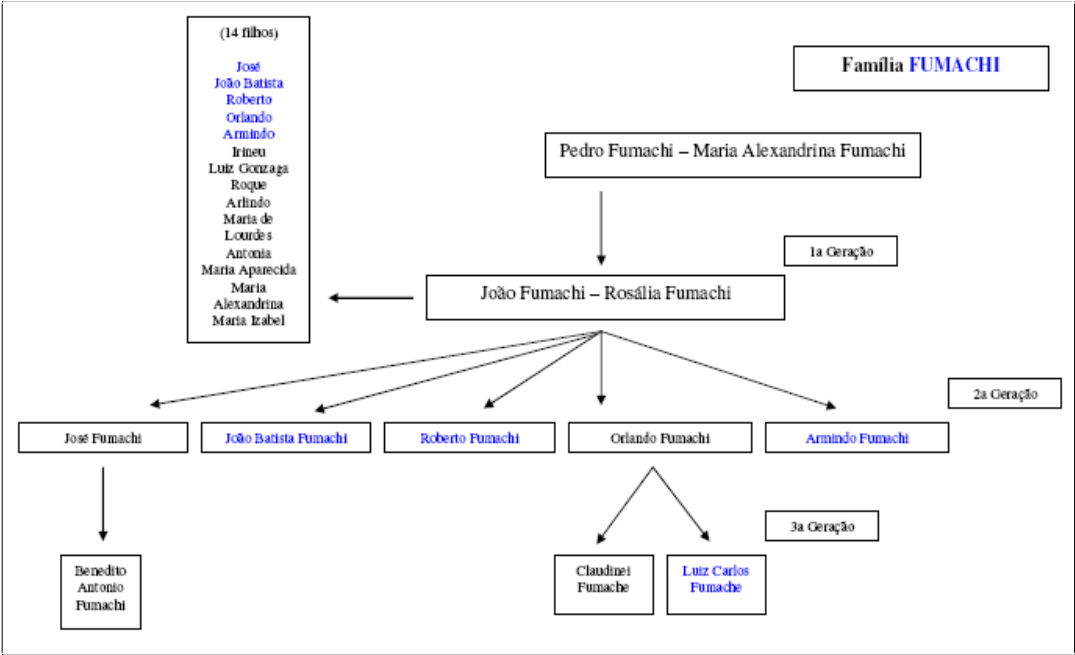


Figura 17: Organograma das famílias – processo de herança da terra (**Família Fumachi**)

No esforço de compreender as mudanças processadas a partir das primeiras propriedades rurais, ligadas ao estabelecimento das famílias tradicionais, recorreu-se à produção de croquis de campo (**Figura 18**), o que revela, em consonância com a **figura 19**, o processo de passagem e, posterior, parcelamento da terra entre os herdeiros de uma família tradicional no Bairro Rural da Roseira.

Figura: 18: Representação das propriedades que deram origem ao Bairro Rural da Roseira

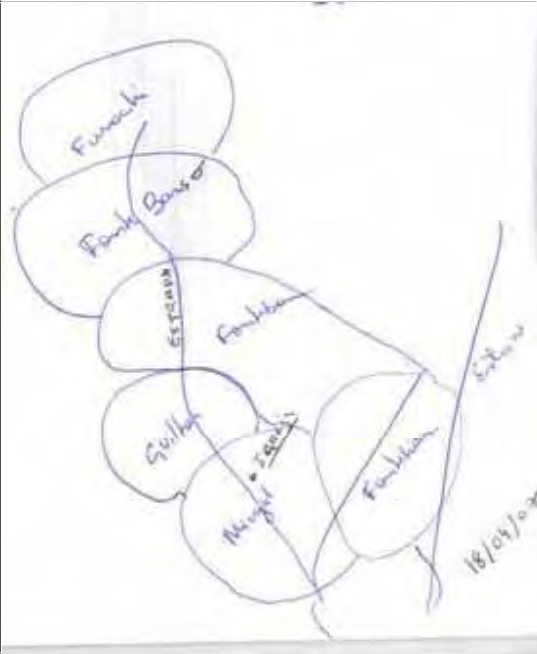


Foto 51: Propriedade Rural herdada



Na **Figura 18** é representada, sob a forma de um croqui, a disposição das grandes parcelas de terras e suas respectivas famílias, originando, a partir do processo de fragmentação da terra, pequenas propriedades rurais no **Bairro Rural da Roseira**. A **foto 51** revela que a **cerca** é um símbolo da dimensão atual da divisão das terras entre os herdeiros.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 11 de abril de 2007.

Como mostra a **figura 18**, o Bairro Rural da Roseira foi formado a partir de seis principais grandes propriedades rurais. Logo, com base nas informações adquiridas junto às famílias rurais estudadas, houve sucessivas repartições da terra entre os herdeiros como revela a **figura 19** que, nesse caso especificamente, corresponde ao grupo familiar Fontebasso (Bairro Rural da Roseira).

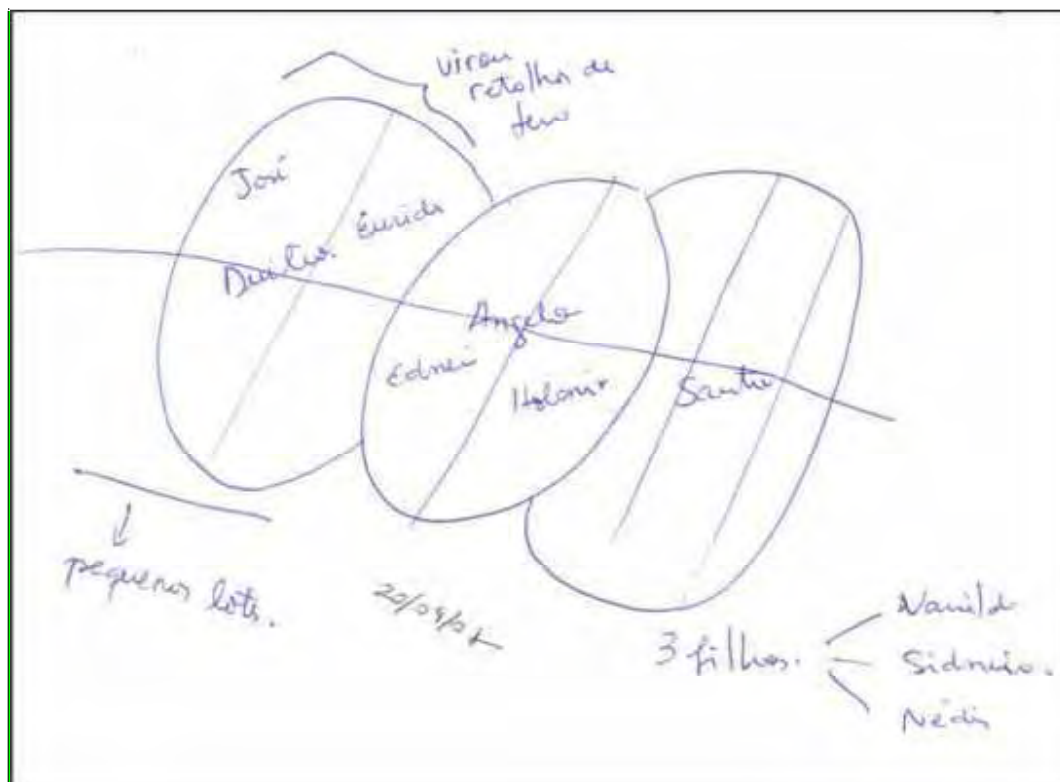


Foto: Elias Oliveira Noronha; Data: 20 de abril de 2007.

Figura 19: Fragmentação da terra herdada no Bairro Rural da Roseira

Pela **figura 19**, observa-se que a propriedade da Família Fontebasso foi dividida inicialmente entre três outras propriedades e, estas, por sua vez, fracionadas de acordo com o número de filhos. O fracionamento de uma das propriedades resultou no principal loteamento destinado à moradia popular no Bairro Rural da Roseira em fins dos anos 1990: o **Loteamento Fazendinha**. Entende-se, portanto, que o processo de herança da terra e, conseqüente fracionamento das propriedades, resultou na conformação e predomínio de pequenas unidades rurais cuja parcela destinada às atividades agropecuárias também têm apresentado redução gradativa. A **tabela 21** apresenta os dados sobre o tamanho das propriedades rurais visitadas na pesquisa de campo.

Tabela 21: Tamanho das propriedades familiares (hectares)

Tamanho das propriedades	Bairro Toca		Bairro Roseira	
	n. de propriedades	%	n. de propriedades.	%
Menos de 2	-	-	6	19,4
2,1 – 5	5	25,0	6	19,4
5,1 – 10	4	20,0	11	35,5
10,1 – 20	8	40,0	5	16,1
20,1 – 30	1	5,0	2	6,4
Mais de 30	2	10,0	1	3,2
Total	20	100,0	31	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

A partir da **tabela 21** é possível perceber uma diferença entre os dois recortes territoriais, conquanto a presença de pequenas propriedades rurais seja um elemento significativo tanto no Bairro Rural da Toca quanto no Bairro Rural da Roseira. A partir da pesquisa de campo pode-se compreender que o processo de fragmentação da terra entre os herdeiros e, conseqüentes destinos da terra rural, como foi o caso da venda indiscriminada dos lotes, ocorreram de forma mais intensa no Bairro Rural da Roseira, o que ratifica o predomínio de propriedades com área inferior a 10 hectares.

Como revela a **tabela 21**, no Bairro Rural da Roseira 19,4% (6) do total de propriedades pesquisadas possuem área inferior a dois hectares, o que de fato não comparece no Bairro Rural da Toca em que, embora haja o predomínio de pequenas propriedades rurais, percebe-se a presença de propriedades maiores, uma vez que o principal percentual corresponda às propriedades com área superior a 10 hectares.

A fragmentação da terra ocorreu de maneira incisiva nos anos 1990 com a redução das áreas de plantio da uva a partir de um ciclo que os produtores denominam de ‘declínio da videira’. Segundo um dos produtores, o arrefecimento das áreas plantadas com a uva de mesa fez com que muitos produtores adiantassem, do ponto de vista jurídico, o processo de herança da terra. Aos produtores que optaram pela permanência na atividade agropecuária destaca-se a diversificação produtiva, o que revela, num primeiro momento, uma estratégia de reprodução social e econômica frente à crise da uva e, num segundo momento, a abertura de novos mercados e redes de comercialização.

Reconhece-se que esse exercício em compreender o processo de formação das propriedades rurais pesquisadas e o perfil da família rural situada nos Bairros

Rurais da Roseira e da Toca é de fundamental importância à identificação dos fatores condutores da pluriatividade, como é o caso do fracionamento contínuo das propriedades rurais. Entretanto, antes de caracterizar o tipo de família entrevistada é interessante ater-se em outros dois aspectos: **a)** o grau de instrução dos produtores rurais entrevistados⁴⁹; e, **b)** o recebimento de recursos previdenciários.

Em relação ao grau de instrução foi constatado o predomínio tanto no Bairro Rural da Toca quanto no Bairro Rural da Roseira de produtores rurais com apenas o antigo ensino primário, o que atualmente corresponderia ao ensino fundamental incompleto. Enquanto no Bairro Rural da Toca 80,0% (16) dos homens possuem o ensino primário, no Bairro Rural da Roseira, por sua vez, o percentual é mais expressivo, ou seja, 93,1% (25) do total.

Ainda no Bairro Rural da Toca, 15,0% (3) dos chefes de família possuem o ensino médio e somente 5,0% (1) disseram não ter freqüentado nenhum ano escolar. Em relação às mulheres, tal situação é a mesma apresentada pelo cônjuge. No Bairro Rural da Toca: 63,2% (12) do total de esposas concluíram apenas o ensino primário; 15,8% (3) possuem o ensino médio, e, 21,0% (4) das mulheres disseram ser analfabetas.

No que se refere ao Bairro Rural da Roseira, constatou-se a presença de dois produtores que possuem ensino superior, o que corresponde a 7,4% do total de chefes de famílias entrevistados. Em relação às mulheres foi verificado que todas freqüentaram apenas o ensino primário. Segundo uma produtora rural, a ausência de ‘produtores analfabetos’ no Bairro Rural da Roseira deve-se, sobretudo, à preocupação da própria família em relação à educação primária dos filhos.

De acordo com um produtor rural, a presença de uma escola no Bairro Rural da Roseira sempre foi uma preocupação política dos próprios moradores do bairro. Ainda nos anos 1950, quando não existia o prédio escolar atual servindo ao ensino fundamental, as crianças se reuniam numa casa dentro da propriedade da Família Mingoti **(Foto 52)**.

⁴⁹ Os dados sobre o grau de instrução levaram em consideração os chefes de família e esposa, incluindo, portanto, viúvos e viúvas.



Foto 52: Antigo prédio escolar na Propriedade Mingoti

Um dos produtores entrevistados citou que antes, ainda nos anos 1960, o estudo consistia num privilégio entre os moradores rurais. Segundo o produtor, o 'normal' era que a criança estudasse o primário para depois, já com 12 anos de idade, servir como mão-de-obra na lavoura. "Pelo menos o primário era importante", completou o produtor. As salas eram mistas e o calendário escolar seguia os tempos de colheita e plantio da uva.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 05 de abril de 2007.

Em relação ao segundo aspecto: no Bairro Rural da Toca, 60,0% (12) do total de produtores rurais recebem algum tipo de recurso previdenciário. No Bairro Rural da Roseira, o percentual de produtores que recebem recursos previdenciários apresenta-se de forma mais expressiva, representando 64,5% (20) do total de produtores rurais entrevistados. De certa forma, todos os produtores rurais disseram receber a previdência social rural por tempo de trabalho no campo, o que corrobora a idéia de produtores com idade superior a sessenta anos.

Quando perguntado se havia outra pessoa da família recebendo algum recurso previdenciário, a resposta foi a seguinte: no Bairro Rural da Toca apenas 30,0% (6) afirmaram receber algum tipo de recurso que, neste caso, corresponderia ao benefício recebido pelas esposas; no Bairro Rural da Roseira, por sua vez, 29,0% (9) dos produtores responderam existir outra pessoa da família recebendo via previdência social outro tipo de recurso. As pessoas que recebem algum outro tipo de recurso previdenciário compreendem o cônjuge, especialmente as viúvas que, após a morte do marido, recebem tanto aposentadoria quanto pensão.

Na próxima seção será feita uma análise do grupo familiar, o que revela a presença de famílias não extensas como no passado e a permanência de outras famílias, notadamente dos filhos, com o objetivo de apenas residir na propriedade rural.

4.1.3 Perfil das famílias estudadas

O exercício de caracterizar o perfil da família estudada é de suma importância ao estudo da pluriatividade. Entende-se que a família, como uma instituição social dinâmica, seja capaz de sofrer adaptações e, simultaneamente, desenvolver estratégias individuais e também coletivas com vistas à reprodução social e econômica no campo.

Para Balsadi (2002), uma das modificações ocorridas no âmbito das ocupações rurais e, sobretudo, em relação à população que vive da agricultura no Estado de São Paulo foi a mudança na estrutura familiar. Para o autor, as famílias rurais deixam de ser nucleadas, passando a adotar outras estratégias de reprodução social, ou mesmo, de orientação de trabalho.

Com efeito, cada unidade produtiva familiar é singular, ou seja, é o grupo familiar que vai organizar de forma distinta e, sobretudo, específica, suas estratégias de sobrevivência e de permanência no campo, o que requer análises mais apuradas da realidade social dessa forma de produção em situações diversas. Assim, durante a realização da pesquisa de campo realizada nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca cada unidade produtiva familiar foi considerada específica, conquanto as análises posteriores tenham identificado processos e dinâmicas gerais, tais como:

- a)** diminuição do número de pessoas na família;
- b)** diferença entre o número de pessoas que moram e que participam diretamente do processo de trabalho na agricultura;
- c)** saída de membros da família para o exercício de atividades externas à propriedade; e,
- d)** a permanência dos filhos casados na propriedade com o objetivo de apenas residirem.

Dessa forma, tendo em vista as especificidades da produção agrícola familiar nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca, cada elemento supracitado será mais bem

analisado. Assim, para qualificar tais aspectos foi organizada inicialmente a **tabela 22**, cujo objetivo é apresentar o número e a média de pessoas por família entrevistada.

Tabela 22: Número de pessoas por família

Número de pessoas	Bairro Rural da Toca			Bairro Rural da Roseira		
	Número / famílias	%	Total / pessoas	Número / famílias	%	Total / pessoas
2	7	35,0	14	11	35,5	22
3	7	35,0	21	8	25,8	24
4	2	10,0	8	8	25,8	32
5	3	15,0	15	4	12,9	20
6	1	5,0	6	-	-	-
Total	20	100,0	64	31	100,0	98
Média de pessoas por família entrevistada			3.2	3.16		

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

A partir da **tabela 22** fica evidente que existe o predomínio de famílias com apenas duas pessoas, correspondendo, portanto, aos casais que permanecem na propriedade rural após a saída dos filhos. No Bairro Rural da Toca, o percentual de famílias com apenas duas pessoas equivale a 35,0% (7) do total de pesquisados. No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, as famílias com apenas duas pessoas comparecem em 35,5% (11) do total de famílias. Igualmente as famílias com três pessoas comparecem em 35,5% (7) no Bairro Rural da Toca e em 25,8% (8) no Bairro Rural da Roseira.

Percebe-se também que as famílias com mais de três pessoas tendem a apresentar baixa expressividade, o que convalida a idéia de que os grupos familiares tenham sofrido uma diminuição do número de pessoas em relação aos anos 1970 (**Foto 53**) quando, segundo um produtor rural, era comum a existência de famílias extensas, uma vez que os filhos permaneciam mais tempo na propriedade. De acordo com o produtor rural, o tamanho da propriedade e os bons resultados da produção de uva tornavam possível a permanência dos filhos na atividade agropecuária mesmo após casados.

Ainda segundo esse produtor, atualmente, em decorrência dos limites do tamanho da propriedade e, sobretudo, pelos baixos resultados econômicos obtidos com a produção agropecuária – em particular a uva –, os filhos se casam e seguem vivendo na propriedade, conquanto não fiquem mais envolvidos com a atividade. Dessa forma,

salienta-se que a sucessão hereditária é um elemento importante na manutenção do patrimônio familiar, mas não determinante em relação à continuidade no desenvolvimento das atividades agropecuárias.



Foto 53: Família Mingotti – Bairro Rural da Toca

Uma característica atual da produção agrícola familiar nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca tem sido a diminuição do número de pessoas por família. A saída dos filhos da propriedade tem repercutido diretamente na permanência da atividade agropecuária, visto a contínua redução das áreas plantadas com lavouras tradicionais.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 11 de abril de 2007.

A partir da **tabela 22** verifica-se que a média de pessoas por família nos dois recortes territoriais pesquisados apresenta-se muito próxima. A média de pessoas por família no Bairro Rural da Toca é de 3,2 e no Bairro Rural da Roseira é de 3,16. Por certo, quando é enfocada a questão do número de pessoas da família que está envolvida com o processo de trabalho os dados são alarmantes. Mesmo nas famílias em que há mais de duas pessoas e conta com a presença dos filhos, verifica-se a redução do número de pessoas envolvidas com a atividade agropecuária. Isso porque, muitas vezes os filhos passam a se ocupar em atividades externas à unidade produtiva.

De acordo com um dos produtores rurais, a saída dos filhos com o objetivo de trabalhar fora da propriedade tem sido uma tendência crescente nas famílias rurais desde os anos 1980, quando as crises consecutivas com a uva levaram muitos produtores a reduzirem a área plantada ou mesmo a erradicarem todo o cultivo. A **tabela 23** apresenta os dados sobre o número de pessoas da família envolvidas com o processo de trabalho na agricultura.

Tabela 23: Pessoas da família envolvidas com a atividade agrícola

Número de pessoas	Bairro Rural da Toca			Bairro Rural da Roseira		
	Número / famílias	%	Total / pessoas	Número / famílias	%	Total / pessoas
1	6	30,0	6	9	29,0	9
2	12	60,0	24	17	54,8	34
3	1	5,0	3	4	13,0	12
4	1	5,0	4	1	3,2	4
Total	20	100,0	37	31	100,0	59
Média de pessoas envolvidas com a atividade agrícola por família entrevistada			1.85			
				1.9		

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

De fato, as mudanças ocorridas nas propriedades rurais, dando destaque aos processos de subdivisão da terra, o que limita a área de produção agropecuária e as crises da produção de uva, tem repercutido diretamente no envolvimento dos membros familiares no processo de trabalho no interior de cada unidade de produção. Pela **tabela 23** percebe-se que há o predomínio de famílias em que duas pessoas participam do processo produtivo.

Pelas informações de campo, foi constatado que tais famílias compreendem os grupos familiares em que há pelo menos um filho na propriedade. No caso das famílias em que há somente uma pessoa envolvida com o processo de trabalho, trata-se de casais em que o marido segue com a atividade e a mulher apenas cuida do serviço doméstico.

A baixa expressividade de famílias com mais de três pessoas envolvidas com o processo de trabalho na agropecuária está intimamente associado aos limites do tamanho da família atual e, por conseguinte, do tamanho da propriedade. Por meio do trabalho de campo ficou evidente que as famílias em que há mais de três pessoas envolvidas no processo de trabalho compreendem as que possuem área superior a 10 hectares e a produção agrícola é diversificada.

Também pela **tabela 23** é possível verificar que a média de pessoas por família envolvida com o processo de trabalho agropecuário em ambos os recortes territoriais se apresenta muito similar. No Bairro Rural da Toca, a média de pessoas compreende 1,85; no Bairro Rural da Roseira, por sua vez, a média equivale a 1,9. Embora o procedimento comparativo seja insuficiente, representa um aspecto pertinente em relação

às mudanças ocorridas nas famílias rurais nos dois recortes territoriais estudados. Além disso, antes de qualificar tais modificações nas relações de trabalho, é interessante analisar quem participa do processo de trabalho na família entrevistada. A **tabela 24** apresenta os dados.

Tabela 24: Membros das famílias que trabalham na unidade produtiva familiar

Número de pessoas	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número / famílias	%	Número / famílias	%
Apenas o pai	5	25,0	8	25,8
Pai e mãe	8	40,0	10	32,3
Pai; mãe; filho	1	5,0	6	19,4
Pai; filho	4	20,0	5	16,1
Outro	2	10,0	2	6,4
Total	20	100,0	31	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Os dados apresentados na **tabela 24** mostram que em 25,0% (5) e 25,8% (8) das famílias nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca, respectivamente, apenas o pai encontra-se envolvido com a atividade agropecuária. Como observado, tais famílias possuem área inferior a cinco hectares que, em grande parcela, encontra-se ocupada com a cultura da uva e que atualmente recebem recursos previdenciários. Outra característica desse grupo familiar é a ausência de filhos morando com os pais.

No entanto, como bem revela a **tabela 24**, a principal combinação de trabalho refere-se ao do cônjuge. No Bairro Rural da Toca, em 40,0% (8) das famílias estudadas comparece esse tipo de combinação de trabalho. No Bairro Rural da Roseira, o percentual é menos expressivo e representa 32,3% (10) do total de famílias visitadas. Outras combinações, não muito expressivas nos dois bairros, referem-se: ao trabalho do pai juntamente com a mãe e o filho; pai e filho; e outro.

A combinação do trabalho do cônjuge com algum filho é mais expressiva entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira. O mesmo ocorre com a combinação do trabalho do pai com o filho, uma vez que em duas propriedades, em virtude da morte da esposa, os dois seguem trabalhando na produção de uva de mesa. No Bairro Rural da Toca esse tipo de combinação foi encontrado em 20,0% (4) do total de famílias,

referindo-se às famílias em que a mulher dedica-se somente aos serviços domésticos. Em relação ao tipo de combinação denominado como outro foi constatado a presença de irmãos do patriarca que seguem morando junto na casa da família entrevistada. Tal fato foi constatado nos dois bairros rurais.

De fato, a diferença entre o número de pessoas residentes com o número de pessoas da família envolvidas com o processo de trabalho na agropecuária refere-se, sobretudo, pela presença tanto de pessoas que atualmente apenas residem, como é o caso das mulheres com idade acima dos sessenta anos e crianças assim como dos filhos que passam a exercer algum tipo de atividade externa.

Quando perguntado se havia algum membro familiar desenvolvendo algum tipo de atividade fora da unidade produtiva: 30,0% (6) do total de famílias estudadas no Bairro Rural da Toca afirmaram positivamente; já no Bairro Rural da Roseira, tal processo apresentou-se de maneira mais expressiva, uma vez que em 48,4% (15) do total de famílias existe algum membro familiar exercendo algum tipo de atividade externa. A **tabela 25** apresenta uma síntese sobre as modificações ocorridas nas famílias, mostrando o número de pessoas residentes; o número de pessoas que estão envolvidas com o processo de trabalho; o número de pessoas que exercem algum tipo de atividade externa; e, o número de pessoas da família que apenas reside na propriedade.

Tabela 25: Síntese do quadro familiar

Situação	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Média	Total / pessoas	Média	Total / pessoas
Pessoas por família entrevistada	3.2	64	3.16	98
Pessoas envolvidas com a atividade agrícola por família entrevistada	1.85	37	1.9	59
Pessoas envolvidas com atividades externas	0.6	12	0.6	19
Membros familiares que apenas residem	-	15	-	20

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Tendo em vista os dados apresentados na **tabela 25** é pertinente ater-se ao quadro de pessoas que desempenham algum tipo de atividade externa, o que totaliza 12 (18,7%) entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Toca e 19 pessoas (19,4%) entre os

grupos familiares situados no Bairro Rural da Roseira. A média de pessoas que exercem algum tipo de atividade externa também é muito similar nos dois recortes territoriais, o que corrobora com a idéia de que ambos passam por processos semelhantes, conquanto existam distinções em termos de intensidade e conteúdo.

Com relação às pessoas que desempenham atividades externas à propriedade ficou evidente o papel do filho. No Bairro Rural da Toca, 91,6% (11) do total de pessoas que trabalham fora correspondem aos filhos dos produtores rurais entrevistados e outros 8,4% ao trabalho de uma mulher. No Bairro Rural da Roseira, 89,5% (17) referem-se aos filhos dos produtores rurais e 10,5% aos netos que residem junto com os avós. Quando perguntado o local de trabalho, as respostas foram diversas. Os dados coletados foram sistematizados na **tabela 26**.

Tabela 26: Sobre o setor de trabalho externo

Ramo	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Industrial	6	50,0	11	57,9
Comércio	3	25,0	3	15,8
Serviços	1	8,3	2	10,5
Funcionalismo público	2	16,7	1	5,3
Outros	-	-	2	10,5
Total	12	100,0	19	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

A partir da **tabela 26** verifica-se que o ramo industrial compreende o principal setor de trabalho entre as pessoas que exercem algum tipo de trabalho fora da unidade produtiva agrícola familiar. Entre outros ramos constatados, destacam-se o comércio, os serviços, o funcionalismo público que representam 25,0% (2), 8,3% (1), 16,7% (2) entre as famílias no Bairro Rural da Toca, respectivamente. No Bairro Rural da Roseira: 15,8% (3) das pessoas trabalham no comércio; 10,5% (2) no ramo de serviços; 5,3% (1) em áreas do funcionalismo público; e, 10,5% (2) em outros ramos, o que corresponde ao trabalho como doméstica e motorista de caminhão.

No que se refere ao deslocamento foi constatado que o principal veículo utilizado consiste no automóvel. Entre as pessoas que se deslocam diariamente a trabalho, o uso do carro próprio comparece em 58,4% (7) dos pesquisados no Bairro Rural da Toca e

42,1% (8) no Bairro Rural da Roseira. O segundo meio de transporte mais utilizado em termos percentuais corresponde ao uso do transporte público coletivo, que entre as pessoas do Bairro Rural da Toca representa 33,3% (4) e 21,1% (4) no Bairro Rural da Roseira. O uso da moto também foi citado, representando, por sua vez, 8,3% (1) entre as pessoas que trabalham fora e residem no Bairro Rural da Toca e 31,6% (6) no Bairro Rural da Roseira. Ainda no Bairro Rural da Roseira foi constatado que uma pessoa desloca-se com o uso do próprio caminhão.

As mudanças ocorridas no interior das unidades produtivas, com destaque à diminuição do grupo familiar e a saída de parte de seus membros para o desenvolvimento de atividades externas à propriedade, corroboram a idéia de que a família é uma instituição social dinâmica. Entretanto, como bem lembrou um produtor rural, a área da propriedade familiar também vem sofrendo modificações, principalmente em relação ao tamanho, tendo em vista os processos de subdivisão da terra.

A partir da pesquisa de campo foi constatado que, além da família entrevistada, há a presença de outras famílias na propriedade não necessariamente vinculadas às atividades agropecuárias. Tais famílias também foram contempladas com a aplicação do questionário, principalmente, no que se refere ao tipo de família que segue vivendo na propriedade.

Segundo um dos produtores rurais entrevistados, nos anos 1960 era comum a continuidade de famílias de filhos casados nas propriedades dos pais. Essa tradição, de acordo com o produtor rural, se mantém, porém com uma diferença. Atualmente, os filhos se casam e apenas permanecem na propriedade como moradores, posto que o local de trabalho encontra-se fora da propriedade e na cidade.

De acordo com um produtor, os filhos se casam e logo encontram dificuldades de se manterem economicamente com as atividades agropecuárias e optam em somente residir na propriedade. Nessa perspectiva, entende-se que a sucessão hereditária da terra permite a manutenção da propriedade rural e não necessariamente da agropecuária, visto que os filhos que permanecem, mesmo após o casamento, desenvolvem outros tipos de atividades.

No Bairro Rural da Toca, a existência de outros grupos familiares comparece em 60,0% (12) das famílias estudadas. No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, esse percentual é mais baixo e compreende 38,7% (12) do total de famílias visitadas. A

opção em caracterizar esse tipo de família teve o propósito de apresentar uma especificidade dos bairros rurais estudados: *a residência nas propriedades rurais de famílias não necessariamente ligadas às atividades agropecuárias*. Assim, para fins de análise, esse tipo de família será entendido como família agregada. A **tabela 27** apresenta os dados sobre o número de famílias agregadas.

Tabela 27: Número de famílias agregadas por propriedade

Número de famílias agregadas	Bairro Rural da Toca			Bairro Rural da Roseira		
	Número total de propriedades	%	Número total de famílias	Número total de propriedades	%	Número total de famílias
1	6	50,0	6	5	41,7	5
2	3	25,0	6	3	25,0	6
3	2	16,7	6	3	25,0	9
5	1	8,3	5	1	8,3	5
Total	12	100,0	23	12	100,0	25

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); Organizador: Elias Oliveira Noronha

Pelos dados apresentados na **tabela 27** observa-se que a presença de apenas uma outra família agregada comparece em 50,0% (6) do total de pesquisados no Bairro Rural da Toca. Já no Bairro Rural da Roseira, tal percentual foi menos expressivo, uma vez que a presença de apenas uma família agregada representa 41,7% (5). Como revela a **tabela 27**, o que mais impressiona é a presença de mais de uma família agregada, o que ratifica a idéia de rural para além da agricultura, uma vez que no interior das propriedades rurais existem famílias que apenas residem e pouco estão envolvidas com a prática agropecuária. Os produtores rurais que disseram ter duas famílias agregadas representaram 25,0% (3) e 25,0% (3) nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira, respectivamente. Ainda no Bairro Rural da Toca foi constatada a presença de 16,7% (2) das famílias em que comparecem outras três famílias agregadas. No caso do Bairro Rural da Roseira, o percentual de propriedades com três famílias morando na mesma propriedade representa 25,0% (3). As propriedades com cinco famílias agregadas também foram constatadas, representando, por sua vez, nos dois recortes territoriais, 8,3% (1) do total.

Como também mostra a **tabela 27**, há um total de 23 famílias agregadas entre as estudadas no Bairro Rural da Toca e 25 no Bairro Rural da Roseira, cabendo, dessa maneira, analisar que tipo de família vive na propriedade. A **tabela 28** apresenta os

dados sobre o tipo de família que permanece na propriedade no Bairro Rural da Toca. Os dados sobre o Bairro Rural da Roseira foram sistematizados na **tabela 29**.

Tabela 28: Tipo de família que mora na propriedade entre as famílias pesquisadas no Bairro Rural da Toca

Tipo de família	Número total de propriedades e famílias			
	Total de Propriedades	%	Total de Famílias	%
Família de caseiro	1	8,3	1	4,3
Famílias de filhos que seguem morando na propriedade com a presença do patriarca	8	66,7	15	65,2
Famílias de irmãos que seguem morando na propriedade (mesmo não sendo dividida) após a morte do patriarca	3	25,0	7	30,5
Total	12	100,0	23	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Tabela 29: Tipo de família que mora na propriedade entre as famílias pesquisadas no Bairro Rural da Roseira

Tipo de família	Número total de propriedades e famílias			
	Total de Propriedades	%	Total de Famílias	%
Família de caseiro	2	16,7	2	8,0
Famílias de filhos que seguem morando na propriedade com a presença do patriarca	9	75,0	20	80,0
Famílias de irmãos que seguem morando na propriedade (mesmo não sendo dividida) após a morte do patriarca	1	8,3	3	12,0
Total	12	100,0	25	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Como revela a **tabela 28**, no Bairro Rural da Toca, 66,7% (8) do total de pesquisados que afirmaram a presença de famílias agregadas correspondem aos filhos que seguem morando na propriedade depois de casados, mesmo com a presença do patriarca (**Foto 54**). Ainda no Bairro Rural da Toca foi possível constatar a presença de uma família

de caseiro, o que representa 8,3% (1) do total de propriedades. Em 25,0% (3) podem-se encontrar também famílias de filhos que permanecem vivendo na propriedade após a morte do patriarca, embora a mesma não tenha sido fragmentada entre os herdeiros.



Foto 54: Casa agregada na propriedade da Família Donati – Bairro Rural da Toca

Uma das especificidades das propriedades familiares visitadas nos dois recortes territoriais é a presença da família principal e a permanência de famílias agregadas, especialmente dos filhos que após o casamento seguem morando na unidade produtiva. A **foto 54** mostra a propriedade da Família Donati. Atualmente a filha segue vivendo na propriedade, embora a mesma ainda não tenha sido fracionada. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.

No Bairro Rural da Roseira, não diferente do que verificado no Bairro Rural da Toca, é perceptível a presença das famílias dos filhos. Pela **tabela 29** pode-se perceber que: 75,0% (9) correspondem aos grupos familiares dos próprios filhos que seguem vivendo juntamente com os pais; 16,7% (2) em famílias de caseiros; e, 8,3% (1) em famílias dos filhos que seguem morando na propriedade após a morte do patriarca.

Em relação ao número de famílias, fica evidente o predomínio daquelas constituídas pelos filhos que seguem morando junto com os pais após o casamento. No Bairro Rural da Toca, esse percentual de famílias corresponde a 65,2% (15) do total de famílias agregadas. No Bairro Rural da Roseira, tal aspecto demonstra-se mais expressivo e corresponde a 80,0% (20).

Dessa maneira, existe um conjunto de aspectos a destacar. Entretanto, em seu conjunto, ratificam a idéia de um território rural composto por uma diversidade de situações familiares. Tal diversidade advém do processo de sucessão hereditária, o que de fato não mantém o herdeiro na atividade agropecuária, uma vez que as famílias dos filhos apenas residem na propriedade.

Assim, os bairros rurais pesquisados também compreendem um espaço de moradia entre as famílias de herdeiros que não dão continuidade às atividades ligadas à agropecuária. Por certo, como verificado durante a realização das entrevistas, os membros familiares agregados passam a desempenhar atividades tanto fora quanto dentro da unidade

produtiva, como é o caso das famílias de caseiros e filhos que seguem morando juntamente com os pais.

No Bairro Rural da Toca, por exemplo, do total de 73 pessoas que vivem no conjunto das famílias agregadas, 39,7% (29) participam do processo de trabalho sendo que: 3,4% (1) provêm da família de caseiro; 75,9% (22) das famílias dos filhos que seguem morando na propriedade juntamente com os pais; e, 20,7% (6) das famílias dos filhos que após a morte do patriarca permanecem morando na propriedade.

No Bairro Rural da Roseira, cujo total de pessoas das famílias agregadas é de 82, o percentual de membros envolvidos no processo na agricultura é mais baixo, o que representa 17,1% (14). Desse total: 4,9% (4) compreendem membros das famílias de caseiros; 64,3% (9) em membros das famílias dos filhos que seguem na propriedade familiar juntamente com os pais; e, apenas 7,1% (1) de membros das famílias dos filhos que vivem na propriedade após a morte do patriarca.

Como verificado na pesquisa de campo, o processo de trabalho no cultivo de frutas exige, do ponto da mão-de-obra, um número expressivo de pessoas, especialmente, na fase da colheita e, no caso específico da uva, na fase do desbroto. Todavia, foi constatado que as unidades produtivas em que há algum membro da família agregada trabalhando na propriedade compreendem aquelas que diversificaram a produção agrícola e possuem uma estrutura produtiva altamente capitalizada.

Não obstante, as propriedades familiares visitadas em que há somente membros das famílias agregadas desempenhando trabalho fora da propriedade, correspondem aos grupos familiares especializados no cultivo da uva e possuem o limite do tamanho da propriedade como fator preponderante. Com efeito, em 83,3% (10) do total de famílias agregadas no Bairro Rural da Toca, existe pelo menos um membro exercendo atividade fora da propriedade rural. Igualmente, no Bairro Rural da Roseira, o percentual também é de 83,3% (10). A **tabela 30** apresenta os dados sobre o deslocamento de pessoas para trabalho fora da propriedade rural entre as famílias estudadas e famílias agregadas.

Tabela 30: Deslocamento geral diário (Família principal e Famílias agregadas)

Deslocamento	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de pessoas	%	Número de pessoas	%
Famílias principal	12	31,6	19	45,2
Famílias agregadas	26	68,4	23	54,8
Total	38	100,0	42	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Por meio dos dados apresentados na **tabela 30** é perceptível que o percentual de pessoas que se deslocam da propriedade para fins de trabalho nos dois recortes territoriais é mais expressivo entre os membros das famílias agregadas. No Bairro Rural da Toca, esse tipo de deslocamento de pessoas entre as famílias estudadas compreende 31,6% (12) do total de deslocamentos diários. No entanto, o percentual entre as famílias agregadas corresponde a 68,4% (26).

No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, tal aspecto encontra-se mais equilibrado, o que confirma a idéia inicialmente trabalhada em relação ao desenvolvimento de atividades fora da propriedade rural. O Bairro Rural da Roseira apresenta uma estrutura fundiária marcada, notadamente, por pequenas propriedades e, portanto, um fator que limita o envolvimento de membros das famílias estudadas no processo de trabalho. Do total de deslocamentos diários, 45,2% (19) equivalem aos membros das famílias pesquisadas. Os membros das famílias agregadas correspondem a 54,8% (23) do total de deslocamentos diários.

As **figuras 20 e 21** representam cartograficamente o deslocamento de pessoas das famílias principais e de famílias agregadas nos dois recortes territoriais pesquisados.

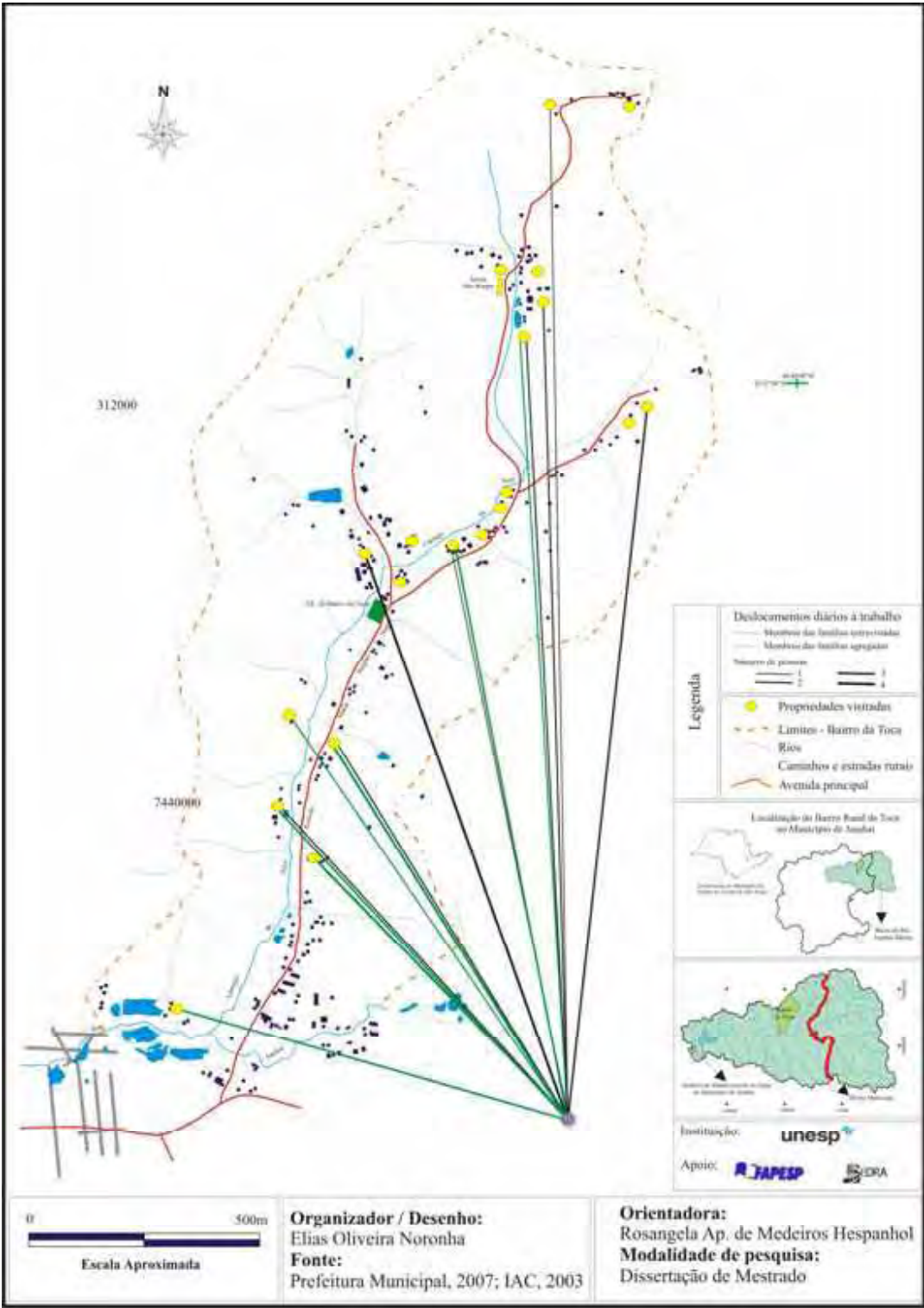


Figura 20: Deslocamento de pessoas em direção à cidade de Jundiaí – Bairro Rural da Toca

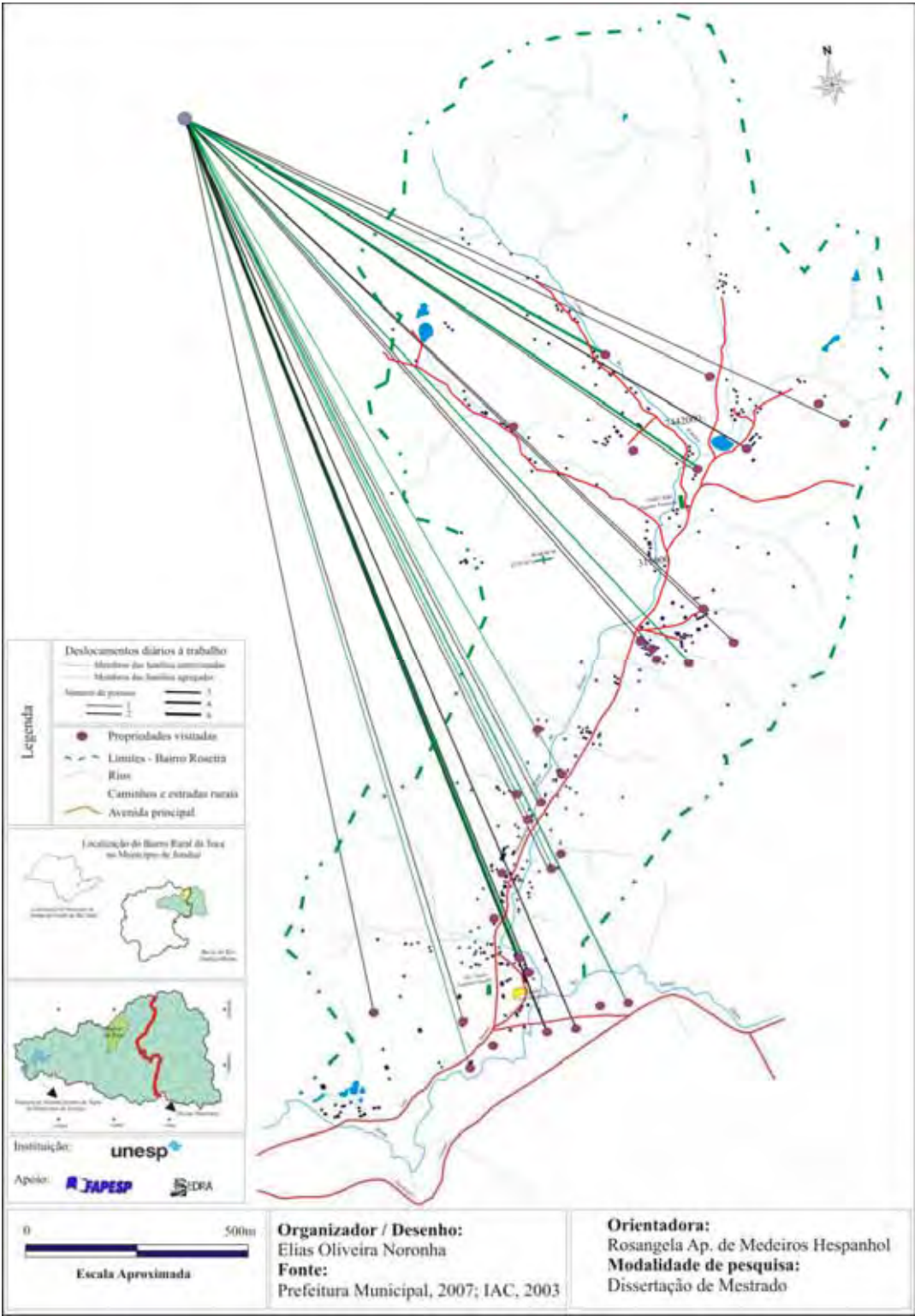


Figura 21: Deslocamento de pessoas em direção à cidade de Jundiaí – Bairro Rural da Roseira

Pelas **figuras 20 e 21** fica evidente que o deslocamento entre os membros das famílias agregadas é mais expressivo nos dois recortes territoriais, conquanto note-se que no Bairro Rural da Roseira o número de pessoas que se deslocam à trabalho no âmbito da família principal também seja significativa. De fato, a saída de pessoas a trabalho consiste num elemento didático para apreensão das mudanças ocorridas nas estruturas familiares.

Portanto, n os dois recortes territoriais, a saída de pessoas a trabalho também se realiza entre membros das famílias agregadas, confirmando a idéia de um território rural complexo, dotado de múltiplas funções. Logicamente, as mudanças ocorridas no tamanho das propriedades rurais é um ponto de partida, pois limita o desenvolvimento da prática agrícola e, por sua vez, o envolvimento de todos os membros no processo de trabalho.

Em relação ao trabalho da mulher pode-se perceber uma diversidade de situações. Os dados sobre o trabalho da mulher foram sistematizados na **tabela 31**.

Tabela 31: Trabalho da mulher

Tipo de trabalho	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de famílias	%	Número de famílias	%
Trabalho geral (lar e agricultura)	9	45,0	11	35,5
Apenas no lar	9	45,0	12	38,7
Desenvolve algum tipo de atividade externa	1	5,0	1	3,2
Administra outra atividade na propriedade	1	5,0	5	16,1
Mulher faleceu	-	-	2	6,5
Total	20	100,0	31	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Pela **tabela 31** constata-se que em 45,0% (9) das famílias estudadas no Bairro Rural da Toca e em 35,5% (11) no Bairro Rural da Roseira, as mulheres realizam trabalhos gerais, ou seja, tanto em relação aos afazeres domésticos quanto no que refere às atividades agropecuárias. Entre as atividades desenvolvidas pelas mulheres no processo de trabalho, destacam-se: colheita, lavagem e seleção das frutas (**Foto 55**), desbroto da uva e

plantio. De acordo com as informações de campo, o trabalho da mulher é tido muitas vezes como complemento e reforço, uma vez que é utilizado quando necessário, especialmente na época da colheita. No Bairro Rural da Roseira foi constatado que em duas famílias é a mulher que administra a produção agropecuária após a morte do cônjuge.

Segundo um produtor rural, dada à idade e tempo de trabalho nas atividades agropecuárias, as mulheres, atualmente, ficam responsáveis pelo trabalho dentro da casa, sendo utilizado seus serviços apenas como complemento na época de colheita. Dentre outras tarefas cabíveis às mulheres destacam-se: cuidados com a horta; criação de pequenos animais; e, cuidados com o jardim. No Bairro Rural da Toca, 45,0% (9) das famílias afirmaram que a mulher dedica-se somente aos trabalhos do lar. No Bairro Rural da Roseira, o percentual foi de 38,7% (12).

Ainda com base na **tabela 31** é possível destacar dois aspectos em relação ao trabalho da mulher: a) o desenvolvimento de atividades externas à propriedade rural; e, b) a administração e envolvimento em algum tipo de atividade não-agrícola no interior da propriedade rural. Em relação ao primeiro aspecto é pertinente destacar que nos dois recortes territoriais o desenvolvimento de atividades externas à propriedade foi inexpressivo. Tanto no Bairro Rural da Toca quanto no Bairro Rural da Roseira foi encontrada apenas uma família em que a mulher exerce atividade fora da unidade produtiva, o que representa 5,0% (1) e 3,2% (1), respectivamente. Nos dois casos correspondem às mulheres que trabalham como vendedoras de frutas em áreas públicas da cidade.

Quanto ao segundo aspecto mencionado, ou seja, o desenvolvimento de atividades não-agrícolas dentro da propriedade, é pertinente destacar a questão da ‘novidade’. No geral são atividades não vinculadas à agricultura e, portanto, são atividades não-agrícolas. No Bairro Rural da Toca, esse tipo de atividade comparece em 5,0% (1) do total de famílias estudadas. No Bairro Rural da Roseira, tal ‘novidade’ encontra-se mais evidente, representando 16,1% (5) do total de famílias visitadas durante a pesquisa de campo.

No Bairro Rural da Toca foi encontrada uma família em que a mulher encontra-se envolvida com a produção de chocolate caseiro (**Foto 56**). No Bairro Rural da Roseira pode-se constatar que as mulheres estão envolvidas em: fábrica de massas (**Foto 57**); salão de cabeleireiro (**Foto 58**); cozinha de restaurante situado na propriedade rural; e,

em duas famílias, as mulheres administram o fornecimento de lenha. Tais atividades compõem a renda mensal familiar e, em todos os casos, são administrados por mulheres.

Foto 55: Trabalho da mulher na seleção das frutas



Foto 57: Salão de Cabeleireiro



Foto 58: Produção de massas caseiras



A invisibilidade do trabalho da mulher no âmbito das atividades agrícolas decorre, sobretudo, das relações de gênero estabelecidas culturalmente. A divisão entre o trabalho da roça e o trabalho de casa torna tal distinção entre homem e mulher ainda mais perceptível (MOREIRA, 2006). Entende-se que o desenvolvimento das atividades não-agrícolas compreende ao mesmo tempo uma estratégia de reprodução social e econômica do grupo familiar e, sobretudo, de valorização do trabalho da mulher, muitas vezes compreendido apenas como complemento ao trabalho do homem.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 13 de abril de 2007.

Por que a questão da novidade? De acordo com as informações de campo, tais atividades não se desenvolviam no bairro até recentemente e, a partir das sucessivas crises com a uva, é que surgiu a idéia de diversificar a renda mensal da família. Segundo um dos produtores rurais, como o tamanho da terra limitava a introdução de outra

cultura agrícola, a idéia, no caso da casa de massas, era compor atividade que não ‘ocupasse espaço’ e que envolvesse as duas mulheres residentes na propriedade. Como a família sempre esteve envolvida com as festas na igreja e, sobretudo, com o preparo das massas comercializadas, a idéia de administrar uma casa de massas tornou-se possível.

Pelas informações de campo pode-se constatar que o trabalho da mulher no âmbito das atividades agropecuárias é compreendido como complementar e secundário ao trabalho do homem. Para uma produtora rural, a idade avançada limita que a mulher desempenhe as mesmas atividades que o cônjuge, uma vez que a força física é imprescindível na agricultura. Além disso, segundo a produtora, as mulheres já contribuíram de certa forma com a criação dos filhos, nos afazeres da casa e no cultivo das lavouras.

Tal opinião da produtora vai ao encontro do que Moreira (2006) enfatizou sobre a divisão entre trabalho da roça e trabalho da casa. Pressupõe-se que a invisibilidade do trabalho da mulher no âmbito das atividades agropecuárias, decorrentes das relações de gênero estabelecidas culturalmente, pode ser minimizada com o desenvolvimento de outras atividades que valorizem o seu trabalho, como são os casos constatados nos dois recortes territoriais.

Dada às modificações ocorridas nas estruturas familiares e, como também constatadas no âmbito das propriedades rurais visitadas, será dada uma atenção especial, na próxima parte, ao quadro produtivo, o que revela a expansão de atividades e rendas não-agrícolas. Essas podendo ser apreendidas, portanto, como novas estratégias de reprodução social e econômica, como forma de permanência do espaço rural. Tal análise se torna imprescindível para análise da pluriatividade no âmbito das unidades produtivas pesquisadas.

4.2 Atividades e rendas

Como verificado, o processo de diversificação produtiva ocorreu a partir do arrefecimento das áreas plantadas com a cultura da uva e, sobretudo, a partir de declínio da videira desde os anos 1980, o que torna imprescindível caracterizar tal processo, mostrando que esses processos tem se mostrado cada vez mais evidente entre as famílias

rurais estudadas nos dois recortes territoriais pesquisados. Os dados foram sistematizados na **tabela 32**.

Tabela 32: Mudanças ocorridas no quadro produtivo após a crise da uva

Tipo de mudança	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de famílias	%	Número de famílias	%
Redução do número de pés cultivados	12	60,0	12	38,7
Diminuiu a produção	4	20,0	3	9,7
Aumento na produção	1	5,0	-	-
Redução do cultivo de uva de mesa	1	5,0	1	3,2
Não tem mais uva na propriedade	2	10,0	8	25,8
Não houve mudanças	-	-	2	6,4
Nunca teve uva	-	-	5	16,2
Total	20	100,0	31	100,0

Por meio dos dados apresentados na **tabela 32** é possível observar que a redução do número de pés cultivados foi a principal mudança ocorrida nas unidades produtivas familiares em relação à cultura da uva. Entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Toca, esse tipo de mudança compareceu em 60,0% (12) do total. No Bairro Rural da Roseira, em que mudanças processaram-se de maneira mais intensa, o número de famílias que apenas reduziu o número de pés da vinha representa 38,7% (12).

Esse processo fica mais evidente ao verificar que 25,8% (8) das famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira afirmaram não possuir mais áreas plantadas com a uva, o que de fato entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Toca é menos expressiva e representa 10,0% (2) do total de famílias. De acordo com os produtores rurais entrevistados, a perda da produção com o ‘declínio da videira’ nos anos 1980 e 1990 repercutiu de maneira incisiva na continuidade da lavoura. Aos produtores rurais, a opção foi investir em outras culturas, como é o caso da produção de outras frutas, a saber: ponkan, pêssego, caqui e laranja.

A redução da produção também foi constatada e representa 20,0% (4) das famílias visitadas no Bairro Rural da Toca e 9,7% (3) no Bairro Rural da Roseira. De acordo com um produtor, a produção de uva tem um ciclo natural de produção. Para outro

produtor, para impedir que a redução da produção natural da videira acarrete em prejuízos, o interessante é diversificar a produção com outras lavouras.

Ainda conforme a **tabela 32** verifica-se que o aumento da produção da uva somente foi encontrado em uma família no Bairro Rural da Toca. A diminuição da produção de uva de mesa, por sua vez, comparece nos dois recortes territoriais, correspondendo a 5,0% (1) e 3,2% (1) entre as famílias visitadas nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira, respectivamente. Nesses dois casos referem-se aos produtores rurais que passam a investir na produção de vinho artesanal, uma vez que a comercialização *in natura* tem sofrido baixa no preço.

No Bairro Rural da Roseira percebeu-se que 6,4% (2) das famílias disseram não ter havido nenhum tipo de mudança. Ainda no Bairro Rural da Roseira pode-se constatar a presença de unidades produtivas em que a uva nunca se apresentou como alternativa econômica. Tal fato representa 16,2% (5) do total de famílias visitadas no Bairro Rural da Roseira. Entre essas unidades produtivas estudadas nesse bairro pode-se verificar que consiste em famílias que desenvolvem outras atividades. Em três unidades produtivas, as famílias disseram sempre produzir hortaliças e, em duas delas, a terra era inicialmente arrendada e, posteriormente, foi decidido investir na criação de aves e em outras frutas, como é o caso do caqui.

A análise do quadro de mudanças em relação à cultura da uva tem se apresentado como um ponto de reflexão conciso visto que as modificações no seu quadro produtivo é que tem possibilitado a diversificação produtiva ou mesmo a combinação de múltiplas rendas agropecuárias e também não-agrícolas. De acordo com as informações de campo, tanto o processo de diversificação produtiva quanto o desenvolvimento de atividades e rendas não-agrícolas, ganharam expressividade a partir dos anos 1990 em decorrência da crise da uva de mesa.

Assim, do total de famílias estudadas que apresentou uma diminuição do número de pés da vinha no Bairro Rural da Toca: 66,7% (8) passaram a diversificar a produção agrícola; 16,7% (2) disseram combinar o cultivo da uva com o de hortaliças, chegando a intensificar o cultivo dessa segunda após a redução do número de pés cultivados; 8,3% (1) seguem produzindo apenas vinho artesanal; 8,3% (1) decidiram investir em outras atividades (aluguel de casas e venda de bezerros).

No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, entre as famílias que reduziram o número de pés cultivados com a cultura da uva, somente foi constatado a diversificação produtiva, sendo que em 66,7% (8) com outras frutas, dando destaque ao caqui. Em outros 33,3% (4), a diversificação ocorreu com a combinação de hortaliças e legumes. Em todas as propriedades ocorreu o mesmo processo. A área plantada com a cultura da uva passou a ser substituída pelo cultivo de outras frutas, legumes e hortaliças. Feita essa caracterização será dada uma atenção especial às principais atividades desenvolvidas pelas famílias rurais no período atual. Os dados são apresentados na **tabela 33**.

Tabela 33: Principal atividade desenvolvida como forma de gerar renda

Tipo de atividade	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de famílias	%	Número de famílias	%
Fruticultura	18	90,0	19	61,3
Horticultura	1	5,0	4	12,9
Silvicultura	1	5,0	4	12,9
Produção temporária	-	-	1	3,2
Avicultura	-	-	2	6,4
Produção de rosas	-	-	1	3,2
Total	20	100,0	31	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

A partir dos dados apresentados na **tabela 33** fica evidente que a fruticultura corresponde à principal atividade desenvolvida no interior das unidades produtivas, conquanto no Bairro Rural da Toca se apresente de maneira mais expressiva visto que comparece em 90,0% (18) do total de famílias estudadas. No Bairro Rural da Roseira, o percentual de famílias que desenvolve a fruticultura como principal atividade geradora de renda equivale a 61,3% (19).

De fato, ressalta-se que no Bairro Rural da Roseira, as famílias buscam outras fontes de renda, uma vez que fica evidente a importância adquirida por outras atividades, tais como: horticultura; silvicultura; produção de lavoura temporária; avicultura; e, produção de rosas. No Bairro Rural da Toca, além da fruticultura, foram encontradas duas outras atividades compondo a renda familiar: a horticultura e a silvicultura.

De início, é importante observar que as mudanças ocorridas no quadro produtivo nos anos 1990, sobretudo, com o declínio da videira, ocorreram de maneira mais

intensa entre as famílias situadas no Bairro Rural da Roseira, o que de fato, explica-se pela presença de outras atividades, posto que a uva foi sendo substituída por novas atividades agropecuárias e outras atividades de base agrícola, como é o caso da criação de aves, da produção de rosas e o cultivo do eucalipto.

No Bairro Rural da Toca, por sua vez, as mudanças também ocorreram em relação ao quadro produtivo da uva. Entretanto, como bem ressaltou um produtor rural, não chegou a eliminar definitivamente as áreas ocupadas com a videira, visto que alguns produtores passaram a diversificar a produção com outras frutas, como é o caso do pêssego, do morango, da ameixa, do caqui e da laranja.

Nos próximos tópicos serão descritas as características principais das atividades desenvolvidas pelos produtores rurais estudados.

- **Fruticultura:**

O desenvolvimento da fruticultura como principal atividade geradora de renda entre as famílias rurais nos dois recortes territoriais está intimamente associada ao processo de formação territorial, revelando, de um lado, a conformação de um regime de pequena propriedade rural de base familiar e, por outro, a sucessão da atividade, notadamente da uva, entre os respectivos herdeiros.

A sucessão hereditária e a fragmentação da propriedade não permitem a reprodução da atividade agropecuária, uma vez que os limites da propriedade e as sucessivas crises na produção da uva têm levado os herdeiros – filhos de produtores rurais – a desempenharem outras atividades externas, com destaque ao trabalho na indústria e na prestação de serviços.

De acordo com um produtor rural, o elemento paisagístico predominante sempre foi a uva e quando se falava em Roseira e Toca a primeira idéia que se tinha era a formação de grandes áreas ocupadas com parreiras (**Foto 59**). Segundo esse produtor, a fruticultura representa uma parcela do processo de formação cultural do Bairro Rural da Roseira e que, atualmente, vem ocorrendo uma substituição gradativa das áreas ocupadas por outras frutas, como o caqui.

Entretanto, embora tenha sofrido alterações no quadro produtivo nos dois recortes territoriais pesquisados, a fruticultura segue sendo a principal atividade realizada no âmbito das unidades produtivas familiares visitadas, comparecendo em 90,0% (18) do total de famílias estudadas no Bairro Rural da Toca e, em 61,3% (19) no Bairro Rural da Roseira. A **tabela 34** apresenta os dados sobre as frutas cultivadas como principal fonte de renda familiar.



Foto 59: Presença de parreiras no Bairro Rural da Toca

A cultura da vinha foi introduzida pelos colonos-imigrantes em fins do século XIX e foi mantida pelos herdeiros. O período de safra ocorre entre novembro e março. O desbroto, por sua vez, é feito entre agosto e outubro. Todas as etapas são feitas pelos membros da família.

Foto: Elías Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.

Tabela 34: Fruta cultivada que gera a principal renda

Tipo de fruta	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de famílias	%	Número de famílias	%
Uva	14	77,8	14	73,7
Pêssego	2	11,2	-	-
Ponkan	1	5,5	1	5,3
Caqui	1	5,5	4	21,0
Total	18	100,0	19	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elías Oliveira Noronha

Pela **tabela 34** fica evidente a importância que a uva mantém entre as unidades produtivas que possuem a fruticultura como principal renda familiar. Do total de unidades frutícolas, percebe-se que a uva comparece em 77,8% (14) no Bairro Rural da Toca e em 73,7% (14) no Bairro Rural da Roseira. Para um produtor, a uva, por mais problemas e crises que já tenha enfrentado, consiste num aspecto de identidade dos produtores com a terra, pois, no seu caso, desde quando nasceu se produz uva na propriedade.

Ainda no Bairro Rural da Toca, pode-se constatar famílias que produzem pêssego, ponkan e caqui, representando, respectivamente, 11,2% (2), 5,5% (1), e 5,5% (1)

do total de famílias estudadas. No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, não foi encontrada a presença da produção de pêssego. Nesse bairro, a produção de ponkan como principal renda comparece em 5,3% (1) e a do caqui em 21,0% (4) do total de famílias.

O que chama a atenção é a diferença entre os dois recortes territoriais. Ao considerar as mudanças ocorridas no quadro produtivo agropecuário a partir dos anos 1990 têm-se um processo distinto entre as famílias rurais estudadas, sendo possível destacar quatro principais aspectos que os distinguem:

- a)** no Bairro Rural da Roseira, com a substituição progressiva das áreas ocupadas com a uva, o caqui é a fruta que mais tem ocupado área, o que de fato não ocorre no Bairro Rural da Toca. Tal fato é que se pode falar no 'binômio uva-caqui' entre as famílias situadas no Bairro Rural da Roseira, visto que nove famílias combinam as duas frutas. Em seis delas a uva aparece como principal fonte de renda;
- b)** no Bairro Rural da Toca, a uva comparece em 90,0% (18) do total de famílias estudadas, o que de fato, é mais expressivo do que entre as famílias do Bairro Rural da Roseira em que a uva aparece em 58,1% (18) do total de famílias pesquisadas;
- c)** a diversificação produtiva agropecuária ocorreu de forma mais expressiva entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Toca, visto que outras frutas ocupam áreas expressivas, como é o caso do pêssego, do limão, da ameixa e da laranja;
- d)** no Bairro Rural da Roseira, por sua vez, a diversificação produtiva agropecuária, após a redução da área ocupada com a uva, ocorreu de maneira mais complexa, tendo em vista a introdução de outras atividades e rendas não necessariamente vinculadas à agricultura.

Em relação à comercialização da produção de frutas foi constatado que o principal destino refere-se ao entreposto da Ceagesp em São Paulo, cujo canal de negociação e compra cabe à atuação de intermediários. Tal situação foi percebida nos dois recortes territoriais. No Bairro Rural da Roseira, em que o intermediário é um produtor

rural especializado na produção de caqui, a negociação dos preços para comercialização é feita diretamente com os produtores rurais e atualmente é ele quem administra o principal entreposto de comercialização: o Comércio de Frutas Roseira.

De acordo com o produtor rural, a iniciativa empresarial teve início ainda nos anos 1990. Atualmente, segundo os dados fornecidos pelo produtor rural, existe um total de vinte produtores rurais cadastrados e o percentual que fica com o intermediário equivale a 10% do total da venda, sendo que o próprio intermediário arca com os custos de transporte e das embalagens com a marca Frutas Roseira.

No Bairro Rural da Toca, a venda direta aos intermediários comparece em 66,7% (12) do total de unidades produtivas frutícolas, sendo que em alguns casos o próprio produtor disse entregar a produção no Ceasa do Município de Jundiá. Em 33,3% (6) das famílias, a comercialização é feita diretamente com ‘comerciantes de barracas’, situado nas estradas de acesso ao bairro. Por sua vez, entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira, a venda direta a intermediários apresenta-se de maneira mais expressiva, visto que comparece em 73,7% (14) do total. Em 26,3% (5) das famílias foi constatado que a produção de frutas é vendida pela própria família, seja em barracas de frutas, seja em feiras livres na área urbana do município.

Numa propriedade foi verificada que a família, com uma preocupação econômica de agregar valor ao produto, decidiu investir na produção de frutas orgânicas, como é o caso do caqui (**Foto 60**). De acordo com a produtora rural entrevistada, essa é uma forma de evitar prejuízos, uma vez que o consumo de produtos orgânicos tem aumentado. O local de comercialização é a Feira da Água Branca na cidade de São Paulo, cujos produtores participantes têm que possuir um certificado emitido pela própria administração.



Foto 60: Produção de caqui orgânico

De acordo com a produtora rural entrevistada, a produção de frutas orgânicas apresenta duas faces: a) as exigências em relação aos cuidados e padrões de qualidade; e, b) crescente mercado consumidor. Para a produtora, os gastos iniciais são compensatórios. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 27 de abril de 2007.

Dado ao caráter de ‘novidade’, a produção de orgânicos e de agregação de valor têm sido encarados como estratégias familiares de reprodução social e econômica. Da mesma forma, foi constatado que duas outras famílias, por sua vez, situadas no Bairro Rural da Toca, comercializam sua produção em bancas situadas nos terminais de transporte coletivo no Município de Jundiaí (**Foto 61**). Os dois produtores rurais disseram participar do Programa Circuito das Frutas. Segundo um dos produtores rurais entrevistados, essa é uma alternativa positiva, pois além de gerar renda, o torna um pequeno comerciante, uma vez que compra outros produtos diretamente de produtores rurais ou no Ceasa de Jundiaí.



Foto 61: Barraca de frutas no Terminal de Ônibus - Jardim Colônia

A venda direta de frutas nos terminais de ônibus também é uma estratégia de obtenção de renda aos produtores rurais. Para o produtor rural essa é uma forma de adquirir renda e, ao mesmo tempo, mudar os hábitos alimentares das pessoas que cotidianamente circulam pelo terminal de ônibus.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 14 de abril de 2007.

As mudanças ocorridas no quadro produtivo da atividade frutícola, em especial com a cultura da uva, têm exigido que os produtores rurais adotem novas estratégias de comercialização da produção, como é o caso da venda direta em barracas ou mesmo com a agregação de valor e produção de frutas orgânicas com o objetivo de atender nichos específicos de mercado.

- **Horticultura:**

A horticultura como principal atividade geradora de renda comparece em apenas 5,0% (1) do total de famílias estudadas no Bairro Rural da Toca. Entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira, a horticultura representa 12,9% (4) do total de famílias, sendo que em três delas vem ocupando áreas em que havia uva até fins dos anos 1990.

No caso da família situada no Bairro Rural da Toca, a comercialização é feita diretamente com feirantes e envolve três pessoas da família no cultivo de folhagens e legumes. No Bairro Rural da Roseira: duas famílias comercializam a produção junto ao

Ceasa, localizado no Município de Campinas; uma diretamente com intermediários; e, outra, mais capitalizada, a produção de hortaliças é feita diretamente com redes de supermercados no Município de Jundiaí (**Foto 62**).



Foto 62: Produção de Hortaliças no Bairro Rural da Roseira

A produção de hortaliças tem se constituído numa importante alternativa de renda encontrada por produtores que reduziram o número de pés com a cultura da uva. A absorção da mão-de-obra da família e a proximidades com grandes centros consumidores favoreceram tais investimentos. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 23de abril de 2007.

Na propriedade familiar cuja produção é comercializada diretamente com redes de supermercados, o produtor rural afirmou ser o resultado de longos anos de negociação, uma vez que a entrega das hortaliças e legumes é feita diariamente, sendo necessário, portanto, maciços investimentos na propriedade, como é o caso da aquisição de tratores e de caminhões e a contratação de pessoas. Ainda segundo o produtor, em decorrência dos resultados positivos, a família passou a agregar valor aos produtos por meio da embalagem de legumes, o que de fato veio a intensificar as horas de trabalho e administração por parte do filho, responsável direto pela entrega e comercialização da produção diária.

- **Silvicultura:**

O cultivo e extração do eucalipto vem se constituindo numa atividade rentável entre as famílias rurais nos dois recortes territoriais, conquanto seja mais evidente entre as famílias visitadas no Bairro Rural da Roseira, uma vez que comparece em 12,9% (4) do total. No Bairro Rural da Toca, apenas uma família disse que cultiva e extrai eucalipto, compondo assim a principal renda familiar (**Foto 63**).



Foto 63: Cultivo do eucalipto no Bairro Rural da Roseira

O eucalipto tem ocupado áreas anteriormente destinadas às lavouras tradicionais. Segundo um produtor rural, o principal fator condutor dessa expansão é a crise da uva nos anos 1990. Atualmente, as áreas de matas se combinam com o eucalipto. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.

Com base nas informações adquiridas junto às famílias ficou evidente que em todas as unidades produtivas o eucalipto vem ocupando áreas anteriormente destinadas aos parreirais. Para um produtor, o eucalipto tem sido visto gradativamente como uma opção econômica dada às perdas contínuas com a uva e a falta de mão-de-obra familiar, uma vez que não necessita de cuidados diários como é o caso da produção de frutas.

Uma característica comum entre as famílias que cultivam o eucalipto é a venda. Foi constatado que o destino do eucalipto são indústrias no Município de Jundiá. Entretanto, em duas propriedades visitadas no Bairro Rural da Roseira, a negociação e comercialização do eucalipto são feitas pela própria família, o que de fato não ocorre com as outras, tendo em vista a atuação de compradores-intermediários. Nos dois casos constatados, a administração do ‘negócio familiar’ é feita pela mulher.

Segundo um produtor entrevistado, quando a negociação é feita diretamente com o intermediário, o produtor não arca com os custos de extração e de transporte. De acordo com o produtor rural, a renda proporcionada pela venda do eucalipto, num ciclo de cinco anos, permite que a família se mantenha no campo e, ao mesmo tempo, desenvolva outras atividades.

- **Lavoura temporária:**

No Bairro Rural da Roseira, a lavoura temporária como principal renda familiar foi constatada em apenas uma família, o que representa 3,2% (1) do total de famílias estudadas. De acordo com o produtor rural, a produção de milho como principal renda consiste numa estratégia momentânea, tendo em vista a perda total de seu parreiral e

sucessivas ‘frustrações’ com a produção de legumes. A família, ainda no ano de 2008, vai investir nas estufas prejudicadas com uma chuva de pedra no ano de 2006 e serão destinadas, exclusivamente, à produção de legumes.

- **Avicultura:**

A criação de aves somente foi constatada como principal renda familiar entre as famílias situadas no Bairro Rural da Roseira. Tal atividade comparece em 6,4% (2) do total de famílias entrevistadas. Nas duas propriedades rurais visitadas, a criação de aves (**Foto 64**) consiste numa atividade recente dado os prejuízos dos produtores com relação à cultura da uva e produção de hortaliças.



Foto 64: Granja no Bairro Rural da Roseira

A criação de aves comparece em 6,4% (2) do total de famílias entrevistadas no Bairro Rural da Roseira. Segundo o produtor rural, o contrato com uma cooperativa possibilita mensalmente a obtenção de uma renda, o que de fato não ocorria com a produção de frutas.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.

As duas famílias disseram ser integradas à Cooperativa Pena Branca, localizada no Município de Jaguariúna, São Paulo. O plantel varia entre quarenta e cinquenta mil aves, cujo preço também é feito por unidade em idade de abate. De acordo com o produtor, existe um contrato de responsabilidade e os padrões higiênicos são controlados pela cooperativa.

Enquanto a cooperativa fornece ração e assistência específica por meio de visitas mensais com o objetivo de atender os padrões internacionais, o produtor e sua família fornece a mão-de-obra. A produção atual tem sido destinada ao mercado árabe e, de acordo com o produtor rural entrevistado, o sistema integrado consiste numa forma de adquirir o padrão de qualidade do produto e, ao mesmo tempo, uma renda familiar mensal, o que de fato não ocorria com a uva.

Quando perguntado sobre a crise do frango no ano de 2006, o produtor rural chegou a comentar que se tratou de um período negativo, pois reduziu o *plantel* da granja em 5% e a folha de pagamento direta da cooperativa apresentou uma diminuição de 12%. No mês da aplicação do questionário – Abril/2007 – o produtor disse apresentar uma situação normal e já consolidada. O mercado interno de consumo do frango voltou a crescer e isso apresentou repercussões diretas no *plantel*, afirmando pensar em aumentar o número de galpões.

- **Produção de rosas:**

O cultivo de rosas como principal fonte de renda familiar foi encontrada em apenas uma propriedade, consistindo, portanto, numa estratégia de renda por parte do grupo familiar. A área ocupada com a plantação de rosas é de apenas um hectare e, segundo o produtor rural, após a crise da uva nos anos 1990, a família tem adotado distintas estratégias de reprodução social e econômica (**Foto 65**).



Foto 65: Produção de rosas no Bairro Rural da Roseira

A produção de rosas, segundo o produtor rural, compreende um mercado altamente competitivo, mas que gera uma renda atrativa. Por constituir-se numa estratégia de reprodução, os mercados de venda ainda encontram-se em fase de negociação. A idéia, segundo o produtor rural entrevistado, é aumentar a área plantada até fins do ano de 2007.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.

No final dos anos 1990, a família decidiu vender parcelas de terras da propriedade, cujos lotes ainda encontram-se em vias de regularização fundiária. Logo, resolveram também investir no arrendamento da terra e, posteriormente, na produção de milho e de pêssego, cujos prejuízos da lavoura, em decorrência de geadas, foram incalculáveis.

Segundo o produtor rural, antes mesmo de investir na produção de rosas, uma alternativa encontrada foi a realização de trabalhos alternativos, como é o caso de auxiliar de pedreiro. No final de 2006 a família decidiu investir no plantio de rosas, cujo

mercado ainda encontra-se em vias de negociação. Entretanto, a comercialização já está sendo feita diretamente com floriculturas e mercados locais da cidade. De acordo com as informações obtidas junto ao produtor rural, as primeiras mudas foram adquiridas em Atibaia e ainda está sendo estudada sua ampliação, uma vez o mercado é altamente competitivo e a busca de um mercado sólido é ainda um desafio para ser administrado pela família.

Ao caracterizar as principais atividades provedoras de rendas das famílias rurais entrevistadas fica evidente que são estratégias de reprodução social e econômica, cujo objetivo é a manutenção do grupo familiar no campo. O peso da fruticultura e, sobretudo, da diversificação da produção de frutas, é um aspecto a ser considerado, tendo em vista as mudanças ocorridas no quadro produtivo nos anos 1990.

Entretanto, o que chama a atenção é a proliferação de atividades de base agrícola, mas que são tidas como novas, como é o caso da produção de rosas e o cultivo do eucalipto como forma de compor o orçamento familiar. Tais atividades, no contexto atual, correspondem na principal fonte de renda adquirida pela família, o que de fato não ocorria em tempos passados. De acordo com um produtor, a tendência é que os produtores busquem novas formas de aquisição de renda.

Além disso, ficou perceptível que muitas das famílias rurais estudadas buscam diversificar a produção agropecuária ou mesmo combiná-las com outras atividades, como é o caso do eucalipto. Do total de famílias estudadas no Bairro Rural da Toca, a diversificação produtiva comparece em 65,0% (13). No Bairro Rural da Roseira, o percentual de famílias que diversificam a produção agropecuária ou mesmo combinam com a cultura do eucalipto é menos expressivo e representa 58,1% (18).

O que de fato fica evidente *a priori* é que a atividade agropecuária é mais presente entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Toca, visto que a diversificação ou mesmo a combinação entre culturas agropecuárias apresenta-se mais evidente. Entende-se que as famílias do Bairro Rural da Toca têm buscado diversificar a produção agropecuária, o que não ocorre com as famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira, em que os grupos familiares estudados diversificam a renda familiar não somente com atividades agropecuárias, mas, sobretudo, com outras atividades, especialmente, não-agrícolas.

Dessa maneira, com o intuito de analisar tal constatação, foi organizada a **tabela 35**, cujos dados apresentados revelam os tipos de diversificação realizados pelas famílias rurais estudadas nos dois recortes territoriais.

Tabela 35: Diversificação produtiva nas propriedades pesquisadas

Tipo de atividades desenvolvidas	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de famílias	%	Número de famílias	%
Frutas	5	38,5	8	44,5
Fruticultura / Horticultura	6	46,1	4	22,3
Silvicultura / Horticultura	1	7,7	-	-
Silvicultura / Lavouras temporárias	-	-	1	5,5
Horticultura / Pecuária	-	-	1	5,5
Silvicultura / Fruticultura	-	-	1	5,5
Frutas / Lavouras temporárias	-	-	3	16,7
Frutas / Pecuária	1	7,7	-	-
Total	13	100,0	18	100,0

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Por meio da **tabela 35** observa-se no Bairro Rural da Toca as famílias que diversificam a produção: 38,5% (5) combinam a produção de frutas com outras frutas; 46,1% (6) com frutas e hortaliças; 7,7% (1) hortaliças com o cultivo e extração de eucalipto; e, 7,7% (1) a produção de frutas com a pecuária de corte. Tais dados revelam que a diversificação das rendas ocorre, de forma significativa, entre atividades agropecuárias, com destaque ao binômio frutas/hortaliças e frutas/frutas.

Pela **tabela 35** é possível verificar também que entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira, a diversificação produtiva encontra-se mais

equilibrada, conquanto a combinação entre cultivos de frutas seja a mais expressiva, o que representa 44,5% (8) do total de famílias. A combinação de frutas com hortaliças comparece em 22,3% (4). Entre outras combinações destacam-se: 5,5% (1) com o cultivo e extração do eucalipto e produção de lavoura temporária; 5,5% (1) com hortaliças e pecuária; 5,5% (1) extração de eucalipto e frutas; 16,7% (3) de frutas com lavouras temporárias.

Certamente, as mudanças ocorridas no quadro produtivo nos dois recortes territoriais correspondem no ponto de partida para compreensão do referido contexto de diversificação produtiva, uma vez que tais famílias sempre foram especializadas no cultivo de frutas. As culturas agrícolas desempenham um papel crucial no âmbito das rendas adquiridas pelas famílias, conquanto tenham apresentado modificações, como é o caso da perda das áreas ocupadas com a cultura da uva.

Atualmente, ao percorrer as estradas de acesso aos dois bairros rurais, têm-se a impressão de existir somente dois elementos paisagísticos: a) o predomínio dos parreirais; e, b) a expansão da cultura do eucalipto em consonância com a presença da mata ciliar, especialmente nas encostas das propriedades. Tais aspectos se ‘jogam aos olhos’, o que de fato representa uma visão aparente.

Ao adentrar pelas propriedades rurais familiares é que tal sensação torna-se ainda mais complexa, visto que a diversificação produtiva muitas vezes fica imperceptível aos olhos de quem percorre as principais vias de acesso aos bairros rurais. No interior das unidades produtivas, sobretudo em pequenas áreas, há a proliferação de distintas combinações de atividades agropecuárias (**Foto 66; Foto 67; Foto 68**).



Foto 66: Diversificação produtiva agrícola no Bairro Rural da Toca

Um exemplo de diversificação produtiva é a propriedade do Sr. Osvaldo de Almeida no Bairro Rural da Toca. Atualmente, coexiste produção de: uva, pêssego, morango e legumes. O morango, segundo o produtor, tem se mostrado cada vez mais difícil em decorrência dos custos de produção. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.



Foto 67: Diversificação de frutas no Bairro Rural da Toca

No Bairro Rural da Toca, a propriedade da Família Marquesin é um exemplo didático da diversificação produtiva com frutas, uma vez que há produção de: uva, pêssego, limão, ameixa e ponkan. A propriedade participa atualmente do Consórcio Intermunicipal Circuito das Frutas. No ano de 2006 foram feitas 15 visitas e em 2006 um total de 10. Para o produtor, essa é uma tendência atual positiva, pois gera renda, conquanto ainda seja inexpressivo. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.



Foto 68: Diversificação de frutas no Bairro Rural da Roseira

No Bairro Rural da Roseira, a propriedade da Família Guilhen é um bom exemplo de diversificação da produção frutícola. A venda do caqui e da ponkan é feita diretamente no Ceasa de Jundiaí e quando a produção é destinada ao Ceagesp o produtor recorre ao trabalho de um produtor intermediário. “A colheita do caqui e da ponkan coincidem e nessa época o trabalho é dobrado”, disse o produtor rural. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.

Dando continuidade ao trabalho de identificação das distintas estratégias de reprodução social e econômica, é proposta, na próxima seção, uma apresentação do conjunto de rendas e atividades não-agrícolas que atualmente compõem o quadro econômico das famílias. Essa constatação ratifica a idéia de que atualmente as famílias vivem de uma multiplicidade de atividades e rendas que, em muitos casos, extrapolam a agricultura. Além disso, é pertinente ressaltar que toda atividade gera renda, mas que nem toda renda consiste numa atividade. A título de exemplo tem-se o aluguel de casas, assim como, o recurso da aposentadoria via previdência social rural, ou seja, são rendas, conquanto, não resultam do exercício de atividades. O trabalho fora da propriedade, por sua vez, ao mesmo tempo em que gera uma renda, representa uma atividade realizada fora da propriedade familiar.

Na próxima parte será feita uma apresentação das distintas rendas e atividades não-agrícolas que compõem o orçamento familiar. Tal análise dará subsídios para identificação do fenômeno da pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar

pesquisada nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca. Para tanto, a análise será iniciada com a identificação das distintas rendas não-agrícolas.

4.2.1 Rendas não-agrícolas

Foram identificados dois tipos de rendas não-agrícolas: a) o aluguel de casas; b) o uso do recurso da aposentadoria rural via previdência social rural e pensões pela morte do cônjuge.

- **Aluguel de casas:**

O aluguel de casas está intimamente associado à presença de casas de antigas famílias de meeiros. No Bairro Rural da Roseira foi constatado que 25,8% (8) das famílias adquirem ou usufruem desse tipo de renda não-agrícola. Tal importância adquirida fica evidente ao constatar que duas famílias afirmaram que vão investir na construção de outras casas com objetivos de alugá-las (**Foto 69**). No Bairro Rural da Toca, esse tipo de renda não-agrícola comparece em 25,0% (5) do total de famílias estudadas.



Foto 69:

Crescimento das residências destinadas ao aluguel

O aluguel de casas tem se apresentado como uma alternativa econômica adotada pelos produtores rurais nos dois recortes territoriais pesquisados. Na foto é possível observar uma casa pré-construída e que será destinada para aluguel. Segundo a produtora, uma alternativa econômica rentável. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 22 de abril de 2007.

- **Aposentadoria rural:**

Os produtores rurais entrevistados que recebem recursos previdenciários comparecem em 60,0% (12) do total de famílias visitadas no Bairro Rural da Toca, sendo que em 50,0% (6) existe também mais de uma pessoa recebendo tal recurso. No Bairro

Rural da Roseira, por sua vez, os produtores que recebem recursos previdenciários representam 64,5% (20) do total de produtores rurais entrevistados. As famílias em que existe mais de uma pessoa recebendo tal recurso equivalem a 29,0% (9) do total.

De fato, os recursos previdenciários têm se constituído conforme destacam Beltrão; Oliveira; Pinheiro (2000) numa importante política social que, de um lado, eleva a renda no campo e, de outro, colabora na erradicação da pobreza rural, revelando que famílias inteiras passam a viver desse recurso. Entretanto, como ficou evidente na pesquisa de campo, os recursos previdenciários correspondem em rendas complementares entre as famílias visitadas, uma vez que não houve casos em que a cobertura previdenciária se apresentasse como principal renda.

4.2.2 Atividades não-agrícolas

A expansão das atividades não-agrícolas tem sido alvo de incessantes discussões sobre a conformação de um ‘novo significado de rural’, sobretudo, em relação aos trabalhos de Graziano da Silva (1999). Para o referido autor, as tidas ‘novas atividades rurais’ decorrem, principalmente, da **crise agrícola**. Ainda segundo este autor, as novas atividades possuem duas principais características: **a)** são altamente intensivas; e, **b)** desenvolvem-se em pequena escala. Para o autor, tais atividades decorrem dos processos de urbanização do campo⁵⁰.

Graziano da Silva (1999), em ‘**O Novo Rural Brasileiro**’, chama a atenção ao que muito foi esquecido pelos estudiosos rurais até os anos 1990: a existência de um espaço rural dinâmico em que há a expansão de atividades e rendas não-agrícolas como forma de manutenção (reprodução) das famílias rurais no campo. Para o autor, o

⁵⁰ No Brasil, a idéia de urbanização do campo está sendo muito difundida para explicar as transformações em curso no espaço rural, em especial, em relação ao desenvolvimento da **pluriatividade** e da **agricultura em tempo parcial** (LOCATEL, 2004; VEIGA, 2004; CAIADO; SANTOS, 2003). Além disso, os conteúdos e funções do rural intensificaram-se, surgindo, desse modo, noções explicativas, tais como: plurifuncionalidade e multifuncionalidade do espaço rural. Entretanto, evidencia-se uma contradição. Ao considerarem o desenvolvimento da pluriatividade, por exemplo, como marca do processo de urbanização do campo, esses autores generalizam a existência de tal fenômeno no Brasil, uma vez que não consideram a diversidade regional. Explicando: a pluriatividade e as atividades não-agrícolas na Região da Encosta da Serra, decorrente do processo de industrialização difusa no Rio Grande do Sul, são muito distintas das que ocorrem no interior de Minas Gerais e também nos arredores da Região Metropolitana de São Paulo, em que a compreensão do rural e de suas ruralidades perpassam pela análise da complexa rede urbana constituída em fins do século XIX.

desenvolvimento da pluriatividade, o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas e a proliferação das moradias de segunda residência são aspectos atuais que reforçam a idéia de um **novo espaço rural**, composto, portanto, de três principais grupos de atividades: a) o desenvolvimento de uma agricultura moderna; b) o desenvolvimento das atividades não-agrícolas; e, c) o conjunto de novas atividades agropecuárias.

Para Fusco (2005), a análise de Graziano da Silva (1999) representa apenas umas das facetas da realidade, o que não permite compreender as contradições, as especificidades e os conflitos existentes nos/dos territórios rurais. Para Fusco (2005), o ‘novo rural’, preconizado por Graziano da Silva (1999), é o resultado de um processo de modernização da agricultura de caráter excludente.

Dessa forma, há consensos sobre os limites da noção da pluriatividade nos termos preconizados por Graziano da Silva (1999). Isso porque, conforme bibliografia consultada, o desenvolvimento da pluriatividade e, portanto, da expansão das atividades não-agrícolas não são fenômenos desvinculados da história. Assim, a diversidade regional e as especificidades geográficas, sobretudo em relação à produção agrícola familiar, consistem em elementos cruciais de análise.

Portanto, ao considerar as características apresentadas pelo Município de Jundiaí, assim como das especificidades da produção agrícola familiar no âmbito dos bairros rurais pesquisados, salienta-se a expansão das atividades não-agrícolas associadas de maneira geral: a) às facilidades de acesso; b) a crise das atividades agropecuárias tradicionais; c) mudanças nas estruturas familiares; e, d) aos limites da propriedade rural.

Para Graziano da Silva (1999), o desenvolvimento das atividades não-agrícolas tende a limitar o uso corrente das atividades agropecuárias para análise da dinâmica do emprego e da população rural no Estado de São Paulo, sendo preciso a inclusão de novas variáveis. De fato, a identificação e, sobretudo, a caracterização das atividades não-agrícolas no âmbito da produção agrícola familiar, consiste numa dessas variáveis.

Entende-se, portanto, que o desenvolvimento dessas atividades repercutiu diretamente nas relações de trabalho no âmbito da família rural. Isso se deve porque, enquanto parte dos membros da família seguem envolvidos com as atividades agropecuárias, outros passam a se ocupar em atividades não-agrícolas dentro ou fora da unidade produtiva. Por meio das observações de campo constatou-se que os dois recortes

territoriais apresentam especificidades em relação ao desenvolvimento das atividades não-agrícolas.

Tal fato é que a diversificação produtiva entre as atividades agropecuárias é mais evidente entre as famílias situadas no Bairro Rural da Toca, o que de fato no Bairro Rural da Roseira é mais complexo, tendo em vista que há uma diversidade de combinações de rendas e atividades, notadamente, de pequenos negócios familiares e outras atividades de base agrícola, como é o caso da extração de eucalipto e da produção de rosas. A **tabela 36** apresenta os tipos de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais.

Tabela 36: Tipos de atividades não-agrícolas realizadas pelas famílias pesquisadas

Tipo de atividade não-agrícola	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de famílias	% (do total de famílias estudadas)	Número de famílias	% (do total de famílias estudadas)
Restaurante	-	-	1	3,2
Casa de Massas	-	-	1	3,2
Salão de cabeleireiro	-	-	1	3,2
Serviços de terraplenagem	-	-	1	3,2
Cocheira de cavalo	-	-	1	3,2
Produção caseira de chocolate	1	5,0	-	-
Empresa de Distribuição de frutas	-	-	2	6,4
Trabalho externo	6	30,0	15	48,4
Empresa de Fornecimento de lenha	-	-	2	6,4

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Com base na **tabela 36** é perceptível constatar que o desenvolvimento das atividades não-agrícolas é mais expressivo entre as famílias estudadas no Bairro Rural

da Roseira. De certa maneira, as mudanças ocorridas no âmbito da produção agrícola familiar no referido recorte territorial consiste num aspecto a ser considerado, visto que tanto a crise da uva quanto os processos de subdivisão da terra ocorreram de forma mais intensa entre as famílias situadas no Bairro Rural da Roseira.

Pela **tabela 36** também é possível verificar que no Bairro Rural da Toca existem somente dois tipos de atividades não agrícolas, a saber: a produção de chocolate caseiro e o trabalho externo. Enquanto o primeiro comparece em apenas uma família, o segundo, por sua vez, representa 30,0% (12) do total de famílias estudadas. No Bairro Rural da Roseira, tais atividades encontram-se diversas, sendo possível encontrar famílias que passaram a investir em: restaurante (**Foto 70**), produção caseira de massas, salão de cabeleireiro e cocheira de cavalo.

Outras atividades encontradas entre as famílias no Bairro Rural da Roseira foram os pequenos negócios familiares, tais como: serviços de terraplenagem (**Foto 71**); fornecimento de lenha; e, comércio de distribuição de frutas. Assim como no Bairro Rural da Toca, a principal atividade não-agrícola constatada foi o trabalho fora da propriedade rural, o que comparece em 48,4% (15) do total de famílias visitadas.

Foto 70: Restaurante no Bairro Rural da Roseira



Foto 71: Serviços de terraplenagem no Bairro Rural da Roseira



A expansão de atividades não-agrícolas no âmbito da produção agrícola familiar no Bairro Rural da Roseira é mais expressivo tendo em vista o conjunto de mudanças ocorridas desde os anos 1990. Como relevou um produtor rural entrevistado, tais atividades são emergentes e, portanto, novidades para um bairro que há pouco menos de trinta anos havia um 'mar de vinha'.

Foto: Elias Oliveira Noronha; **Data:** 10 de abril de 2007.

É interessante observar que a produção caseira de massas e de chocolates, o fornecimento de lenha e o salão de cabeleireiro são atividades administradas pelas mulheres. Por sua vez, outras atividades, como é o caso do restaurante e da distribuição de frutas, são administrada pelos chefes de família. Em relação ao trabalho fora da propriedade rural foi constatada a maior participação dos filhos dos produtores.

Pelas informações de campo é possível afirmar que todas as atividades não-agrícolas identificadas são opções familiares diante das crises com a produção agropecuária, ou seja, o seu desenvolvimento está intimamente associado aos fatores econômicos. Com exceção do restaurante, em que a renda adquirida é mais rentável que a renda obtida com as atividades agropecuárias, todas as atividades geram rendas complementares no orçamento familiar.

Tem-se, assim, um aspecto importante. Embora sejam atividades expressivas economicamente, não chegam a substituir as atividades agropecuárias. Entretanto, salienta-se que o seu desenvolvimento acarreta mudanças no âmbito das relações de trabalho dentro da unidade produtiva familiar. Nas atividades em que a ‘administração’ fica por conta da mulher, apenas foi constatado mudanças em relação ao processo de trabalho em uma delas. Se, por um lado, a produção caseira de massas e o salão de cabeleireiro vieram a ocupar o trabalho da mulher em decorrência da idade, por outro, a produção de chocolate caseiro fez com que o marido passasse a trabalhar mais, visto que o trabalho da mulher apenas é utilizado em épocas de colheita.

Noutras atividades, como é o caso da cocheira de cavalos e os serviços de terraplenagem, constatou-se que são atividades que gradativamente vem se tornando a principal fonte provedora de renda. Em relação à cocheira de cavalos, conforme descreveu o proprietário, há uma tendência em aumentar a oferta de animais dado o crescimento da procura pela atividade para fins de lazer e participação em romarias. No caso dos serviços de terraplenagem, o produtor rural disse ser proprietário dos maquinários e que as horas de trabalho com a atividade vêm proporcionando maior rentabilidade do que as atividades agropecuárias.

No que se refere às empresas de distribuição de frutas é possível destacar que se trata de negócios familiares, com tendências de crescimento. Nos dois casos identificados, é a família que participa de todo o processo e as atividades agropecuárias, especialmente o cultivo de frutas, seguem sendo a principal fonte de renda familiar.

Segundo um produtor, a vantagem é trabalhar com um tipo de atividade que já possui na sua propriedade.

De fato, foi constatado que a ‘acessibilidade’ compreende um fator preponderante ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas, especialmente, àquelas associadas ao atendimento de pessoas e consumo, como é o caso do restaurante e do salão de cabeleireiro. Tais propriedades em que são desenvolvidas essas atividades localizam-se na principal via de acesso ao Bairro Rural da Roseira. A crise da atividade agropecuária e os limites da propriedade rural são aspectos que se complementam às possibilidades de acesso aos referidos recortes territoriais, o que de fato os torna mais complexos ante a diversidade de situações da produção agrícola familiar no contexto atual.

Além da identificação das rendas e atividades não-agrícolas no âmbito das famílias estudadas, foi constatada a presença de outras atividades e rendas, mas que de fato não compunham com expressividade o quadro orçamentário das famílias em tempos passados, constituindo-se em indícios de diversificação produtiva e combinação de rendas. Essas atividades e rendas são: o processamento da uva e a produção de vinho artesanal; a agregação de valor em legumes e hortaliças; venda de bezerros; extração do eucalipto; produção de rosas; criação de avestruz; aluguel da propriedade para atividade de lazer; e, viveiro de mudas. Parafraseando Graziano da Silva (1999), são atividades altamente intensivas e que se desenvolvem em pequena escala, uma vez que são complementos de renda familiar. Na **tabela 37** são apresentadas os dados obtidos em entrevistas junto às famílias estudadas.

Tabela 37: Outras atividades e rendas

Tipo de atividade não-agrícola	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	Número de famílias	% (do total de famílias estudadas)	Número de famílias	% (do total de famílias estudadas)
Vinho artesanal	2	10,0	3	9,7
Agregação de valor	-	-	2	6,4
Viveiro de mudas	-	-	1	3,2
Venda de bezerros	-	-	1	3,2
Extração do Eucalipto	1	5,0	4	12,9
Produção de rosas	-	-	1	3,2
Criação de avestruz	-	-	1	3,2
Aluguel da propriedade para atividade de lazer	1	5,0	-	-

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Os dados apresentados na **tabela 37** revelam que o desenvolvimento e obtenção de outras atividades e rendas também são mais expressivos entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira. No Bairro Rural da Toca foram encontrados três tipos de outras atividades, a saber: o processamento artesanal da uva para a produção de vinho, que comparece em 10,0% (2) do total de famílias pesquisadas; o cultivo e a extração do eucalipto com 5,0% (1); e, o aluguel da propriedade para atividade de lazer também com 5,0% (1). Tal atividade corresponde um a pesque-pague (**Foto 72**).

Entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Roseira, verificou-se uma diversidade de situações de outras atividades e rendas não-agrícolas adquiridas. Nesse recorte territorial constatou-se que: 9,7% (3) do total de famílias produzem vinho artesanal; 6,4% (2) agregam valor ao produto, como é o caso das embalagens das frutas e legumes; 3,2% (1) possuem um viveiro de mudas; 3,2% (1) criam e comercializam bezerros; 12,9% (4) cultivam e extraem eucalipto; 3,2% (1) dedicam-se à produção de rosas; e, 3,2% (1) à criação de avestruz (**Foto 73**).

A produção de vinho artesanal (**Foto 74**) representa uma atividade de base agrícola com agregação de valor, uma vez que a uva é utilizada como produto básico e, portanto, uma atividade agrícola. Em todas as unidades produtivas em que a produção de vinho comparece como atividade geradora de renda, o processamento é feito de maneira

artesanal, seguindo princípios e técnicas tradicionais. Uma forma de comercializar o vinho artesanal produzido é a venda durante a realização das festas paroquiais⁵¹.

Foto 72: Aluguel da propriedade para atividade de lazer no Bairro Rural da Toca



Foto 73: Criação de avestruz no Bairro Rural da Roseira



A **foto 72** mostra o pesque-pague localizado em uma das propriedades familiares visitadas. De acordo com o produtor rural, o aluguel da atividade é uma forma de aquisição de renda, uma vez que as possibilidades de acesso e as condições físicas do local são aspectos atrativos. Na **foto 73**, por sua vez, a criação de avestruz, uma atividade emergente de base agrícola. Segundo produtor rural, o *plantel* de aves ainda é pequeno, pois o mesmo realiza testes de viabilidade do negócio. **Fotos:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 08 de abril de 2007.



Foto 74: Produção de vinho artesanal

O processamento da uva e a produção de vinho artesanal fazem parte da cultura das famílias tradicionais. No caso das Famílias Mingoti, Galvão e Fontebasso no Bairro Rural da Roseira e das Famílias Galvão e Maziero no Bairro Rural da Toca a produção de vinho possui *status* comercial, conquanto as técnicas de produção sejam ainda aquelas passadas de pai para filho. **Foto:** Elias Oliveira Noronha; **Data:** 08 de abril de 2007.

Para um produtor, a produção de vinho faz parte da cultura da própria família e está intimamente associada à lavoura da uva, cultivada desde as origens do Bairro Rural da Toca. Para outro produtor rural entrevistado, a venda do vinho artesanal representa quase metade da renda familiar e com tendências de aumento gradativo em

⁵¹ As festas paroquiais ocorrem desde a origem de formação dos bairros rurais e atualmente ganharam *status*. A Festa da Roseira é uma oportunidade para os produtores de vinho artesanal em comercializar o vinho e às famílias urbanas em saborear os pratos típicos da culinária italiana.

substituição à produção de uva *in natura*. Segundo o produtor, tal situação é amplamente favorável, uma vez que existem perspectivas da formação de uma associação dos produtores de vinho artesanal.

Como destacam Otani; Arraes; Verdi (2006, p. 10) os

[...] produtores de uva que produziam vinho até muito recentemente somente para o consumo da família estão empenhados em melhorar a qualidade do produto final para colocar no mercado em boas condições. Para isto se organizaram, formaram uma associação e contrataram especialistas para capacitá-los nesta empreitada. A intensificação da associação da produção agrícola, com outros setores, sobretudo com a indústria (vinicultura) e com o turismo rural tem proporcionado novas fontes de renda e gerado novas perspectivas de sustentabilidade aos produtores, o que pode justificar a permanência desses na atividade agrícola e no campo.

Para um produtor rural, a formação da Associação de Vinho Artesanal – AVA⁵² – tem apenas a somar ao sucesso já iniciado historicamente pelos produtores rurais. Segundo o produtor, o vinho já é de qualidade e a formação da associação vem acrescentar o aspecto econômico que faltava aos viticultores do bairro. Por sua vez, em abril de 2008, foi firmado o Projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável da Uva e do Vinho do Banco do Brasil, tornando os financiamentos bancários mais acessíveis.

No mesmo caso da produção de vinho, foi constatado que algumas famílias passam a agregar valor na produção de frutas e legumes por meio da embalagem direta do produto ainda na própria propriedade rural. Em duas famílias, foi observado que gradativamente está sendo acrescida a produção de frutas e legumes orgânicos. A agregação de valor ao produto comercializado também consiste numa estratégia econômica de obtenção de maior renda.

A produção de rosas, a extração do eucalipto e a criação de avestruz também são atividades de base agrícola. Entretanto, entende-se que se trata de atividades emergentes e que em tempos passados não faziam parte do quadro orçamentário das famílias. Outras rendas constatadas entre as famílias foram: a venda de bezerros e a comercialização de parcela da propriedade para atividades de lazer.

⁵² Atualmente a associação é composta por 21 produtores, sendo 13 proprietários de adegas.

4.2.3 A presença de unidades produtivas pluriativas

A diversidade de atividades e rendas que atualmente compõem o quadro orçamentário das famílias rurais estudadas ratifica a opção teórica pela noção de pluriatividade. Dessa forma, tendo em vista o conjunto de atividades e rendas não-agrícolas desenvolvidas pelas famílias rurais estudadas é possível agrupá-las segundo o grau de combinações e diversificação das atividades e rendas. Portando, com o objetivo de analisar o grau de pluriatividade no âmbito da produção familiar por meio das distintas atividades e rendas não-agrícolas, foram organizadas as **tabelas 38 e 39**. As tabelas apresentam os dados sistematizados nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira⁵³, respectivamente.

Tabela 38: Combinação de atividades e rendas – Bairro Rural da Toca

Situação	Considerando apenas a família entrevistada (responsável pela propriedade)	
	Número de propriedades familiares encontradas	%
Trabalho externo	1	5,0
Aposentadoria; trabalho externo	3	15,0
Aposentadoria	6	30,0
Aposentadoria; aluguel de casas	3	15,0
Aluguel de casas	1	5,0
Aposentadoria; outras atividades e rendas	2	10,0
Trabalho externo; atividade não-agrícola	1	5,0
Trabalho externo; aluguel de casas; outras atividades e rendas	1	5,0
Não combina	2	10,0
Total	20	100

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

⁵³ A análise da pluriatividade leva em consideração a família entrevistada, ou seja, aquela envolvida com a atividade agropecuária.

Tabela 39: Combinação de atividades e rendas – Bairro Rural da Roseira

Situação	Considerando apenas a família entrevistada (responsável pela propriedade)	
	Número de propriedades familiares encontradas	%
Aposentadoria; aluguel de casas; trabalho externo	1	3,2
Trabalho externo	2	6,5
Aposentadoria; trabalho externo; atividade não-agrícola	2	6,5
Aposentadoria; trabalho externo	5	16,1
Aluguel; trabalho externo; atividade não-agrícola	1	3,2
Trabalho externo; aluguel de casas	1	3,2
Trabalho externo; atividade não-agrícola	1	3,2
Atividade não-agrícola	1	3,2
Aluguel de casas; atividade não-agrícola	1	3,2
Aposentadoria; aluguel de casas	3	9,7
Aposentadoria; trabalho externo; aluguel de casas	1	3,2
Aposentadoria; trabalho externo; outras atividades e rendas não-agrícolas	5	16,1
Trabalho externo; outras atividades e rendas não-agrícolas	2	6,5
Aposentadoria; trabalho externo; Atividade não-agrícola; aluguel de casas	2	6,5
Aposentadoria; outras atividades e rendas não-agrícolas	2	6,5
Aposentadoria; Atividade não-agrícola;	1	3,2
Total	31	100

Fonte: Trabalho de Campo (Abril/Maio – 2007); **Organizador:** Elias Oliveira Noronha

Pelos dados apresentados nas **tabelas 38 e 39** é interessante chamar atenção à diversidade de situações de pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira. Por certo, as múltiplas combinações de atividades e rendas não-agrícolas mostram que 90,0% (18) do total de famílias estudadas no Bairro Rural da Toca são grupos familiares pluriativos. Outros 10,0% (2) das famílias não combinam rendas e atividades e, portanto, são famílias monoativas.

O que define uma família monoativa de um grupo familiar pluriativo é a combinação de rendas e atividades dentro e/ou fora da unidade produtiva, sendo uma delas a agricultura. No Bairro Rural da Roseira, por sua vez, todas as unidades produtivas familiares estudadas combinam atividades e rendas agrícolas com atividades e rendas não-

agrícolas, revelando que a pluriatividade ocorre na totalidade das famílias visitadas e, portanto, sua presença é ainda mais complexa e diversa.

Por um lado, verifica-se que as mudanças ocorridas no Bairro Rural da Roseira confirmam a presença de tal fenômeno, uma vez que as famílias passam a diversificar e combinar distintas rendas e atividades não-agrícolas, o que de fato demonstrou-se menos expressivo entre as famílias estudadas no Bairro Rural da Toca. Assim, entende-se que as causas da pluriatividade são também históricas e não apenas estruturais. Por outro lado, salienta-se a diversidade de situações de pluriatividade entre as famílias estudadas, o que requer uma análise conjunta dos principais fatores envolvidos.

Pelos dados apresentados na **tabela 38** ficou evidente que as famílias pluriativas no Bairro Rural da Toca obtêm rendas não-agrícolas específicas, como é o caso do aluguel de casas e recursos previdenciários via aposentadoria rural, ou seja, são as distintas rendas não-agrícolas que tornam as unidades produtivas em unidades familiares pluriativas. Contudo, a presença de outras atividades e rendas não é tão expressiva e, de fato, ainda há o predomínio das rendas provindas da atividade agropecuária.

No Bairro Rural da Roseira, ao contrário do contexto apresentado no Bairro Rural da Toca, as atividades não-agrícolas são mais expressivas. O que chama atenção entre as famílias situadas no Bairro Rural da Roseira é a diversidade de situações de pluriatividade. Assim, enquanto no Bairro Rural da Toca há um destaque especial ao trabalho externo, presencia-se, entre as famílias no Bairro Rural da Roseira, uma diversidade de situações, especialmente, de pequenos negócios familiares, como revelados na **tabela 39**.

A diferença entre os dois recortes territoriais pesquisados vai ao encontro das especificidades da produção agrícola familiar e, sobretudo, das mudanças ocorridas historicamente, dando destaque aos processos de divisão das terras e crise da agricultura tradicional pós 1960. Percebe-se que as famílias rurais monoativas possuem um quadro orçamentário reduzido, contudo, corresponde às famílias que se especializaram no cultivo de alguns produtos, como é o caso do cultivo de uva de mesa. Outro aspecto referente às famílias monoativas é o tamanho da propriedade e, por certo, da família.

O tamanho da propriedade está diretamente associado ao processo de herança da terra e corresponde às famílias que ainda mantém alguma produção agrícola. O tamanho da família, por sua vez, está associado às transformações ocorridas no mercado de

trabalho e, conseqüentemente, na redução do pessoal ocupado na agricultura. De fato, a família não é tão grande quanto em tempos passados e não há terra suficiente para todos os seus membros e, com a divisão das terras, a área de produção tem sofrido mudanças gradativas.

Por esta análise, fica evidente que cada território investigado possui características próprias, as quais se mostram complexas mesmo no interior do próprio bairro rural, conforme revelado nas **tabelas 38 e 39**. Por certo, a expansão da pluriatividade explica-se, em ambos os recortes territoriais, pela soma de elementos tidos como internos e externos. Assim, por não estarem isoladas de processos e dinâmicas externas, a produção agrícola familiar investigada encontra-se ininterruptamente em processo de mudanças, conquanto também seja perceptível um quadro de permanências.

A importância das atividades e rendas não-agrícolas para manutenção e reprodução das famílias rurais no campo é inquestionável e, segundo análise histórica, é uma tendência constatada entre as famílias estudadas, uma vez que em tempos passados apenas existiam as atividades ligadas diretamente à agricultura. Um exemplo disso é a agregação de valor e transformação do produto primário, como é o caso da produção de vinho artesanal que tem se tornado um pequeno negócio familiar rentável. A diversidade de rendas não-agrícolas tem se mostrado um elemento novo no estudo da pluriatividade. De fato, entende-se que a proximidade com a cidade e as facilidades de locomoção sejam aspectos importantes, contudo não suficientes para explicar as mudanças na produção familiar neste início de século, especialmente, a situada nos contextos de uma urbanização difusa.

Considerações Finais

Objetivou-se, com a organização dessa dissertação, apresentar uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no âmbito da produção agrícola familiar num contexto espacial em que a dinâmica urbana tem se materializado de maneira intensa, por sua vez, resultando em dinâmicas territoriais específicas, complexas e interdependentes. O ponto de partida consistiu na apreensão das especificidades territoriais do Município de Jundiaí e, por conseguinte, dos bairros rurais pesquisados: Bairro Rural da Roseira e Bairro Rural da Toca.

O caminho teórico-metodológico circunscreveu-se numa análise territorial dos processos e dinâmicas atuais, como é o caso da urbanização difusa e sua dimensão espacial. Tal opção teórica ratifica o corpo teórico desenvolvido sobre as relações tempo/espaço, demonstrando que tanto o campo quanto a cidade são realidades que se complementam e se articulam por meio de suas diferenças. Sendo assim, percebeu-se que a produção do espaço acumula tempos e também manifestações que, de forma dialética, são reproduzidas num contexto regional predominante urbano, porém não exclusivo.

Assim, para mais bem apresentar essas considerações finais foram eleitos três pontos principais, a saber:

- a) o contexto espacial no qual o Município de Jundiaí encontra-se situado, o que permitiu versar sobre os conceitos de urbanização difusa e de espaço periurbano como expressões geográficas atuais, sobretudo, em relação às mudanças ocorridas nos espaços rurais;
- b) a importância dos conceitos de bairro rural e ruralidade nos estudos geográficos contemporâneos, uma vez que a realidade espacial estudada vem sofrendo mudanças e adaptações recentes, mostrando-se oportuno fazer considerações sobre o uso atual dessas duas noções explicativas da dinâmica do espaço rural; e,
- c) a pluriatividade e a diversificação produtiva agrícola como estratégia de reprodução da família rural e, sobretudo, de acréscimos financeiros à renda e, portanto, de manutenção do grupo familiar no campo, porém não necessariamente vinculados à prática agrícola.

Em relação ao primeiro aspecto é interessante chamar a atenção ao contexto geográfico estudado. De fato, o ponto de partida do estudo apresentado foi a realidade territorial em que está situada o referido município. De certa maneira, buscou-se identificar as especificidades do campo e da cidade, mostrando como os conteúdos do espaço rural mudaram e também vem se adaptando a uma nova realidade material, mais complexa e também heterogênea, seja pela diversidade de situações encontradas, seja pelos sujeitos que participam do processo.

Esse ponto de partida foi importante, pois propiciou uma leitura do que seja o espaço rural no Município de Jundiá e, sobretudo, revelou que esse ‘rural’ não se encontra isolado de dinâmicas atuais, uma vez que foram identificadas suas relações com a cidade, dando ênfase principalmente: a) na ida e volta ao trabalho de membros das famílias rurais estudadas; b) na circulação livre de pessoas; c) no aumento de pessoas da cidade que optam em morar na zona rural; e, d) nas relações estabelecidas com a proliferação de condomínios fechados e loteamentos irregulares, mudando, por sua vez, os conteúdos do espaço rural.

Por certo, a constituição de espaços periurbanos complexos reitera esta constatação. De um lado, há a permanência de territórios rurais tradicionais constituídos historicamente a partir do trabalho do colono-imigrante e, certamente, pela presença significativa da produção agrícola familiar em regime de pequena propriedade. De outro lado, essas áreas rurais passam a combinar conteúdos e expressões entendidas como urbanas, como é o caso dos loteamentos irregulares identificados nos dois recortes territoriais estudados.

Portanto, entende-se que o processo de produção do espaço no referido município seja dotado de uma complexidade espacial, o que de fato resulta na constituição de inúmeros territórios urbanos que, atualmente, tem extrapolado os limites geográficos da cidade impostos pelas secretarias municipais com fins de planejamento e equidade territorial. Tal movimento da sociedade capitalista, que é o mesmo da urbanização contemporânea, tem posto em evidência a existência de um ‘campo’ que transcende o agrário e o agrícola.

A propriedade privada da terra, as redes de circulação e de acesso às áreas rurais, os distintos usos do solo, em conjunto, traduzem um ‘novo significado de rural’ para além de um modo de vida e de um espaço em que a agricultura seja uma

atividade predominante e exclusiva. As relações com a cidade se intensificaram, o que não os tornou realidades espaciais similares e tampouco existe tal pretensão. O ‘mundo rural’ ainda existe e longe de visões catastróficas, ressalta-se que seus conteúdos, enquanto expressões de um modo de vida específicas do campo vêm ganhando outros atributos, como é o caso dos espaços periurbanos que se mesclam pela paisagem tipicamente ainda rural.

Por certo, apreender as especificidades do espaço rural no contexto da urbanização difusa e, sobretudo, considerar que tal recorte está amplamente associado aos processos recentes de descontração das regiões metropolitanas de São Paulo e de Campinas é um desafio. Nas palavras da Profa. Maria Encarnação Beltrão Sposito, o diálogo rural/urbano não é um desafio da Geografia Agrária e tampouco da Geografia Urbana. Para a referida professora, o objetivo da Geografia neste início de século é responder tal anseio e mostrar que tanto o campo quanto a cidade não são realidades isoladas, tendo em vista a noção de movimento.

De fato, não foi intento responder qual a associação entre espaço rural e os processos de urbanização difusa. Essa reflexão tornou-se um elemento chave de investigação por apresentar que a realidade espacial também sofre adaptações e, sobretudo, encontra-se em movimento contínuo e interdepende de processos e dinâmicas externas. A escolha do Município de Jundiaí tornou oportuna a associação entre urbanização difusa e espaço rural. Contudo, reitera-se que os elementos constitutivos dessa associação carecem de aprofundamento teórico-metodológico, mostrando-se um desafio ainda a ser estudado, o que de fato explicaria as tendências e características desse processo em escala regional.

O segundo aspecto eleito para essa discussão final encontra-se muito próximo ao primeiro e denota uma preocupação da leitura do rural enquanto espaço da vida, de transformação e de adaptação. Foi constatado que tanto na escala do Município de Jundiaí quanto na escala dos bairros rurais estudados, as mudanças coexistem com as permanências e o espaço rural vem sofrendo transformações que se aceleram no período atual em decorrência da atuação de sujeitos externos, como é o caso da pressão imobiliária, mas também internos, por exemplo, com a venda indiscriminada de lotes rurais pelos produtores rurais.

O que qualifica o rural enquanto espaço da vida é o conjunto de expressões e de manifestações compreendidas a partir do grau de ruralidade, ou seja, as

relações sociais estabelecidas no cotidiano e sua associação direta com o território vivido: *um espaço rural transformado*. Salienta-se que as permanências e mudanças ocorridas nos dois recortes territoriais correspondem em indícios de que as famílias rurais também estabelecem novas relações com o espaço vivido, por sua vez, com o espaço urbano mais próximo. Nessa perspectiva, reitera-se a atualização do conceito de bairro rural aos estudos geográficos contemporâneos, uma vez que as áreas rurais situadas nas proximidades de centros urbanos resguardam aspectos tipicamente tradicionais que se mesclam com a aceleração da cidade.

Porém, como de fato foi percebida, a dinâmica atual dos bairros rurais estudados, em consonância com os processos da urbanização difusa, revela um conceito mais complexo. As permanências ajudam a compreender como o bairro rural vem se adaptando sem ao menos diluir seus conteúdos principais, por exemplo: as relações diretas com a terra, as relações estabelecidas com a natureza e as relações de vizinhança. Portanto, entende-se que ao considerar o recorte espacial estudado, o bairro rural pode ser compreendido como um *lugar* e também como um *território*.

Enquanto *lugar*, o bairro rural pode ser estudado a partir das identidades e relações estabelecidas com os espaços rural e urbano. Nesse momento, intenta-se revelar que o fato novo são as relações com o espaço urbano, o que fato não o torna distinto, apenas tem seu conteúdo alterado. Essa é a principal adaptação dos bairros rurais inseridos no contexto espacial estudado. Os estudos geográficos atuais devem considerar essa interdependência, do contrário, reproduzem a idéia de isolamento e de distância geográfica como principal característica dos bairros rurais paulistas.

Por sua vez, enquanto território, os bairros rurais são compreendidos a partir de uma complexidade territorial dotada de resistências e, sobretudo, de diferenciação social. As relações com a cidade nem sempre são harmoniosas, gerando conflitos, por exemplo, em relação ao uso e ocupação do solo. A identidade territorial criada resulta numa resistência da ruralidade que, por sua vez, vem se adaptando às lógicas diversas, com destaque ao processo de decadência da atividade agrícola.

Assim, entende-se que é o grau de ruralidade que qualifica os espaços rurais inseridos no contexto geográfico estudado, como é o caso dos Bairros Rurais da Roseira e da Toca no Município de Jundiá. Além disso, reitera-se que as mudanças também ocorreram na escala micro, ou seja, no âmbito da produção agrícola familiar. Essa

constatação ratifica a construção da hipótese de trabalho apresentada, a qual levou em conta que as famílias rurais atualmente buscam, com o objetivo de permanecerem no campo, diversificar e combinar as atividades agropecuárias com outras rendas e atividades não necessariamente de base agrícola.

A pesquisa empírica realizada junto às famílias rurais corrobora tal premissa, conquanto o desenvolvimento de atividades não-agrícolas seja um elemento recente e ainda complementar no quadro orçamentário. Esse é o terceiro aspecto a ser considerado e revela a importância do conceito de pluriatividade nos estudos rurais contemporâneos. A presença de famílias pluriativas nos dois recortes territoriais pesquisados coloca em questão não somente os fatores motivadores ao desenvolvimento das atividades não agrícolas e de outras atividades de base agrícola, mas que atualmente tem ganhado mais expressividade no quadro orçamentário das famílias estudadas.

A pressão imobiliária, assim como a proximidade com a cidade, corresponde um outro parâmetro de investigação da pluriatividade. A partir das contribuições de Schneider (2001), pode-se afirmar que o fenômeno da pluriatividade pode ser compreendido nos dois recortes territoriais de estudo a partir da emergência de um conjunto de atividades, o que revela seu caráter econômico e social com vistas à reprodução social e econômica das famílias no campo. Um ponto de partida é a decadência da agricultura tradicional. Entretanto, salienta-se que esse aspecto, analisado de maneira isolada, não permite caracterizar a complexidade da pluriatividade no âmbito da produção agrícola familiar.

É interessante destacar também que tanto a diversidade quanto a diferenciação social apresentam-se de forma distintas nos Bairro Rurais da Roseira e da Toca. O Bairro Rural da Roseira caracteriza-se pela aceleração dos processos e dinâmicas atuais, como é o caso do surgimento de novas formas de *habitat* rural e o desenvolvimento da pluriatividade. No Bairro Rural da Toca, por sua vez, em que mudanças também ocorrem, as mudanças são mais gradativas e lentas. Portanto, é o grau de intensidade que os tornam díspares.

De fato, mudanças tornaram-se evidentes e o espaço rural vem sofrendo significativas transformações, mormente em relação ao uso do solo, uma vez que o rural não pode ser mais entendido como sinônimo de agrícola em decorrência de outros serviços e funções - moradia de segunda residência, lazer periurbano, indústria, consumo da

natureza e turismo rural -. O espaço rural, nessa perspectiva de análise, é um híbrido de velhas e novas funções.

Portanto, nos dois recortes territoriais, a saída de pessoas a trabalho também se realiza entre membros das famílias agregadas, confirmando a idéia de um território rural complexo dotado de múltiplas funções. Logicamente, as mudanças ocorridas no tamanho das propriedades rurais é um ponto de partida, pois limita o desenvolvimento da prática agrícola e, por sua vez, o envolvimento de todos os membros no processo de trabalho.

Assim, procura-se compreender a ‘pluriatividade’ como uma noção que permite apreender as características do espaço rural atual e, sobretudo, no contexto regional pesquisado: um exercício teórico que permite versar sobre as mudanças ocorridas na agricultura e, por isso, uma noção multifacetada que torna oportuno compreender as modificações ocorridas nas estruturas familiares rurais. Certamente, tanto a pluriatividade quanto a nova ruralidade revelam as especificidades do ‘mundo rural atual’, portanto, suas mudanças, suas adaptações diante das acelerações do mundo contemporâneo, em especial, no contexto da urbanização difusa.

APENDICE 1

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao considerar a metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho, calcada fundamentalmente na realização de um **estudo de caso**, procurou-se buscar dados e informações que contemplassem as duas escalas de investigação. Por certo, o conteúdo trabalhado na escala do município, em especial, em relação ao processo de formação territorial e o significado de ‘rural’ no contexto de uma realidade urbano-industrial cada vez mais intensa, ratifica o corpo teórico sobre o fenômeno da pluriatividade e das estratégias de reprodução social e econômica no âmbito da produção agrícola familiar.

Dessa forma, ressalta-se que o corpo teórico proposto teve como ponto de partida o *contexto geográfico* em que está situado o Município de Jundiá que, por um lado, mostra a necessidade de refletir o diálogo rural-urbano e, por outro, a idéia de complementaridade e interdependência entre o campo e a cidade. Igualmente, foi objetivo apreender as especificidades do espaço rural e suas relações com o urbano que, no período atual, tem se materializado de maneira intensa para além das cidades, como é o caso dos loteamentos irregulares surgidos nas áreas rurais.

De fato, o ponto de reflexão inicial poderia ser qualquer outro. No entanto, a escolha pelo referido eixo de investigação decorre, fundamentalmente, do processo de formação territorial do Município de Jundiá, o qual não resultou no ‘sepultamento’ das áreas rurais. Logicamente, em decorrência das dinâmicas de urbanização e de industrialização, os significados e conteúdos das áreas rurais mudaram, constituindo em objeto de reflexão teórica e empírica.

Nos próximos itens é apresentada uma análise pormenorizada de cada etapa de pesquisa realizada.

- **Levantamento bibliográfico;**

O levantamento e a revisão bibliográfica consistiram em etapas primordiais no desenvolvimento desta pesquisa. Foi a partir da revisão bibliográfica que o tema da pluriatividade passou a ser questionado e revisto, tendo como ponto de partida o contexto geográfico em que está situado o Município de Jundiá. Do mesmo modo, para

melhor apreender as especificidades desse complexo contexto geográfico, o levantamento bibliográfico apresentou três principais temas, a saber: a) o processo de formação territorial do Município de Jundiaí; b) os significados do espaço rural no contexto da urbanização contemporânea; e, c) as noções de pluriatividade e nova ruralidade.

De certa maneira, com o aprofundamento das leituras e a organização das idéias, alguns temas e conceitos foram incorporados, mostrando que o processo de investigação é ininterrupto. Dentre os temas e conceitos incorporados no processo de investigação destacam-se: a) a relação tempo-espaço para apreender as contradições de produção e formação de territórios, como é o caso dos Bairros Rurais; b) o conceito de territorialidade; c) o conceito de urbanização difusa para melhor apreender as especificidades e significados do espaço rural; e, d) o conceito de espaço periurbano, tornando possíveis reflexões acerca dos limites e fronteiras entre os espaços rural e urbano, tendo como elemento diferenciador a *paisagem*.

A incorporação de cada tema no processo de investigação foi acompanhada por debates e reuniões com a orientadora, sendo resultado também das discussões fomentadas no âmbito das disciplinas cursadas, em especial, duas delas, a saber: Relação cidade-campo e desenvolvimento rural e Urbanização e produção das cidades. O artigo produzido como forma de avaliação das respectivas disciplinas resultou numa reavaliação do processo de investigação e delineamento das discussões até então realizadas.

As fontes de pesquisa bibliográfica sobre os referidos temas foram: biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP de Presidente Prudente); biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); biblioteca da Universidade de São Paulo (USP); biblioteca da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); biblioteca da Universidad de Buenos Aires (UBA); e, biblioteca Municipal de Jundiaí. Fez-se uso também de artigos em revistas eletrônicas.

- **Dados de fonte secundária;**

A primeira etapa da coleta de dados foi realizada de forma paralela à revisão bibliográfica. O objetivo de coletar dados de fonte secundária junto aos Censos Agrícolas, Agropecuários e Demográficos, respectivamente, foi o de caracterizar as

mudanças e permanências ocorridas no âmbito das estruturas produtiva, econômica e populacional do Município de Jundiaí a partir dos anos 1950.

No que se refere à coleta de dados junto às publicações do IBGE (Censos Agrícolas de 1950 e 1960) e Censos Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985, 1995/95) destacam-se o levantamento e sistematização de dados referentes à: estrutura fundiária; utilização das terras; pessoal ocupado e principais lavouras temporárias e permanentes. A coleta dos referidos dados foi feita na biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP de Presidente Prudente) e os dados referentes ao ano de 1995/96 no *site* do IBGE⁵⁴.

Outros dados sobre a estrutura produtiva⁵⁵ do Município de Jundiaí foram coletados junto à: Fundação SEADE⁵⁶, dados econômicos; PAM⁵⁷ (Produção Agrícola Municipal), dados referentes às culturas agrícolas no período 1990 – 2005; Prefeitura Municipal⁵⁸; Revista Jundiaí 350 anos, dados relativos à produção industrial e instalação de empresas nos anos 1950; Viação Leme, dados sobre o deslocamento por meio de transporte público coletivo de pessoas que vivem nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca.

Em relação aos dados sobre a estrutura populacional, a coleta de dados foi realizada junto à biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP de Presidente Prudente), contemplando aspectos das populações rural e urbana no período de 1950 – 2000. Além da utilização dos Censos Demográficos do IBGE (1950 – 2000) também foram utilizados os Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo (1940, 1955, 1967).

⁵⁴ www.ibge.gov.br

⁵⁵ No percurso de desenvolvimento da pesquisa optou-se em substituir a coleta de dados sobre a estrutura produtiva junto ao Levantamento por Unidade Produtiva Agrícola (LUPA), dados referentes ao ano de 1997, pelos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM). Essa mudança justifica-se pelo fato da PAM apresentar uma série histórica de dados a partir dos anos 1990, o que de fato o LUPA não apresenta.

⁵⁶ <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil>

⁵⁷ <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>

⁵⁸ <http://www.jundiai.sp.gov.br/PMJSITE/portal;>

Os dados de fonte secundária foram inicialmente coletados e, posteriormente, tabulados e organizados sob a forma de gráficos e tabelas, ferramentas fundamentais na análise e correlação das informações adquiridas⁵⁹. É interessante observar que a coleta de dados de fonte secundária também esteve pautada em bibliografias, em especial na obra de Mattos (1951), sobre a formação dos primeiros vinhedos em Jundiá em princípios do século XX.

Foi a partir das mudanças no quadro das estruturas produtiva e populacional que se fomentaram discussões em torno do real significado do espaço rural no recorte espacial de estudo e sua relação com o espaço urbano. O declínio das lavouras tradicionais e a diversificação produtiva ocorrida a partir da crise da uva na década de 1990 evidenciam a existência de um espaço rural em constante transformação, em que as mudanças sobrepõem-se às permanências, conquanto estas últimas também existam nos espaços rurais.

- **Aplicação de roteiro de entrevistas;**

A aplicação dos roteiros de entrevistas também pode ser considerada uma etapa fundamental no processo de investigação, pois possibilitou a correlação das informações adquiridas sobre a dinâmica agrária do Município de Jundiá. Os locais que foram visitados e, posteriormente, foi realizada aplicação de roteiro de entrevista⁶⁰ junto aos responsáveis, foram: Secretarias Municipais de Assuntos Fundiários; de Meio Ambiente e Planejamento; de Agricultura e Abastecimento; de Turismo Rural; Casa da Agricultura de Jundiá; Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural; e, Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Para realização das entrevistas foi organizado, inicialmente, um roteiro de entrevista padrão contemplando informações sobre a dinâmica agropecuária e as principais características da produção agrícola familiar no Município de Jundiá. Posteriormente, os roteiros de entrevistas foram aplicados dando maior importância à realização de uma entrevista aberta, não existindo, notadamente, um roteiro específico ao

⁵⁹ Para organização e tabulação dos dados de fonte secundária foi utilizado o *software* Excel;

⁶⁰ Em anexo é apresentada uma cópia do roteiro de entrevista-padrão utilizado nas instituições visitadas.

tipo de instituição visitada. As informações obtidas com a realização das entrevistas foram organizadas em forma de texto e incorporadas na dissertação.

- **Reconhecimento de campo e confecção de figuras;**

A partir das informações adquiridas por meio da realização das entrevistas procedeu-se a uma etapa de reconhecimento de campo, cujos objetivos foram: a) delimitar as áreas de pesquisa com o auxílio de um *mapa base* fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento; b) produzir um registro fotográfico sobre as especificidades das áreas rurais no Município de Jundiaí e dos bairros rurais delimitados para a pesquisa de campo; e, c) realizar o primeiro contato com os produtores rurais dos Bairros Rurais da Roseira e da Toca.

O primeiro contato foi feito com algumas lideranças dos respectivos bairros, seja pelo tempo de residência, seja pelo envolvimento em atividades na igreja, como é o caso da organização das festas paroquiais. Além do registro fotográfico e mapeamento das áreas, as visitas de campo tornaram oportuno o conhecimento de lideranças, facilitando no deslocamento pelos respectivos bairros e, sobretudo, na identificação das famílias rurais a serem visitadas.

Com base nas informações de campo foi organizado um registro cartográfico sobre as mudanças e tendências atuais das áreas rurais em consonância com o espaço urbano do Município de Jundiaí. O mapa base fornecido pela Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento foi digitalizado e o resultado foi a construção de figuras sobre o processo de produção do espaço urbano e suas implicações nas periferias e nos espaços rurais no período posterior aos anos 1950. Outras figuras foram construídas utilizando-se de recursos da internet como é o caso do *google maps*⁶¹, cujo objetivo foi mapear as mudanças por meio da cartografia digital.

⁶¹ <http://maps.google.com/>

- **Organização do questionário a ser aplicado junto aos produtores rurais familiares;**

A partir da realização de visitas e reconhecimento das duas áreas selecionadas para a pesquisa de campo e debates com a orientadora foi organizado um questionário preliminar que foi testado com o objetivo de coletar informações que deveriam ser acrescentadas à versão final do questionário⁶². A título de exemplo, destaca-se o aluguel de casas. De início, à questão do aluguel de casas não constava na primeira versão do questionário, sendo incorporada ao questionário final a partir de conversas junto a algumas lideranças no Bairro Rural da Roseira. Outro aspecto adicionado refere-se às questões de herança da propriedade da terra, uma vez que as famílias residentes nos dois bairros rurais são descendentes dos primeiros colonos-imigrantes que ocuparam as terras do município no início do século XX.

A organização do questionário buscou contemplar questões como: a) identificação do entrevistado; b) caracterização do grupo familiar; c) tamanho da propriedade e herança da propriedade da terra; d) atividades agropecuárias; e) uso de maquinários e de agrotóxicos; f) acesso ao crédito rural; g) participação em organizações coletivas; h) atividades e rendas não-agrícolas; i) condição socioeconômica; j) aspectos ambientais; l) aspectos culturais; e, m) perspectivas em relação ao desenvolvimento da agricultura.

- **Trabalho de campo:** procedimentos e aplicação dos questionários

O trabalho de campo foi uma etapa de descoberta e de inquietação teórica sobre a problemática investigada. De fato, desde o início da pesquisa de campo entende-se tanto o campo quanto a cidade como realidades materializadas e interdependentes que se complementam mutuamente. Tal aspecto ficou evidente, tornando-se necessária a coleta de outros dados e informações relevantes, tais como: a) o deslocamento por meio de transporte público coletivo de pessoas que vivem nos Bairros Rurais da Roseira e da

⁶² Em anexo é apresentada uma cópia do questionário aplicado junto aos produtores rurais familiares nos Bairros Rurais da Roseira e da Toca.

Toca⁶³; b) produção de um denso registro fotográfico sobre os distintos usos do solo; e, c) realização de conversas com pessoas que caminhavam pelas estradas ou que apenas moram nos bairros por meio do aluguel de casas.

Para a realização do trabalho de campo junto às famílias rurais e aplicação do questionário foi necessária, num primeiro momento, a delimitação das áreas de pesquisa. Para tanto, os bairros rurais foram considerados como unidades territoriais complexas, conquanto passíveis de serem delimitadas a partir de um recurso cartográfico. A complexidade dos bairros rurais advém, notadamente, por serem ao mesmo tempo um *lugar*, onde há relações de pertencimento e de identidade entre as pessoas que ali residem e um *território*, uma vez que coexistem conflitos e resistências.

O reconhecimento das áreas delimitadas foi uma etapa fundamental, resultando na elaboração de um mapa-base. O mapa-base elaborado levou em consideração os limites geográficos descritos pelos produtores rurais e lideranças locais entrevistados durante as primeiras visitas de campo. A elaboração do mapa-base não foi uma tarefa complexa. Isso porque, os dois recortes geográficos de análise – *bairros rurais* – coincidem, sistematicamente, com suas respectivas bacias hidrográficas, uma vez que tanto o Bairro Rural da Toca quanto o Bairro Rural da Roseira também são *codinomes* dos córregos, constituindo, portanto, numa porção da bacia hidrográfica do Rio Jundiá – Mirim⁶⁴.

A partir da delimitação das áreas de pesquisa procedeu-se à etapa de sistematização e organização do trabalho de campo. Entretanto, dois outros elementos deveriam ser ainda bem formulados antes de se ir a campo e começar a aplicação dos questionários junto às famílias rurais, a saber: a) a definição da unidade de análise; e, b) a amostra estatística. Com relação à definição da unidade de análise, optou-se em trabalhar com a unidade *família rural* e não com a propriedade. A escolha da *unidade familiar* encontra-se amparada nos estudos sobre a pluriatividade no Brasil que a consideram como unidade de análise ideal à compreensão do tido fenômeno social. Assim, a pesquisa

⁶³ Estes dados foram coletados junto à empresa Viação Leme, cuja Linha 555, que trafega em vários horários, atende a população residente nos bairros rurais pesquisados e tem como ponto final o Terminal Colônia, localizado no Jardim Colônia e que direciona os usuários ao terminal central da cidade.

⁶⁴ A Bacia do Rio Jundiá – Mirim é o principal manancial de captação de água potável no Município de Jundiá e compreende do ponto de vista territorial, áreas de outros dois municípios: Jarinu e Campo Limpo Paulista.

fundamenta-se na definição de produção agrícola familiar proposta por Abramovay (1992; 1997) e Lamarche (1993).

Para Abramovay (1997), a agricultura familiar pode ser definida como aquela em que a gestão, a propriedade e boa parte do trabalho são realizadas por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco. Lamarche (1993), por sua vez, compreende a produção familiar a partir de três elementos indissociáveis: trabalho, propriedade da terra e família. Esses elementos, característicos da produção familiar, também são encontrados em trabalhos de autores como Veiga (1991; 1995), Hespanhol (2000), Medeiros (2002), Minatto; Corrêa (2003), Alves (2004) e Moreira (2006).

Ao considerar a família rural como unidade de análise é interessante observar que numa mesma propriedade poderiam ser encontradas mais de uma família envolvida com a prática agrícola. Nesse caso, foi decidido que todas as famílias moradoras nas propriedades seriam contempladas com a aplicação do questionário desde que estivessem envolvidas com algum tipo de atividade agropecuária. Sendo assim, numa mesma propriedade poderiam ser aplicados mais de um questionário, uma vez que a unidade de análise consiste na família rural e não na propriedade.

Na existência de apenas uma família envolvida com atividade agropecuária e de outras famílias que somente residem, como é o caso das famílias dos filhos casados, apenas foi aplicado um questionário e as informações das famílias agregadas⁶⁵ também foram consideradas, sobretudo, em relação ao tipo de trabalho desempenhado. Apenas as famílias residentes na propriedade e que pagavam aluguel não foram contempladas no questionário aplicado às famílias rurais. Algumas dessas famílias foram entrevistadas com o intuito de coletar informações sobre os motivos que os levaram a morar no referido bairro.

No que se refere ao número de questionários a serem aplicados nas áreas da pesquisa de campo, ressalta-se que já no projeto de pesquisa foi definido uma amostra de 60% do total de unidades produtivas existentes. Essa amostra foi elaborada a partir dos dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Jundiaí em maio de 2005. Os dados fornecidos pela Casa da Agricultura de Jundiaí são apresentados na **Tabela 40**.

⁶⁵ As famílias agregadas correspondem aos grupos familiares que apenas vivem na propriedade por serem herdeiros diretos das famílias rurais e que atualmente não desenvolvem a atividade agropecuária.

Tabela 40: Pesquisa de campo (amostra de questionários)

Recorte espacial	Nº total de propriedades rurais	Amostra (60%)
Bairro Rural da Toca	52	31
Bairro Rural da Roseira	98	59
Total de propriedades visitadas durante a realização da pesquisa de campo		90

Fonte: Casa da Agricultura de Jundiá (2005); **Org:** Elias Oliveira Noronha (2005)

Por meio do reconhecimento de campo e realização dos primeiros contatos com algumas lideranças nos referidos Bairros Rurais da Toca e da Roseira ficou evidente que o número de unidades produtivas fornecido pela Casa da Agricultura de Jundiá e, apresentados na **tabela 40**, referia-se ao total de matrículas agrícolas⁶⁶ existentes no ano de 1996 e, portanto, não coincidentes com o número total de propriedades rurais familiares existentes nos referidos bairros.

Para contornar o problema da amostra foi realizada uma nova visita à Casa da Agricultura. Nessa ocasião, soube-se da não existência de dados oficiais sobre o número total de propriedades rurais no município, uma vez que tal trabalho de atualização somente teve início no ano 2006 com a realização do **Censo Agropecuário Municipal**, projeto organizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento da Prefeitura Municipal.

Além disso, com base nas informações adquiridas junto às lideranças dos respectivos bairros, constatou-se que nos últimos dez anos (1996 – 2007) ocorreram mudanças expressivas, com destaque: à venda indiscriminada de lotes rurais; à proliferação do fenômeno de segunda residência; ao crescimento das propriedades destinadas ao lazer; e, ao declínio das atividades agropecuárias. De acordo com um dos moradores entrevistados, todo esse conjunto de mudanças, resultou numa expressiva redução do número de propriedades rurais, em especial, aquelas envolvidas com o plantio da uva de mesa.

Ainda na Casa da Agricultura de Jundiá foi adquirido uma lista com o nome de todos os proprietários das matrículas agrícolas dos Bairros Rurais da Roseira e da

⁶⁶ Matrículas agrícolas referem-se ao tratamento de identificação e contagem do número de unidades produtivas agrícolas pela Casa da Agricultura.

Toca. Com o objetivo de obter a informação oficial sobre o número total de propriedades foi realizada uma nova visita à Secretaria de Meio Ambiente e Planejamento. Segundo um dos secretários, o Censo Agropecuário coordenado pela Prefeitura Municipal estaria em fase de conclusão e, por isso, nenhum dado poderia ser divulgado antes do seu término. Como o referido censo trabalha numa perspectiva setorial⁶⁷, os dados não contemplariam os bairros rurais delimitados.

Com o propósito de contornar o problema da falta de dados oficiais sobre o número de propriedades rurais, optou-se em qualificar o quadro de mudanças ocorridas nos referidos bairros. Para tanto, foi feito, a partir da lista fornecida pela Casa da Agricultura de Jundiá, uma visita junto aos produtores rurais⁶⁸ que poderiam ajudar na sistematização e organização dos dados.

Inicialmente, a partir da lista base, foi realizada a identificação de todos os produtores que possuíam matrículas e, posteriormente, com base nas informações dos produtores⁶⁹, foi realizado um conjunto de perguntas, a saber: a) conhece ou conheceu esse proprietário? b) sabe se esse produtor rural continua com a propriedade? b) se sim, sabe o que produz? c) se não, sabe o que aconteceu com a propriedade? d) sabe informar a localização dessa propriedade no bairro rural?

Durante uma semana esse trabalho de identificação e organização dos dados foi realizado. Tal procedimento permitiu qualificar os processos e dinâmicas ocorridas no âmbito dos bairros rurais investigados, uma vez que todos os produtores entrevistados apresentaram um ‘conhecimento’ – uma verdadeira aula de campo – sobre o que vem acontecendo nessas áreas rurais e, portanto, contribuíram na coleta de informações complementares que somente com a aplicação do questionário não seria suficiente.

⁶⁷ O objetivo do Censo Agropecuário é atualizar os dados do LUPA (1997). Para tanto, a metodologia utilizada segue a mesma adotada em 1995/96 quando o Município de Jundiá foi dividido em seis setores censitários, cujos limites levam em consideração as vias de acesso e não os bairros rurais existentes.

⁶⁸ Foi visitado um total de cinco produtores rurais no Bairro Rural da Roseira. No Bairro Rural da Toca foram visitados três produtores.

⁶⁹ O recurso utilizado nessa etapa foi a realização de uma conversa com os produtores rurais que demonstraram interesse em compartilhar tal desafio. Em alguns casos, o tempo de conversa chegou a durar três horas e a principal ferramenta de trabalho consistiu na ‘memória dos produtores’.

As **tabelas 41 e 42** apresentam os dados que foram organizados a partir das informações adquiridas junto aos produtores rurais sobre o número de matrículas e propriedades rurais nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira.

Tabela 41: Número de matrículas rurais nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira

Matrículas na Casa da Agricultura	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	N.	%	N.	%
Matrículas com atividades agrícolas	22	48,8	48	48,9
Matrículas sem atividade agrícola	23	51,2	50	51,1
Número total de Matrículas na Casa da Agricultura	45	100,0	98	100,0

Fonte: Trabalho de Campo, 2007; Casa da Agricultura, 2005; **Org:** Elias Oliveira Noronha

Tabela 42: Número de propriedades rurais nos Bairros Rurais da Toca e da Roseira

Propriedades rurais	Bairro Rural da Toca		Bairro Rural da Roseira	
	N.	%	N.	%
Número de propriedades envolvidas com atividades agrícolas	18	46,2	29	39,2
Propriedades que apresentaram mudanças em relação ao uso da terra e não participaram da entrevista	21	53,8	45	60,8
Número total de propriedades rurais	39	100,0	74	100,0

Fonte: Trabalho de Campo, 2007; Casa da Agricultura, 2005; **Org:** Elias Oliveira Noronha

Ao correlacionar os dados apresentados nas **tabelas 41 e 42** destacam-se:

a) que o número de matrículas rurais não corresponde ao número de propriedades rurais, uma vez que um único proprietário rural pode ter mais de uma matrícula, o que é entendido como uma única propriedade, desde que sejam terras contíguas do ponto de vista territorial. Por certo, quando um único produtor apresenta um número de matrícula acima de um (1) refere-se aos que herdaram a terra e a documentação encontra-se em tramitação do ponto de vista jurídico. Em geral, são propriedades que ainda vão sofrer a fragmentação

da terra; e, b) as mudanças em relação ao uso da terra são mais evidentes do que as permanências.

Assim, enquanto no Bairro Rural da Toca o número de propriedades rurais que apresentaram alguma mudança em relação ao uso e destino da terra rural representa 53,8% (21) do total; no Bairro da Roseira, o mesmo processo corresponde a 60,8% (45) do total de propriedades existentes no ano de 2007. De acordo com os produtores rurais entrevistados, num período de dez anos (1995/96 – 2007), a crise da uva e o processo de fragmentação da terra desencadearam profundas transformações na paisagem dos respectivos bairros, notadamente, tais processos estão diretamente associados à pressão imobiliária exercida pela proximidade com o perímetro urbano.

Como também se observa na **tabela 42**, apenas as propriedades rurais com a presença de atividades agropecuárias foram pesquisadas no trabalho de campo por meio da aplicação do questionário. Algumas propriedades que apresentaram modificações em relação ao uso da terra também foram visitadas, contudo, com o objetivo de coletar informações que subsidiassem as discussões promovidas e compreender o quadro de mudanças ocorridas. A escolha de propriedades para a realização das entrevistas foi aleatória e deu-se prioridade à realização de uma conversa com o chefe de família.

No que se refere às propriedades que apresentaram o desenvolvimento de atividades agropecuárias, é importante salientar que o número de famílias entrevistadas também não corresponde ao número total de propriedades rurais. Como explicado anteriormente, a **unidade de análise** consiste na família rural e não na propriedade, existindo unidades produtivas com mais de uma família rural entrevistada. Assim, no **Bairro Rural da Toca**, o número total de famílias rurais entrevistadas foi de **20**. No **Bairro Rural da Roseira**, por sua vez, **31** famílias rurais foram entrevistadas. Ao considerar os dois recortes territoriais delimitados na pesquisa de campo foi visitado um total de 47 propriedades rurais em que residem 51 famílias (51 questionários aplicados).

O trabalho de campo foi realizado nos meses de abril e maio de 2007, período em que parcela dos produtores rurais colhia caqui. O trabalho de campo foi feito tanto a pé quanto de carro, o que facilitou no deslocamento e maior contato com as famílias rurais. Além disso, favoreceu: um prévio conhecimento sobre o cotidiano das famílias localizadas nos bairros rurais; a produção de um denso registro fotográfico sobre o

que existia pelo caminho; e, o encontro com os produtores rurais pelas estradas vicinais. O acesso aos bairros foi feito em ônibus coletivo.

Realizada a etapa de campo procedeu-se à organização das informações. Para tanto, foram utilizadas técnicas do *software* Excel e a análise levou em consideração: a) os croquis e desenhos de campo, cujo objetivo foi organizar mentalmente os processos e dinâmicas que explicam a realidade investigada; b) as informações anotadas no diário de campo; c) o registro fotográfico; e, d) as discussões e debates com a orientadora sobre os procedimentos de pesquisa adotados.

A etapa seguinte foi a redação final do trabalho. Para tanto, num primeiro momento foi pensado em como fazer a articulação dos quatro capítulos que compunham o relatório e o objetivo específico de cada um. Outro desafio posto em realce foi a eliminação de um capítulo exclusivamente teórico. Dessa forma, intentou-se, desde o primeiro capítulo, analisar o objeto de estudo em consonância com o corpo teórico, mostrando as particularidades territoriais, em especial, da produção agrícola familiar.

A análise e redação dos quatro capítulos levaram em conta uma abordagem escalar em que o nível micro, ou seja, da produção agrícola familiar, ficou circunscrito ao último capítulo, conquanto se faça menções desde o primeiro, com a constituição do regime de pequena propriedade e o crescente da produção de uva de mesa. A elaboração de figuras, cartogramas e de um registro fotográfico possibilitou manter a análise tanto descritiva quanto analítica das estratégias de reprodução social e econômica da produção agrícola familiar.

Referências
Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, 275 p. (Estudos Rurais, 12).

_____. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, n. 11, p. 73-77, 1997.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, **Texto para discussão**, nº. 702. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/texto> (Acesso em 13 de agosto de 2005), 2000.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Pluriatividade: uma noção válida para a realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João Carlos (org.) **Agricultura Familiar: Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF, p. 147-173, 1999.

_____. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-111, 2000.

_____. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**. Ano 19, v. 2, n. 21, p. 25 – 39, 2003.

ALVES, J. **A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares**: uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. *Boletim de Geografia Teorética*; vol. 25; n.º 49 –50, p. 03 – 14, 1995.

BAGLI, Priscila. **Novas Territorializações e territorialidades**: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema. Relatório de Qualificação apresentado ao programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), FCT/Unesp de Presidente Prudente, 2005.

_____. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); **Cidade e Campo** – relações e contradições entre urbano e rural. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 131 – 155, 2006a.

_____ Rural e urbano nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006b.

BASALDI, Otavio Valentin. **Mudanças rurais e emprego no Estado de São Paulo nos anos 90**. São Paulo: Annablume, 2002.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto; PINHEIRO, Sonoê Sugahara. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. IPEA, Rio de Janeiro, Texto para discussão 759, p. 1 – 26, 2000.

BOMBARDI, Larissa Mies. O Bairro Rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Revista Agrária**, São Paulo: USP/Laboratório de Geografia Agrária da FFCLCH, nº 01, p. 55-95. <http://www.usp.br/geografia> [texto para donwload], acesso em 15 de maio de 2007, 2004.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em Perspectiva**, 17 (3-4), p. 115 – 124, 2003.

CANDIDO. Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 10º ed. rev. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2003.

CANIATO, Hilário. **Bairro do Traviú no seu centenário**. Jundiaí, 1993.

CONTINI, Elísio. Agricultura e política agrícola comum da União Européia. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIII, nº 1, jan / fev / mar, 2004.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización, ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLUS, F. J. **La ciudad dispersa**. Suburbanización y nuevas periferias, CCCB, Barcelona, 1998.

ENTRENA DURÁN, Francisco. Cidades sem limites. In: MACHADO, Jorge Alberto (Org.). Trabalho, Economia e Tecnologia. Novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendenz, p. 55 – 90, 2003.

FILIPPINI, Elizabeth. **Terra, família e trabalho**: o núcleo Colonial Barão de Jundiá (1887 – 1950). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo, 1990.

FUSCO, Fabrini Marini. **Entre campo e cidades**: uma busca pelas multiterritorialidades fluminenses. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2005.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, p. 11 – 58, 1991.

GRAZIANO da SILVA, José. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____ **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

_____ **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp: (Coleção pesquisas), 1999.

GUALDANI, Carla; BRAGA, Roberto; OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Transformações do uso do solo em área de transição rural-urbana no Município de Rio Claro - SP**. In: Anais III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, p. 6774 – 6792, 2005.

HESPANHOL, R. Ap. de M. **Produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente – SP. 2000. 254 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

IAC. (Instituto Agrônomo de Campinas) **Diagnóstico Agroambiental para Gestão e Monitoramento da Bacia do Rio Jundiá-Mirim**. Campinas, Outubro de 2003, Programa de Políticas Públicas: FAPESP (www.iac.sp.gov.br/JNDMirim)

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censos Demográficos do Estado de São Paulo (vários anos: 1950 – 2000). Rio de Janeiro: IBGE.

_____ Censos Agropecuários do Estado de São Paulo (vários anos: 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96). Rio de Janeiro: IBGE.

_____ Censos Agrícolas do Estado de São Paulo (vários anos: 1950 e 1960). Rio de Janeiro: IBGE.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

JUNDIAÍ. (Município) Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Jundiá perfil do município. **Caderno de Planejamento**, p. 11 – 141, 2003.

KAGEYAMA, Ângela. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: **XXXVI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural**. Poços de Caldas, v.2, 1998a.

_____ Pluriatividade e Ruralidade: alguns aspectos metodológicos. *Economia Agrícola*, São Paulo, 2 (3): 515 – 551, 1998b.

KARAM, Karen Follador. **A agricultura orgânica como estratégia de novas ruralidades**: um estudo de caso na Região Metropolitana de Curitiba. Texto da internet. Acesso em 19 de setembro de 2006 – www.planetaorganico.com.br/trabkaren1.htm.

LAMARCHE, H. (coord) **Agricultura Familiar**: comparação internacional. Trad. Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, Coleção Repertórios.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da grande São Paulo: estudo de geografia urbana. Tese. Doutorado. Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, UNICAMP, 1971.

LOCATEL, Celso Donizete. **Modernização da agricultura, Políticas Públicas e ruralidade**: mudanças e permanências na dinâmica rural das Microrregiões de Jales e de Fernandópolis – SP. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

LUPA. (Estado de São Paulo). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. **Levantamento Censitário de Unidades de produção Agrícola do Estado de São Paulo** SAA/IEA/CATI, 1997.

MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geo UERJ**. Departamento de Geografia: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo: AGB Nacional, julho/dez, n. 19, ano 18, p. 95-112, 2002.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo, 4. ed., Campinas, SP : Pontes, 1990.

MATTOS, Dirceu Lino de. **Vinhedos e viticultores de São Roque e Jundiaí**. Tese. Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, 1951.

MEDEIROS, C. M. S. V. de. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da região de Presidente Prudente nos anos 1980-90**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MINATTO, J. M.; CORRÊA, W. K. As estratégias de reprodução na agricultura familiar em Turvo (SC). **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 77 – 98, 2003.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros no Estado de São Paulo**. São Paulo. HUCITEC, 1984.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, J. R. (org). **Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo**. DP&A editora; p. 15 – 40, 2005.

MOREIRA, Érika Vanessa. **Os bairros rurais do Município de Presidente Prudente: as múltiplas fontes de renda, a pluriatividade e o trabalho feminino**. Relatório de Qualificação apresentado ao programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), FCT/Unesp de Presidente Prudente, 2006.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas no Brasil: significados e perspectivas**, Disponível em http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa; (Acesso em 13 de março de 2006), 2004.

_____ A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não-agrícolas. **I Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável**, Brasília, 2005.

OTANI, Malimiria Norico; ARRAES, Nilson Modesto; VERDI, Adriana **Organização e sustentabilidade da agricultura familiar em espaços peri-urbanos: o caso da vitivinicultura de Jundiaí**. In: Anais do XLV Congresso da SOBER, Londrina, p. 01 - 15, 22 a 25 de julho de 2007.

PETRONE, Maria Thereza S. Imigração. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira – O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889 – 1930)**. São Paulo: DIFEL, p. 93 – 113, 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. **Bairros Rurais Paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1973.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, p. 143 – 163, 1993.

ROITMAN, Sonia. Urbanizaciones cerradas: estado de la cuestión hoy y propuesta teórica. **Revista de Geografía Norte Grande**, 32: 5 – 19, 2004.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, n.º 2, p. 45 – 66, 2005.

SACCO dos ANJOS, Flávio. **Agricultura familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003a.

_____. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003b.

SARACENO, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. **Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas áreas rurais**. Roma, outubro de 1996. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/dwnload/ruralida.html>> Data de acesso: julho de 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: HUCITEC, Universidade de São Paulo, 1978.

_____. **A Urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. EST Edições: Porto Alegre, 2003.

_____. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, p. 13882 – 13894, 2005.

_____. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); **Cidade e Campo** – relações e contradições entre urbano e rural. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 157 - 186, 2006.

São Paulo. **Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo** (vários anos – 1940, 1955, 1967). Secretaria de Economia e Planejamento.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no RS. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. Elementos teóricos para análise da pluriatividade em situações de agricultura familiar. In: Segundo Seminário sobre o Novo Rural Brasileiro, Campinas, UNICAMP, outubro de 2001.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SILVEIRA, Maria Laura. Territorio de las verticalidades y horizontalidades: una propuesta de método. In: Anales VII Encuentro de Geógrafos de América Latina. Universidad Buenos Aires, Buenos Aires, 1997.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); **Cidade e Campo** – relações e contradições entre urbano e rural. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 131 – 155, 2006.

SOUZA, J. S. Inglês. A agricultura em Jundiaí. Primeira Parte. Sinopse da história da agricultura em Jundiaí, 1956, p. 7 – 39.

SOUZA, Paulo César. A Resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis - SP. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Bertrand Brasil, segunda edição, Rio de Janeiro, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da Unesp, 2004a.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Livre Docência), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004b.

_____ Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, agosto, 054, Universidad Autónoma de México, Distrito Federal, México, www.redalyc.org, (acesso em 13 de julho de 2006), p. 114 – 139, 2004c.

_____ A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); **Cidade e Campo** – relações e contradições entre urbano e rural. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 111 – 130, 2006a.

_____ Notas de aula. Disciplina - Urbanização e produção da cidade. Programa de pós-graduação em Geografia, 2006b.

TAVARES, Luis Almeida. As fronteiras físicas do espaço rural: uma concepção normativo-demográfica. Curitiba, R. RA' ÈGA, n. 7, p. 33 –46, Editora UFPR, 2003.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital: Hucitec, São Paulo, 1984.

VALE, Ana Rute do. Definindo o conceito e descobrindo a plurifuncionalidade do espaço periurbano. Texto da internet: www.igeo.uerj.br/VICBG-2004 (acesso em 17 de Julho de 2006).

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, nº 18 (51), p. 51 – 67, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, CLACSO/ASDI, 2001, p. 30 – 44.

WHITACKER, Arthur Magon. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: SPOSITO; M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.); **Cidade e Campo** – relações e contradições entre urbano e rural. Expressão Popular; Coleção Geografia em Movimento, p. 131 – 155, 2006.

Sites consultados

www.iac.sp.gov.br/JNDMirim

www.seade.gov.br

www.jundiai.sp.gov.br

www.embrapa.br

<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>

<http://www.portaljj.com.br>

www.circuitodasfrutas.org.br

<http://maps.google.com/>

www.ibge.gov.br

www.prudente.unesp.br

www.usp.br

Questionário - PRODUTORES RURAIS – JUNDIAÍ – SP



Nº. _____
Telefone: 11 - _____
Bairro: _____

1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome do entrevistado (a): _____ Idade: _____ Origem: _____
É o responsável pela propriedade? sim () não (). Grau de escolaridade: _____
Se não, qual a sua situação: () caseiro () meeiro () somente reside na propriedade ()
outro _____
Aposentado (a): sim () não () desde _____ Algum aposentado na propriedade? sim () não ()
A aposentaria é uma importante renda no orçamento mensal familiar? sim () não () se sim: por
que? _____
Imigrante ou descendente? sim () não () se sim: origem _____ geração () 1ª () 2ª () 3ª () 4ª
Tronco Familiar _____ Região de origem _____
Quanto tempo vive nesse bairro? _____ e na propriedade? _____
Origem da propriedade: _____ (compra, arrendamento, herança, outros);
Desde quando é produtor rural? _____ Estado Civil () solteiro () casado () outro _____
Se casado, local do casamento: _____ Igreja _____
É casado (a) com algum descendente ou morador do bairro? sim () não ()

2. GRUPO FAMILIAR

Quem mora na propriedade? _____
Sobre os filhos: Possui: sim () não () – se sim, quantos? _____ todos foram à escola? se não,
quantos foram? _____ Grau de instrução dos filhos: _____; _____;
Todos vivem na propriedade? sim () não () quantos? _____
Contribuem no processo de trabalho? sim () não () quantos? _____ Que tipo de atividade
desempenham e em qual fase do processo produtivo? _____
Atividade recreativa no bairro: tipo _____; tipo _____; Frequência: _____
Atividade recreativa na cidade: tipo _____; tipo _____; Frequência: _____
Sobre as amizades dos filhos: _____
Contato com as amizades: () telefone () internet () visitas, com qual frequência? _____

Desenvolvem atividades remuneradas fora da propriedade? sim () não () quantos? _____ se
sim, especificar local de trabalho: _____
Essa renda é para usufruto () pessoal () da família () outro, especificar _____

Em caso de a entrevista for realizado com o chefe de família:

Sobre o trabalho da mulher: _____

Grau de instrução da mulher: _____ Origem: _____ Idade: _____

Funções desempenhadas na propriedade: _____; _____; _____

3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Tamanho da propriedade: _____ hectares _____ alqueires.

Essa área é suficiente para a atividade agropecuária desenvolvida: () Sim () Não.

Qual era o tamanho original da propriedade? _____ (em caso de herança) - Em quantos filhos a propriedade foi desmembrada? _____ Qual área coube a cada um dos filhos? _____

Todos dos herdeiros permanecem na área rural? () sim () não, se sim, onde? _____

Se não, por quê? _____

Arrenda terra? Sim () não () onde? _____

Como é feito o pagamento _____

Possui outras propriedades? sim () não () onde? _____

O que produz? _____

Observações:

4. ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Quais atividades econômicas são desenvolvidas de forma geral?

() cultivo de lavouras? _____: _____: _____:

() pecuária: : que tipo? _____: _____:

() outras, especificar: _____; _____; _____;

1) Principal atividade econômica? _____ (em importância na renda total da família)

2) Segunda atividade econômica? _____ (em importância na renda total da família)

3) Outra: _____ (em importância na renda)

Fruticultura: existe pomar? Sim () não () - para a venda? Sim () não ()

Tipo de Lavouras temporárias	Área (ha)	Destino da Produção		
		Autoconsumo	Comercialização	Local
		Direta () Indireta () _____		
Tipo de Lavouras permanentes	Área (ha)	Destino da Produção		
		Autoconsumo	Comercialização	Local

Processo de comercialização (descrição):

Horticultura: existe horta? Sim () não () - para a venda? Sim () não ()

Tipo de Lavouras	Área (ha)	Destino da Produção		
		Autoconsumo	Comercialização	Local

Processo de comercialização (descrição):

Pecuária:

Tipo	Nº. de cabeças	Consumo		
		Autoconsumo	Comercializa	Local
Vaca leiteira				
Gado de corte				
Suínos				
Eqüinos				
Caprinos				
Outros				

Processo de comercialização (descrição):

5. USO DE MAQUINÁRIOS E AGROTÓXICOS

Utiliza algum de tipo de produto químico () Sim () Não.

Qual? _____ Em qual lavoura? _____

Por quê? _____

Tipos de produtos: _____; _____; _____.

Qual é o destino das embalagens? _____

Principal maquinário que utiliza: _____; finalidade: _____ outro: _____

Irrigação: possui () não possui (). Se sim, para que tipo de atividade? _____

E com relação à água utilizada, qual é a sua origem? _____ É cobrada a água? () sim () não.

Se sim, de que forma? _____

Estufa: possui () não possui (). Se sim, para que tipo de atividade? _____

6. CRÉDITO RURAL

Utilizou (a) financiamento na safra 2005/2006? () sim () não

Se sim, qual foi a finalidade () custeio \$ _____ () investimento \$ _____;

De que tipo: PRONAF () qual grupo? _____ FEAF () outro () _____

Já utilizou: () sim () não, se sim, ano _____ Conseguiu realizar o pagamento? () sim () não

Qual foi a finalidade do crédito? _____

7. ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Participa de alguma organização coletiva: sim () não (). Por quê? _____

Em qual participa? () sindicato _____ () cooperativa - _____ () associação _____

Desde? _____ Motivo de filiação: _____

Importância atual: _____

8. FORÇA DE TRABALHO

Exclusivamente familiar () quantas pessoas? _____ quem e em que fase do processo produtivo? _____

Mão-de-obra assalariada () quantas pessoas? _____ que período? _____

Temporário. () _____ Permanentes. () _____ São próprios do local? () sim () não.

Possui algum grau de parentesco? () sim () não.

Combinação de trabalho familiar com assalariado () quando? _____

Existe algum tipo de divisão sexual das tarefas desenvolvidas na propriedade? () sim () não

Plantio: _____

Colheita: _____

Cuidados com a propriedade (cerca, capina): _____

Cuidados com a lavoura (poda, adubação, capina): _____

Venda: _____

Existe alguma divisão entre os membros da família da renda obtida com as atividades?

() sim () não _____

9. ATIVIDADES E RENDAS NÃO AGRÍCOLAS

Quantas pessoas vivem na propriedade? _____

Quantas estão diretamente envolvidas com as atividades agropecuárias? _____

Existe algum membro da família desenvolvendo alguma atividade rentável fora da propriedade?

() sim () não, se sim, quem? _____

Que tipo de atividade? _____

Comercio () indústria () serviços () rural () outro () _____ Desde quando? _____

Foi uma: opção própria () necessidade econômica () outro () especificar _____

Meio de transporte utilizado para o deslocamento até o local de trabalho: _____; _____;

A renda adquirida com esta atividade é contabilizada no orçamento familiar mensal?

() sim () não

Desenvolve alguma atividade não-agrícola na propriedade? () sim () não.

Se sim, qual? _____ quando começou? _____ Motivos? _____

Quem está diretamente envolvido com esta atividade? _____; _____; _____

É rentável? () sim () não. Torna-se mais importante (renda) do que as atividades

agropecuárias? () sim () não

Se não: pretende desenvolver algum tipo de atividade? () sim () não

Se sim, quando? _____ Que tipo de atividade? _____ Motivos _____

O desenvolvimento de atividades não-agrícolas:

É uma opção diante das dificuldades de trabalho no campo? () sim () não _____

Resulta em modificações no processo de trabalho na propriedade? () sim () não _____

Se sim, de que tipo? _____

Resulta no aumento das horas de trabalho com as atividades agropecuárias? () sim () não - se

sim, quem passou a trabalhar mais? _____ Descrição das atividades: _____

10. CONDIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

Bens de consumo adquiridos no último ano: _____; _____; _____

Alguns bens de consumo que gostaria de ter? () sim () não, se sim, qual? _____
Computador: () sim () não Internet: () sim () não, quem acessa? _____
Veículos? () sim () não, se sim, que tipo? _____
Condição de moradia: () alvenaria () madeira () mista. Área total construída: _____
A casa já foi alguma vez reformada e/ou ampliada? () sim () não
Meio de transporte mais utilizado para ir ao centro da cidade: _____
Quais motivos? _____; _____; _____ Qual frequência? _____
Onde são feitas as compras mensais? _____ por quê? _____
Que tipo de alimento deixou de preparar e passou a comprar? _____ por quê? _____
Que tipo de atividade tipicamente rural que não deixaria de fazer? _____ por quê? _____

11. ASPECTOS AMBIENTAIS:

Água: () poço comum () poço artesiano () poço semi artesiano () outro _____
Qualidade do solo na propriedade: _____
Lixo: () enterrado () queimado () coletado () outro _____
Observações: _____
Tem curso d'água na propriedade? () sim () não.
A Mata ciliar está protegida? () sim () não

12. ASPECTOS CULTURAIS

Religião da família: _____ Tem capela? () sim () não. Onde frequenta? _____
Que tipo de prática? () cultos/missas () terço () novenas () reuniões nas vizinhança.
Outra _____
Detalhes: _____
No bairro há: () missas () quermesses e festas () futebol () baile () outras _____;
Frequência: () semanal () quinzenal () mensal () outro _____
Festas (padroeiros, juninas, quermesses, etc)? Sim () Não () Quando? _____
Participa? _____ e da organização? _____
Detalhes: _____
Costuma visitar vizinhos? () sim () não, se sim, com qual frequência? _____
Observação: _____

13. PERSPECTIVAS

Tem planos de ampliar a propriedade? () sim () não Por quê? _____

Tem planos de ampliar a produção? () sim () não Por quê? _____

Pretende continuar na propriedade? () sim () não

Pretende continuar na agricultura? () sim () não

Principais dificuldades enfrentadas para continuar na agricultura?

Seus filhos têm planos de continuar exercendo as atividades? () sim () não. _____

Gostaria que seus filhos continuassem exercendo atividades ligadas à agropecuária? () sim () não.

Por quê? _____

Aspectos positivos atuais: _____

Aspectos negativos atuais: _____

O que gostaria que mudasse? _____

O que não gostaria que se perdesse no tempo? _____

Alguma lembrança? _____

Alguma história? _____

Observações Gerais:

ROTEIRO DE ENTREVISTA – INSTITUIÇÕES VISITADAS – JUNDIAÍ – SP



Nome da instituição: _____

Telefone: 11 - _____

Dados do entrevistado:

Nome: _____

Cargo/função: _____ Tempo na função:

Formação: _____

Objetivos da instituição:

Quais os objetivos da referida instituição?

Existem objetivos específicos à produção agrícola familiar? Se sim, quais? Se não, por quê?

Existência de programas específicos à agricultura?

Características da agricultura no Município de Jundiaí:

- Principais características da agricultura:
- Principais áreas de cultivos:
- Problemas enfrentados pelos produtores rurais familiares:
- Perspectivas dos produtores:

- Mudanças ocorridas no quadro produtivo:
- Crise da uva:
- Diversificação de cultivos de frutas:

Características do espaço rural:

- Crescimento da malha urbana e as implicações ao espaço rural:
- Plano Diretor do Município:
- Problemas das áreas situadas nas periferias urbanas:
- Aspectos da urbanização atual no município:
- Sobre os Bairros Rurais:

Roseira:

Toca:

Outras áreas rurais:

Organização dos produtores:

Atuação de órgãos representativos: